



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

ALEXANDRE MACHADO MARQUES DE SOUZA SOBRINHO

**FORMAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO E MERCADOS DE QUALIDADE NO
VALE DO SÃO FRANCISCO: a experiência do Assentamento de Agricultores(as)
Familiars Mandacaru**

Recife
2023

ALEXANDRE MACHADO MARQUES DE SOUZA SOBRINHO

**FORMAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO E MERCADOS DE QUALIDADE NO
VALE DO SÃO FRANCISCO: a experiência do Assentamento de Agricultores(as)
Famíliares Mandacaru**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de concentração: Mudança Social

Orientadora: Profa. Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires.

Recife
2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S677f Sobrinho, Alexandre Machado Marques de Souza.
Formas alternativas de produção e mercados de qualidade no Vale do São Francisco : a experiência do Assentamento de Agricultores(as) Familiares Mandacaru / Alexandre Machado Marques de Souza Sobrinho. – 2023.
292 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientadora : Maria Luiza Lins e Silva Pires.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2023.

Inclui referências e apêndices.

1. Sociologia. 2. Agricultura familiar. 3. Assentamentos rurais. 4. Agricultura orgânica. 5. Certificações. 6. Lutas por reconhecimento. I. Pires, Maria Luiza Lins e Silva (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2024-097)

ALEXANDRE MACHADO MARQUES DE SOUZA SOBRINHO

**FORMAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO E MERCADOS DE QUALIDADE NO
VALE DO SÃO FRANCISCO: a experiência do Assentamento de Agricultores(as)
Famíliares Mandacaru**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de concentração: Mudança Social

Aprovada em: 27 de novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires
(Presidente/Orientadora) - Programa de Pós Graduação em Sociologia/ PPGS – UFPE

Prof^ª. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Examinadora Interno) - Programa de Pós-
Graduação em Sociologia/ PPGS – UFPE

Prof. Dr. Russel Parry Scott (Examinador Externo) - Programa de Pós-Graduação em
Antropologia/ PPGA – UFPE

Prof^ª. Dra. Maria Salett Tauk Santos (Examinadora Externa) - Programa de Pós-Graduação
em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social / PGDCS – UFRPE

Prof^ª. Dra. Maria Rita Ivo de Melo Machado (Examinadora Externa) - Programa de Pós-
Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial / PPGADT – UFRPE

*Ao meu filho, esposa, pais e todos os Agricultores
Familiars do Brasil*

AGRADECIMENTOS

Esta tese de doutorado é resultado de um longo processo de trabalho, investimento profissional, pessoal e familiar. A sua realização deve-se a um conjunto de pessoas e instituições sem as quais se tornaria impossível concretizar esse tão sonhado momento. Diante disso, expresso aqui minha gratidão àqueles que estiveram comigo lado a lado, no fluxo de uma estrada repleta de dias iluminados de sol e noites desertas sem lua.

Primeiramente, esta pesquisa jamais teria se materializado não fosse os importantes investimentos públicos do governo brasileiro em ciência e tecnologia. Apesar dos anos de obscurantismo, abandono e indecisão pelos quais passamos eu e meus colegas contemporâneos, não perdemos as esperanças em tempos melhores. Não obstante todas as inconsistências da educação brasileira entre 2018 e 2022, agradeço imensamente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de doutorado, que me permitiu desenvolver este estudo de forma exclusiva.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco e a todos os docentes e discentes que lho integram, pelo apoio, contribuições e oportunidades. Regracio, muito especialmente, à Prof. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, por todos os ensinamentos e votos de confiança; ao Prof. Dr. Ludovic Aubin, pelas preciosas colaborações e entusiasmo; à Prof. Dra. Andrea Butto, pela indicação do Assentamento Mandacaru; e, principalmente, à minha orientadora, Prof. Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires, com quem compartilho uma história de muitos anos de trabalho e a quem devoto profunda admiração e carinho; como diria Vinícius de Moraes: *“se todos fossem no mundo iguais a você”*... Ainda amplio minha imensa gratidão às professoras Fabiana Murakami e Graça Melo, que me estenderam as mãos e os braços durante um dos momentos mais difíceis da minha vida, me oportunizando recobrar o prazer de trabalhar com a educação e aceitar definitivamente a vocação que me floresceu à alma desde os primórdios da minha pequena existência.

Também não poderia deixar de expressar meu gratulo a todos os agricultores do Assentamento Mandacaru e Terra da Liberdade, sobretudo à Dona Maria Luiza, Dona Ozaneide e Seu Lula, que me acolheram em suas casas e me apresentaram um novo mundo, repleto de força, amor e resistência. Não fosse cada um deles, jamais seria possível reunir todas essas informações e compartilhar essa comovente história de lutas e conquistas com a comunidade acadêmica e demais interessados.

Estendo meus agradecimentos a outras importantes instituições que contribuíram para o desenvolvimento desse projeto, em especial: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e a Associação dos Produtores Orgânicos do Vale do São Francisco (APROVASF).

Por último, e não menos importante, agradeço pelo apoio de todos os meus amigos pessoais e familiares, com particular destaque à minha esposa, Gabriela Ferreira, e ao meu filho, Manoel Ferreira Machado, herdeiro integral e insubstituível de todo meu legado e todos os meus feitos. Sem essas pessoas teria sido insuportável caminhar sozinho no mundo durante um período de incertezas, pânico, preocupações globais e perdas irreparáveis. Espero que essas palavras possam atingir com igual sinceridade e força todas as pessoas que aqui não foram citadas, mas sabem muito bem da sua importância para a concretude deste projeto e de tantos outros que serão realizados futuramente. A Deus, ao Universo e a todos, meu muitíssimo obrigado!

RESUMO

Esta tese analisa a instauração dos processos de transição orgânica/agroecológica e implementação das ferramentas de certificação como expressões de resistência e lutas por reconhecimento, tendo como referência analítica o Assentamento Mandacaru de Agricultores(as) Familiares. A avaliação das implicações desses processos sobre a reprodução socioeconômica dos produtores-assentados, bem como sobre o reconhecimento social do grupo, em cenários marcados por forte competitividade no campo da produção agroalimentar está no centro das preocupações desse trabalho. Como a adoção de dispositivos de certificação alimentar tem contribuído para a inserção socioeconômica dos agricultores-assentados e para o reconhecimento social do assentamento na região? Quais as trajetórias trilhadas e obstáculos enfrentados nesse longo processo de certificação? Tendências do mercado globalizado, diversidade social da agricultura familiar, reforma agrária, assentamentos rurais e agroecologia, bem como as distintas estratégias de resistência elaboradas pelo conjunto dos pequenos produtores rurais para responder às imposições do sistema agroalimentar foram alguns dos temas tratados nesta tese. As trajetórias trilhadas, os obstáculos enfrentados e as conquistas identificadas pelo grupo durante o processo de certificação foram analisadas à luz da teoria das lutas por reconhecimento cunhada por Axel Honneth. Pela natureza qualitativa da pesquisa, optou-se pela análise etnográfica e pela história oral, definindo-se um número de 15 pessoas a serem entrevistadas. Os resultados apontam para o fato de que a utilização dos mecanismos de certificação alimentar vem contribuindo para a reprodução socioeconômica dos agricultores-assentados, em termos de melhoria da sua qualidade de vida, e para o reconhecimento social do grupo, servindo de referência a outros assentamentos da região. Tais resultados sinalizam para o fato de que o projeto de transição orgânica/agroecológica representa, não apenas um processo de superação das condições de preconceito e exclusão sofridas pelos assentados, mas a instituição de espaços e discursos de resistências no âmbito do modelo da fruticultura irrigada do Vale do São Francisco. Somadas à utilização dos selos e certificações, os modos de produção alternativos ressignificam as práticas tradicionais, reforçando a qualidade dos produtos da agricultura familiar e a busca por independência na produção de alimentos. Isto significa dizer que, ao mesmo tempo em que os pequenos produtores do Assentamento Mandacaru certificam seus produtos por meio do uso de dispositivos de qualidade, também reafirmam a sua autonomia política na região do Vale do São Francisco, estimulando a revalorização da agricultura familiar em um contexto de competitividade marcado por desigualdades e

desfavorecimentos. A importância deste trabalho para o debate sociológico está na possibilidade de aprofundar os processos sociais e particularidades que envolvem os modos de existência da agricultura familiar, seja a partir da criação de formas alternativas de produção, seja por meio de estratégias inovadoras que incrementam suas dinâmicas de produção e de comercialização. Está também na possibilidade de situar as estratégias de resistência pelas quais pequenos agricultores são capazes de construir novos mercados voltados à agricultura familiar, a partir de uma complexa rede de inter-relações, que permanentemente redefine a margem de poder e de autonomia dos agricultores familiares.

Palavras-Chave: agricultura familiar; assentamentos rurais; produção orgânica; certificações; lutas por reconhecimento.

ABSTRACT

This thesis analyzes the establishment of the processes of organic/agroecological transition and the implementation of certification tools as expressions of resistance and fights for recognition, having as analytical reference the Mandacaru Settlement of Family Farmers. Evaluation of the implications of these processes upon the socioeconomic reproduction of the settled producers, as well as upon the group's social recognition, in settings marked by strong competitiveness in the field of agri-food production, is at the center of concerns of this work. How has the adoption of food certification devices contributed to the socioeconomic insertion of the settled farmers and the social recognition of the settlement in the region? What are the trodden trajectories and obstacles faced in this long process of certification? Tendencies of the globalized market, social diversity of family agriculture, agrarian reform, rural settlements and agroecology, as well as the distinct strategies of resistance created by the group of small rural producers to respond to the agri-food system's impositions, were some of the themes discussed in this thesis. The trodden trajectories, the obstacles faced and the achievements identified by the group during the certification process were analyzed in light of the Bourdieusian perspective of the symbolic transubstantiation and of the theory of the fight for recognition coined by Axel Honneth. From the qualitative nature of the research, it was opted for the ethnographic analysis and oral history of speech, defining a number of 15 people to be interviewed. The results point to the fact that the utilization of food certification devices has been contributing to the socioeconomic reproduction of the settled farmers, in terms of improvement of their quality of life, and for the group's social recognition, serving as a reference to other settlements in the region. Such results signal for the fact that the project of organic/agroecological transition represents not only a process of overcoming the conditions of prejudice and exclusion suffered by the settled but also the institution of spaces and speeches of resistances in the ambit of the model of irrigated fruit growing in Vale do São Francisco. Added to the utilization of labels and certifications, the alternative means of production re-signify the traditional practices, reinforcing the quality of family agriculture products and the search for independence in food production. This means that at the same time, the small producers of Mandacaru Settlement certify their products via the use of quality devices, they also reaffirm their political autonomy in the region Vale do São Francisco, stimulating the re-appreciation of family agriculture in a context of competitiveness marked by inequalities and disadvantages. The importance of this work for the sociological debate is in the possibility of deepening the social processes and particularities that involve the ways of

existing of family agriculture, be it from the creation of alternative means of production, be it via innovative strategies that increase their production dynamics and commercialization. It is also the possibility of situating the resistance strategies through which small farmers are capable of building new markets focused on family agriculture, starting from a complex net of inter-relations, which permanently redefine the margin of power and autonomy of family farmers.

Keywords: family agriculture; rural settlements; organic production; certifications; fights for recognition.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DO ASSENTAMENTO (BR-407).....	155
FIGURA 2 - ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES(AS) FAMILIARES DO ASSENTAMENTO MANDACARU (AAFAM).....	157
FIGURA 3 - MURAL À DIREITA DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES(AS) FAMILIARES DO ASSENTAMENTO MANDACARU (AAFAM).....	158
FIGURA 4 - MURAL À ESQUERDA DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES(AS) FAMILIARES DO ASSENTAMENTO MANDACARU (AAFAM).....	159
FIGURA 5 - GALPÃO COMUNITÁRIO DE DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES(AS) FAMILIARES DO ASSENTAMENTO MANDACARU (AAFAM).....	161
FIGURA 6 - GALPÃO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES(AS) FAMILIARES DO ASSENTAMENTO MANDACARU (AAFAM).....	161
FIGURA 7 - TELECENTRO DIGITAL DO ASSENTAMENTO (EXTERNO).....	162
FIGURA 8 - TELECENTRO DIGITAL DO ASSENTAMENTO (INTERNO).....	163
FIGURA 9 - PRINCIPAIS ÁREAS DO ASSENTAMENTO MANDACARU.....	164
FIGURA 10 - MAPA DO ASSENTAMENTO (DIVISÃO DOS LOTES E DEMARCAÇÃO DAS TERRAS).....	165
FIGURA 11 - ÁREAS IRRIGADAS DOS PRODUTORES (35 ha).....	166
FIGURA 12 - CANTEIRO DA HORTA ORGÂNICA DO ASSENTAMENTO MANDACARU.....	171
FIGURA 13 - CANTEIROS DA HORTA ORGÂNICA DO ASSENTAMENTO MANDACARU.....	172
FIGURA 14 - CROQUI DA HORTA ORGÂNICA DO ASSENTAMENTO MANDACARU	174
FIGURA 15 - HORTA ORGÂNICA DO ASSENTAMENTO MANDACARU.....	175
FIGURA 16 - CANTEIROS DA HORTA ORGÂNICA DO ASSENTAMENTO MANDACARU.....	176
FIGURA 17 - PLACA COMEMORATIVA DA INAUGURAÇÃO DA FEIRA ORGÂNICA DE JUAZEIRO/BA.....	193
FIGURA 18 - FEIRA ORGÂNICA DE JUAZEIRO/BA.....	194
FIGURA 19 - GALPÃO DA AFAAM EM DIA DE ENTREGA AO PAA.....	199

FIGURA 20 - LINHA DO TEMPO DO ASSENTAMENTO MANDACARU DE 1999 A	
2005.....	207
FIGURA 21 - LINHA DO TEMPO DO ASSENTAMENTO MANDACARU DE 2008 A	
2014.....	208
FIGURA 22 - LINHA DO TEMPO DO ASSENTAMENTO MANDACARU DE 2015 A	
2019.....	208
FIGURA 23 - LINHA DO TEMPO DO ASSENTAMENTO MANDACARU DE 2020 A	
2023.....	209
FIGURA 24 - SELOS ORGÂNICOS.....	213
FIGURA 25 - OBRAS DO RESERVATÓRIO.....	244

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - NÚMERO ASSENTAMENTOS CRIADOS NO BRASIL ENTRE 1995 E 2018.....	77
GRÁFICO 2 - NÚMERO DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES ENTRE 1988 E 2015.....	78

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - MAPA MENTAL DAS ABORDAGENS TEÓRICAS CLÁSSICAS SOBRE O CAMPESinATO.....	50
TABELA 2 - MAPA CONCEITUAL SOBRE AS ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS SOBRE CAMPESinATO E AGRICULTURA FAMILIAR.....	51
TABELA 3 - SELOS DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS.....	115
TABELA 4 - POLÍTICAS DE QUALIDADE DO INSTITUTO CHÃO VIVO.....	227

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAFAM	Associação dos Agricultores(as) Familiares do Assentamento Mandacaru
ABCAR	Associação Brasileira das Empresas de Certificação por Auditoria e Rastreabilidade
ADEAP	Agência de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Pecuária
AFNs	<i>Alternative Food Networks</i>
APROAC	Associação de Produtores Orgânicos da Adutora
APROVASF	Associação dos Produtores Orgânicos do Vale do São Francisco
CCIR	Comprovante de Cadastro do Imóvel Rural
CCU	Concessão de Uso da Terra
CEASA	Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco
CEE	Comunidade dos Estados Europeus
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CNPO	Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco)
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COPAG	Cooperativa dos produtores rurais do Agreste Pernambucano
CPATSA	Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido
CPORGs	Comissões Estaduais da Produção Orgânica
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DAP	Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DETEC	Sistema de Domicílio Tributário Eletrônico do Contribuinte
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores do Estado de Pernambuco
FLV	Frutas, Verduras e Legumes
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
GISF	Grupo de Irrigação do São Francisco
HVF	High Value Foods
IFOAM	Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.
ISO	Organização Internacional de Padronização
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MARA	Ministério da Agricultura e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MF	Ministério da Fazenda
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OAC	Organismos de Avaliação de Conformidade
OCS	A Organização de Controle Social
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica
OPACs	Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PISNC	Perímetros Irrigados Nilo Coelho
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNFC	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROCERA	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSD	Partido Social Democrático
QRCode	Quick Response Code
RMR	Região Metropolitana de Recife
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SISORG	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SMSF	Submédio do São Francisco
SPG	Sistema Participativo de Garantia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
TBT	<i>Technical Barriers to Trade</i>
UDR	União Democrática Ruralista
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola do Brasil
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
VALEXPORT	Associação dos Produtores Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	22
1.1	Problemas E Objetivos De Pesquisa.....	24
1.2	Justificativa.....	25
1.3	Percurso Metodológico.....	27
1.4	Estrutura Dos Capítulos.....	34
2	AGRICULTURA FAMILIAR, QUESTÃO AGRÁRIA E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA.....	36
2.1	Agricultura Familiar: revisitando alguns conceitos da literatura clássica.....	36
2.2	Agricultura Familiar na contemporaneidade.....	40
2.3	Questões Agrárias, Assentamentos Rurais e Movimentos Sociais no Brasil: algumas discussões teóricas.....	51
2.3.1	<i>Período colonial e Sistema de Sesmarias.....</i>	<i>52</i>
2.3.2	<i>Período imperial e Lei de Terras de 1850.....</i>	<i>53</i>
2.3.3	<i>Ditadura militar, Estatuto da Terra e Revolução Verde.....</i>	<i>55</i>
2.3.4	<i>Reforma Agrária na Nova República do Brasil.....</i>	<i>60</i>
3	ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL E MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO.....	68
3.1	Movimentos Sociais e Assentamentos Rurais no Brasil.....	68
3.2.	A importância dos movimentos sociais do campo.....	71
3.2.1	O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Projeto de Reforma Agrária Popular.....	72
3.2.2	<i>MST e os Assentamentos Rurais de Reforma Agrária.....</i>	<i>74</i>
3.3	“Impérios alimentares” e processos de resistência.....	80
3.4	Estratégias de resistência e formas alternativas de produção.....	81
3.5	Ressignificação das formas tradicionais de produção.....	82
3.6	Agroecologia: uma forma de resistência estratégica.....	84
3.6.1	<i>Algumas definições sobre Agroecologia.....</i>	<i>85</i>
3.6.2	<i>Movimentos sociais, políticas públicas e Agroecologia.....</i>	<i>89</i>
4	A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS AGROALIMENTARES.....	97
4.1	Capitalismo agrário e sistemas agroalimentares globalizados.....	97
4.1.1	<i>Algumas considerações a respeito dos modelos alternativos e convencionais de mercado.....</i>	<i>99</i>
4.1.2	<i>Regimes Alimentares.....</i>	<i>100</i>
4.1.3	<i>A emergência de novos nichos alternativos de produção alimentar.....</i>	<i>102</i>
4.1.4	<i>Os modelos convencionais e alternativos de produção e as novas tendências de consumo.....</i>	<i>104</i>

4.1.5	<i>Hibridização dos mercados alimentares: entre a “endogeneização” e “convencionalização”</i>	107
4.2	Selos, registros e certificações orgânicas: origens, princípios e novas possibilidades de inserção competitiva.....	110
4.2.1	<i>Sobre a origem das certificações</i>	111
4.2.2	<i>Formas de Certificações no Brasil</i>	113
4.2.3	<i>Elementos para uma teoria social dos selos e certificações</i>	115
4.2.4	<i>Selos como operadores de eficácia</i>	118
4.3	A distinção dos alimentos e seus distintivos sociais: habitus, gosto, estilo de vida e formas de consumo.....	120
4.3.1	<i>Estilo de vida</i>	120
4.3.2	<i>Habitus</i>	121
4.3.3	<i>Gosto, classe social e formas de consumo</i>	121
4.3.4	<i>Distinção social e consumo alimentar</i>	122
4.3.5	<i>A agricultura ecológica e sua “eficácia mágica”</i>	124
4.4	Agricultura Familiar e mecanismos de qualificação: estratégias de resistência e lutas por reconhecimento.....	126
4.4.1	Padrões de reconhecimento intersubjetivos: amor, direito e solidariedade....	128
4.4.1.1	Amor	129
4.4.1.2	Direito	129
4.4.1.3	Solidariedade	130
4.4.2	Honneth e Bourdieu	131
4.4.3	Honneth e Parsons	132
4.4.4	A teoria do reconhecimento de Honneth no âmbito da agricultura familiar	135
5	O ASSENTAMENTO MANDACARU DE AGRICULTURA FAMILIAR	140
5.1	O Submédio do São Francisco.....	140
5.1.1	<i>Reestruturação produtiva e acentuação das desigualdades sociais</i>	144
5.2	O Assentamento Mandacaru de Agricultores(as) Familiares: lutas, desafios, conquistas e resistências.....	147
5.2.1	<i>Ocupação da Terra</i>	147
5.2.2	<i>“Fase dos barracos”</i>	150
5.2.3	<i>Mutirões coletivos</i>	153
5.2.4	<i>Primeiro crédito de fomento</i>	155
5.2.5	<i>Contrato de Concessão de Uso da Terra (CCU)</i>	156
5.2.6	<i>Criação da Associação</i>	158
5.2.7	<i>Telecentro de Capacitação Digital</i>	163
5.2.8	<i>Divisão dos Lotes e Demarcação da Terra</i>	164
5.2.9	<i>Área comunitária</i>	166

5.2.10	<i>Agrovila.....</i>	168
5.2.11	<i>Loteamentos familiares.....</i>	168
6	AGRICULTURA ORGÂNICA E REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA: UM MODELO ALTERNATIVO DE PRODUÇÃO PARA O MERCADO LOCAL.....	170
6.1	<i>Agricultura orgânica e reprodução socioeconômica: um modelo alternativo de produção para o mercado local.....</i>	<i>170</i>
6.1.1	<i>A horta orgânica do Assentamento Mandacaru.....</i>	<i>170</i>
6.1.2	<i>Das técnicas de manejo ecológico.....</i>	<i>176</i>
6.1.3	<i>Entre adesões e rejeições.....</i>	<i>178</i>
6.1.4	<i>APROVASF.....</i>	<i>183</i>
6.1.5	<i>Cursos de capacitação.....</i>	<i>184</i>
6.1.6	<i>A importância do papel das mulheres.....</i>	<i>186</i>
6.1.7	<i>Projeto Chapéu de Palha.....</i>	<i>189</i>
6.1.8	<i>A importância das feiras orgânicas locais.....</i>	<i>193</i>
6.1.9	<i>PAA e PNAE.....</i>	<i>197</i>
6.1.10	<i>A experiência do Assentamento Mandacaru com as políticas públicas de abastecimento do governo.....</i>	<i>198</i>
6.1.11	<i>Qualidade de vida.....</i>	<i>203</i>
6.1.12	<i>Reconhecimento Social.....</i>	<i>206</i>
7	ADOÇÃO DE CERTIFICAÇÕES DE QUALIDADE ORGÂNICA E FORMAS DE INSERÇÃO ECONÔMICO PRODUTIVO DO ASSENTAMENTO MANDACARU.....	211
7.1	<i>Em busca da certificação de qualidade: uma breve análise sobre as motivações e vantagens competitivas acerca do mercado orgânico.....</i>	<i>211</i>
7.1.1	<i>Organização de Controle Social (OCS) e Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPACs): definições, vantagens e desvantagens.....</i>	<i>213</i>
7.1.2	<i>Contratando uma certificadora auditada: o caso da empresa Chão Vivo.....</i>	<i>219</i>
7.1.3	<i>O processo de certificação orgânica: reconversão produtiva e sanções.....</i>	<i>221</i>
7.1.4	<i>De volta aos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPACs): o caso da ABC.....</i>	<i>223</i>
7.1.5	<i>O regresso à certificação auditada: de volta a Chão Vivo.....</i>	<i>224</i>
7.1.6	<i>Empresas de certificação auditadas, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e selo SISORG.....</i>	<i>226</i>
7.1.7	<i>Procedimentos da auditoria de campo e proteção da área produtiva.....</i>	<i>230</i>
7.1.8	<i>A importância do plano de manejo, caderno de campo e formas de rastreabilidade dos produtos.....</i>	<i>232</i>
7.1.9	<i>Custos de certificação e objetivos empresariais.....</i>	<i>236</i>
7.2	<i>Certificação orgânica e qualidade de vida.....</i>	<i>238</i>

7.2.1	<i>Implicações e limites da agricultura orgânica no mercado local: antigas dificuldades e novos desafios.....</i>	241
7.2.2	<i>A questão da água.....</i>	241
7.2.3	<i>A participação do poder público e a predominância de uma cultura produtiva convencional.....</i>	248
7.2.4	<i>O problema da aquisição de matérias-primas e a necessidade de uma produção em escala.....</i>	252
7.2.5	<i>Antigos desafios e novas expectativas de mercado: o Assentamento Mandacaru e seus projetos futuros.....</i>	256
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	260
	REFERÊNCIAS.....	267
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRIMEIRA VIAGEM DE CAMPO (01\2020).....	286
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA – SEGUNDA VIAGEM DE .. CAMPO (10\2021).....	288
	APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA ONLINE (07\2022).....	289

1 INTRODUÇÃO

Esta tese analisa as implicações relacionadas a um processo de transição orgânica/agroecológica e de implementação de certificação orgânica sobre a reprodução socioeconômica de famílias assentadas e sobre o reconhecimento social do grupo, em cenários marcados por forte competitividade no campo da produção agroalimentar.

O estudo dessas questões exigiu uma reaproximação diligente para com algumas concepções clássicas da Sociologia Rural, por ajudarem na reflexão da natureza dinâmica dos estabelecimentos rurais como fator fundamental à compreensão de suas especificidades em termos de produção e modos de vida (SHANIN, 2005). Tal perspectiva permite que não se perca de vista a forma como os agricultores têm se adaptado às circunstâncias externas que lhes são impostas, sem que, com isto, precisem abrir mão das suas particularidades enquanto camponeses (MENDRAS, 1987). Para tanto, também fez-se necessário atinar para as conjecturas socioeconômicas que têm pressionado esses atores a recriarem os seus projetos de vida e as suas condições de vida e de trabalho (WANDERLEY, 2009).

Cavalcanti (2004, p. 21) chama a atenção para a diversidade de estratégias realizadas pelos atores sociais voltados ao campo da produção dos alimentos, no sentido de responderem às exigências de mercados globalizados extremamente competitivos. Como admite essa autora, tais exigências têm produzido grandes obstáculos à inserção dos pequenos agricultores nos circuitos agroalimentares, contribuindo para a exclusão social de grande parte desse contingente. São questões, como admite, que desafiam teórica e metodologicamente o campo da Sociologia da Agricultura.

Tais obstáculos, que penalizam as condições de vida e de trabalho da agricultura familiar, serão analisados tendo como base a noção de lutas por reconhecimento, desenvolvida no âmbito da teoria de Axel Honneth (2003). Por meio desta teoria, é possível aferir que os obstáculos e barreiras criados pela lógica capitalista de produção em relação à agricultura familiar podem ser considerados como formas de “desrespeito” e “denegação”, impedindo a plena realização dos sujeitos envolvidos, no campo das relações pessoais, do direito e da integridade social. Entretanto, esta teoria também nos permite compreender que se, por um lado, as diversas formas de “rebaixamento” e “humilhação” tendem a ameaçar a identidade desses sujeitos sociais, também se colocam na própria base da constituição das suas lutas por reconhecimento (HONNETH, 2003).

Essas questões serão analisadas tendo como referência analítica o Assentamento Mandacaru de Agricultores(as) Familiares, localizado na cidade de Petrolina, no qual as

situações de aviltamento vivenciadas pelos seus integrantes, ao longo da sua trajetória, podem ser tratadas como um exemplo emblemático de um esforço de superação de “reconhecimento recusado” (HONNETH, 2008). Várias foram as experiências de estigma social relatadas pelo grupo de produtores em questão, na ocasião da pesquisa. E vários também foram os processos de luta contra a desconfiança e a discriminação. Lutas essas que se iniciavam na medida em que aqueles sujeitos sociais passavam a se identificar enquanto parte de uma coletividade legítima, através do amadurecimento de uma consciência intersubjetiva, capaz de orientar a formulação de estratégias de resistência e de superação das condições de subalternização social (HONNETH, 2003).

Com efeito, ao contestar os esquemas de regulação e ao propor a substituição das práticas produtivas convencionais por experiências orientadas a partir de conhecimentos e habilidades vinculados ao seu contexto social familiar, o campesinato tem lançado mão de formas relativas de insubordinação que reiteram sua capacidade de autonomia. A condição de “independência” atribuída por Ploeg (2008), nesse sentido, refere-se, particularmente, à competência dos agricultores em criarem meios inovadores que lhes assegurem melhores possibilidades de emancipação frente ao sistema dominante. Perspectiva que, na concepção de Schneider (2016, p. 117), implica na “capacidade de agência do ator social para organizar um determinado estilo de agricultura, a partir de sua família, da base de recursos físicos de que dispõe e de seu saber-fazer”.

Ploeg (2008), ao considerar as novas tecnologias camponesas de produção, traz ao debate as diferentes estratégias de superação elaboradas pela agricultura familiar no sentido de sobrepujar suas condições de submissão perante os “impérios alimentares”. Segundo este autor, as práticas alternativas de combate à difusão de técnicas e manejos agrícolas convencionais têm permitindo aos pequenos produtores rurais melhores condições de autonomia social, além da obtenção de outras fontes de rendimento econômico. A participação em esquemas públicos de abastecimento e a criação de novos nichos alternativos de comercialização, assim como a adoção a alguns instrumentos de qualificação alimentar, podem ser destacadas como “novas formas de criar (e proteger) níveis mais elevados de valor agregado” (PLOEG, 2008, p. 294).

No que diz respeito às certificações de qualidade alimentar particularmente, discute-se que a sua origem está relacionada aos mercados contemporâneos e à expansão do capitalismo (RADOMSKY, 2015). Contudo, muito embora esses dispositivos de conformidade tenham sido criados com a finalidade de atestar os requisitos de seguridade impostos pelo mercado global, o entendimento em torno da sua utilização vai muito além da simples funcionalidade

burocrática, principalmente quando se leva em conta a sua capacidade de vetorização e transferências dos valores simbólicos da agricultura familiar.

Ademais, pelo fato de evocarem, na perspectiva de Radomsky (2015), gramáticas morais, singularidades locais e relações de confiança mútua, nos pareceu muito oportuno investigar a iniciativa de grupos sociais que se utilizam desses mecanismos, como um meio de garantia à materialização das suas identidades e reafirmação da sua importância social. Foi com esse propósito que esta pesquisa procurou dar uma atenção especial ao “poder mágico” conferido aos selos e certificações de qualidade alimentar, enquanto instância política de luta por reconhecimento.

1.1 Problemas E Objetivos De Pesquisa

A partir da década de 1990, com o surgimento de diversos movimentos de contestação ao sistema convencional, abriu-se um espaço para a elaboração de práticas alternativas baseadas em sistemas de valor mais sensíveis à sustentabilidade ambiental e à justiça social (PICOLOTTO, 2007). Com efeito, o combate à disseminação de alimentos contaminados por agrotóxicos impulsionou o aumento das demandas de consumo por produtos orgânicos, ao mesmo tempo em que asseverou as exigências mundiais relacionadas à segurança alimentar e denominação de origem dos alimentos (NIEDERLE, 2014). Nessas circunstâncias, os selos, registros e certificações de qualidade vêm se constituindo como um dos mais importantes pilares para a regulação de mercadorias orgânicas e ecológicas de qualidade (RADOMSKY, 2015).

O conceito de qualidade, entretanto, deve abarcar o conjunto das percepções socioculturais atribuídas aos alimentos (KRONE, 2018), não podendo se limitar apenas à reprodução de parâmetros normativos historicamente elaborados dentro do campo de disputas do ordenamento dominante (SONNINO; MARSDEN, 2006). Negar a polissemia do conceito de qualidade, portanto, é sentenciar as condições locais em que os alimentos são produzidos, limitando a constituição desses produtos à propriedades físicas, que não dialogam com os conhecimentos artesanais e modos de vida tradicionais que precedem a sua existência material (RADOMSKI, 2015). Nessas circunstâncias, o uso desses aparatos técnicos sugere, mais do que um simples cumprimento às normatizações do mercado, uma forma de legitimação das “gramáticas sociais” e “justificações críticas” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991) da agricultura familiar em relação aos modelos de produção convencionais.

Nesse sentido, o uso de selos, marcas, registros e certificados de qualidade, para além

da sua funcionalidade burocrática, pode se tornar de extrema relevância para a compreensão das identidades e significados que permeiam as estratégias de inserção competitiva da agricultura familiar nos mercados agroalimentares contemporâneos. Diante disso, parte-se da hipótese de que a criação de formas alternativas de produção, aliadas à adoção de ferramentas de certificação alimentar, podem se converter em vetores de emancipação social, de melhoria da qualidade de vida e reconhecimento social dos grupos envolvidos nesses processos.

Uma tal perspectiva nos leva às seguintes indagações: como a adesão aos dispositivos de certificação alimentar tem contribuído para a superação das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares do Assentamento Mandacaru, em termos de inserção econômico-produtiva, de reprodução social, de resistência e de reconhecimento social? Quais as trajetórias trilhadas e obstáculos enfrentados nesse longo processo de certificação? Quais as conquistas identificadas pelo grupo, ao longo desse processo? E, finalmente, quais os projetos ligados ao futuro da atividade?

Tomando como referência analítica o Assentamento Mandacaru, constitui como objetivo principal desta tese analisar as implicações relacionadas a um processo de transição orgânica/agroecológica e de implementação de certificação orgânica sobre a reprodução socioeconômica de famílias assentadas e sobre o reconhecimento social do grupo, em cenários marcados por forte competitividade no campo da produção agroalimentar.

No que tange aos objetivos específicos, procurou-se: a) investigar a trajetória histórica de implementação do assentamento Mandacaru dentro do contexto do Vale do São Francisco; b) avaliar como se deu o processo de certificação orgânica/agroecológica no assentamento, em suas diversas fases de implementação, avaliando as suas implicações sobre a qualidade de vida e sobre a constituição identitária do grupo; c) analisar o papel das associações locais na organização e estruturação do modelo orgânico de produção; d) situar as bases do modelo alternativo de produção introduzidas pelo assentamento, em face ao modelo convencional praticado no Vale do São Francisco.

1.2 Justificativa

O interesse pela temática relaciona-se à oportunidade de dar continuidade a um trabalho de pesquisa que venho desenvolvendo ao longo dos últimos onze anos, iniciado ainda quando bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FACEPE, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Naquela ocasião, tive a oportunidade de participar da pesquisa “Cooperativas, Territórios e Identidade local em meio às dinâmicas globais do Vale do São

Francisco”, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires. Pretendia-se, naquele momento, avaliar a importância do cooperativismo agrícola em meio à concorrência global, descrevendo as estratégias empresariais adotadas por uma cooperativa especializada na comercialização de uvas do Vale do São Francisco – a Cooperativa dos Exportadores de Frutas do Vale do São Francisco (Copexfruit) - no âmbito do contexto da crise global de 2008.

A Copexfruit, em meio ao agravamento da crise no Vale do São Francisco, passou a canalizar a maior parte de sua produção para o mercado nacional, corroborando a tendência dos produtores da região, já observada por Pires e Cavalcanti (2009; 2012) no âmbito da crise global. O mercado nacional/local tornou-se um “vetor de amortecimento” dos efeitos negativos relacionados à crise, que passou a absorver cerca de 70% da produção de uvas, chamando a atenção para a importância do mercado nacional para os negócios frutícolas da região.

Esta pesquisa inicial, além de ter subsidiado a minha monografia de conclusão do curso em Ciências Sociais, lançou as bases para a elaboração de um projeto de dissertação de mestrado, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Na condição de bolsista dessa pós-graduação, procurei analisar o caráter excludente da dinâmica do polo frutícola na região do Vale do São Francisco, dando particular destaque à distinção entre as noções de polo produtivo dinâmico e arranjos produtivos locais (APLs). Neste percurso, entrevistei alguns dos produtores e gestores de negócios no campo da fruticultura local, além de técnicos de institutos de pesquisa da região.

Como resultado de pesquisa, foi possível constatar que não havia evidências de vínculos e/ou parcerias entre as empresas e organizações da região no sentido de sedimentarem um trabalho conjunto, capaz de promover arranjos produtivos que incluíssem dos grandes aos pequenos produtores locais. A predominância do individualismo e do isolamento relatado nos discursos dos diversos atores entrevistados dava provas de que a região não podia ser considerada nos moldes de um Arranjo Produtivo Local (APL), restringindo-se a um Polo Produtivo Dinâmico voltado para o abastecimento de frutas no mercado nacional e internacional.

A partir do meu ingresso no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, passei a perscrutar outros objetos de pesquisa, ainda no âmbito do Vale do São Francisco, agora mais voltados às dinâmicas produtivas e comerciais de pequenos produtores familiares assentados, envolvidos com a produção orgânica e com a implementação de

certificações de qualidade orgânica.

Nos novos propósitos de análise, as dinâmicas produtivas e comerciais do Assentamento Mandacaru, a partir das formas de reconversão produtiva e da utilização dos certificados de qualidade alimentar, tornaram-se particularmente importantes, não apenas enquanto ferramentas capazes de cumprir com as formas de produção e circulação de mercadorias exigidas pelo mercado agroalimentar, permitindo-lhes uma maior inserção econômico-produtiva em ambientes de forte competitividade, mas, sobretudo, por munir o grupo de maior reconhecimento social e laços identitários. Fato que tende a aliar a criação de formas alternativas de produção à adoção de ferramentas de certificação alimentar enquanto vetores de emancipação econômica e de reconhecimento social.

A importância deste trabalho está relacionada ao aprofundamento dos processos sociais e particularidades que envolvem os modos de existência da agricultura familiar, seja a partir da criação de formas alternativas de produção, seja por meio de estratégias inovadoras que incrementam suas dinâmicas de trabalho, no sentido não apenas de permitir uma inserção mais competitiva desta categoria social nos mercados, mas de reforçar os laços de convivência e os valores que caracterizam a agricultura familiar na sua condição de vida e de trabalho.-

Estima-se, portanto, que esta pesquisa possa contribuir para as reflexões sociológicas acerca das estratégias de resistência formuladas pelos agricultores familiares, enquanto expressão das suas lutas por reconhecimento, o que implica, em última instância, em aprofundar as reflexões acerca da sua reprodução social e da preservação do seu modo de vida.

1.3 Percorso Metodológico

Privilegiou-se, nesta tese, temas correlacionados às tendências do mercado globalizado, diversidade social da agricultura familiar, reforma agrária, assentamentos rurais e agroecologia, bem como as distintas estratégias de resistência elaboradas pelo conjunto dos pequenos produtores rurais para responder às imposições do sistema agroalimentar; temas caros à Sociologia Rural e à Sociologia da Agricultura. Também foram destacados, no âmbito da Sociologia Contemporânea, a teoria das lutas por reconhecimento, cunhada por Axel Honneth, para analisar o poder alegórico dos selos e certificações em referência aos valores imateriais da agricultura familiar.

O Assentamento Mandacaru foi escolhido mediante a indicação de especialistas da

Embrapa e do Sebrae, entre os anos de 2012 e 2017, durante a minha imersão nas pesquisas sobre as dinâmicas comerciais e produtivas das cooperativas de uva e manga do Vale do São Francisco. O conjunto das práticas de vida e de trabalho que orientam as ações desses agricultores-assentados e que representa as estratégias de resistência da agricultura familiar para se estabelecer no mercado agroalimentar contemporâneo, constituía a matéria prima para os nossos propósitos de investigação.

Os projetos e objetivos que têm conduzidos a atuação desses produtores no Vale do São Francisco, especialmente no sentido de desenvolverem um projeto agrícola alternativo de caráter orgânico, exprimem não apenas as contradições de um território marcado por tensões sociais, desigualdades e alta competitividade, mas também, como observa Lamarche (1991), as tradições, história e fatores identitários que caracterizam o grupo estudado, tornando-os uma categoria social representativa de uma coletividade.

Fundado em 1999, o Assentamento Mandacaru, como é habitualmente conhecido, é resultado de uma ocupação realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e formalizada por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Habitado, atualmente, por um grupo de 70 famílias, a área total do assentamento integraliza 490 hectares, sendo 90 ha reservados à reserva da caatinga, 25 ha perfazendo à vila e 375 ha destinados à produção. A maioria das famílias do assentamento migrou para o Vale do São Francisco com objetivo de obter um lote irrigado e perscrutar melhores condições de vida, longe das dificuldades associadas à seca no Sertão.

Com o intuito de investigar a importância das ferramentas de conformidade alimentar orgânica (certificação participativa e certificação orgânica) para o desenvolvimento das dinâmicas produtivas e comerciais do assentamento, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa. As análises empreendidas neste trabalho são produto das narrativas dos atores sociais envolvidos com a utilização dessas ferramentas no âmbito do competitivo mercado de alimentos frescos do Vale do São Francisco. Diante da multiplicidade de sujeitos, direta e indiretamente ligados à cadeia produtiva de alimentos orgânicos da região, tornou-se necessário aproximar-se não apenas dos assentados, mas também de alguns gestores públicos locais (Codevasf e Univasf), empresas de certificação (ABC e Chão Vivo) e outros produtores agrícolas ligados ao Projeto Senador Nilo Coelho (N1 e N2).

Não houve um número previamente determinado de entrevistas. Estas iam sendo realizadas na medida em que se faziam necessárias para a compreensão e aprofundamento das temáticas em pauta. Foram privilegiadas as lideranças locais, pelo tempo de vida no assentamento e por serem portadoras de um conhecimento mais detalhado dos principais

acontecimentos vivenciados pelo grupo e que influenciaram a dinâmica do assentamento no curso do tempo. No total, foram entrevistadas 15 pessoas assim distribuídas: 8 agricultores do Assentamento Mandacaru; 3 produtores dos Núcleos Produtivos do Projeto Nilo Coelho; 1 diretor da Codevasf; 2 professores da Univasf e 1 técnico da certificadora Chão Vivo. As entrevistas realizadas com o conjunto dos agricultores do Assentamento Mandacaru e dos Núcleos Produtivos do Projeto Nilo Coelho transcorreram nas feiras públicas das cidades de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, assim como nas próprias unidades de moradia/trabalho dos produtores.

As conversações só eram concluídas quando os relatos atingiam níveis significativos de repetição e saturação, tendo em vista os objetivos propostos. O tópico guia das entrevistas abarcou as estratégias e a formulação das decisões a respeito das dinâmicas de produção e comercialização coletivas, bem como as transformações associadas à vida social das famílias. No que diz respeito aos demais entrevistados, o tópico guia abrangeu questões relacionadas à performance do assentamento no mercado local, à importância das certificações de qualidade orgânica para o desenvolvimento socioeconômico dos produtores e reconhecimento social do Mandacaru, bem como as distintas tensões que ora aproximam ora apartam os modelos produtivos de agricultura alternativa e convencional.

No que diz respeito à trajetória histórica do assentamento, considerou-se as suas principais formas de organização social, o estabelecimento das suas lideranças, a forma como se deu a divisão dos lotes, as primeiras estratégias de financiamento e acesso aos programas governamentais. A partir daí, procurávamos compreender como o processo de reconversão produtiva fora implementada pelos assentados, com vistas à sua inserção no mercado local, destacando, especialmente, as circunstâncias que os levaram a adotar os selos e certificações de qualidade. Interessávamos compreender as implicações dessas iniciativas para a melhoria da qualidade de vida dos produtores e para o reconhecimento social do assentamento.

O procedimento metodológico consistiu na gravação de entrevistas em áudio, baseado em prévio consentimento dos interlocutores. Através das entrevistas, procurou-se aprofundar e detalhar processos, práticas, representações e narrativas dos interlocutores a respeito do tema da pesquisa e da trajetória de vida das famílias estudadas. Estas entrevistas foram organizadas mediante a identificação de um enredo, que facilitou a contextualização da sequência de episódios particulares e gerais sobre o contexto narrado, seguindo a recomendação de Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 91).

Para a apreciação das narrativas, seguiu-se a técnica metodológica da história oral, com base no modelo de Le Goff (1998), no qual se faz presente “[...] uma história do poder

sob todos os seus aspectos, nem todos políticos, uma história que inclua notadamente o simbólico e o imaginário” (LE GOFF, 1998, p. 08). A proposta de utilizar a História Oral como método permite novas possibilidades de interpretação, para além de fatos e documentos, contribuindo com informações pesquisas e publicações muito mais ricas em informações e análise (SANTOS; SILVA, 2022).

A partir da realização de entrevistas, foi possível construir novos cenários de pesquisa, que se constituíram em materiais de suma importância para a compreensão das formas de vida e de trabalho do Assentamento Mandacaru. Dentro dessa perspectiva, o comportamento contextual dos indivíduos passa a ser compreendido em termos cognitivos. A interpretação da linguagem, nesse caso, envolve um tipo de conhecimento baseado na “interdisciplinaridade integrativa” entre o *background* teórico do pesquisador e as informações extraídas de seus depoentes (WODAK; KRZYZANOWSKI, 2008). Tal como sublinha Bauer, Gaskell e Allum (2002), o pesquisador deve ter a capacidade de ver através dos olhos daqueles que estão sendo pesquisados, captando as interpretações que os atores sociais possuem do mundo, bem como o comportamento motivado por estas interpretações.

Todavia, é preciso destacar que a pesquisa realizada no Assentamento Mandacaru, entre os anos de 2020 e 2021, foi fortemente impactada pela pandemia da COVID-19. As medidas de segurança pública decorrentes da política de isolamento social impostas pela epidemia da COVID-19 fez com que o calendário de pesquisa fosse duramente alterado em termos de extensão, forçando-nos a reduzir o tempo de permanência do campo, que passou a ser compensado através de entrevistas realizadas por WhatsApp e por vídeo conferência. Desta feita, os trabalhos de campo, que haviam se iniciado em janeiro de 2020, só foram retomados, presencialmente, a partir de novembro de 2021, obrigando-nos a retardar também a análise dos dados e a discussão dos resultados. Nesse ínterim, fez-se necessário contatar alguns dos depoentes, em especial o gerente da certificadora Chão Vivo e Ozaneide, a principal liderança do assentamento, via *WhatsApp*.

As narrativas dos agricultores entrevistados foram identificadas através das sílabas iniciais que compõem os seus nomes, com o intuito de preservar a sua identidade. No tratamento analítico dos dados, os depoimentos foram transcritos e organizados com base na análise de conteúdo de Bardin (1977), por eixo temático. Nessa direção, recortes das falas dos entrevistados foram agrupados, a partir dos temas de interesse da pesquisa, gerando as sessões que expressam a expertise dos entrevistados em torno dos seus processos de produção e comercialização. O nosso intuito era o de registrar as falas, garantindo a espontaneidade das respostas. Tal modelo de entrevista permitiu que fossem realizadas, portanto, questões

surgidas no próprio processo, valorizando o encontro entre entrevistador e entrevistado, a fala deste último e as reflexões imediatas do pesquisador (DALL'AGNOL; TRENCH, 1999). Além disso, realizou-se uma pesquisa documental, por meio da consulta de planos de trabalho, relatórios técnicos e outros dados institucionais disponibilizados pela Associação dos Agricultores(as) Familiares do Assentamento Mandacaru (AAFAM) e pela Associação dos Produtores Orgânicos do Vale do São Francisco (APROVASF).

Ao longo do processo de observação, foi possível registrar como os agricultores-assentados organizam e desenvolvem as suas atividades de trabalho dentro dos seus espaços de produção, assim como se relacionam com clientes, instituições parceiras e empresas de certificação. As principais formas de organização social; o estabelecimento das lideranças locais, os movimentos de ocupação, a divisão e oficialização dos lotes, as primeiras oportunidades de financiamento e acesso aos programas governamentais e, fundamentalmente, o desenvolvimento dos processos de transição produtiva e de certificação orgânica como meio estratégico de inserção nos mercados foram os principais eixos estabelecidos para a elaboração dos roteiros de entrevista e compreensão da arqueologia do objeto de estudo.

A feira se revelou como um importante espaço para a realização da pesquisa observacional, sobretudo em face do espírito de cooperação por parte das famílias rurais e microempresários da fruticultura irrigada. Nessa circunstância, foi possível realizar entrevistas e conversas informais com outros interlocutores, especialmente com os produtores empresariais dos Projetos de Irrigação Nilo Coelho, embora esses últimos não estivessem circunscritos no cômputo geral dos entrevistados.

Durante os últimos meses de 2019, foi elaborado um cronograma de visitas ao assentamento e a alguns órgãos locais da cidade de Petrolina-PE para a realização de entrevistas, todas efetuadas de forma semiestruturada, tendo em vista a possibilidade da construção de dados circunspectos à visão de mundo dos agricultores. Nestes termos, buscou-se realizar um trabalho investigativo de leitura e interpretação do discurso social, a partir de uma aproximação do ponto de vista nativo (GEERTZ, 1989).

Foi, entretanto, com a minha hospedagem na residência de uma família assentada que o “trabalho etnográfico” ganhou maior robustez, na medida em que me permitia usufruir de uma estreita rede social de parentesco e de vizinhança e de integração aos espaços de sociabilidade dos assentados. Tal oportunidade me garantiu a participação em festividades comunitárias e passeios casuais, através dos quais pude ter acesso às práticas, saberes, fazeres, valores e códigos culturais que referenciam a vida das famílias estudadas.

O contado inicial com as lideranças do Mandacaru deu-se por meio de telefone, quando foi agendada a primeira imersão no assentamento, por um período de 15 dias, no mês de janeiro de 2020. Na ocasião, fui gentilmente acolhido na residência de Ozaneide Gomes, líder do assentamento. Num segundo momento, realizado em novembro de 2021, fiquei alojado na casa de uma das mais antigas agricultoras do assentamento, Dona Maria Luiza Gomes, mãe da Ozaneide, dessa vez por um período de tempo de 7 dias. Em ambas as ocasiões, fui desenvolvendo um processo etnográfico que me permitia complementar as informações à luz das principais questões da pesquisa e a ampliar o meu horizonte de investigação, ao conhecer outras experiências, a exemplo do assentamento vizinho, conhecido como Terra da Liberdade. O convívio diário e prologando com os agricultores-assentados do Mandacaru foi de suma importância para o reconhecimento das suas dinâmicas produtivas e modos de vida, possibilitando um profundo diálogo com a realidade dos atores estudados.

Primeiras impressões: um pequeno esboço do diário de campo

Ao chegar ao assentamento, me deparei com um grande parque construído a partir de materiais reciclados (pneus, barras de ferro e garrafas PET) no qual, de acordo com os relatos, os assentados costumam realizar gincanas e angariar fundos para a realização de passeios turísticos pelas cidades de Petrolina e Juazeiro, especialmente para as crianças. Logo após o parque, observa-se a estação de água da comunidade (grandes caixas suspensas cercadas por grades). Em frente à estação, ficam as casas de moradia, enfileiradas lado a lado, em quatro quarteirões. Entre as casas, no coração da vila, foram construídas igrejas de diferentes orientações religiosas (católica, protestante e evangélica), a partir das doações dos próprios fieis, segundo relato dos entrevistados. Há também dois bares: um menor (sem nome), com sinuca e duas ou três mesas; e um maior (o Amarelão), com várias mesas ao redor de uma churrasqueira. Os bares costumam abrir a partir da quarta-feira e podem ser considerados como os espaços de lazer mais frequentados pelos assentados e suas famílias. Perto do Amarelão, há uma barraca de pastel (onde também se vende hambúrguer e cachorro quente), rodeada por mesas de plástico, que fica aberta todas as noites.

Na ocasião da minha primeira visita, fui inicialmente recepcionado por Dona Maria Luiza, primeira presidente da história do assentamento. Apesar da sua idade avançada, a produtora fez questão de me acompanhar durante todos os dias da minha estadia, tanto na visita aos quintais produtivos dos assentados, como nas feiras orgânicas semanais realizadas nas cidades de Petrolina e Juazeiro. Além de me hospedar em sua própria casa, Dona Maria Luiza insistia em preparar todas as minhas refeições, utilizando sempre ingredientes oriundos da horta orgânica comunitária. No decorrer dos quinze dias que integraram a minha primeira visita ao Mandacaru, decidíamos juntos, habitualmente no decurso do café da manhã, o roteiro das visitas do dia e a escolha dos agricultores que seriam entrevistados, sempre respeitando a disponibilidade dos depoentes, que ora estavam lavrando a terra, ora estavam fora da comunidade comercializando seus produtos na cidade.

Durante o período da noite, nos dirigíamos à casa de Dona O., principal liderança do assentamento e filha de Dona ML., a fim de acessar informações mais

técnicas e detalhadas sobre o funcionamento do Mandacaru. Por insistência das produtoras e sob o argumento de que lá desfrutaria de mais conforto e companhia, acabei me instalando nesta outra casa, do segundo ao último dia de pesquisa. De fato, a mudança foi muito proveitosa, mas não exatamente em razão da casa de Ozaneide ser mais bem equipada, e sim por ser um ponto de encontros recorrentes entre produtores que a procuravam a fim de pedir esclarecimentos, prestar contas ou fazer algum tipo de reclamação em relação às dinâmicas coletivas que envolviam, principalmente, a coleta de produtos para os programas de abastecimento do governo que estavam sendo realizados durante aquela temporada.

Boa parte do tempo em que estive no assentamento, me esforcei para me dividir entre a realização de entrevistas e o acompanhamento do trabalho dos agricultores na horta comunitário e no galpão de triagem da associação, no qual as mercadorias eram recebidas, separadas e despachadas para as instituições que fazem parte do PAA e do PNAE. Tanto o galpão de triagem como a horta orgânica se constituíram em importantes espaços de observação e trocas de conhecimento, uma vez que é nesses locais que os produtores discutem sobre sua rotina de trabalho e acontecimentos de ordem familiar, entre outras questões. Nesses lugares comuns, em meio a enxadas, arados, fardos e balanças, uns ajudavam aos outros a entender algumas questões que não estavam ainda muito claras, e a discutirem sobre os aspectos necessários para manter o fluxo das dinâmicas de trabalho.

Como pôde ser observado, as características que marcam as relações sociais entre os assentados do Mandacaru são a confiança, a solidariedade mútua e a política da boa vizinhança, traço muito típico às comunidades tradicionais. Se alguma coisa está faltando para alguém que vai à feira, por exemplo, uns se solidarizam com os outros no sentido de suprirem as necessidades daquele momento, sem nenhuma pressa de resolução ou cobrança por dinheiro. É um verdadeiro “toma lá - dá cá” de verduras, frutas e outros alimentos ou materiais. Isso foi observado diariamente entre os produtores feirantes que precisavam se abastecer de algum produto que não puderam colher em um determinado dia. Frequentemente pode se observar os produtos de um vizinho sendo levados à feira para posterior rateio.

Normalmente, os produtores ficam na horta até 8 h da manhã, quase nunca coletando alimentos depois disso. Os dias mais movimentados são aqueles destinados às feiras (terças, quintas e domingos). Os produtores feirantes abastecem seus carros com tudo o que precisam e se deslocam até a cidade, pelo menos em dois desses três dias. Além das feiras, todas as famílias participam dos projetos do governo, de onde retiram a maior fatia dos seus lucros.

A comunidade funciona assim: as pessoas mais velhas sempre estão trabalhando, sem descanso e sem aparente cansaço, entre idas e vindas de um lugar a outro, em busca de alguma coisa que precisem para a produção. Os jovens, ao contrário, quase sempre estão sentados em frente as suas casas, hipnotizados por aparelhos celulares, conectados à outras realidades.

Ao me aproximar da juventude, percebi que as discussões giram em torno dos acontecimentos do dia e sobre o que pretendem fazer no fim de semana. Mesmo na companhia de uma pessoa estranha como eu, os jovens não evitavam conversar sobre os seus relacionamentos mais íntimos. Também comentavam sobre as festas que frequentavam nas cidades, a quantidade de álcool que consumiam e sobre a hora que costumavam retornar ao assentamento, durante a madrugada. Apesar de não terem uma maior inserção na dinâmica produtiva, alguns relatavam suas experiências de viagem, principalmente ao Recife, quando, na condição de representantes do assentamento, participavam de feiras agroecológicas e ajudavam seus pais ou avós a

venderem os seus produtos (doces e artesanatos). Enquanto conversávamos, sempre passava algum vizinho que nos cumprimentava. Alguns se sentavam conosco e depois iam embora. A conversa de rua se alonga, em praticamente todas as noites. As áreas e atividades de lazer da comunidade são constantes e bem frequentadas. A sorveteria, além dos bares, é um ponto de encontro comum entre os jovens do Mandacaru.

Os dados obtidos durante a pesquisa foram posteriormente trabalhados, sistematizados e categorizados com o auxílio de programas de software livre. As entrevistas foram integralmente transcritas com o suporte do transcritor Google, o que garantiu a transformação do áudio em texto de forma mais célere. Já a organização do material dos arquivos digitais (entrevistas, textos de mídia e obras bibliográficas) foram armazenados na nuvem, assegurando a preservação, gerenciamento, edição e categorização dos dados empíricos e bibliográficos. A reunião do material coletado resultou em aproximadamente 30 horas de áudio transcritas em 200 páginas de material digitado e um banco de imagens com mais de 50 fotografias. Um diário de campo com o registro das atividades cotidianas do assentamento e feiras de orgânicos, nos moldes etnográficos, acompanhou todo o desenrolar da pesquisa.

1.4 Estrutura Dos Capítulos

A discussão do trabalho está organizada em duas partes, além desta introdução e das conclusões: uma primeira teórica, contendo os capítulos 1 e 2, ambos relacionados aos elementos mais descritivos da análise; e uma segunda parte, contendo os capítulos 3, 4 e 5, estes mais analíticos, a partir dos quais procurou-se articular o debate teórico aos achados empíricos.

No *Capítulo 1*, foram discutidos alguns conceitos-chave da Sociologia Rural, dando particular destaque ao campesinato e à agricultura familiar enquanto categorias sociais. O quadro de referência que conduziu a análise teórica dessas abordagens teve como focos principais a diversidade da agricultura familiar e suas formas de resistência, bem como as estratégias de adaptação utilizadas pelos pequenos produtores agrícolas frente às dinâmicas produtivas e comerciais dos mercados agroalimentares. De modo complementar, este capítulo também abordou importantes discussões em torno da reforma agrária no Brasil, dos assentamentos rurais e da Agroecologia.

A ênfase do *Capítulo 2* recaiu sobre os regimes alimentares, hibridização dos mercados agroalimentares, cadeias globais de valor, dispositivos de qualidade dos alimentos dentro de um contexto global, temas particularmente presentes entre os estudiosos da Sociologia da Agricultura. A teoria das lutas de reconhecimento pode ser considerada como

um dos principais eixos teóricos desse capítulo. Tendo como pano de fundo a construção social dos mercados agroalimentares, deu-se especial atenção às relações entre os modelos convencionais e alternativos de produção no âmbito da agricultura global. Promoveu-se uma análise sobre a reprodução social da agricultura familiar em face da modernização do *agri-food*, na qual se incluiu a noção de *quality turn* no debate em torno do uso dos selos, certificados e registros de qualidade. As similitudes estratégicas perseguidas pelos diferentes modelos de agricultura para assegurarem a estabilidade e competitividade nos mercados tiveram como fio condutor as vantagens competitivas utilizadas pelas diferentes lógicas de produção no âmbito da agricultura de mercado. Os conflitos sociais que permeiam as lógicas produtivas da agricultura, bem como as concepções morais que influenciam as formas de atuação dentro do mercado agroalimentar foram analisados no âmbito do enfrentamento das dificuldades de reprodução social da agricultura familiar, dentro de um cenário global marcado por distinções sociais e barreiras de acesso ao mercado.

O *Capítulo 3* abordou as ações políticas direcionadas à constituição do polo frutícola do Vale do São Francisco, como forma de situar a trajetória do Assentamento Mandacaru de Agricultores(as) Familiares. Neste capítulo, foram discutidos o processo de criação do assentamento, as dificuldades em torno da luta pela terra, a formação dos acampamentos na fase de ocupação da terra, os primeiros financiamentos para a realização das obras de habitação e projetos de subsistência, bem como a oficialização do assentamento através do INCRA.

O *Capítulo 4* examinou como se deram os processos de transição orgânica e inserção comercial dos agricultores do Assentamento Mandacaru nos mercados locais do Vale do São Francisco. A criação da horta comunitária e dos espaços públicos de comercialização sediados no centro das cidades de Petrolina e Juazeiro, assim como a relação dos produtores-assentados com os programas de abastecimento alimentar do governo, se constituíram como os principais eixos analíticos deste capítulo. A partir do acompanhamento desses processos, avaliou-se como a implementação de um projeto coletivo de agricultura alternativa, baseada na utilização de certificados de qualidade orgânica, foi capaz de viabilizar a reprodução socioeconômica das famílias produtoras e de ampliar o reconhecimento social do assentamento nos mercados.

No *Capítulo 5* desta segunda e última parte, foram avaliadas as implicações da adoção dos mecanismos de qualidade orgânica dentro do Assentamento Mandacaru. Nesse contexto, procurou-se observar a importância das empresas de certificação, do Ministério da Agricultura e dos selos de qualidade para os agricultores estudados, as dificuldades relacionadas à aquisição de matérias-primas, os limites da agricultura orgânica no mercado

local, bem como as dificuldades e desafios enfrentados pelos agricultores do assentamento em relação ao acesso a recursos, especialmente no que diz respeito à água e em relação à dinâmica produtiva em meio à COVID-19. Por fim, esse capítulo lança mão de uma breve análise sobre os desafios e futuros projetos do Mandacaru depois dessa pandemia.

Por fim, nas considerações finais são apontados os achados da pesquisa, com base nas análises dos principais eixos que dão suporte a essa tese. E, a partir dos projetos que inspiram os produtores-assentados, são lançadas algumas questões para futuras investigações.

2 AGRICULTURA FAMILIAR, QUESTÃO AGRÁRIA E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA

2.1 Agricultura Familiar: revisitando alguns conceitos da literatura clássica

Entre os principais autores clássicos que se debruçaram sobre o conceito de campesinato, destacamos os trabalhos de Lenin, Karl Kautsky e Alexander Chayanov. Enquanto os dois primeiros procuraram conceber a diferenciação social¹ do campesinato, através da introdução do trabalho assalariado e da subordinação da agricultura à indústria, o segundo procurou focar a sua atenção nas particularidades do funcionamento interno da unidade de produção camponesa. Fundamentalmente, esses autores buscaram compreender a questão agrária e o destino do campesinato, por meio de posições teóricas distintas (CARNEIRO, 2009).

Em conformidade com a perspectiva marxista, Lenin e Kautsky acreditavam que todos os setores da sociedade estavam definitivamente subordinados ao capitalismo. Na perspectiva leninista, com a inevitável expropriação do mundo agrário, o camponês estaria fadado à extinção, tornando-se um mero assalariado. Como assinala Lenin, o processo de desenvolvimento agrícola resultaria na “ruína do camponês”, ou na sua inevitável transformação em operário ou empresário rural” (LENIN, 1985, p. 83).

Na ótica de Kautsky (1986), o campesinato seria paulatinamente dissolvido, modificando as relações do camponês com o mercado, aumentando significativamente a sua dependência em relação ao comércio ou a quaisquer fatores externos a sua propriedade doméstica. Segundo este teórico, com o avanço do capitalismo, “o camponês deixa de ser, pois, senhor na sua exploração agrícola e se torna um apêndice da exploração industrial, transformando-se em um operário parcial da fábrica” (KAUTSKY, 1986, p. 160). De acordo com esta visão, os camponeses não estariam necessariamente fadados ao desaparecimento, como sentenciara Lenin, mas reduzidos à condição de “trabalhadores disfarçados” (CARNEIRO, 2009), subordinados a um contexto agroindustrial do qual se tornariam integralmente dependentes, sobretudo naquilo que diz respeito à satisfação de necessidades que já não poderiam ser supridas por meio das suas unidades produtivas. Do lado oposto dessas conjecturas teóricas,

¹ Segundo Lenin, o processo de diferenciação social do campesinato separa os camponeses em três grupos: os ricos, os médios e os pobres. Os camponeses ricos são aqueles que facilmente se tornarão capitalistas, pois possuem os rendimentos necessários para explorar a mão de obra de outros camponeses. Os camponeses médios são aqueles que conseguem manter seus estabelecimentos e garantir a sobrevivência de suas famílias, empregando ou não outros camponeses, mas vivem em situação de instabilidade, e podem a qualquer momento se tornar camponeses ricos ou pobres. Os camponeses pobres são aqueles que não conseguem suprir as demandas de sua família apenas com o rendimento de suas propriedades e são obrigados a vender sua força de trabalho para garantir as necessidades familiares e produtivas, estes agricultores tendem a ser desintegrados e se tornarem proletários (KHALIL, 2015).

estão os autores que defendem a tese da persistência das relações não capitalistas de produção, ainda que inseridas no contexto contraditório das relações capitalistas de produção, a exemplo de Alexander Chayanov.

O conjunto da obra desse autor apresenta uma rica análise sobre a agricultura camponesa de seu tempo, datada entre o final do século XIX e início do século XX. De uma forma geral, os neopopulistas russos acreditavam que a agricultura camponesa oferecia condições econômicas de prosperidade. Por tal razão, esses intelectuais defendiam a integração das unidades camponesas como estratégia de impulsão da economia nacional, muito embora o governo soviético de Lenin advogasse pela eliminação da propriedade privada em detrimento da criação de fazendas coletivas tuteladas pelo poder estatal, o que incluiria a expropriação da terra dos próprios camponeses (GERARDI; SALAMONI, 2014).

Para Chayanov (1974), a economia camponesa não implicava em atraso e tampouco seria eliminada em face do desenvolvimento do capitalismo. Esse autor, assim como os outros estudiosos do seu grupo da Escola da Organização e Produção, já chamava a atenção para a capacidade de adaptação e internalização do campesinato frente às circunstâncias político-econômicas, chegando a afirmar que, com o tempo, o campesinato viria a se tornar um “campo industrializado em todas as esferas do processo técnico, mecanizado e eletrificado, um campo que terá aproveitado todas as conquistas da ciência e da tecnologia agrícola” (CHAYANOV, 1974, p. 42).

Em oposição à perspectiva marxista-leninista, a teoria econômica construída por Chayanov julgava que a distribuição dos recursos das unidades produtivas familiares, isto é, terra, trabalho e capital, constituíam-se como elementos fundamentais para o funcionamento geral da macroeconomia de um país (CHAYANOV, 1974). Se, para Lenin, a constituição do trabalho assalariado era o ponto-chave para a compreensão da exploração agrícola capitalista, Chayanov sustentava “a inexistência do trabalho assalariado como um dos fatores que assinalava a economia camponesa e sua dinâmica não capitalista” (CARNEIRO, 2009, p. 53), enxergando o trabalho familiar como núcleo central da atividade produtiva baseada na autoexploração e formação de um patrimônio voltado à reprodução do modo de vida camponês.

Dentro de uma unidade camponesa, a busca pelo lucro não se constitui como uma atividade fundamental. O suprimento da mão de obra não remunerada é aquilo que constitui, segundo Chayanov (1974), a principal característica do campesinato. Em uma economia despojada de assalariamentos, é a família em si mesma, por assim dizer, que representa o

verdadeiro viés da “empresa camponesa”. Isto não quer dizer, porém, que tal categoria não possa recorrer a atividades remuneradas, a fim de manter a estabilidade das suas unidades de produção. O que não se pode perder de vista é que o grupo familiar corresponde ao principal vetor do regime econômico camponês, estando diretamente envolvido com a manutenção e o equilíbrio do seu patrimônio, bem como com a satisfação das necessidades de consumo dos seus componentes.

Ao considerar o campesinato como parte inseparável da sociedade, Chayanov (1974) chama a atenção para o fato de que o equilíbrio entre produção e consumo, determinado em face do esforço atribuído às atividades reprodutivas do trabalho familiar, é a base de sustentação da lógica de funcionamento da empresa camponesa, especialmente porque “são as regras de parentesco que definem tanto a unidade de produção quanto a de consumo, formando uma simbiose entre ‘empresa agrícola’ e família” (GERARDI; SALAMONI, 2014, p. 170).

Chayanov, ao colocar a família em sua orientação reprodutiva no centro da economia camponesa, observou, há tempos, por um ângulo bem diferente a sua racionalidade. Com isso, aduziu perspectivas próprias para a observação de sujeitos e razões diferenciadas das racionalidades-padrão que subjazem às perspectivas construtivistas marxistas e neoclássicas (COSTA, 2014, p. 191).

A teoria chayanoviana propõe uma análise microeconômica interna das unidades camponesas quando argumenta que cada família se constitui em função de sua dinâmica demográfica, variando de acordo com o número e faixa etária dos membros que a compõem. Ao formular a lei dos rendimentos decrescentes, Chayanov (1974) explica que o aumento da quantidade de trabalhadores em uma mesma família pode reduzir suas possibilidades de rentabilidade e elevação produtiva. Isto porque, o volume da atividade econômica é diretamente proporcional ao número de membros da família aptos ao trabalho. Dito de outro modo, mesmo que o crescimento da família indique um incremento à sua mão de obra, não se pode deixar de levar em conta a inabilidade produtiva (temporária) dos filhos pequenos, o que pode desencadear um desequilíbrio entre a capacidade de trabalho e consumo da unidade doméstica. À medida que os filhos vão crescendo, o volume de trabalho e de produção torna a subir. Contudo, quando os filhos optam por sair da propriedade, ou quando os integrantes familiares são reduzidos, o volume produtivo torna a cair (CHAYANOV, 1974).

Cada família, então, segundo sua idade, constitui em suas diferentes fases um aparato de trabalho completamente distinto de acordo com sua força de trabalho, a intensidade da demanda de suas necessidades, a relação consumidor-trabalhador e a possibilidade de aplicar os princípios da cooperação complexa (CHAYANOV, 1974, p. 56).

Além disso, não se pode ignorar que as carências internas de consumo familiar têm relação direta com as atividades produtivas com as quais os membros familiares encontram-se envolvidos. Nesse sentido, o “grau de sofrimento” das tarefas diárias aumenta ou reduz-se em função da própria constituição familiar (CHAYANOV, 1974). Tratando sobre este aspecto, Costa (2014, p. 199) interpreta:

[...] o crescimento da família conduz a uma variação contrária no rendimento de cada unidade de trabalho, e, com isso, o grau de sofrimento do trabalho se eleva de forma mais que proporcional à variação do orçamento. Nesse caso, uma ampliação da força de trabalho da família conduzirá à redução do sofrimento – todavia com a concomitante queda no rendimento de cada unidade de trabalho, significando, assim, que o novo grau de sofrimento permanecerá maior do que era antes do aumento da família.

Ao se diferenciar da empresa capitalista, onde o rendimento é equacionado em função do assalariamento, a empresa camponesa tem como base de cálculo o equilíbrio entre o volume das atividades produtivas e a compensação das urgências do consumo familiar. Sobre este ângulo, o camponês formula subjetivamente um balanço entre suas necessidades mais básicas, que incluem, de forma geral, tanto os aparatos de ordem biológica como aqueles impostos social e economicamente ao grupo (COSTA, 2014). Nesse sentido, como sublinha Wanderley (2009a, p. 161) referindo-se à perspectiva de Chayanov:

A necessidade de reservar parte de seus recursos para as trocas com o conjunto da sociedade, e para atender a suas imposições terminam por introduzir no interior do próprio modo de funcionamento do campesinato, certos elementos que lhe são, originalmente, externos.

Como sublinha Chayanov, as necessidades de consumo no campesinato são histórica e culturalmente determinadas, variando de acordo com a situação de cada grupo social, pois a “exploração campesina [...] se insere em um sistema econômico que coexiste com ela através do crédito e da circulação de mercadorias” (CHAYANOV, 1974, p. 265). Nesse sentido, a habilidade produtiva dos camponeses possui uma relação direta com a disposição dos meios de produção e a maximização dos seus ganhos reprodutivos (COSTA, 2014).

Sobre este aspecto em particular, Eric Wolf (1976) reflete sobre o equilíbrio entre as necessidades e exigências sociais do campesinato. Para esse autor, as distintas formas de reprodução econômica relacionadas a esta classe social se convertem em um dilema central para a Sociologia, abrindo espaço para uma complexa discussão em torno da diversificação da agricultura familiar. Essa reflexão, por sua vez, também será abordada por outros autores contemporâneos, a exemplo de Shanin (1980) e Lamarche (1993; 1998). Nas palavras de Wolf (1976, p. 34):

A existência de uma vida camponesa não envolve meramente uma relação entre camponeses e não-camponeses, mas um tipo de adaptação, uma combinação de atitudes e atividades destinadas a sustentar o cultivador em sua luta pela sobrevivência individual e de toda a sua espécie, dentro de uma ordem social que o ameaça de extinção (WOLF, 1976, p.34).

Reconhecendo a natureza das relações entre os camponeses e o mundo extrínseco, Wolf (1976), assim como Chayanov, pondera que os processos de adaptação do campesinato ao domínio das forças exteriores que os cercam se manifestam a partir de uma série de enfrentamentos à continuidade da sua existência. Tendo em vista que o campesinato deve ser compreendido não apenas como uma organização produtiva, mas como uma unidade de consumo, o autor faz menção a algumas noções importantes em relação às estratégias e projetos de vida que estão por trás da manutenção do campesinato enquanto unidade de produção e modo de vida.

Trazendo ao debate a ideia de que o excedente produtivo corresponde à diferença entre a produção total e o necessário à subsistência familiar, Wolf (1976) leva em conta que os remanescentes produzidos pelo trabalho familiar acima do “mínimo” são sempre destinados à manutenção da propriedade e aquisição e/ou restauração de bens e equipamentos, isto é, um “fundo de manutenção”, concorrendo para a estabilidade produtiva das unidades domésticas. Para além dos conceitos de “mínimo” e “fundo de manutenção”, Wolf (1976) ainda teoriza sobre os “excedentes sociais”, que se subdividem em “fundo cerimonial”, utilizado na manutenção das relações sociais (casamentos, comemorações, etc.) e o “fundo de aluguel”, utilizado para suprir exigências relacionadas às chamadas “assimetrias de poder”. Sobre este último conceito torna-se necessário fazer algumas pontuações importantes.

Segundo Wolf (1976), as sociedades camponesas estão submetidas a um mundo de exploração e subordinação econômica. Dadas as condições de controle sobre o trabalho, os excedentes, assim como parte dos meios de produção, encontram-se normalmente sobre o domínio dos grupos dominante, o que leva o autor a considerar que “em todos os lugares onde houver alguém exercendo um poder superior ou domínio sobre um cultivador, este deverá produzir um fundo de aluguel” (WOLF, 1976, p. 24). Com este conceito o autor busca salientar os níveis de tensão entre o campesinato e as forças dominantes que o subordina. Contudo, há quem diga que são justamente essas tensões e as condições de dependência com o mundo externo que permitem aos camponeses ampliar seus processos de autonomia (WOORTMANN, E., 1995) e suas lutas por reconhecimento² (HONNETH, 2003).

² A relação entre campesinato, agricultura familiar e a teoria do reconhecimento será mais devidamente explorada na última parte do segundo capítulo desta tese.

2.2 Agricultura Familiar na contemporaneidade

As abordagens contemporâneas em torno da ótica chayanoviana muito têm contribuído para o entendimento dos aspectos sociais, culturais e econômicos acerca do campesinato. No âmbito desta discussão, os estudos de Theodor Shanin ganham particular relevância, especialmente do ponto de vista da interação dos camponeses com o capitalismo de mercado:

O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades, reações e interações com o contexto social mais amplo (SHANIN, 2005, p. 5)

Note-se que a concepção de Shanin muito lhe aproxima daquela de Chayanov, principalmente quando se reporta ao campesinato como uma categoria social específica, isto é, particularmente diferenciada da racionalidade-padrão do assalariamento defendida pela perspectiva marxista-leninista (renda, salário e lucro). Isso, contudo, não deve condicionar as investigações sobre os estabelecimentos familiares rurais unicamente a partir da sua dimensão interna, mas também a partir das relações que mantêm com o restante da sociedade, como, aliás, também defendia Chayanov.

Ao considerar a autossuficiência e o aspecto moral que sustenta os vínculos sociais e econômicos do campesinato, Shanin (2005) afirma que a sua organização interna não é apenas orientada em função da produção e do consumo, mas também pela sociabilidade daí originada. Nessa perspectiva, as relações de ajuda mútua e os laços de confiança estabelecidos entre os membros familiares e sua circunvizinhança também se tornam importantes elementos para a compreensão da racionalidade camponesa, imprimindo-lhe uma marcante singularidade. Mesmo admitindo a autossuficiência presente nessas relações, Shanin não desconhece a subordinação do campesinato ao sistema dominante. Todavia, para este autor, assim como para Chayanov, a natureza dinâmica do estabelecimento rural familiar continua sendo um fator fundamental para a compreensão de sua especificidade em termos de produção e modos de vida.

Segundo Shanin (2005), a posição que os camponeses ocupam na sociedade apresenta um dualismo conceitual: se por um lado são considerados enquanto uma sociedade independente, por outro, encontram-se dominados por outras classes sociais, assumindo aquilo que o autor chama de “baixa classidade”. Nessa perspectiva, pode-se considerar o campesinato não exatamente como um modo de produção tal como o capitalismo, mas como um “modo de produção particular”, que se encontra inserido dentro do sistema dominante, interiorizando suas regras gerais e adaptando-se ao seu funcionamento. Neste aspecto, o modo de produção

camponês torna-se compatível com a economia capitalista, “desde que não sejam rompidas as relações de produção que lhes são próprias, dentre as quais se destaca o trabalho familiar, seu traço dominante” (GERARDI; SALAMONI, 2014, p. 170).

Shanin (2005, p. 9), longe de reduzir o termo camponês conceitualmente, assevera que “os camponeses representam uma especificidade de características sociais e econômicas que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem”. Com isso, o autor pretende chamar a atenção para a heterogeneidade do campesinato em diferentes sociedades e/ou em uma mesma sociedade. Desse pondo de vista, aproximando a perspectiva de Shanin com a de Chayanov uma vez mais, poder-se-ia inferir que a capacidade de adaptação e internalização do campesinato frente às circunstâncias político-econômicas de um dado momento histórico, como sentenciou o primeiro autor, resulta diretamente da forma como os camponeses interagem com os padrões de desenvolvimento que lhes são impostos, sem que com isso rompam com suas singularidades, como credita Chayanov.

Assim como Shanin, Mendras (1987) também considera que as mudanças sofridas pelos sujeitos camponeses se encontram imediatamente relacionadas com o funcionamento dos processos de troca do mercado. Ao comentar sobre a autonomia relativa das sociedades camponesas, o autor chama a atenção para a maneira como os camponeses se adaptam às circunstâncias externas que os pressionam sem abrir mão das suas formas de produção. Isso lhes permite, em certa medida, romper com a lógica dominante através do desenvolvimento de lógicas produtivas locais imbuídas por regras específicas de ordenamento (MENDRAS, 1987).

Ainda de acordo com Mendras (1987), a capacidade de interconhecimento das sociedades camponesas também pode ser considerada como um fator relevante de um ponto de vista analítico, o que se reflete, sobretudo, na diferenciação das suas formas de sociabilidade em relação à sociedade externa. Segundo o autor, há pelo menos dois fatores associados à importância do campesinato enquanto grupo social: a) o combate ao ordenamento dominante, a partir de processos de resistência e luta por autonomia e b) a capacidade de inovação, através de práticas criativas, como meio de superação aos seus problemas internos. Aqui há uma visível aproximação entre Mendras e Shanin, particularmente quando o segundo também assume que é na relação do campesinato com a sociedade mais ampla de onde despontam as formas de autonomia e resistência que traduzem a particularidade da sua categoria social (SHANIN, 2005).

O conjunto desses fatores, embora não encubra a posição periférica do campesinato frente às imposições da sociedade global, não nos desautoriza a reconhecer a condição “autossustentável” da sua existência social (MENDRAS, 1987; PLOEG, 2008). Nesse sentido, poder-se-ia indagar o quão essa capacidade de interconhecimento, seja no combate ao ordenamento dominante, seja nas suas práticas de superação, se configuraria como um meio racional e intersubjetivo na construção de agendas e projetos de lutas por reconhecimento (HONNETH, 2003).

As estratégias de adaptação sustentadas pela agricultura familiar, ainda que se configurem como um processo de ajustamento às mudanças contextuais, não podem ser consideradas enquanto formas de esquecimento das suas características essenciais enquanto grupo social, mas, muito pelo contrário, como meios de reafirmação da sua natureza particular. Isso significa dizer que a modificação ou inovação das suas práticas produtivas não enfraquece suas bases tradicionais de existência. Nesse sentido, é por meio da perpetuação de suas tradições que esses sujeitos se adaptam às circunstâncias extrínsecas, criando um conflito entre seus projetos de vida e os modelos de produção do sistema capitalista hegemônico (CUNHA, 2018).

Para realçar os processos subjacentes à relação do campesinato com o mundo global torna-se ainda importante discutir a diversificação, dependência, adaptação e os diferentes níveis de inovação e dinamismo técnico que distanciam o “produtor moderno” do “camponês tradicional”. Para tanto, faremos menção a três outros autores contemporâneos de peso neste campo de discussão: Ricardo Abramovay, Hugues Lamarche e Maria Nazareth Wanderley.

Lamarche (1993) parte do entendimento de que as mudanças ocasionadas pela modernização agrícola têm feito com que o conceito de camponês não seja mais suficiente para traduzir a realidade da produção familiar em sua totalidade. No que diz respeito às formas heterogêneas de produção no âmbito da agricultura, um estudo internacional coordenado por este sociólogo francês, realizado simultaneamente na França, Canadá, Brasil, Polônia e Tunísia, no final da década de 1980 e início da década de 1990, oferece uma rica análise comparativa em relação à capacidade de adaptação da agricultura familiar em meio a contextos econômicos, sociais e políticos distintos.

De uma forma geral, como sentencia Lamarche (1993), a integração da agricultura familiar com o mercado econômico se desenvolve de diferentes maneiras, ensejando uma diversidade de formas pelas quais se orienta e a alta capacidade de adaptação que pode

alcançar, em função das imposições que lhes são demandadas. Para este autor, assim como para Chayanov, a agricultura camponesa esta fundamentalmente baseada na organização familiar. Contudo, como sublinha, não se pode afirmar que todas as formas de agricultura familiar são exatamente de tipo camponesa.

A diferenciação correspondente às formas de produção agrícola está imediatamente associada à transmissão do conhecimento por “um modelo anterior ao qual todo agricultor, mais ou menos conscientemente se refere” (LAMARCHE, 1993, p. 13), o que leva Lamarche a conceber o conceito de *modelo original*. Nessa mesma perspectiva, “todo agricultor projeta para o futuro uma determinada imagem de sua propriedade, ele organiza suas estratégias e toma suas decisões, segundo uma orientação que tende sempre, mais ou menos, em direção a essa situação esperada” (LAMARCHE, 1993, p. 13), levando o autor a desenvolver o conceito de *modelo ideal*. Ao tomar como referência a relação entre o modelo original e ideal, Lamarche (1993) indica os graus de integração entre a agricultura familiar e a economia de mercado, trazendo à tona não apenas seus fatores econômicos, mas questões sociais e políticas, assim como as representações e modos de vida deles decorrentes:

É claro que concebemos esta integração em seu sentido mais absoluto, ou seja, tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sociocultural. Com efeito, é evidente que a um determinado grau de integração no mercado corresponde uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e de representação (LAMARCHE, 1993, p. 9).

Apresentando as diferentes lógicas de funcionamento das unidades de produção familiar, o autor identifica quatro modelos básicos de diferenciação, destacando os distintos laços e níveis de dependência entre a agricultura familiar e o mercado, quais sejam: *Empresa*; *Empresa Familiar*; *Agricultura Camponesa ou de Subsistência* e *Agricultura Familiar Moderna*. Esses quatro modelos, por sua vez, decorrem de dois importantes fatores: 1) as lógicas familiares relacionadas à terra, ao trabalho e à reprodução da propriedade; e 2) o grau de dependência relativo à tecnologia, ao sistema financeiro e ao mercado (LAMARCHE, 1993).

Na classificação elaborada por Lamarche, a categoria Agricultura Familiar Moderna, por exemplo, se diferencia da Agricultura Camponesa pela diminuição do papel da família na produção. A Agricultura Camponesa aparece em sua classificação como equivalente à produção de subsistência, apesar de o autor reconhecer que uma análise mais profunda poderia revelar, de modo mais preciso, as diferenças existentes entre produção camponesa e produção de subsistência (LAMARCHE, 1998). Se Lamarche indica que as alterações associadas à modernização agrícola tornaram o conceito de camponês insuficiente para

interpretar a realidade da produção familiar como um todo, torna-se também necessário atinar para os diferentes níveis de inovação e dinamismo técnico que diferenciam esses produtores agrícolas.

Os modelos observados por Lamarche resultam de uma série de questões que se sobrepõem à ideia da agricultura familiar como um grupo social apartada do restante da sociedade. O autor ainda defende que os níveis de integração entre a agricultura familiar e os mercados devem ser interpretados a partir dos diferentes projetos de vida sustentados por cada uma das categorias supracitadas, todas relacionadas, em maior ou menor grau, com uma realidade tecnológica e econômica distinta (CUNHA, 2018). Esta relação, ora marcada pela dependência, ora marcada pela autonomia, é justamente aquilo que condiciona a alta capacidade de adaptação dos agricultores ao mundo exterior, como já observado por Mendras (1987), Shanin (2005) e Mendras (1987).

Para Ricardo Abramovay (1992), o campesinato, considerado como uma categoria social “atrasada”, não seria capaz de sobreviver ao avanço do capital no campo, tendo necessariamente que se converter em outra “espécie” de produtor: o agricultor familiar profissional. Segundo este autor, “aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho” (ABRAMOVAY, 1992, p. 127). Assim, adequado às condições de competição e eficiência tecnológica, esse novo tipo de agricultor tornar-se-ia apto ao progresso técnico e ao regime capitalista, integrando-se automaticamente ao mercado.

O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1998, p. 131).

Com isso, Abramovay (1998) admite que as sociedades camponesas são absolutamente incompatíveis com a lógica econômica que dirige as relações mercantis. Tal incompatibilidade exige, obrigatoriamente, uma “metamorfose” do camponês em agricultor familiar. Todavia, é fundamental que a criação de políticas públicas por parte do governo auxilie esse processo de integração, municiando o pequeno produtor rural em termos conhecimento técnico, assimilação tecnológica e acesso a mercados mais amplos.

Wanderley (2009), por sua vez, chama a atenção para um processo de diferenciação no qual se apresentam os agricultores capazes de se adaptar às exigências do mercado em

oposição àqueles que não conseguem assimilar tais modificações, subdividindo-os entre tradicionais e modernos. Nessa perspectiva, os camponeses se submetem ao processo de modernização para assegurar sua subsistência e a continuidade do seu projeto de vida: “trabalhar para si, com os seus, no que lhe pertence” (WANDERLEY, 1988, p. 76). No entanto, como admite, a noção de camponês tradicional acaba tornando-se insuficiente para expressar o conceito de produtor moderno. Diante disso, Wanderley (1988, p. 14) pondera que os camponeses modernos são aqueles produtores:

Responsáveis por parcela da produção de mercadorias, que acionam em seu processo de produção um capital de certa magnitude, que adotam tecnologia moderna, que conseguem constituir certo patrimônio, especialmente em terras valorizadas, mas que, apesar disso, permanecem trabalhando, representando o essencial da força de trabalho da unidade familiar de produção.

Com a transformação do conjunto das forças produtivas no âmbito rural, o exercício da atividade agrícola passou a exigir, cada vez mais, o domínio do conhecimento técnico. Por esse motivo, muitas vezes, uma grande parcela de camponeses se vê obrigada a abandonar suas atividades por não ser capaz de assimilar as mudanças da modernidade, o que vem causando uma profunda modificação na estrutura tradicional camponesa (WANDERLEY, 1988). Contudo, como observa, a conversão dos camponeses em produtores modernos não deve ser considerada como um elemento de anulação das características que os tornam produtores familiares. Sobre este aspecto, Wanderley concorda com a perspectiva de Mendras e de Shanin, particularmente quando estes autores defendem que a necessidade de adaptação dos camponeses ao contexto externo não faz com que os mesmos necessariamente abram mão das suas singularidades. Ainda assim, como assinalado anteriormente, uma diferenciação importante entre os agricultores familiares deve ser levada em consideração: o grau de assimilação e condução dos meios tecnológicos de produção.

No centro desta discussão, Wanderley (1988) busca refletir sobre a profunda confluência entre o saber técnico, aprendido com a atividade agrícola, e a herança dos conhecimentos apreendidos com as gerações passadas. Dito isto, podemos, outra vez, nos reportar aos modelos original e ideal de Lamarche (1993, p. 22), que consideram que a particularidade da agricultura familiar está pautada em “uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio”, onde o “valor atribuído a cada um desses elementos dependerá das suas características, suas exigências e seu futuro”.

O atual contexto de integração da agricultura e do meio rural ao mundo moderno torna-se importante para o entendimento das formas sociais de produção dentro do cenário econômico

internacional. Nesse ínterim, Wanderley (2004) reconhece que o desenvolvimento das forças produtivas ligadas à modernização criou um novo patamar, tanto para a agricultura familiar como para o meio rural. No entanto, assim como Shanin, a autora não acredita que a imposição da lógica socioeconômica global-capitalista seja totalmente homogeneizada, atentando para as distintas manifestações que lógica familiar é capaz de produzir:

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido (WANDERLEY, 2004, p. 48).

Refletindo sobre a diversidade da agricultura familiar e retomando as ideias já defendidas por Shanin (1980) e Mendras (1987), Wanderley (2009) ainda chama a atenção para a “dupla referência de continuidade e ruptura”. De acordo com a autora, se, por um lado, os agricultores rompem com a estrutura produtiva tradicional que lhes é comum, procurando se adaptar às imposições impostas pelo mercado, por outro, não abrem mão das características que os fazem camponeses, resistindo às condições externas que colocam em xeque a continuidade de suas tradições. Em outras palavras, isso implica considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores frente aos novos contextos econômicos e sociais, ao que admite:

Resistir para esse grupo é garantir a formação de seu próprio patrimônio, a reprodução de sua tradição, o acesso ao direito de propriedade, melhores condições para a vida no campo e reprodução da família, constituição de um espaço de vida e de produção, livrar-se das amarras da grande propriedade, assegurar a sua própria autonomia; evidentemente sem perder de vista a discussão anteriormente realizada de que estes enfrentamentos se dão dentro de um espaço estreito deixado pelo próprio capital, mas ainda assim significativo (WANDERLEY, 2009, p. 62).

Wanderley ressalta que, de um modo geral, a sua análise traz ao debate três importantes dimensões, a saber: 1) a pertinência do conceito de agricultura familiar para a compreensão dos atores sociais a quem ela se refere, haja vista a forma pela qual os agricultores continuam se transformando e se adaptando ao mundo que os cerca; 2) a convicção de que o agricultor familiar não é um sujeito passivo e sem resistência às forças externas da sociedade moderna, já que sua capacidade de resistir e se adaptar às imposições lhes inspiram a recorrer a experiências específicas para suportar os desafios impostos pelo mundo que lhes é externo; e por último, e não menos importante, 3) o reconhecimento da diversidade de situações concretas que a agricultura familiar incorpora.

Dito de outra forma, ao reiterar essas particularidades Wanderley (2004) admite que a agricultura familiar e o meio rural não se diluem na homogeneidade social urbana, mas reafirmam-se enquanto um espaço coletivo de singularidades. Ademais, essa autora chama ainda a atenção para consciência da agricultura familiar enquanto um movimento crítico ao modelo produtivista, colocando-os como portadores de outra consciência sobre “o saber-fazer” da agricultura moderna. Nesse contexto, a agricultura não pode ser simplesmente considerada como um campo de investimentos e de alta produtividade, mas como um modelo fundado na qualidade dos produtos e no pacto social entre produtores e consumidores (WANDERLEY, 2004).

Diante do exposto, conclui-se que muitas das discussões aqui exploradas apontam para a transformação do campesinato em agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1992), a conversão do camponês tradicional em agricultor moderno (WANDERLEY, 2009), ou ainda, a transição de um modelo original de agricultura a um modelo ideal (LAMARCHE, 1993; 1998). Entretanto, como já discutido anteriormente, insistimos na questão relacionada às formas de adequação do campesinato às imposições do sistema capitalista. Elas são realmente capazes de suprimir, por inteiro, a identidade particular e a natureza dos modos de vida que orientam as lógicas de produção tradicionais? Não seria o processo de adaptação ao mundo externo, como situou Shanin (2005), uma forma de resistência, antes de tudo, camponesa? Não haveria em todo agricultor familiar o “camponês adormecido” de Jollivet (1998), por mais integrado que esteja este agricultor às condições impostas pelo capitalismo? Em suma, como considerar a categoria agricultura familiar sem levar em conta as heranças que remontam ao próprio campesinato? Diante deste dilema, alguns autores como Girardi (2008) acreditam que não existe uma separação radical entre camponeses e agricultores familiares:

Camponeses em espaços diferentes que lhes proporcionam diferentes situações no contexto da diferenciação do campesinato. Assim, podemos dizer que além da diferenciação social e econômica, deve ser levada em consideração a diferenciação espacial do campesinato, verificada nas diversas escalas (GIRARDI, 2008, p. 103).

Concordar com o argumento de Girardi (2008) significa reconhecer que os espaços ocupados pelo camponês ou pelo agricultor familiar podem lhes proporcionar oportunidades diferentes, de acordo com as condições econômicas, sociais e espaciais em que estão implicados. Diante disso, parece ser menos importante sustentar uma noção de “metamorfose” conceitual que determine o lugar do camponês ou o lugar do agricultor familiar na história, sendo mais oportuno capturar os meios estratégicos pelos quais os pequenos produtores rurais,

em seu conjunto, se adaptam e resistem às forças externas que insistem em esvaziar ou anular seus modos de vida. Aliás, sabendo que uma parte significativa dos problemas que afetam os agricultores familiares não tenha sido integralmente superada (pobreza, isolamento, produção centrada na subsistência mínima, alta mobilidade espacial), concordamos em absoluto com Wanderley (2009b) quando a autora reconhece a equivalência entre as categorias camponato e agricultura familiar:

[...] entre agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova classe social ou um novo segmento de agricultores, gerados pelo Estado ou pelo mercado, em substituição aos camponeses, arraigados às suas tradições. Em certa medida, pode-se dizer que estamos lidando com categorias equivalentes, facilmente intercambiáveis. Nesse sentido, o adjetivo familiar visa somente reforçar as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorrem da centralidade da família e da construção de seu patrimônio (WANDERLEY, 2009b, p. 40-41).

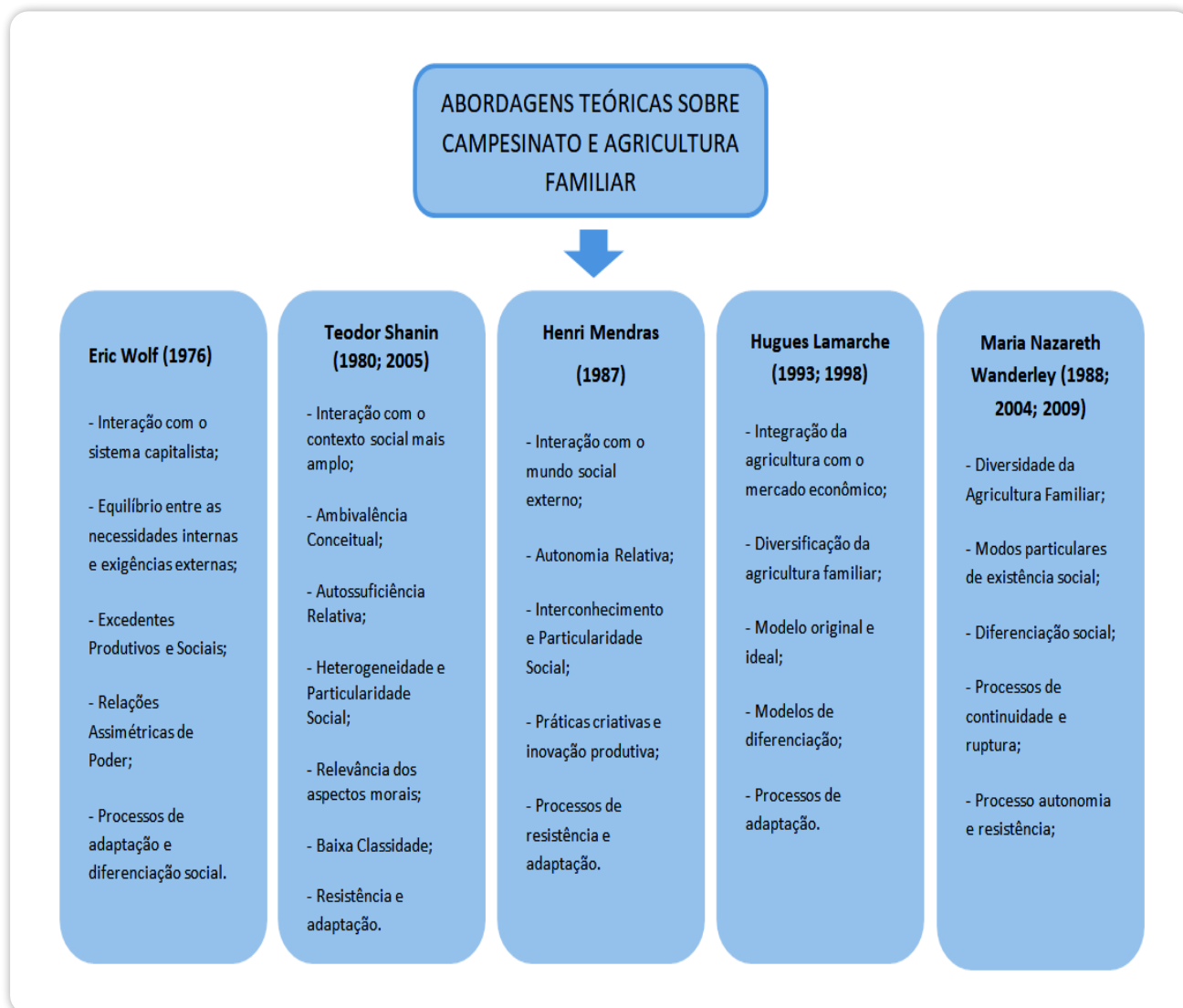
Diante do exposto, também concordamos que a diversidade defendida por Shanin e Lamarche e reafirmada por Wanderley revela que os meios interpretativos e analíticos relacionados ao camponato e à agricultura familiar estão longe de se esgotarem. Como ressalta Wanderley (2004, p. 52), é preciso compreender “a ruralidade enquanto um espaço de vida social, assumindo a hipótese de que, nas sociedades modernas, o meio rural mantém sua identidade”. É a partir do processo de lutas e tensões que a agricultura familiar ganha força no Brasil, visto que os elementos externos que condicionam suas dificuldades são exatamente os mesmos que lhe impõem a necessidade de resistência e adaptação. A forma como esses sujeitos lidam com as adversidades que os cercam é o que os fortalecem e os tornam específicos.

TABELA 1 - MAPA MENTAL DAS ABORDAGENS TEÓRICAS CLÁSSICAS SOBRE O CAMPESINATO



Fonte: Autoria própria

TABELA 2 - MAPA CONCEITUAL SOBRE AS ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS SOBRE CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR



Fonte: Autoria própria

Longe de expor todos os conceitos que são trabalhados pelos teóricos supracitados, nos limitaremos a considerar apenas aqueles conceitos que foram tratados ao longo do texto. Na Figura 01 reunimos os principais autores clássicos da teoria do campesinato: Lenin, Kautsky e Chayanov. Na Figura 02, os demais autores que contribuíram para o aprofundamento conceitual acerca do campesinato e da agricultura familiar. No tópico subsequente, trataremos ao debate o tema da questão agrária e a importância dos movimentos sociais. Nele, serão particularmente tratados os assentamentos rurais, enquanto instância de implementação de um projeto de reforma agrária no Brasil. Essa discussão exigirá a

reconsideração de alguns autores clássicos, assim como a reposição das noções de campesinato e agricultura familiar dentro dos processos de luta/integração com o capital.

2.3 Questões Agrárias, Assentamentos Rurais e Movimentos Sociais no Brasil: algumas discussões teóricas.

A questão agrária no Brasil tem sido discutida a partir dos embates e tensões entre a agricultura capitalista e a agricultura camponesa, dando enfoque particular ao modo como o Estado e os movimentos sociais do campo tem se posicionado politicamente em relação à implementação de um projeto de reforma agrária no país. Para Manuel Correia de Andrade (2001, p. 102), por exemplo, a reforma agrária, seria uma das questões mais importantes para a transformação de “[...] uma sociedade altamente concentrada e má distribuidora de rendas em uma sociedade progressista em que domine o bem estar social”.

No que diz respeito ao Nordeste em especial, este autor avalia que os principais impasses relacionados à implantação de uma reforma agrária naquela região seriam de natureza social, e não meramente física, pois “no dia em que for adotada uma política que beneficie toda a população e não apenas os grupos econômicos externos à região e à oligarquia local, o problema será solucionado” (ANDRADE, 1963, p. 68). Ainda sobre o Nordeste, o autor se reporta a fome que atinge aquela população, tão já debatida por Josué de Castro em seus trabalhos, especialmente na sua obra clássica *Geografia da Fome*³:

Então a pobreza do sertanejo não vem unicamente da seca, mas sim das estruturas sociais. Atribuímos especial importância à necessidade de uma reforma agrária, porque as estruturas agrárias constituem, em algumas regiões semi-áridas, sérios obstáculos ao acesso das populações aos recursos necessários à sua subsistência. Deveria haver uma política agrícola voltada a produção de alimentos, sabendo-se que o país é um dos maiores produtores de grãos do mundo, mas que nele vive mais de 30% de sua população atingida por fome aguda. (ANDRADE, 1995, p. 168-169).

De uma forma geral, é preciso salientar que o entendimento de Manuel Correia de Andrade sobre a reforma agrária perpassa pela simples distribuição de terras, principalmente quando este renomado escritor pernambucano chama a atenção para a necessidade do acompanhamento particular, em todas as fases do processo, daqueles que por ela são beneficiados. Uma reforma agrária bem executada, na ótica deste autor, “deve estar voltada tanto para a democratização do acesso à terra, por parte do trabalhador rural, como o da orientação do que produzir, de como produzir e do destino que deve ser dado à produção. Ela deve atingir tanto as formas quanto as funções da produção” (ANDRADE, 2002, p. 89). Para

³ *Geografia da Fome. O dilema brasileiro: pão ou aço*. Todavia Editora, 2022, 400p

tanto, as políticas públicas devem atentar para as diferenças regionais que singularizam cada região do país e seus trabalhadores do campo, sem que esses fatores tornem a reforma agrária um projeto difuso e particularista.-

De uma maneira geral, o arcabouço teórico relacionado à reforma agrária vem sendo abordado através de dois eixos principais: a noção de conflito e o desenvolvimento do capitalismo no campo (KHALIL, 2015). No bojo deste debate, emerge uma série de narrativas que procuram explorar a natureza contraditória da imensa concentração de terras em detrimento da pobreza estrutural que aflige uma considerável parcela dos trabalhadores rurais. Entre os principais autores que exploram esta temática no Brasil, destacam-se: Manuel Corrêa de Andrade⁴ (1986), Alberto Passos Guimarães⁵ (1978), Caio Prado Jr.⁶ (1979), José de Souza Martins⁷ (1979) e José Graziano da Silva⁸ (1981).

2.3.1 Período colonial e Sistema de Sesmarias

Apesar de o enredo da questão agrária estar fortemente marcado pelas circunstâncias do período colonial⁹ brasileiro, as diversas alterações sociais e econômicas, tanto no campo como nos centros urbanos industriais, apontam para uma permanente transformação do seu tratamento histórico-conceitual (KHALIL, 2015). Autores como Alberto Passos Guimarães consideravam que os principais problemas da questão agrária do Brasil estavam associados ao desproporcional processo de distribuição de terras iniciado a partir do século XVI. Durante este período, determinadas classes de prestígio social passaram a ser beneficiadas em virtude do sistema de sesmarias¹⁰, sob o qual a transferência de terras públicas à iniciativa privada foi concedida através de uma série de adjudicações jurídicas e comerciais (CATTELAN; MORAES; ROSSONI, 2020).

Alberto Passos Guimarães também partilhava da tese de que havia se instituído no Brasil colonial, um sistema arcaico semelhante ao feudalismo, principalmente pela maneira como os proprietários de terra daquela época lidavam com seus trabalhadores. Para Silva (2004), esse argumento estava fundamentalmente baseado nas relações de trabalho não

⁴A Terra e o Homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária (1986).

⁵A Crise Agrária (1978).

⁶A Questão Agrária no Brasil (1979), A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República” (1986).

⁷O Cativo da Terra (1979).

⁸A Questão Agrária no Brasil (1981), Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil (2000).

⁹A história colonial do Brasil, período também conhecido como Brasil Colônia ou Brasil colonial, ocorreu entre os séculos XVI e XIX, quando o atual território brasileiro abrigava colônias do Reino de Portugal.

¹⁰Sesmaria foi um sistema português, adaptado no Brasil, que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção agrícola.

assalariado, no qual parceiros¹¹, posseiros¹² e pequenos arrendatários¹³ logravam garantias de permanência e uso da terra, uma vez integrados à organização social agrária comandada pelos grandes proprietários rurais. A tese sobre o feudalismo agrário no Brasil só seria finalmente superada a partir de estudos empíricos realizados em outros países, conduzindo vários pesquisadores e especialistas em questão agrária a redefinirem suas suposições teóricas iniciais em função do paradigma da expansão do capitalismo no campo (SILVA, 2004).

2.3.2 Período imperial e Lei de Terras de 1850

Contrário à ideia do sistema de sesmarias como fenômeno explicativo da concentração de terras no Brasil, José de Souza Martins (2004) responsabiliza a promulgação da Lei de Terras de 1850¹⁴ como evento histórico precursor da concentração fundiária no Brasil. Foi em função deste decreto, afirma o autor, que a classe latifundiária agrária passou a dominar as políticas para o desenvolvimento da agricultura, mantendo um forte poder de decisão e controle, no que diz respeito às deliberações do Ministério da Agricultura (MDA).

Considerando as consequências da instituição da Lei de Terras de 1850, Martins (2004, p. 90) considera a questão agrária como um “bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada do capital”. Ao contrário dos países da Europa, o “capitalismo personificado brasileiro” não conseguiu se libertar da propriedade da terra, de tal modo que os grandes proprietários de terra eram também vistos como os únicos e verdadeiros grandes empresários do país. Segundo o autor, algumas questões específicas influenciaram esta justaposição:

Aqui, o grande capital se tornou proprietário de terra especialmente com os incentivos fiscais durante a ditadura militar. Antes disso, em muitas regiões do Brasil, grandes proprietários de terras haviam se tornado empresários capitalistas, tanto na região canavieira do Nordeste quanto na região cafeeira do Sudeste. Não se pode explicar a industrialização brasileira a partir do século passado se não se leva em conta essa competência de grandes fazendeiros para acompanhar as possibilidades históricas de seu tempo. Por

¹¹ Os parceiros, conhecidos como meeiros, eram aqueles que recebiam a terra do proprietário para um determinado plantio e se obrigavam a lhe entregar uma parte do produto, geralmente a metade (SILVA, 2004).

¹² Os posseiros são lavradores que, juntamente com a família, ocupam pequenas áreas de terras devolutas ou improdutivas, isto é, terras que não estão sendo utilizadas e que pertencem ao governo.

¹³ Os arrendatários, diferentemente dos parceiros, pagavam ao proprietário uma certa quantia em dinheiro pelo uso da terra.

¹⁴ Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no país. De forma geral, este decreto buscou regulamentar a questão fundiária a partir do período imperial por meio da normatização da propriedade privada, principalmente na área agrícola, aumentando o poder das classes oligárquicas e suas ligações políticas com o governo central. Este processo, por outro lado, dificultou, em grande medida, o acesso de pessoas de baixa renda às terras.

outro lado, já na ditadura militar, com a política de incentivos fiscais, o capital personificado pelo capitalista, por aquele que pode tomar consciência das contradições que perturbam a reprodução ampliada do capital, foi compensado das irracionalidades da propriedade como titular de renda fundiária (MARTINS, 2004, p. 90).

Para Martins (2004), o latifúndio, a monocultura e o regime de trabalho forçado se materializaram como instrumentos fundamentais de dominação e expropriação de riquezas no espaço rural brasileiro. Contudo, o autor referencia em seus estudos que outras questões particularmente relevantes devem ser levadas em consideração em relação a este debate, em especial o monopólio da terra reservado aos grandes latifundiários e as relações de trabalho baseadas no regime escravista. A libertação dos escravos no Brasil, assevera o autor, nunca foi plenamente alcançada, visto que os grandes beneficiados com o fim da escravidão foram os grandes latifundiários. Enquanto os senhores de engenho ficaram isentos do ônus atribuído à reprodução do sistema escravista, os escravos, mesmo alforriados, continuaram presos às condições de miserabilidade e exploração nas lavouras de trabalho (MARTINS, 2004).

O fim da legalidade da escravidão no Brasil não foi fundamentalmente resultado de uma luta dos escravos e sim de uma luta das classes dominantes, sobretudo dos chamados liberais exaltados, para que os grandes proprietários de terra fossem, eles sim, libertados do ônus econômico e das irracionalidades econômicas do cativeiro (MARTINS, 2004, p. 94).

Ainda segundo Martins (2004), outras questões correlatas estiveram atreladas à instituição da lei de 1850, em particular, a urgência de repor a mão das grandes propriedades rurais, que viria a ser profundamente impactadas pela abolição da escravidão em 1888¹⁵. Uma realidade, aliás, que é fortemente corroborada pelos estudos realizados por Maria Aparecida de Moraes e Silva (2004, p. 17), ao que destaca:

A promulgação dessa lei ocorreu para deter o processo de apropriação livre mediante a posse da terra. Era o momento da imigração de trabalhadores estrangeiros, destinados, especialmente, a fornecer força de trabalho às lavouras de café do estado de São Paulo. Por esta razão, o preço da terra estipulado pelo Estado deveria ser tal que sua compra se tornasse impossível aos trabalhadores nacionais e estrangeiros. Essa lei, além de garantir aos proprietários mão-de-obra imigrante e nacional, contribuiu para evitar ou amenizar a crise do mercado de trabalho logo após a abolição da escravidão em 1888.

Para Martins, por sua vez:

O ponto essencial e problemático raramente considerado, mesmo por quem é sério e competente, é o de que a questão agrária tem sua própria

¹⁵ Logo depois de 1888, muitos escravos continuaram morando nas fazendas de cana de açúcar sob a tutela dos proprietários, cultivando as terras marginais e pagando-lhes o cambão, correspondente ao fornecimento gratuito de um certo número de dias de trabalho por ano, no canavial, em retribuição à permissão para cultivar alguns produtos, como a mandioca na roça de subsistência (SILVA, 2004, p. 19).

temporalidade, que não é o “tempo” de um governo. Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política (MARTINS, 2004, p. 88).

Martins (2004) ainda diz que não é possível desvincular a questão agrária de outros eventos sociais vivenciados pelo país desde seu descobrimento, como a escravidão e as formas de ocupação de terras no país. Por este motivo, o autor irá defender a questão agrária como um processo histórico pautado por muitas correlações, daí a razão de não poder considerá-lo apenas como um tema residual.

2.3.3 Ditadura militar, Estatuto da Terra e Revolução Verde

Apesar de autores como Alberto Passos Guimarães e José de Souza Martins discordarem quanto aos fatores que determinaram o “marco zero” da questão agrária no Brasil, tem-se admitido que esta discussão passa a ganhar mais notoriedade no contexto político do país a partir da década de 1960, quando o regime militar (1964-1985) decreta, em novembro de 1964, o Estatuto da Terra¹⁶. A institucionalização deste decreto, por seu turno, está intimamente relacionada ao clima de insatisfação das classes trabalhadoras do campo e ao temor das elites conservadoras diante da possibilidade de eclosão de uma “revolução camponesa” (BERGAMASCO, 1997). Boa parte dessas inquietações, aliás, já vinha sendo gestada desde meados da década de 1950, por iniciativa de algumas organizações em prol da justiça social no meio rural, tais como: os Sindicatos Rurais, a Igreja Católica, o Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas¹⁷. Além de cumprir com o objetivo de suprimir as rebeliões do campo e tranquilizar as elites conservadoras, o referido Estatuto deu início a um longo processo de colonização de terras no Brasil, especialmente na região Norte e Centro-Oeste, contribuindo de forma decisiva para a consolidação da modernização da agricultura (SILVA, 2004).

Antes do golpe militar de 1964, algumas resoluções sobre a reforma agrária já haviam sido prenunciadas pelo presidente João Goulart (1961-1964) em apoio às classes

¹⁶ Criado pela lei 4.504, de 30/11/1964, o Estatuto da Terra foi uma estratégia utilizada pelos governantes para apaziguar os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terra. As metas estabelecidas por este decreto eram basicamente duas: a execução de uma reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura.

¹⁷ As Ligas Camponesas foram organizações de camponeses formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 1945. Foi um dos movimentos mais importantes em prol da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no campo no Brasil. Elas foram abafadas depois do fim do governo de Getúlio Vargas e só voltaram a agir em 1954, inicialmente no estado de Pernambuco, e posteriormente na Paraíba, no Rio de Janeiro e em Goiás. A partir daí as Ligas Camponesas exerceram intensa atividade até a queda de João Goulart, em 1964. O mais conhecido líder do primeiro período foi Gregório Lourenço Bezerra e do segundo, Francisco Julião Arruda de Paula.

trabalhadoras rurais. A articulação do então presidente com as forças partidárias em defesa da reforma, entre outras questões políticas, pode ser considerada como um dos principais elementos para a sua destituição e a imediata instauração da ditadura militar. Contudo, apesar da polarização dos debates em torno da questão agrária, o início da década de 1960 representou um período de maturação político-social, no qual “a questão da concentração fundiária finalmente passou a ser considerada como um obstáculo ao desenvolvimento econômico do país” (GRYNSZPAN, 1999, p. 59).

O I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, organizado pela ULTAB, em 1961, marca decisivamente o envolvimento do governo Jango com os propósitos políticos dos movimentos sociais do campo, estimulando mudanças na legislação sindical e trabalhista rural e no encaminhamento de um projeto de reforma agrária ao congresso (GRYNSZPAN, 1999). Segundo Grynszpan (1999), este período político motivou a criação de uma série de entidades e iniciativas institucionais, tais como: a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG); o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963; a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), bem como a desapropriação de terras localizadas às margens de rodovias, ferrovias e obras públicas. Não obstante, como observa esse autor, ao invés de resultarem na aprovação constitucional da reforma, o conjunto dessas ações acabou por aprofundar a ruptura entre o governo e os grupos de centro que lhe davam suporte, como o Partido Social Democrático (PSD), abrindo caminho para a ascensão dos militares no poder.

Com o início do regime militar, as ações outrora preconizadas pelo presidente João Goulart deram lugar a projetos de desenvolvimento econômico que tinham por finalidade instaurar a modernização tecnológica dos grandes empreendimentos agropecuários em bases capitalistas. As políticas de incentivo à empresarialização da agricultura apontadas por Norder (2000) foram compostas por: créditos subsidiários e seguros agrícolas (PROAGRO), pesquisa (EMBRAPA), assistência técnica (EMATER), garantia de preços mínimos, estoques reguladores, programas de abastecimento interno (CIBRAZEM, COBAL, CEASA REDE SOMAR), gerenciamento de taxas de câmbio em níveis favoráveis às exportações, isenções e rebates, além de programas específicos para a produção de álcool, papel e celulose, soja e outros produtos comuns aos interesses do grande capital. Além disso, a atuação das forças partidárias da reforma agrária foi fortemente sufocada em face do aniquilamento das liberdades civis e políticas instauradas pela ditadura. A tudo isto ainda se soma a significativa modificação das relações sociais no campo, especialmente no âmbito do trabalho:

Buscava-se a transformação das fazendas em grandes empreendimentos comerciais, com uso de trabalhadores assalariados temporários e permanentes, preferencialmente sem residência no interior da propriedade. Predominavam determinadas relações sociais, determinados conflitos políticos, determinadas técnicas produtivas, cuja desestruturação abriria espaço às modernas empresas agropecuárias, tecnificadas, integradas no mercado internacional, consumindo insumos industriais e operando com base em contratos (formais e informais) de trabalho assalariado. Isso alterava completamente as condições de vida e de trabalho da população rural (NORDER, 2000, p. 97).

Nesses termos, como observa Norder (2000), com a implantação do regime militar, a modernização da agricultura encontra o terreno propício para se consolidar de uma vez por todas no meio rural brasileiro. Nesse aspecto, Silva (2004, p. 20) chama a atenção para o fato de que essa vitória foi fortemente “influenciada pelo governo dos Estados Unidos, que, mediante a denominada Aliança para o Progresso, visava aumentar seu poderio econômico por meio da venda de produtos industrializados, sobretudo máquinas e insumos agrícolas”, abrindo caminho para a Revolução Verde.

De acordo com Pires (2018), as distorções contidas no modelo de desenvolvimento rural promulgado pela Revolução Verde, que tinha como base a monocultura voltada para o mercado de exportação, deixaram a maioria da população camponesa à margem dos benefícios propagados pelas políticas de extensão rural. Ademais, para essa autora, os resultados econômicos obtidos com o forte incremento da produtividade agrícola foram acompanhados, *pari passu*, por um elevado custo social e ambiental. “Concentração de terra e de renda, exclusão do campesinato e dos trabalhadores do cenário político, aumento abusivo do uso de pesticidas e fertilizantes, endividamento do agricultor e a sua transformação em assalariado” (PIRES, 2018, p. 127).

Para Silva (2004), o projeto modernizador tem como consequência uma série de hostilidades físicas e negações de direitos às populações rurais. Essa dupla violência, como observa, traz como efeito o brutal desenraizamento social e cultural sofrido por centenas de trabalhadores do campo. As ações promovidas pelos governos militares, nesse sentido, ampliaram o processo de concentração de terras e aprofundaram o quadro de desigualdades sociais no meio rural, fazendo com que a estrutura fundiária brasileira permanecesse intocada até a segunda metade dos anos 1980.

Diante disso, considera-se que o processo de industrialização no campo não apenas representou a consolidação da expansão capitalista no âmbito rural, mas provocou um intenso encadeamento entre a concessão de incentivos fiscais às empresas internacionais, a concentração acelerada de terra e renda e um violento processo de expropriação e exploração

dos camponeses - tudo isto fortemente subsidiado pela militarização da questão agrária¹⁸ (SILVA, 2004).

Ainda como observa Silva (2004), o período político militar foi responsável pela implantação de uma série de projetos de colonização agrícola que não resultaram em nenhuma promoção massiva de distribuição de terras para os camponeses, tendo como estratégia fundamental garantir a segurança territorial por meio da ocupação das fronteiras nacionais (SILVA, 2004). Sobre este aspecto, Leite *et al.* (2004) comentam que a discussão sobre as políticas de ocupação e ordenação do solo sempre foi uma constante desde o século XIX. Entretanto, se havia, por um lado, uma preocupação política de permitir práticas extralegis favoráveis à concentração de poder por meio de grandes extensões de terra, havia, por outro, a intenção de reparar injustiças históricas, a exemplo da concessão de terra a ex-escravos (LEITE *et al.*, 2004).

Embora o Estatuto da Terra refletisse essas tendências opostas, os problemas rurais permaneceram praticamente inalterados até os anos 1980, como admitem Leite *et al.* (2004). Em virtude do triunfo da concentração fundiária sobre a justa distribuição de terras no país (reforma agrária), multiplicaram-se, ao longo dos anos 1920 e 1930, dezenas de lutas sociais de extensão supranacional. Como sabido, as políticas voltadas para a modernização tiveram lugar central nas estratégias do governo, principalmente porque a exportações de produtos agrícolas agroindustriais eram consideradas essenciais para a geração de divisas e fomentação de capital financeiro por parte do Estado.

O Estatuto da Terra, promulgado pelo governo militar, incorporou estas duas propostas à letra da lei. Foi uma tentativa de conciliar por um lado a defesa da propriedade e a reivindicação de maior apoio à “agricultura” (aos negócios dos grandes proprietários, em dificuldades) e por outro a reivindicação do acesso à terra por trabalhadores rurais (que emergiram com identidade própria nas lutas travadas através das associações, ligas camponesas e sindicatos que se espalharam em meados dos anos 50). Em nome do princípio da propriedade, tentou-se garantir e limitar os direitos dos que já eram proprietários e pôr no horizonte dos que não eram essa perspectiva. A intervenção sistemática na distribuição da propriedade tornou-se juridicamente possível, o que não quer dizer que se tenha tornado uma prática efetiva (LEITE *et al.*, 2004, p. 38).

Em função das condições de injustiça e negação sofridas pelos sujeitos do campo durante o período militar, Silva (2004) sugere seis pontos para uma reflexão: 1) o processo de modernização não pode ser compreendido apenas pela lógica da elevação da produção e da

¹⁸ Nessa época a questão fundiária passou a ser controlada pelo Conselho de Segurança Nacional, órgão repressor da ditadura militar (SILVA, 2004, p. 21).

produtividade; 2) este processo é responsável pela expropriação e aumento da exploração dos trabalhadores do campo, por meio da violência física, simbólica e legal; 3) a ideologia desenvolvimentista iniciada na década de 1950, e consolidada pelo regime militar a partir da década de 1960, foi responsável pela concentração e apropriação de terras por empresas nacionais e internacionais. Essas empresas foram beneficiadas pelos incentivos fiscais e pela constituição de um grande exército de trabalhadores espoliados, cujo destino foi a cidade ou a migração temporária; 4) nas cidades, esses sujeitos passaram a viver nas periferias e favelas, tornando-se “órfãos da modernização”. Sem qualificação e, em grande maioria, analfabetos, esses sujeitos foram destinados às ocupações mais desvalorizadas do setor terciário; 5) não é possível fazer uma reflexão sobre a questão urbana sem levar em conta a questão agrária; 6) os movimentos sociais do campo serão os grandes protagonistas da luta por direitos e lutas pela terra, principalmente a partir dos anos 1980 (SILVA, 2004).

Com o arrefecimento das pequenas unidades de produção camponesas, o estado de dependência econômica dos trabalhadores do campo aumentou consideravelmente, o que concorreu para a dilatação dos fluxos migratórios campo-cidade. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho passou a ser definitivamente controlado pelos grandes latifúndios, dando ao capitalismo agrário o total comando sobre a situação fundiária do país (ANDRADE, 1964). A expansão do modo capitalista de produção nos contextos agrários também significou o domínio do capital sobre as relações não capitalistas de produção, como considera Fernandes (2013, p. 125-126):

É na formação do campesinato que também se desenvolvem as relações capitalistas. Assim, o capital destrói e recria relações não capitalistas e também se desenvolve a partir de seu contrário, ou seja, das relações não capitalistas. De qualquer modo, estamos frente a um processo de subordinação ao capital, de exploração, de expropriação [...]. Em sua reprodução ampliada, o capital não pode assalariar a todos, excluindo sempre grande parte dos trabalhadores. A manutenção do exército de reserva, por meio do controle do desemprego e o interesse do capital em se apropriar da renda da terra ocasionam as condições de luta contra o capital.

As consequências decorrentes do processo de modernização, por outro lado, também serviram de lastro para a formação de grupos reivindicatórios que buscaram redefinir os projetos de luta por reforma agrária, reorganizando o sindicalismo rural e articulando inúmeros movimentos sociais aliados em prol da redemocratização brasileira e do estabelecimento da função social da terra¹⁹. A partir desse novo ciclo político, as forças

¹⁹ O conceito de função social leva em conta quatro itens básicos. A propriedade cumpre a função social quando, simultaneamente, favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, mantém níveis satisfatórios de produtividade, assegura a conservação dos recursos naturais, e observa as disposições legais que

governamentais foram pressionadas a cumprir com as legislações ambientais e trabalhistas, além de outras questões pertinentes à realidade social do meio rural, como a oferta de serviços públicos básicos (CATTELAN; MORAES; ROSSONI, 2020).

É também a partir dos anos 1980 que ocorre uma ampliação mais significativa dos assentamentos rurais no Brasil. Contudo, muitos autores, a exemplo de Norder (1997), Bergamasco (1997) e Fernandes (1996; 2013), explicam que esses projetos foram criados muito mais no sentido de resolverem situações de conflitos do que para dirimir problemas de exclusão social relacionados à agricultura familiar. Pensando por esta ótica, buscar-se-á aprofundar a discussão em torno dos assentamentos rurais e dos movimentos sociais, enquanto grupos protagonistas de um projeto de reforma agrária no país. Ao mesmo tempo, também nos reportaremos a alguns dados empíricos e constatações teóricas extraídos de estudos voltados à análise das políticas governamentais de reforma agrária após o fim do regime militar.

Essas questões nos transportam, mais uma vez, para as análises desenvolvidas por Manuel Correia de Andrade, especialmente em sua obra “*A questão do Território no Brasil*”. De acordo com o autor, o processo de modernização, já instalado no campo brasileiro, provocava transformações que levaram o camponês a uma explícita condição de exclusão “modernizar não é apenas transformar, como querem alguns grupos que se beneficiam da modernização, mas transformar para melhor. E na transformação para melhor o camponês deve ser não apenas objeto, mas também sujeito dessa modernização” (ANDRADE, 1995, p. 88). Alertava esse autor que, uma vez completamente suprimido do processo de desenvolvimento no campo, as categorias esquecidas dos projetos, a exemplo dos camponeses, deveriam pleitear os possíveis benefícios decorrentes do projeto de modernização nacional, tornando-se um sujeito ativo e não passivo no âmbito de sua implementação.

2.3.4 Reforma Agrária na Nova República do Brasil

Com o fim da ditadura, a questão agrária volta à agenda da Nova República (1985-1989). Contudo, alguns setores políticos contrários à reforma, como a União Democrática Ruralista (UDR) e as grandes cooperativas agropecuárias, voltaram a adensar a tônica do conflito em favor da preservação da lógica do capital (NORDER, 2000).

No começo da derrocada da ditadura militar, os sem-terra recolocaram a reforma agrária na pauta política. No primeiro governo da Nova República foi criado o Plano Nacional de Reforma Agrária, que não se concretizou. A

regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

maior parte dos assentamentos implantados durante esse governo foi resultado das ocupações. Ainda nesse período, os trabalhadores conquistaram o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procerá. Nos governos Collor e Itamar, as políticas criadas para tratar da questão agrária mantiveram a repressão aos sem-terra. Também nesse tempo, os trabalhadores conquistaram alguns assentamentos, criaram o Sistema Cooperativista dos Assentados, além de diversos outros setores de atividades do Movimento, dimensionando a luta pela terra e constituindo um projeto de desenvolvimento para o campo (FERNANDES, 2013, p. 116-117).

Segundo Mattei (2012), o governo da Nova República, conduzido pelo então presidente José Sarney (1985-1989), colocou a reforma agrária como um dos principais elementos do processo de redemocratização brasileiro, assumindo o compromisso de assentar 1,4 milhão de famílias de agricultores em cinco anos. Todavia, como sublinha ainda esse autor, as pressões provenientes dos setores políticos conservadores acabaram por inviabilizar as metas projetadas, rebaixando a proposta de reforma a um plano secundário. Como resultado, até o fim do Governo da Nova República, foram assentadas apenas 85 mil famílias, o que provocou um aumento significativo do êxodo rural.

Ao denunciar a lentidão das políticas públicas de apoio à agricultura camponesa, Fernandes (2013) afirma que foi somente em 1986 que o governo federal instituiu a primeira medida a favor da categoria, por meio do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA). Embora representasse um avanço frente ao processo de diferenciação entre camponeses e capitalistas, este programa não atendeu ao campesinato de forma tão abrangente quanto o esperado.

A partir da década de 1990, as políticas em prol da reforma agrária sofrem um profundo agravamento, em decorrência da eleição do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992). Embora os planos governamentais pretendessem assentar 500 mil famílias até o fim do mandato, a extinção do Ministério da Reforma Agrária e os compromissos com a agenda neoliberal paralisaram por completo os projetos de assentamento de famílias rurais, que, como já era esperado, não foram capazes de desapropriar nenhuma terra para fins de reforma agrária e nem mesmo beneficiar uma sequer família de agricultores até o processo de *impeachment* do então presidente, em dezembro de 1992.

Ao assumir o mandato em 1993, Itamar Franco (1993-1994) anunciou um plano emergencial de reforma agrária com a pretensão de assentar 80 mil famílias em dois anos, mas chegou apenas a contemplar aproximadamente 23 mil famílias sem-terra por meio da efetivação de 150 projetos de assentamento (MATTEI, 2012).

Em face de uma desastrosa política agrária, as pressões sociais por reforma encontram um apelo ainda maior a partir do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), que, de acordo com os dados oficiais, foi responsável pelo segundo maior programa efetivo de assentamentos da história da reforma agrária brasileira (300 mil famílias), perdendo apenas para o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) (CATTELAN; MORAES; ROSSONI, 2020).

Cálculos feitos pelo Dataluta para 1999 sugerem números mais modestos para o período anterior a 1995, mas indicam também um crescimento exponencial a partir desse ano. Assim, aos núcleos, que seriam 1.193 até então, somaram-se, entre 1995 e 1999 outros 3.180, fazendo com que se tivesse em 1999, em todo Brasil, um total de 4.373 assentamentos rurais, reunindo uma população de 503.442 famílias em 23.852.219 hectares (LEITE *et al.*, 2004, p. 39).

O governo FHC (1995-2002) diferenciou-se dos anteriores não apenas pelo fato de ter assentado um número significativo de famílias, mas por ter dinamizado os projetos de reforma agrária em consonância com a criação de outras ações complementares, tais como: a revisão da legislação sobre desapropriação de terras, a redefinição dos impostos sobre propriedade, a urbanização das áreas rurais, a ampliação dos programas de assistência técnica e a melhoria da rede de infraestrutura rural, substituindo a antiga questão fundiária por um conjunto moderno e articulado de políticas públicas (MATTEI, 2012). “O crescimento das ocupações aconteceu, principalmente por causa da territorialização do MST. De 1996 a 1998, o número de ocupações cresceu 50% e o número de famílias aumentou 21%” (FERNANDES, 2000, p. 34).

Entre os programas concebidos por FHC para o mundo rural destacam-se: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Projeto Lumiar de Assistência Técnica, a implementação do Programa de Crédito Especial para Áreas da Reforma Agrária (PROCERA), a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa Cédula da Terra, o Programa de Acesso Direto à Terra e Programa Novo Mundo Rural e Banco da Terra, que possibilitava financiar imóveis rurais (CATTELAN; MORAES; ROSSONI, 2020).

O governo FHC, contudo, foi marcado por uma série de dicotomias entre a solução dos problemas dos pequenos produtores e os projetos de abertura econômica, favorecendo a incorporação dos assentamentos da reforma agrária ao mercado. De acordo com Cattelan, Moraes e Rossoni (2020), todavia, a tentativa de inserção desses trabalhadores nos circuitos internacionais de produção e comércio e a priorização de programas pautados na aceleração

do desenvolvimento produtivo não levaram em conta a dimensão social dos assentamentos, mantendo intacta a fragilidade do meio rural.

Para Fernandes (2013, p. 117), não surpreende que muitas políticas agrárias tenham sido criadas com o objetivo de “blindar” os privilégios e favorecimentos que historicamente mantiveram o domínio da classe latifundiária sobre a questão agrária brasileira. Nesse sentido, muitos autores apontam para a criação de várias medidas judiciais e discriminatórias²⁰ forjando uma verdadeira “cerca à luta dos trabalhadores do campo”.

No Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) as políticas de combate à fome e à segurança alimentar lhe conferiram grande projeção internacional, inspirando, inclusive, as políticas de países da África e da América Latina. Segundo Pires (2019), embora o governo do Partido dos Trabalhadores não tenha resultado no depauperamento das políticas neoliberais no país, houve uma maior atenção aos espaços rurais:

Ainda que a escalada neoliberal brasileira não tenha cessado nos Governos do Partido dos Trabalhadores de Lula (2003-2010) e de Dilma (2011-2016), abriam-se, nesses governos, canais de interlocução com vários setores da sociedade organizada, estimulando as ações voltadas para os espaços rurais (PIRES 2019, p.32).

O Governo Lula contou com amplo apoio dos movimentos sociais agrários. Entretanto, como sublinha Mattei (2012, p. 307), a reforma agrária não foi considerada como uma prioridade, voltando-se mais estrategicamente a um plano de “qualificação dos assentamentos rurais já existentes”. Nesse esquema, as políticas públicas forjadas pelo governo Lula concentraram-se na recuperação de assentamentos em condições de precariedade, especialmente nas esferas produtiva e infraestrutural, realizando poucos investimentos em desapropriação de novas áreas para essa finalidade (MATTEI, 2012).

Entre as ações mais relevantes do primeiro mandato do presidente Lula no âmbito da reforma agrária, Mattei (2012) chama a atenção para a aprovação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC) e do Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA)²¹.

²⁰ O governo FHC instituiu a Medida Provisória (MP) nº 2.027-39, de 1º de junho de 2000, que alterou as Leis 4.504/1964, 8.177/1991 e 8.629/1993 e o Decreto-Lei 3.365/1941, e foi considerado um marco para a reforma agrária, ficando conhecida como a “lei anti-invasão”, pois sua finalidade era reduzir o número de invasões que vinha ocorrendo na década de 1990. A MP criou um conceito de “criminalização” das invasões/ocupações realizadas pelos movimentos sociais e isso foi determinante para reduzi-las (CATTELAN; MORAES; ROSSONI, 2020 apud NASCIMENTO; SAES; ZYLBERSZTAJN, 2010).

²¹ O primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária foi realizado pelo Presidente José Sarney, em 1985. Este primeiro projeto tinha como proposta assentar 1,4 milhão de famílias até o final de 1989, mas realizou apenas 10% da meta oficial. Na ocasião do II PNRA, a partir do primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), o objetivo era implantar 400 mil novas famílias assentadas, regularizando a posse de terras de 500 mil famílias e atender 130 mil famílias por meio do crédito fundiário. Em 2007, com o final do programa, os resultados foram

Este último plano, todavia, não obteve resultados muito efetivos ao longo dos oito anos consecutivos de governo, limitando-se à realização de ações mais voltadas à contenção dos conflitos agrários nacionais. Nesse sentido, Oliveira (2007, p. 8) indica que, apesar dos avanços, a reforma agrária deste governo “deu início à contra reforma agrária acoplada à expansão do agrobusiness no Brasil”.

O projeto de afirmação e expansão do agronegócio no Brasil, diga-se de passagem, não se deve unicamente às iniciativas tomadas pelo governo Lula, mas já estavam sendo gestadas desde o governo FHC, especialmente por meio dos planos de abertura internacional e priorização de programas pautados na aceleração do desenvolvimento produtivo da agricultura. Por outro lado, como asseverado por Santos (2010), o apoio de Lula ao agronegócio se mostrou mais expressivo do que ao esforço na solução dos problemas estruturais da agricultura familiar. Em consonância com esta assertiva, Fernandes (2008) considera que, apesar da esperança dos movimentos sociais face à ascensão do Partido dos Trabalhadores no poder, não houve um enfrentamento eficiente da questão agrária nos mandatos de Lula.

Para Firmiano e Mafort (2018), o governo de Lula se baseou em dois princípios com relação à política de reforma agrária: 1) não implementá-la nas áreas dominadas pelo agronegócio e; 2) fazê-la de maneira que os assentados pudessem se integrar ao agronegócio. Nesse aspecto, em termos de reforma agrária, o governo Lula pode ser considerado como um projeto de continuidade ao “Novo Mundo Rural” engendrado pelo governo FHC (CATTELAN; MORAES; ROSSONI, 2020).

Enquanto o governo FHC apresentou avanços quantitativos em termos de novas famílias assentadas, o governo Lula apresentou avanços qualitativos, com maior atenção à dimensão social dos assentamentos. De modo geral, verifica-se a expansão do agrobusiness exportador, acompanhado de medidas amenizadoras para os assentamentos (CATTELAN; MORAES; ROSSONI, 2020, p. 153).

Em continuidade aos mandatos de Lula, o governo Dilma Rousseff (2011-2016) é apontado por Cattelan, Moraes e Rossoni (2020) como o que menos assentou famílias de agricultores até 2011, não elaborando nenhum planejamento ou realização de propostas para a reforma agrária. Ao tratar sobre o governo Dilma, Firmiano e Mafort (2018) chamam a atenção para os vários cortes nas políticas sociais erigidas pelo governo anterior, tendo feito sua primeira desapropriação apenas em 2016. De acordo com os autores, os 21 decretos de

inferiores aos planejados. Os indicadores demonstram 448.954 beneficiários do programa, sendo 163 mil beneficiários em novos assentamentos e os demais de regularização ou reordenação fundiária (MATTEI, 2012).

desapropriação assinados pela então presidenta só foram efetivamente realizados em face da eminência do processo de *impeachment*, forçando uma reaproximação estratégica com os movimentos sociais do campo.

Na concepção de Pires (2019), os esforços em torno das ações voltadas à proteção do campesinato e dos trabalhadores do campo ficaram ainda mais inviáveis com o *impeachment* da presidente Dilma e com a concomitante instauração do Governo de Exceção de Michel Temer (31 de agosto de 2016 a 1 de janeiro de 2019). Como observa essa autora, o Governo Temer representou significativos cortes orçamentários nos investimentos públicos e amplo atendimento às pautas da bancada ruralista, especialmente no tocante ao perdão das dívidas da classe patronal, à facilitação burocrática da liberação de agrotóxicos e à redução das áreas de preservação ambiental. Tais decisões aconteciam *pari passu* ao desmonte de órgãos públicos voltados aos espaços rurais, “ampliando, ainda mais, a vulnerabilidade de grande contingente dos excluídos do campo e pondo em xeque o futuro da extensão rural e das dinâmicas associativas e cooperativas nos espaços rurais” (PIRES, 2019, p. 32).

O governo de Michel Temer, como aponta Júnior (2018), foi responsável pelo aumento da violência no campo, em decorrência da total paralização dos projetos de reforma agrária e do expressivo apoio à grande propriedade privada. Com efeito, o governo Temer, além de registrar altos índices de assassinato no meio rural e o cancelamento das desapropriações e demarcações de terras de indígenas e quilombolas, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado pelo governo FHC justamente com o propósito de conferir maior atenção às questões demandadas pelos ruralistas (CATTELAN; MORAES; ROSSONI, 2020).

O governo ultraconservador de Jair Messias Bolsonaro, iniciado em outubro de 2018, representou um retrocesso ainda maior às ações voltadas para o mundo rural, já gravemente comprometidas pelo governo anterior, especialmente em relação às ações voltadas aos excluídos do campo e à proteção ambiental (PIRES, 2019).

Suas ações estão sobremaneira dirigidas para a sua base de apoio parlamentar durante a campanha e que foi composta por evangélicos, defensores da liberação das armas e defensores da liberação de um maior uso de agrotóxico, conhecida popularmente como Bancada da Bíblia, Bancada da Bala e Bancada do Boi (Bancada BBB) (PIRES, 2019, p.32).

Cattelan, Moraes e Rossoni (2020) comentam que o tema sobre a “reforma agrária” sequer foi citado no plano de governo, numa clara demonstração de que o seu projeto se alinhava à

defesa de interesses dos grandes produtores brasileiros, do agronegócio e da política de *commodities*. De acordo com os autores, nos primeiros meses de governo, a principal atuação de Bolsonaro destinou-se à suspensão das atividades e redução dos gastos públicos com a reforma agrária, chegando, inclusive, a extinguir cargos e funções do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio de decreto nº 10.252²².

Ao refletir sobre as ocupações de terra, assentamentos rurais e a descontinuidade da reforma agrária, Fernandes, Júnior e Filho *et al.* (2020), analisam as medidas políticas tomadas pelo governo de Jair Bolsonaro a respeito da estrangeirização da terra e dos violentos avanços sobre as fronteiras da Amazônia. A liberação da estrangeirização da terra não é um evento isolado, mas faz parte de um amplo pacote de políticas neoliberais que visam a expansão do capitalismo no campo, incorporando terras de camponeses, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais à lógica de expropriação e de concentração do capital. “A estrangeirização resulta na desterritorialização e afeta a segurança e soberania alimentar, pois terras antes destinadas à produção de alimentos passam a cultivar *commodities* para a exportação” (FERNANDES; JÚNIOR; FILHO *et al.*, 2020, p. 330).

Ainda de acordo com esses autores, desde o início, o Governo Bolsonaro assumiu uma postura negligente quanto às políticas de educação, pesquisa, saúde e reforma agrária, reduzindo ou extinguindo os projetos criados e desenvolvidos nos governos anteriores, como foi o caso do PRONERA, PAA, PNAE, Planapo, Ater, dos Programas Terra Sol e Terra Forte, entre outros. Ao assumir o poder em 2019, as reformas administrativas assinadas pelo governo estavam voltadas ao desmonte de vários órgãos colegiados importantes, como foi o caso do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), o que fragilizou, em grande medida, o funcionamento o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), comprometendo, por conseguinte, o processo de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada em todas as esferas de governo.

Ainda no Governo Bolsonaro, a luta pela ocupação da terra passa ser identificada como ato terrorista (CORREIO DO POVO, 2019). De acordo com Fernandes, Júnior e Filho *et al.* (2020, p. 340), “no ano de 2019, foram realizadas 43 ocupações, o menor número desde 1990, durante o governo Collor, que também se utilizou da criminalização das ocupações como forma de impedir a luta pela terra”. Ainda no ano de 2019, registram os autores, nenhum

²² Publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 20 de fevereiro de 2020, o decreto nº 10.252 enxuga significativamente a estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O ato extingue o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o programa Terra Sol e outros programas que davam incentivos aos assentados, quilombolas e comunidades extrativistas.

assentamento foi criado e nenhuma propriedade foi decretada para fins de Reforma Agrária. Superando o ano de 1985, quando foram criados apenas 3 assentamentos rurais no Brasil, o ano de 2019 representou a maior retração da história da reforma agrária no país. O desmantelamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizado por meio de atos normativos, culminou na interrupção de vários processos desapropriatórios, além da diminuição de orçamentos e diversas nomeações de pessoas que eram contra a reforma agrária. Diante do descaso, as superintendências regionais receberam orientações determinando a interrupção de todos os processos para compra e desapropriação de terras. De início, cerca de 250 processos em andamento foram suspensos, ato considerado como primeiro passo para interrupção da Reforma Agrária (FERNANDES; JÚNIOR; FILHO *et al.*, 2020, p. 330).

A paralisação da Reforma Agrária e o abandono dos programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar, fruto de décadas de luta de milhares de famílias sem-terra, ficaram praticamente inexistentes ao longo do Governo Bolsonaro, sem falar da suspensão das demarcações de terras indígenas e quilombolas. Além de todos os atos de desgoverno que comprometeram de modo direto o desenvolvimento da agricultura familiar, a onda de liberalização orquestrada pelo governo estimulou a invasão de terras públicas para formação de pastagens e a exploração mineral por meio do aumento do desmatamento e queimadas de florestas na Amazônia e no Cerrado. Por todos esses motivos, a gestão de Jair Bolsonaro, especificamente em termos de reforma agrária, pode ser considerada a pior da história da república brasileira (FERNANDES; JÚNIOR; FILHO *et al.*, 2020).

A partir de uma breve explanação sobre as políticas de governo relacionadas à reforma agrária, concentraremos nossos esforços no aprofundamento dos liames entre a reforma agrária e os processos de luta dos trabalhadores do campo para a implantação de assentamentos rurais, como uma forma de resistência à concentração fundiária. O termo reforma agrária, nesse sentido, será tomado como resultado convergente de uma luta social e de um processo de intervenção sistemático. Para além das ações articuladas pelos poderes públicos, objetiva-se refletir sobre o campo de forças no qual se encontram os principais atores interessados neste processo - os trabalhadores que demandam a terra e seus representantes e aliados.

3 ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL E MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

3.1 Movimentos Sociais e Assentamentos Rurais no Brasil

Segundo Fernandes (2000), a implantação dos assentamentos representa um impacto socioterritorial importante, promovendo o desenvolvimento local. Nessas áreas, os sem-terra constroem sua própria existência por meio da geração de renda e trabalho. Existem várias lutas após a conquista da terra: luta por crédito agrícola, por escola no assentamento, por moradia, por estradas, por transporte coletivo, por energia elétrica, por saúde etc., que levam a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. A conquista da terra é condição essencial para o avanço dessa luta pela cidadania. Desse modo, os sem-terra contribuem para o crescimento da agricultura familiar.

Na obra *“Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro”*, Leite *et al.* (2004) atentam para a multiplicidade das relações, disputas e negociações em torno da questão agrária e formação dos assentamentos rurais no Brasil. A partir de uma ampla pesquisa realizada em várias localidades do país, os autores compõem um exaustivo trabalho investigativo sobre seis “grandes marchas” de assentamentos distribuídas pelas cinco regiões brasileira²³. A partir desse esforço, os autores buscam especificamente refletir sobre a capacidade organizativa dos assentados, suas articulações com o Estado e seus impactos econômicos no desenvolvimento local das regiões nas quais se encontram inseridos. Utilizando-se de um abundante conjunto de dados e diferentes metodologias de pesquisa, a obra em questão aponta para a relevância dos assentamentos rurais no longo processo de luta pela democratização do acesso à terra no Brasil.

Com base num amplo exame da literatura sobre questão agrária, Leite *et al.* (2004, p. 11) partilham da ideia de que, longe de expressar uma etapa final de um longo processo de luta pela terra, a constituição dos assentamentos rurais significa, sobretudo, “um ponto de partida para as novas demandas daqueles que tiveram acesso à terra e que procuram nela se viabilizar econômica e socialmente, onde se inauguram, inclusive, novas formas de participação política”. Nesse processo, homens e mulheres retomam trajetórias interrompidas e estabelecem novos laços de sociabilidade comunitária, bem como novas situações de

²³ Sudeste do Pará, entorno do Distrito Federal, Sertão do Ceará, Zona Canavieira do Nordeste, Sul da Bahia e Oeste de Santa Catarina

inserção política e econômica.

Com efeito, o estudo de Leite *et al.* (2004) aponta para a diversidade da origem dos assentamentos de reforma agrária, bem como para a heterogeneidade dos sujeitos que fazem parte da sua construção. No que diz respeito à diferenciação dos assentamentos, podem-se ressaltar inúmeras situações particulares, tais como: regularizações fundiárias em terras ocupadas há década por “posseiros”; áreas de conflitos gerados pela tentativa de expulsão de trabalhadores “rendeiros” ou “agregados”; áreas improdutivas ocupadas por movimentos de luta pela terra ou por sindicatos de trabalhadores rurais; reservas extrativistas; usinas falidas, etc. Quanto aos assentados, chama-se a atenção para a caracterização de distintos sujeitos, tais como: os posseiros com longa história de ocupação de terra; filhos de produtores familiares; pequenos produtores atingidos por obras públicas, seringueiros, assalariados rurais, populações da periferia urbana, aposentados, entre outros (LEITE *et al.*, 2004, p. 21).

Mais do que atores específicos atrelados a um processo de construção social também específico, é preciso ainda considerar que esses sujeitos e seus projetos de vida estão frequentemente interagindo com um amplo conjunto de atores institucionais, tais como: órgãos governamentais e não governamentais; prefeituras; secretarias de agricultura estaduais e municipais; organismos de assistência técnica; organismos vinculados às igrejas e entidades de representação local, supermercados, fornecedores de insumos agrícolas e, mais recentemente, empresas de certificação alimentar²⁴. Nesse sentido, discutir os “impactos” dos assentamentos rurais significa atentar para uma multiplicidade de relações que não pode ser facilmente encarada a partir de generalizações apressadas (LEITE *et al.*, 2004).

Quanto aos temas de análise mais recorrentes sobre o estudo dos assentamentos rurais, os autores têm observado uma forte tendência de aproximação às condições de inserção econômica dos assentados, seus modos de vida e suas formas integração aos mercados. Em certa medida, como observam, boa parte das pesquisas tem procurado se utilizar destes indicadores com o objetivo de provar ou negar as potencialidades de uma reforma agrária. De um ponto de vista mais metodológico, as análises sobre o tema têm sido conduzidas por meio de exames comparativos de natureza histórica (em relação ao passado e presente dos assentados) ou categorial (em relação às diferentes categorias de trabalhadores) (Idem). Esse, sem dúvida, constitui um aspecto particularmente importante aos nossos propósitos de investigação.

Em conexão direta com a discussão sobre questão agrária, a constituição dos

²⁴ A relação entre empresas de certificação alimentar e assentamentos rurais será abordada no capítulo seguinte. No último capítulo, este mais analítico, discorreremos sobre a experiência do *Assentamento Mandacaru de Agricultura Familiar* e a empresa de certificação orgânica *Chão Vivo*.

assentamentos acena para uma trama de processos complexos e conflituosos, tecida por diferentes atores representantes do Estado e da sociedade civil. Todavia, Leite *et al.* (2004, p. 12) ressaltam que a percepção mais difundida sobre os assentamentos ainda hoje é marcada pelo estigma da indigência, pela concentração de pessoas ‘estranhas’ à agricultura e que deveriam, na melhor das hipóteses, ser objeto de políticas assistenciais”, pois refletem o “exemplo do desperdício dos recursos públicos e demonstração de fracasso da reforma agrária”. Não obstante, os dados apresentados pelos autores acima referenciados demonstram que a “nova condição de assentado” tem representando uma melhoria da qualidade de vida dos pequenos trabalhadores rurais em várias dimensões, seja no que diz respeito ao acesso à educação e à saúde, seja na geração de emprego e renda. Isso, por sua vez, tem repercutindo diretamente na própria dinâmica local sobre a qual os assentamentos encontram-se associados.

Além de gerar empregos para a família, os assentados geram trabalho para outras pessoas, indicando umas das principais contribuições da reforma agrária. Os impactos dos assentamentos com a chegada dos créditos de instalação, dos recursos para infraestrutura, o desenvolvimento da produção e seus efeitos sobre o emprego e o comércio local repercutem sobre a vida econômica da região e sobre a percepção dos moradores em relação aos assentados [...]. Os assentamentos constituem-se de fato, e apesar das dificuldades, em espaços produtivos e de garantia da segurança alimentar e nutricional. Combinam produtos de subsistência com outros voltados para a comercialização, promovem a introdução de novas culturas e a diversificação da produção e da oferta de produtos para o mercado local. Fortalecem, também, sua situação perante os canais tradicionais de comercialização e contribuem para a criação de novos canais e para a instalação de unidades agroindustriais (LEITE *et al.*, 2004, p. 13-14).

É importante sublinhar que as considerações lançadas por Leite *et al.* (2004) apresentam significativas correlações com a experiência do Assentamento Mandacaru de Agricultura Familiar de Petrolina-PE, objeto de estudo deste trabalho, especialmente pelo fato de que o envolvimento dos agricultores com um sistema orgânico de produção certificada tem possibilitado não apenas a ascensão econômica das famílias assentadas e a integração com o mercado, mas contribuído para novas formas de comercialização e consumo no âmbito local. Motivados por uma orientação pautada na segurança alimentar, sustentabilidade e na valorização dos saberes tradicionais da agricultura familiar, o Mandacaru tem se destacada na região como assentamento pioneiro em experiências produtivas alternativas, diminuindo, em grande medida, as situações de estigma e preconceito vivenciadas no início do processo de ocupação da terra.

Outra análise promovida pelo estudo de Leite *et al.* (2004, p. 28-29), também muito

pertinente ao nosso objeto de estudo diz respeito à percepção de que os assentamentos rurais devem ser considerados como *ponto de chegada e ponte de partida* no seu decurso histórico sociopolítico. As possibilidades de mobilidade e integração social dos assentados no processo de luta pela terra resultaram, em grande medida, em oportunidades de “transformação de um amplo setor de ‘excluídos’ em sujeitos políticos, novos autores em cena”.

Em síntese, pode-se adiantar que ao mesmo tempo em que os pequenos produtores do Assentamento Mandacaru “certificam” seus sistemas de valor por meio do uso de dispositivos de qualidade também reafirmam sua autonomia política frente ao Estado e à sociedade, estimulando a revalorização da agricultura familiar em um contexto de competitividade marcado por desigualdades. Nesse processo, considera-se que a identificação dos “impactos” relacionados aos assentamentos rurais exige uma investigação mais detalhada dos processos de mudança social, econômica e política que perfazem a história de vida dos assentamentos e dos assentados rurais. O gradual processo de desenvolvimento e adaptação dos produtores-assentados do Mandacaru será detalhadamente contemplado no capítulo IV desta tese à luz das teorias trabalhadas ao longo dos capítulos teóricos aqui discutidos. Por ora, é mister discutir a importância dos movimentos sociais na constituição dos assentamentos rurais como um todo.

3.2. A importância dos movimentos sociais do campo

Para Bernardo Mançano Fernandes (2013), o debate a respeito da questão agrária no Brasil contém antigos e novos elementos extremamente relevantes para a consecução dos projetos de desenvolvimento no campo. As lutas por resistência e a implantação dos assentamentos rurais no Brasil, que ganham um maior espaço de articulação a partir dos anos 1970, são vistos pelo autor como os principais processos de alavancagem contra a intensificação da concentração fundiária. Entre os mais importantes protagonistas desse processo encontram-se, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em relação à ascensão dos movimentos sociais rurais, Fernandes (2013) chama a atenção para a criação de diferentes organizações sociais de trabalhadores rurais na luta pela terra. Em parte, segundo admite, pode-se situar os movimentos da agricultura familiar, que estão mais voltados às políticas de integração ao capital; e os grupos mais radicais, que defendem as políticas de resistência e luta aberta contra o capitalismo. No primeiro grupo, encontram-se as organizações vinculadas à Contag/CUT; no segundo, congrega-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento

dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Entre os movimentos acima destacados, vale situar um pouco da história do MST.

3.2.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Projeto de Reforma Agrária Popular

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização social conhecida por suas ações de ocupações de terra, de prédios públicos e de enfrentamento com o governo. Por meio de ações articuladas em âmbito nacional, o MST vem demonstrado um histórico de conquistas da terra e de um conjunto de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais, ressocializando seus filiados e lutando contra a exclusão (FERNANDES, 2000).

No princípio da formação do MST (1979-1984), os sem terra construíram suas primeiras experiências em deferência à resistência camponesa. Desde essa época, sabendo que a questão agrária não mudaria, a não ser por meio de ações mais combativas, esses trabalhadores rurais começaram a construção de um movimento social que se tornaria, na década de 1990, uma das mais importantes organizações sociais do Brasil (FERNANDES, 2000). Já na primeira metade da década de 1980, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão vinculado à Igreja Católica, os sem-terra já estavam organizados em cinco estados da federação: Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul (Idem).

A partir da década de 1990, após a redemocratização do país, novas lutas foram gestadas por meio da espacialização dos movimentos sociais do campo, em especial o MST. Se os governos de até então nada fizeram efetivamente pela reforma agrária, não seria exagero convir que as ocupações organizadas pelos movimentos sociais podem, desde sempre, ser consideradas como a principal forma de acesso à terra (FERNANDES, 2013). A este respeito, Medeiros (2001, p. 110) destaca a importância das mobilizações do MST na sua relação com os poderes públicos, com os meios de comunicação e com o conjunto da sociedade.

Sua ação, ao longo dos anos 80 e 90, apresentou diversas facetas, tanto implicando na produção de fatos políticos, com a recorrência de mobilizações e ocupações envolvendo grande número de pessoas, dando maior visibilidade às lutas por terra, como num trabalho cotidiano e molecular de fortalecimento dos assentamentos. Quer na esfera produtiva (através da criação de cooperativas, por exemplo), quer na política, formando lideranças, “liberando quadros” para expandir a ação do MST em outras regiões e iniciando um trabalho de divulgação do movimento junto

aos meios de comunicação, de forma a legitimá-lo junto à opinião pública.

A luta pela terra leva à territorialização porque, com a conquista de um assentamento, abrem-se as perspectivas para a conquista de outros novos assentamentos. Assim, a cada assentamento conquistado, o MST se territorializa enquanto grupo comunitário. “É exatamente isto que diferencia o MST de outros movimentos sociais e o que o torna um movimento socioterritorial” (FERNANDES, 2000, p. 33).

Os estudos de Fernandes (2013), assim como os de Medeiros (2001), estão mais direcionados aos processos de resistência e lutas deflagradas por intermédio do MST. A investigação das pautas políticas desenvolvidas por este grupo tem se voltado, principalmente, para a ocupação de terras, enfrentamento dos latifúndios, formação de acampamentos, realização de protestos, invasões de prédios públicos, criação de assentamentos e demandas por outros direitos básicos, como educação e saúde, ampliando a construção dos projetos de desenvolvimento rural no país (FERNANDES, 2013).

Com a intensificação do agronegócio, a partir do início dos anos 2000, o MST precisou mudar radicalmente a natureza das suas pautas para lidar com as complexas transformações do capital no campo, que diminuiam ainda mais as margens de participação democrática do povo no acesso à terra. Nesse sentido, foi preciso ampliar os projetos reivindicatórios, “em vistas de apresentar um conjunto de determinações que alterem questões centrais do controle capitalista, a partir da reorganização dos territórios agrários e ambientais em busca de uma soberania popular” (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2020, p. 20).

Desta forma, o conceito de reforma agrária clássica passa a ser substituído pelo conceito da reforma agrária popular, que agora traz em sua dimensão não apenas a necessidade de terra para quem nela trabalha, categoria central na década de 1980 e 1990, mas a necessidade de produzir alimentos saudáveis a toda população, adquirindo o caráter popular da reforma agrária (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2020, p. 22).

Para tanto, para o MST, reforçava-se a urgência histórica de uma ampla reforma agrária que transformasse radicalmente as bases da estrutura fundiária brasileira:

Um novo projeto de país que precisa ser construído com todas as forças populares, voltado para atender os interesses e necessidades do povo brasileiro. Buscando assim, com a luta pela reforma agrária popular, acumular forças, obter conquistas para os camponeses e derrotas para as oligarquias rurais, organizar e politizar nossa base social, ampliar e consolidar o apoio da sociedade à nossa luta. É dessa forma que iremos construir nossa participação nas lutas de toda a classe trabalhadora para construir um processo revolucionário, que organize a sociedade e um novo

modo de produção, sob os ideais do socialismo (MST, 2013, p. 33, 34).

Para o Instituto Tricontinental De Pesquisa Social (2020), difundir a ideia de reforma agrária popular no atual tempo histórico representa modificar a forma hegemônica de se produzir alimentos. Pressupõe disputar os meios de produção, tendo na agroecologia e na cooperação os instrumentos de estudo e aplicação teórico-prática em contraponto ao agronegócio, priorizando a produção de alimentos saudáveis e diversificados para o mercado interno em harmonia com o meio ambiente. Junto a isso, pressupõe-se o desenvolvimento de um modelo econômico que distribua renda e que fixe as pessoas no campo para combater o êxodo rural. Por isso, uma tal perspectiva também pressupõe a criação de agroindústrias nos assentamentos sob o comando dos próprios trabalhadores (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2020, p. 23).

Para esse mesmo Instituto, porém, o conceito de reforma agrária popular vai muito além das questões produtivas. Perpassa também pela construção de novas relações humanas, sociais e de gênero, enfrentando o machismo e a lgbtfobia, por exemplo. Perpassa pela garantia do acesso à educação em todos os níveis no meio rural, ao mesmo tempo que tem como propósito construir formas autônomas de cooperação entre os trabalhadores que vivem no campo e na relação política com as massas urbanas (Idem).

3.2.2 MST e os Assentamentos Rurais de Reforma Agrária

Entre as mais significativas ações levadas a cabo pelo MST, pode-se destacar o seu intenso envolvimento na produção dos assentamentos rurais em várias regiões do país, garantindo aos produtores sem-terra, não apenas a sobrevivência econômica, mas a legitimidade social (FERNANDES, 2013). No rol das estratégias criadas pelo movimento, pode-se citar ainda o estímulo às formas de produção cooperada, acesso à educação política e formal e a ênfase na transformação tecnológica das unidades familiares de produção (MEDEIROS, 2001). Dada à participação desses movimentos sociais na dinâmica organizativa dos assentados da reforma agrária na luta pela terra, Medeiros (2001, p. 115-116) aponta para a emergência de “alterações moleculares na cultura política local” de certas regiões:

A diversificação da produção agrícola, a introdução de novos produtos e atividades, mudanças tecnológicas, reflete-se na composição da receita dos assentados, afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária, etc., com efeitos sobre a capacidade do assentamento de se firmar politicamente como um interlocutor no plano local/regional [...] O mercado local é dinamizado ainda pela venda de produtos oriundos dos assentamentos, através de feiras, venda direta a

supermercados, ou mesmo de porta em porta, ocasionando um novo tipo de concorrência e oferta de produtos que, principalmente quando os municípios pequenos são considerados, tem um peso relativo maior [...] O aumento da população municipal decorrente dos assentamentos pode implicar ampliação do mercado de trabalho e de consumo, gerando efeitos sobre o comércio local, aumento da arrecadação de impostos, etc. Também tende a gerar um aumento na pressão das demandas em torno de infraestrutura e equipamentos sociais, o que coloca os assentamentos numa relação direta com as autoridades públicas (locais, estaduais, federais).

Nesse esquema, ainda de acordo com Medeiros (2001), é de extrema importância reconhecer o papel dos movimentos sociais na alteração do conjunto de políticas legais e institucionais que estão por trás da consolidação dos assentamentos. Como ressalta a autora, o reconhecimento do “agricultor familiar” como ator social relevante neste processo não pode ser entendido sem que se considerem as mobilizações e disputas em torno das ações governamentais no campo. Por tal motivo, parte-se da ideia de que o Estado precisa urgentemente reassumir o seu papel indutor no processo de reforma agrária, orientando ações de desapropriação combinadas a outras políticas de obtenção de terras. Para tanto, como sugerem Leite *et al.* (2004, p. 14), é preciso considerar que “é a leitura das potencialidades produtivas da região que deve informar a elaboração dos projetos de assentamentos e a necessidade de se garantir, desde o primeiro momento, as políticas de apoio à produção e à comercialização”, provendo a viabilização econômica dos assentamentos em articulação com a dinâmica do desenvolvimento territorial.

Tal questão, inclusive, se inscreve dentro do Plano de Desenvolvimento Territorial (PDT) elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), desde 2003. Entre seus principais objetivos, destacam-se: - possibilitar a gestão democrática do planejamento, mediante maior participação dos sujeitos locais; - articular políticas públicas de forma integrada a partir de um planejamento que vise mais do que um mero crescimento econômico (SANTOS; OLIVEIRA, 2011).

Para alguns autores, uma compreensão ampliada da PDT requer uma volta ao campo brasileiro, a partir das suas necessidades sociais pendentes. Isso porque, como observam, o Brasil, desde o seu período colonial, é um país historicamente marcado pela desigualdade social, estimulando a concentração fundiária e a exclusão de um grande contingente da população ao acesso a elementos básicos para sua sobrevivência, como a terra, educação e saúde. Disparidades essas que foram perpetuadas durante séculos, –através de políticas que beneficiaram os detentores do poder, provocando graves distorções tanto para as populações

rurais como também para grandes contingentes das populações das grandes cidades (SANTOS; OLIVEIRA, 2011).

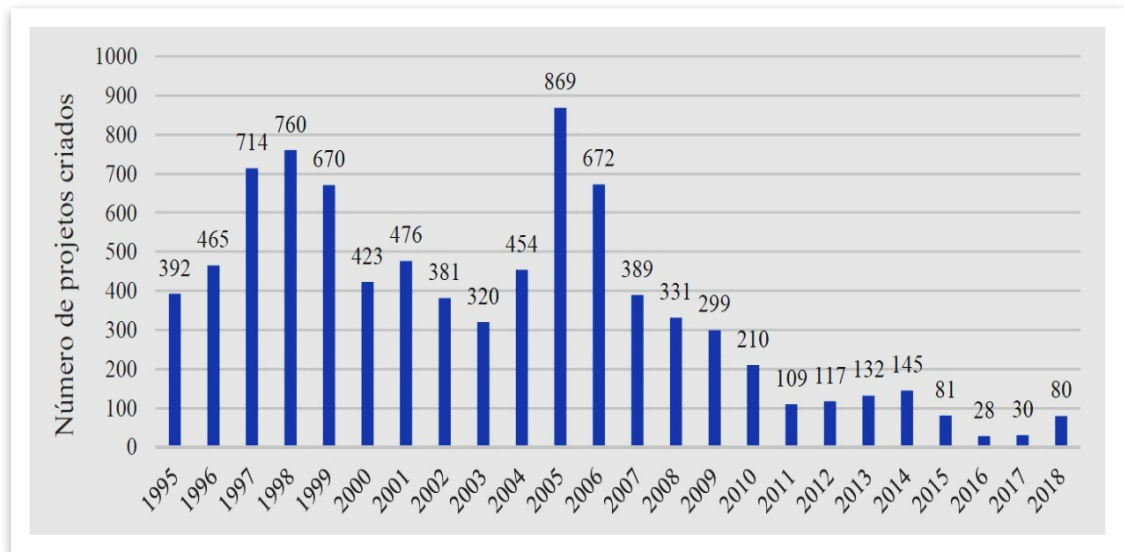
A abordagem territorial da PDT se apoia num novo enfoque para o planejamento das ações públicas, em prol do desenvolvimento rural sustentável, prevendo, na união de forças de agentes locais representados nos Conselhos Territoriais, ou seja, na mobilização conjunta dos agentes e instituições (sociedade civil organizada e Estado), uma alternativa para este desenvolvimento.

Nesta nova abordagem, fica patente o desgaste da visão setorial tradicional, presente no planejamento das políticas públicas que isola as demandas sociais por setores diferentes; e também dos enfoques regionais, que dividem espaços por características físicas/naturais, diante da necessidade de reorientação das formas de intervenção do Estado e da emergência de iniciativas de descentralização das políticas públicas e de valorização da participação dos diversos sujeitos (SANTOS; OLIVEIRA, 2011).

Ainda para Leite *et al.* (2004), outra questão de grande importância relacionada ao tema proposto diz respeito a uma ideia simplista fomentada pelo governo na qual os problemas da questão agrária poderiam ser prontamente resolvidos com políticas de assentamento, e que as famílias que pleiteiam terras são apenas aquelas que se encontram acampadas às margens dos latifúndios. Na verdade, como admitem esses autores, o processo de assentamento, que é em grande medida resultado de um processo de luta dos próprios camponeses, é apenas o início das contendas por direitos no campo, dentro do que defendem como ideia de *partida e chegada*.

Sobre esse aspecto, Cattelan, Moraes e Rossoni (2020) admitem que, com o paulatino afastamento do governo em relação à reforma agrária, o número de projetos de assentamentos criados entre 1995 a 2018 vem apresentando uma queda acentuada desde 2005, comprovando que, caso não fossem os processos de luta dos movimentos sociais, o número de famílias assentadas poderia ser muito inferior.

GRÁFICO 1 - NÚMERO ASSENTAMENTOS CRIADOS NO BRASIL ENTRE 1995 E 2018



Fonte: CATTELAN, Renata; MORAES, L. Marcelo; ROSSONI, A. Roger. 2020.

Em complementação, o gráfico seguinte, apresentado por Fernandes, Coca e Vinha (2017), revela o número de ocupações realizadas entre 1988 e 2016, ilustrando o processo de resistência dos movimentos sociais do campo frente o afastamento do governo federal.

GRÁFICO 2 - NÚMERO DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES ENTRE 1988 E 2015



Fonte: FERNANDES, M. B.; COCA, L de F. E.; VINHA S. C. A. J. F., 2017.

Para Fernandes, Coca e Vinha *et al.* (2017), as únicas forças que realmente se contrapõem ao modelo hegemônico provêm dos movimentos sociais, principalmente aqueles que lutam

permanentemente pelo direito à terra. Nessa perspectiva, Oliveira (2007) pondera que existe certa incoerência quando se afirma que os processos de regularização fundiária resultam de um projeto exclusivamente encabeçado pelas lideranças governamentais. Na verdade, como também considera Fernandes (2013), as ações do governo sempre estiveram mais propensas a conter os conflitos por terra do que solucionar os problemas do campo de forma efetiva, como foi possível perceber a partir da cronologia das políticas governamentais anteriormente escalonadas. Nesse sentido, referindo-se às motivações do Estado, Martins (2009, p. 41) considera que:

A motivação do Estado não é aí a de chegar tarde. A motivação de desativar focos de tensão social, uma motivação política, está proclamada no próprio Estatuto da Terra. Sem essa providência, a questão persiste e os conflitos se eternizam. Aí a motivação do Estado não é a motivação primeiramente econômica de viabilizar uma economia alternativa, supostamente já implantada pelos próprios interessados. A motivação é própria do Estado: suprimir fatores de conflito.

De forma contundente, Fernandes (2013, p. 135) defende que o verdadeiro propósito de uma reforma agrária deve estar comprometido com a desconcentração fundiária. Para o autor, despachar os problemas das famílias sem-terra por meio de medidas paliativas não dá ao governo o mérito da resolução da questão agrária, visto que se “as famílias não ocuparem a terra, não há assentamentos”. Apesar da implantação dos assentamentos, que deve ser entendida como uma política assistencial e não exatamente como uma política de reforma agrária, nunca existiu um plano geral que visasse à desconcentração fundiária (STÉDILE; FERNANDES, 1999).

Se o “padrão agrário vigente” tem se voltado contra as possibilidades de provimento social e desconcentração fundiária, a única forma de materialização da reforma agrária em benefício do campesinato parece ser através da luta política e da busca por “novas experiências coletivistas nos assentamentos conquistados” (FERNANDES, 2013, p. 123). Esses processos de resistência, influenciados em grande medida pela força dos movimentos sociais, é o que permite aos camponeses se organizarem para criar espaços de luta que vem sendo encarados por parte de alguns autores como uma “nova forma de recriação do campesinato” (SÉDILE, 2005; OLIVEIRA, 2007; FERNANDES, 2013).

As únicas forças que se contrapõem ao modelo hegemônico são os movimentos camponeses e os movimentos indígenas que lutam permanentemente pela terra e disputam território na construção de um modelo alternativo. As ocupações de terras, resistência na terra e as retomadas de terras e territórios são exemplos de resistência e enfrentamento com o binômio latifúndio – agronegócio. (FERNANDES; COCA; VINHA

et al., 2017, p. 132).

Crítico às formas de ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as contribuições dos estudos de José de Souza Martins (2004; 2009) chamam a atenção, em primeiro lugar, para a compreensão do entendimento sobre “a gênese do sujeito social que personifica e vivencia” as implicações da questão agrária no Brasil (MARTINS, 2009, p. 11). Nesse sentido, são eles mesmos que protagonizam e concretizam a luta pela reforma agrária. O autor admite, em segundo lugar, que se faz necessário ter em vista que a luta desses atores “não é primeiramente pela terra e sim luta contra a desagregação das relações sociais tradicionais, que resulta na incerteza do desenraizamento, na perda de um lugar de referência” (MARTINS, 2009, p. 23). Apesar de admitir a importância dos movimentos sociais na condução e reivindicação dos processos de reforma agrária, Martins (2004) aponta algumas críticas à forma como a reforma agrária foi tratada no Brasil, principalmente por meio das ações dos movimentos sociais em prol da justiça social no campo, especialmente da CPT e do MST. Na concepção do autor, essas organizações agem por intermédio de agentes da classe média e deliberam suas ações muito mais dentro de uma perspectiva ideológica do que com o objetivo de solucionar as contradições existentes no campo. Essa visão não apenas se aplica às organizações mediadoras apontadas por Martins, mas também congrega outros setores da sociedade que, de alguma forma, se encontram relacionados com a reforma agrária:

A reivindicação da reforma agrária, do mesmo modo, nasceu nos anos cinquenta como reivindicação dos setores esclarecidos da classe média urbana, de setores católicos conservadores e familistas, marcados por moderado e cauteloso empenho, de alguns setores católicos de esquerda e de uma fração das esquerdas laicas. Portanto, mais por um impulso ideológico e por motivação humanitária voltada para a solução das injustiças sociais do que, propriamente, por ser expressão de uma inadiável necessidade de mudança (MARTINS, 2004, p. 94).

Na visão de Martins, a reforma agrária, longe de representar os dilemas ideológicos da classe média e dos setores católicos, deve abarcar os trabalhadores rurais de uma forma mais efetiva, questão também presente no discurso de Medeiros e Fernandes. Indo ainda mais além, o autor denuncia que a forma de condução dos movimentos sociais em relação à reforma agrária não se dispôs a contornar a problemática estrutural e a avaliação crítica de suas contradições. Contudo, segundo admite, a atuação do MST e da CPT não pode ser considerada inteiramente restritiva. O autor reconhece a importância dessas organizações na inclusão da questão agrária na agenda política do Estado brasileiro, especialmente por a considerarem como um problema social urgente e não residual. Ainda assim, o autor critica as

formas de atuação dessas organizações, no que diz respeito à falta de um diálogo mais consistentes com o governo:

De fato, MST e CPT, perderam o controle de seu projeto de transformar a sociedade brasileira através da transformação da estrutura agrária, porque sua concepção maniqueísta e redutiva da política não lhes permite reconhecer-se como donatários políticos da vontade dos pobres da terra. Querer fazer uma revolução sem dela querer participar de maneira ativa, pública, responsável, criativa e política nas condições possíveis e viáveis, é querer nada. Não se pode fazer política afirmando o partidário e negando o que é propriamente político.

Finalmente, Martins (2004) considera que o processo de mediação da CPT e do MST com os trabalhadores rurais deve passar por um processo interpretativo mais consistente de cunho teórico, muito mais do que ideológico. Assim, Martins acredita que, só assim, os ricos elementos que estão presentes nas relações sociais do dia a dia dos camponeses serão melhores compreendidos e valorizados. Para todos os efeitos, tanto Martins como Fernandes e Medeiros admitem ser de suma importância valorizar os verdadeiros agentes protagonistas dos processos de luta por reforma agrária no país.

Com essa breve discussão teórica sobre a questão agrária, chamamos a atenção para duas conclusões básicas em relação à importância dos assentamentos rurais na luta pela reforma agrária no Brasil: a) os governos não veem a reforma agrária como uma política estratégica de implementação de um modelo de desenvolvimento, mas como projeto de continuidade ao binômio latifúndio/agronegócio, especialmente pelo fato de se importar muito mais com a minimização dos conflitos do que com a solução efetiva dos problemas; e b) a materialização da reforma agrária só é possível em virtude da iniciativa dos trabalhadores do campo, por meio de processo de resistência e de ocupação dos espaços, como forma de conquista e de preservação dos seus direitos.

No próximo tópico, a discussão recairá novamente sobre o conceito de agricultura familiar, agora dando particular destaque às estratégias de resistência levadas a cabo pelos pequenos produtores rurais como meio de superação das imposições dos “impérios alimentares”, na feliz expressão de Ploeg (2008).

3.3 “Impérios alimentares” e processos de resistência

O conjunto dos mecanismos utilizados pelas forças dominantes para desestabilizar e obstruir meios de acesso dos produtores tradicionais ao mercado pode ser explicado a partir da noção de Impérios Alimentares desenvolvido por Ploeg (2008). Este conceito torna-se

relevante para compreender as formas pelas quais os agentes transnacionais controlam a produção e a distribuição do complexo agroalimentar, bloqueando as fontes de recurso que podem servir de lastro ao desenvolvimento econômico, cultural e social dos produtores familiares e seus territórios locais.

O bloqueio das linhas de crédito, a usurpação da água, a eliminação abrupta de saídas de mercado através da introdução de imitações de produtos, a destruição de instituições importantes [...] e a imposição de esquemas regulatórios que impedem o desenvolvimento continuado de formas equilibradas de coprodução (PLOEG, 2008, p. 287).

Por outro lado, os processos de resistência formulados pela agricultura familiar no sentido de combater as limitações impostas pelas forças dominantes têm se manifestado de múltiplas formas, não se restringindo apenas às manifestações coletivas de insurgência ou formas cotidianas de insubordinação, como veremos no próximo tópico, mas a uma miríade de práticas heterogêneas que levam Ploeg (2008) a identificar a agricultura familiar como uma classe social “distintamente diferente”.

Se as novas exigências impostas pelas demandas globais têm criado barreiras quase intransponíveis à inserção dos agricultores familiares dentro dos mercados, torna-se necessário compreender, portanto, como esses atores têm resistido às situações de exclusão e subordinação que ameaçam suas formas de existência. Ao mesmo tempo, é preciso atentar para a ausência de políticas públicas dificultando, ainda mais, a apropriação pelos agricultores de conhecimentos técnicos e recursos tecnológicos.

Todavia, há quem diga que a pressão pela “desintensificação da agricultura”, evocada em nome da preservação do meio ambiente e redução de insumos tóxicos na produção dos alimentos, pode constituir um viés favorável ao redirecionamento dos agricultores familiares dentro dos mercados (WILKINSON, 2008). Nesse aspecto, o próximo tópico busca observar como os agricultores familiares têm reorientado suas formas de produção e inserção no mercado agroalimentar a partir de múltiplas estratégias de resistência.

3.4 Estratégias de resistência e formas alternativas de produção

Camponeses, agricultores familiares, empresários, trabalhadores, movimentos sociais de base rural, assentamentos rurais, demandas por terra, assim como as críticas à desigualdade, como bem ressaltam Bendini e Cavalcanti *et al.* (2006), são temas que têm requerido uma nova agenda de investigações por parte da Sociologia. Isso se dá, especialmente, por conta das mudanças que vêm afetando a configuração dos territórios rurais e a transformação dos

diferentes sujeitos sociais implicados nesse processo.

As transformações do mundo globalizado alteraram, em grande medida, as relações sócio-econômicas no meio rural, aprofundando as situações de diferenciação entre os agricultores, sobretudo no que diz respeito à realidade tecnológica que define a posição e capacidade de inserção desses sujeitos no mercado. Se nos tópicos anteriores foi discutido que a incorporação do saber técnico e o acesso a recursos naturais e tecnológicos têm sido uma das principais causas da modificação da estrutura tradicional camponesa, agora será preciso considerar que estratégias de resistência têm sido adotadas pelos pequenos produtores para garantir a permanência das suas famílias nos mercados e em seus territórios de origem.

Ao chamar a atenção para as novas modalidades de resistência do campesinato, Ploeg (2008) indica que os camponeses vêm elaborando estratégias locais de ação para superar os limites impostos pelo regime agroalimentar²⁵. Os processos de insubordinação ao sistema dominante buscam não apenas recriar condições de autossuficiência entre os camponeses, mas reforçar o compromisso da agricultura familiar com formas alternativas de produção menos agressivas ao meio ambiente. Essas práticas, de acordo com Ploeg (2008), são viabilizadas por intermédio de insumos, recursos e tecnologias de “retroinovação” capazes de traduzir as potencialidades intrínsecas ao modo camponês de fazer agricultura. No entanto, é preciso reconhecer que os produtores ainda precisam lidar com uma série de obstáculos e impedimentos.

Para Wilkinson (2008), o grande desafio enfrentado pela agricultura familiar é a adequação aos novos níveis de qualidade e escalas de produção impostos pelos mercados, o que exige o desenvolvimento de práticas alternativas que forneçam melhores condições de inserção e adaptabilidade, especialmente no caso dos pequenos produtores. Tal esforço, por sua vez, exige maiores conhecimentos nos campos tecnológicos, gerenciais e mercadológicos, assim como novas relações de poder econômico e influência política (WILKINSON, 2008).

3.5 Resignificação das formas tradicionais de produção

De acordo com Ploeg (2008), a emergência das novas tecnologias camponesas, sobretudo aquelas que envolvem o uso responsável de fertilizantes naturais e a manipulação de plantas específicas para o combate de pragas e doenças, pode ser vista como uma forma de resistência

²⁵ A literatura sobre regimes alimentares tem dado grande ênfase aos modelos de produção que estruturam o funcionamento do capitalismo agrário no decorrer dos últimos séculos, sobretudo no que diz respeito ao “processo de mercantilização do alimento e elaboração de relações comerciais fundamentadas na conversão progressiva da agricultura à indústria mundial” (MCMICHAEL, 2016, p. 41). Este assunto será mais aprofundado na primeira parte do segundo capítulo teórico desta tese.

ao emprego excessivo de produtos agrotóxicos e outras técnicas de produção típicas do sistema convencional. As diferentes estratégias de produção que se manifestam em prol dos lugares de origem dos alimentos, por outro lado, também podem ajudar os camponeses a superarem o quadro de invisibilidade no qual se encontram entrincheirados. Ploeg (2008, p. 293) ainda menciona que “vendas diretas, mercados de agricultores, criação de novas cadeias agroalimentares alternativas e esquemas públicos de abastecimento” (PLOEG, 2008, p. 293) se refletem como meios potenciais à abertura de novos caminhos e “novas formas de criar (e proteger) níveis mais elevados de valor agregado” (PLOEG, 2008, p. 294).

Se o processo de modernização da agricultura se restringiu inicialmente às questões do meio rural, as críticas associadas aos problemas ambientais, econômicos e sociais decorrentes dos projetos de modernização do campo passaram a gerar outras representações em relação ao funcionamento desses territórios, como bem colocam Wanderley (2000) e Moreira (2003). A redefinição das funções e dos valores implicados com essas e outras representações dos espaços rurais acabou por criar novas alternativas de obtenção de rendimento para os agricultores (PICCIN, 2012). Isto, por sua vez, tem suscitado o desenvolvimento de atividades e práticas cada vez mais voltadas à valorização das suas formas tradicionais de produção e à circulação dos seus bens de troca nos mercados (FONTE, 2000).

Quando consideradas as crises de insegurança alimentar que vêm abalando a estabilidade dos chamados impérios alimentares, haja vista os escândalos internacionais em torno da contaminação dos alimentos, outros nichos de mercado mais territorializados, baseados no enraizamento local, na preservação da natureza e na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos vem impulsionando novas oportunidades de inserção, rendimento e reconhecimento dos agricultores familiares, atraindo uma expressiva parcela de consumidores espalhados pelo mundo (PLOEG, 2008; NIEDERLE, 2014).

Com efeito, a partir da década de 1990, com a crescente eclosão de grupos sociais preocupados com os riscos e ameaças associadas à crise da insegurança alimentar e à disseminação indiscriminada de fertilizantes químicos e agrotóxicos, surgem novos atores sociais identificados com outros sistemas de valor, voltados, sobretudo, ao enaltecimento de certos princípios morais, tais como; sustentabilidade, equidade, artesanidade, localidade e saudabilidade (NIEDERLE, 2014). Esses movimentos sociais passaram então a ressignificar a economia de mercado, a partir de práticas alimentares de retroinovação (PLOEG, 2008), abrindo espaço para uma nova cultura política (PICCOLOTTO, 2008). Incluem-se, nesta frente de batalha, os movimentos de resistência camponesa integrados às chamadas “redes alternativas” de produção alimentar, como explica Niederle (2014, p. 170):

Trata-se de uma tentativa de caracterizar movimentos cujas ações voltam-se primeiramente à esfera do mercado em oposição aos “velhos” movimentos sociais que dirigem suas reivindicações, sobretudo, ao Estado. Na realidade, esses novos movimentos são conformados por grupos difusos que, por meio da construção de uma nova cultura política, pretendem ressignificar a economia a partir de práticas (alimentares) inovadoras.

Ao explicar as consequências desse fenômeno, Niederle (2017) afirma que a emergência dos novos valores éticos e estéticos do campo agroalimentar tem provocado um conjunto de transformações dentro do próprio modelo de produção convencional. Nessa perspectiva, como já sublinhado por Shanin (1980) e Wanderley (2004), é possível, mais uma vez, reconhecer a capacidade singular do campesinato em recriar-se e adaptar-se às condições que lhes são extrínsecas, modificando, em certa medida, o próprio sistema que constrange seus modos de vida. Essa discussão será retomada no final do próximo capítulo teórico para expor a relação de hibridização entre os modelos convencionais e alternativos de produção.

3.6 Agroecologia: uma forma de resistência estratégica

Reconhecida como ciência, prática, movimento social e modo de vida, a Agroecologia designa, segundo Tardieu (2012), o conjunto das agriculturas alternativas que se contrapõe à lógica dominante. Nesse mesmo sentido, Castells (1999, p. 112) a caracteriza como uma agregação de comportamentos coletivos que visa corrigir “formas destrutivas de relação entre a ação humana e o meio natural, em oposição à organização institucional prevalecente”. Esse mesmo autor destaca que a Agroecologia se distingue das organizações “ecológicas”, na medida em que ultrapassa a ênfase da preservação natural, investindo em práticas regenerativas, que tanto atendem à concertação do meio ambiente como permitem a geração de renda. Para Abramovay (2000, p. 160), estas entidades, tanto por suas origens culturais quanto por sua base social, “procuram fazer do agricultor familiar o sujeito social de construção de um novo modo de relação entre sociedade e natureza”. Para o autor, essas novas formas de produção, em sua “dupla natureza” também podem ser consideradas como uma cultura de resistência, ao que sublinha:

A revalorização das tradições, não como freios às transformações sociais, e sim como base para a recuperação de valores próprios para fundar novos modos de vida “alternativos” aos que a modernização impôs. As *tecnologias alternativas na agricultura* tinham, neste sentido, um apelo especialmente adequado, pois consistiam no resgate de um saber tradicional em que [...] fazem parte de uma cultura de resistência (ABRAMOVAY, 2000, p. 166).

Em consonância com a definição feita por Castells (2000) nos parágrafos anteriores, há

ainda quem sustente que a Agroecologia não deve ser encarada como sinônimo de agricultura ecológica ou outro estilo de produção distinto do modelo tecnológico convencional, mas “um campo de conhecimentos de caráter multidisciplinar que nos oferece princípios e conceitos ecológicos para o manejo e desenho de agrossistemas sustentáveis” (EMATER, 2000, p. 1). Nessa mesma perspectiva, Caporal e Costabeber (2002, p. 71) já alertavam para o risco de confusão em relação ao uso da noção de Agroecologia como modelo de agricultura ecológica, supostamente contraposta à modernização agrícola, preferindo concebê-la como uma “ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agricultura sustentável”.

3.6.1 Algumas definições sobre Agroecologia

Embora a noção de Agroecologia venha sendo empregada de forma muito imprecisa e controversa nos debates políticos e acadêmicos ao redor do mundo, o que resulta em uma expressiva polissemia das suas características e possibilidades de aplicação (NORDER, *et al.*, 2016), é consensual, entre as distintas acepções que comungam em seu patrocínio, o grande potencial estratégico que tem o seu paradigma em “reduzir a dependência em relação a recursos externos e fontes não renováveis de energia na agricultura” (NORDER, *et al.*, 2016, p. 5).

Segundo a definição estabelecida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Agroecologia também contribui diretamente para a conservação da agrobiodiversidade e demais recursos naturais (EMBRAPA, 2006), estimulando novas concepções de comércio entre produtores e consumidores. Outra característica distintiva apontada por Altieri (2004) diz respeito ao estímulo à participação das comunidades rurais na definição de objetivos e elaboração de práticas voltadas ao desenvolvimento local. Não por acaso, o surgimento de outros nichos de mercado, sobretudo aqueles relacionados à produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, tem promovido a criação de processos dinâmicos sobre os quais a agricultura familiar vem alcançando maior visibilidade comercial e reconhecimento social, especialmente no que diz respeito à criação de estilos de vida mais saudáveis e no fornecimento de valores éticos mais sintonizados com o meio ambiente (NIEDERLE, 2014).

Para Caporal e Costabeber (2002), a Agroecologia pode ser entendida como um conjunto de conhecimentos úteis à análise crítica da agricultura convencional, fornecendo uma orientação adequada ao manejo dos agroecossistemas e à preservação dos sistemas locais

de conhecimento. Ao situar a Agroecologia enquanto um meio estratégico para impulsionar o desenvolvimento local/regional sustentável em diferentes contextos socioambientais, esses autores destacam que:

Mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da co-evolução social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 14).

Na concepção de Altieri (2012, p. 15), a Agroecologia fornece bases científicas, metodológicas e técnicas para uma verdadeira revolução agrária. Entre seus principais fomentos destacam-se: a eficiência energética socialmente justa, a estratégia produtiva vinculada à noção de soberania alimentar e a capacidade de resiliência entre os produtores rurais. Os princípios defendidos pelo paradigma agroecológico ainda incluem:

A reciclagem de nutrientes e energia; a substituição de insumos externos; a melhoria da matéria orgânica; a melhoria da matéria orgânica e da atividade biológica do solo; a diversificação de espécies de plantas e recursos genéticos dos agrossistemas no tempo e no espaço; e a otimização das interações e da produtividade do sistema agrícola como um todo” (ALTIERI, 2012, p. 16).

Como consequência, o conjunto das proposições agroecológicas promove, por meio de interações biológicas e sinérgicas, a regeneração do solo e a manutenção dos níveis de qualidade das culturas de produção. Ainda para Altieri (2012), o paradigma agroecológico reforça a ideia de combate à transformação dos sistemas de produção industrializados, estimulando a produção de biocombustíveis e culturas diversificadas voltadas à produção nacional de base familiar. Esse processo de transição possui um forte apelo ao desenvolvimento, não apenas para a agricultura, mas também para o sistema agroalimentar (DALGAARD *et al.*, 2003; FRANCIS *et al.*, 2011).

A eficiência econômica dos agrossistemas atende tanto aos subsistemas de produção e serviços voltados ao mercado como ao consumo das próprias famílias produtoras, promovendo um equilíbrio dinâmico que envolve dimensões materiais e simbólicas. Não sem razão, a institucionalização de projetos políticos inspirados no paradigma agroecológico e na ação de movimentos sociais ligados a essa temática tem permitido aos pequenos agricultores resistirem ao agronegócio em defesa dos seus contextos de origem e formas particulares de fazer agricultura (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 60). Na ótica de Petersen (2013, p. 84), esses processos políticos vêm “gerando crescentes níveis de autonomia técnica, estabilidade produtiva e resiliência ecológica”.

Com efeito, a mercantilização da agricultura, por meio da utilização de práticas artificiais de produção propagadas desde a Revolução Verde, vem sendo intensamente denunciada por pesquisadores e produtores adeptos da Agroecologia (GLIESSMAN, 2000; CAPORAL, 2003; COSTABEBER, 2004). A visão crítica de grande parte dos estudiosos e movimentos sociais ligados ao tema fundamenta-se, sobretudo, no combate “aos setores empresariais de produção em grande escala e ao consumo de insumos agroindustriais e sementes geneticamente modificadas (NORDER, *et al.*, 2016, p. 6). De acordo com a literatura, as práticas levadas a cabo pelo sistema convencional têm endossado o uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes químicos na natureza, comprometendo a segurança alimentar e o equilíbrio dos ecossistemas, além de reforçar a oclusão dos valores tradicionais da agricultura familiar.

Cientistas e movimentos sociais, em geral, refutam categoricamente essas tecnologias, apontando seus limites ecológicos e contradições sociais, ao mesmo tempo em que reafirmam a centralidade de uma abordagem sobre os limites da qualidade no sistema agroalimentar convencional, a importância da construção de novas relações entre agricultores e consumidores e a valorização da proximidade, da solidariedade e da equidade (NORDER, *et al.*, 2016, p. 6).

Um dos principais problemas da “homogeneização do sistema alimentar”, segundo Altieri (2012), é o aumento da vulnerabilidade dos cultivos agrícolas frente à propagação de pragas e doenças nos campos de produção. Nesse quesito, ao que pondera o autor, uma grande quantidade de insumos nocivos à natureza e à sociedade vem sendo amplamente comercializado e endossado pelo mercado, acarretando custos ambientais e humanos de enormes proporções. Com base em registros extraídos de plataformas internacionalmente reconhecidas, estima-se que, nos últimos 50 anos, o uso indiscriminado de agrotóxicos e herbicidas já ultrapassou a marca de 2,56 milhões de toneladas de veneno por ano (ALTIERI, 2012). Em oposição a práticas dessa natureza, despontam abordagens alternativas que buscam investir no redesenho dos sistemas agrícolas em benefício da biodiversidade.

Ao voltar-se particularmente aos contextos locais, Altieri (2012) sublinha que a Agroecologia alicerça o estreitamento das relações de produção e consumo dentro dos circuitos alimentares, evitando desperdícios de energia em toda a cadeia de produção, especialmente no que tange à logística de transporte de alimentos para o consumidor final. Para Guhur e Toná (2012), a Agroecologia permite às famílias tradicionais do campo não só a oportunidade de se tornarem protagonistas ativas de seus agrossistemas, mas de reforçar a luta pela “soberania alimentar e energética, pela defesa e recuperação dos territórios, pelas reformas agrárias e urbanas e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da cidade”

(GUHUR; TONÁ, 2012, p. 66).

Reconsiderado a questão da resistência a partir da Agroecologia, Petersen (2013, p. 88) comenta que o campesinato contemporâneo compreende “múltiplas expressões que possibilitam o aumento de autonomia, de renda e dignidade diante dos contextos sociopolíticos e econômicos que o condena à subordinação”. Nesse aspecto, essas novas práticas produtivas traduzem o permanente esforço dos pequenos produtores rurais para responder aos desafios do mercado. A co-produção entre natureza e agricultura, nesse sentido, pode fornecer um campo de estratégias de reprodução capazes de impulsionar formas de autonomia relativa, tanto em relação aos agentes externos como em relação aos aportes do conhecimento científico, como defende Ploeg (2008).

Ao aproximar-se de Ploeg (2008), Petersen (2013) afirma que a Agroecologia tem sido importante para motivar “processos de recampesinização” em vários lugares do mundo, especialmente quando influencia trajetórias de transição produtiva e a introdução de práticas inovadoras mais sintonizadas com a natureza. Nesse aspecto, as práticas agroecológicas não apenas permitem aos produtores uma alternativa ao mercado convencional, mas um envolvimento mais sustentável com o meio ambiente. A construção do conhecimento agroecológico, portanto, possibilita a revalorização das sabedorias locais por integrá-las ao saber acadêmico. Sendo assim, deve-se considerar o enfoque agroecológico enquanto resultado da “construção de inteligências criativas de populações rurais diante de seus meios de vida e dos seus ecossistemas, e não como uma manifestação de atraso cultural” (WANDERLEY, 2009, p. 9).

Diante dessa perspectiva, não haveria razões para discordar que a Agroecologia tanto compreende como recria modelos de produção mais sustentáveis, comprometendo-se com a revitalização dos espaços de produção das populações rurais, oferecendo, ao mesmo tempo, um conjunto de práticas sinérgicas para a elaboração de projetos de resistência. Nesse sentido, é importante sublinhar que é com base nessa assertiva que serão analisadas as experiências orgânicas e agroecológicas do Assentamento Mandacaru de Agricultores Familiares, em Petrolina-PE, no capítulo final deste trabalho.

Tal perspectiva não implica em desconsiderar as dificuldades de se introduzir transformações técnicas de baixo custo em situações de pobreza extrema, onde a renda monetária dos produtores é muito baixa, para desencadear processos sustentáveis de emancipação social, como adverte Abramovay (2000, p. 173). Para esse autor, “o risco, nestas situações, é que as experiências – mesmo quando há sucesso agrônomo – não sejam socialmente reprodutíveis, por não terem o condão de transformar pobres rurais em produtores

agropecuários” (ABRAMOVAY, 2000, p. 173). Diante disso, o autor reflete que, em situações de pobreza absoluta, não existem as mínimas condições para que as técnicas adequadas sejam introduzidas nos sistemas produtivos dos produtores, o que seria um “elemento central no processo de transformação de pobres rurais em agricultores familiares. O resultado acaba sendo, então, o clientelismo e assistencialismo” (ABRAMOVAY, 2000, p. 173).

A perspectiva ressaltada por Abramovay demonstra os limites da Agroecologia enquanto movimento de emancipação social e transformação dos sistemas produtivos, em certas circunstâncias. Há também quem associe esses limites ao conteúdo ideológico com que muitos se reportam a esse sistema, quase sempre movidos por um encantamento que, por vezes, não corresponde à realidade, como reflete Almeida (2003, p. 515-516):

A proposição e a estratégia agroecológicas são ainda frágeis. Por um lado, fundam-se em critérios fortemente culturais e técnico-econômicos e muito pouco em critérios sociopolíticos, que levam, através de um encantamento por vezes moralista e acrítico, a distinguir e a privilegiar as agriculturas “camponesas” ou “indígenas”. Por outro lado, quando tratadas sob o ângulo sociopolítico, geralmente entram no plano da confrontação ideológica, tendente a valorizar sobremaneira os princípios morais e técnicos da agroecologia, que mais divide do que unifica a luta em torno de sua afirmação/generalização.

Os pluralismos e polissemias do campo agroecológico suscitam inúmeras controvérsias (NORDER *et al.*, 2016), pois abrange várias sensibilidades, culturas (científicas e militantes), valores, finalidades, projetos e missões (políticas e civilizatórias). Para determinados grupos, a Agroecologia vem sendo encarada até mesmo como uma nova religião, ou ainda, uma espiritualidade que cumpre uma função existencial e identitária profunda (WEZEL *et al.*, 2009). Nessa perspectiva, a Agroecologia, em sua dimensão prática e militante (movimentos sociais), pode deixar margens a certas críticas que vão desde o excesso de ideologia e pouco pragmatismo a muitos experimentos e pouca fundamentação agrônoma ou científica, ou seja, poucas realizações convincentes e pouca rentabilidade ou produtividade em termos práticos (NORDER, *et al.*, 2016; WEZEL *et al.*, 2009; ALMEIDA, 2003).

Ainda segundo Abramovay (2000, p. 174), é preciso levar em conta que as perspectivas de mercado e geração de renda com base nos produtos agroecológicos ainda são muito precárias, a menos que se proponha criar uma “organização de mercados de qualidade especialmente voltado a sua comercialização e capazes de propiciar a valorização do trabalho do agricultor”. Nesse caso, tal como afirma o autor, ainda parece haver “uma certa dissociação entre trabalho técnico de busca de alternativas e as perspectivas de mercado que este trabalho vai permitir”.

3.6.2 *Movimentos sociais, políticas públicas e Agroecologia*

Muitas iniciativas recentes de grupos e organizações sociais, tanto no âmbito governamental como não-governamental têm se concentrado na busca e na recuperação de “alternativas tecnológicas” aos sistemas produtivos convencionais, considerados, em grande medida, como “esgotados, pois vêm sendo considerados como ‘poluentes’, antieconômicos e incapazes de promover a autonomia dos agricultores familiares envolvidos” (ALMEIDA, 2003, p. 502). Altieri (2012) ressalta que os movimentos sociais do campo têm adotado a Agroecologia como bandeira para seus projetos de desenvolvimento e soberania alimentar, transformando-se em um importante canal de denúncia ao sistema convencional. Nesse sentido, o autor chama a atenção para pelos menos quatro razões que fazem com que a Agroecologia seja compatível com a agenda política dos movimentos sociais: a) a mobilização social dos agricultores; b) a promoção do diálogo dos saberes tradicionais com os métodos científicos modernos; c) a promoção de técnicas economicamente viáveis por meio dos recursos locais, evitando a dependência em relação aos insumos externos; e d) a modificação dos sistemas de produção convencionais, promovendo diversidade, sinergias e o desempenho eficiente do sistema produtivo alternativo. Diante dessas colocações, Altieri (2012, p. 19) sublinha que:

Os movimentos sociais do campo devem compreender que o desmantelamento do sistema agroalimentar industrial e a restauração dos sistemas locais de alimentação deverão vir acompanhadas pela construção de alternativas agroecológicas que se adaptem às necessidades da agricultura familiar e da população não rural de baixa renda, em oposição ao controle corporativo sobre a produção e o consumo.

A partir do envolvimento dos movimentos sociais com as causas sustentáveis e agroecológicas, crescem as iniciativas em favor de formas de agricultura mais ecológicas como meio de resistência, contribuindo, de uma maneira holística, tanto para a preservação do meio ambiente como para a criação de novos nichos de mercado realocados (LAMINE, 2012). Tais práticas, mais que um movimento de preservação à natureza, podem ser consideradas como um conjunto de hábitos e convenções morais contrários às práticas convencionais da agricultura. Não sem razão, portanto, a inserção da Agroecologia no universo das ações políticas vem sendo cada vez mais impulsionado por relatórios publicados em vários países do mundo. Em dezembro de 2010, o Relatório de Oliver de Schutter para a FAO (*Food and Agriculture Organization*) sobre o direito à alimentação considera como parte do projeto agroecológico a obrigação de “dedicar o máximo de seus recursos disponíveis à realização progressiva do direito à alimentação [...] os países devem implantar políticas públicas que apoiem a adoção de práticas agroecológicas” (SCHUTTER, 2011, p. 6).

Nessa perspectiva, Norder *et al.* (2016) sublinham que, entre os movimentos sociais, a Via Campesina, que agrega mais de 150 organizações populares em 70 países, passou a propor uma estratégia de desenvolvimento rural e de soberania alimentar centrada na Agroecologia²⁶. Vale ainda lembrar que, em 2003, o Governo Federal, com base nas experiências de sucesso no do Rio Grande do Sul, adotou a Agroecologia como diretriz oficial para extensão rural e outras políticas públicas para a agricultura familiar (NORDER, *et al.*, 2016).

Finalmente, acredita-se que o uso inteligente dos recursos naturais, a valorização das práticas e dos conhecimentos tradicionais da agricultura e a capacidade de atender às demandas externas com qualidade e distinção vêm demonstrando que a agricultura familiar não está inteiramente à mercê dos princípios ordenadores que tentam destituir seus valores e modos de existência. Muito pelo contrário, observa-se que os processos de adaptação e as estratégias de inserção, seja por meio de práticas cotidianas de insubordinação ou através do manejo agroecológico dos ecossistemas, apontam para uma indiscutível capacidade de resistência e ressignificação da agricultura familiar frente aos impérios alimentares. Essas questões reiteram as considerações teóricas sublinhadas no início deste capítulo, a respeito das noções de processos de recampesinização (PLOEG, 2008) e autonomia relativa (MENDRAS, 1987), reiterando a importância do papel da categoria camponesa dentro da sociedade. Diante dessa discussão é possível refletir que o esgotamento do campesinato enquanto classe social, como admite Wanderley, esteja longe de se constituir como uma verdade.

De acordo com Almeida (2003), a Agroecologia apresenta uma série de lacunas teórico-metodológicas, especialmente em virtude da pouca sistematização de experiências e aferição dos impactos tecnológicos relacionados às suas próprias práticas de produção. O autor também chama a atenção para a falta de uma melhor compreensão técnico-científica por parte dos agricultores e extensionistas sobre o modelo agroecológico em si, induzindo, frequentemente, “à repetição de argumentos genéricos e/ou generalizantes, reforçando chavões que são largamente reproduzidos tanto no debate social mais geral como no meio acadêmico” (ALMEIDA, 2003, p. 509). Essa situação acaba consolidando a percepção de que a proposição agroecológica é incapaz de transformar seus princípios em ação.

A ânsia de intervir nos sistemas agrícolas de forma agroecológica tem, muitas vezes, consolidado, entre alguns agentes sociais, a ideia do “pacote agroecológico”, desconhecendo-se ou minimizando-se a complexidade e a diversidade dos sistemas produtivos e tendendo-se a uniformizá-los para facilitar a ação tecnológica, a metodologia e a obtenção dos resultados. Claro está que esse é um caminho equivocado, que, a exemplo do passado recente,

²⁶ No Brasil há relevantes iniciativas voltadas para a criação de redes de organizações agroecológicas, notadamente por meio da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) e a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa).

com os pacotes tecnológicos da agricultura “convencional”, não deu certo, promovendo grandes desigualdades sociais e impactos ambientais (ALMEIDA, 2003, p. 505-506).

Além de chamar a atenção para a exiguidade de acompanhamento e sistematização de experiências agroecológicas, malgrado esforços recentes nesse sentido²⁷, Almeida (2003) ainda evidencia alguns limites ou problemas para a generalização da proposta agroecológica. Resumidamente, eles podem ser sintetizados da seguinte forma: a) as resistências apresentadas ao caráter ideológico dos sistemas convencionais de produção não são suficientes para consolidar a prática agroecológica como uma alternativa completamente viável; b) a falta de entrosamento (diálogo e intercâmbio) entre os agentes sociais que atuam no campo agroecológico, apesar de trabalharem com os mesmos “objetos” e, muitas vezes, enfrentarem os mesmos problemas, ainda suscita muitas controvérsias; c) a questão dos “gargalos” tecnológicos, isto é, dos problemas ainda não solucionados na prática agroecológica de campo demonstram a incapacidade, ainda que momentânea, de execução dos seus próprios princípios; d) a baixa capacitação profissional para enfrentamento da complexidade dos sistemas produtivos e da própria agroecologia ainda constitui um dos maiores entraves para o seu progresso.

Faltam tecnologias para viabilizar determinados sistemas de produção propostos, do “problema” do controle de ervas daninhas, da substituição de agrotóxicos, da intensificação da mão-de-obra no interior das unidades de produção, dos constantes desafios do plantio direto, da reestruturação das práticas agrícolas “convencionais”, dentre outros aspectos determinantes (ALMEIDA, 2003, p. 509).

Apesar das debilidades, Almeida (2003, p. 511) reconhece que a Agroecologia tem contribuído para reforçar a diversidade de base social no meio rural e o encorajamento de modos de desenvolvimento agrícola que escapam à forte influência estatal. Diante disso, a proposição agroecológica pode “ser capaz de servir eficazmente como instrumento de resistência e de reprodução de grupos sociais no respeito de sua diversidade”. Outrossim, a preocupação do autor permanece a mesma: tem a Agroecologia o papel de responder à crise (ou resistir a ela), simplesmente implementando alternativas de substituição ou de adaptação aos padrões técnico-produtivos que mostram seus limites e dão sinais de esgotamento? Dito de outra forma, a Agroecologia é uma nova ciência, uma nova proposta (política) de desenvolvimento agrícola e rural, um novo movimento social ou uma alternativa técnico-

²⁷ É louvável o trabalho da Emater-RS, nos últimos quatro anos, no sentido da capacitação de seus quadros em diferentes níveis (aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado), bem como as diferentes publicações tentando sistematizar experiências agroecológicas no Rio Grande do Sul.

produtiva de superação dos gargalos tecnológicos da agricultura convencional? Para ousar ir ainda mais além, indagamos: a Agroecologia será, em algum momento, capaz de superar o modelo convencional de produção ou servirá apenas de incremento à introdução de um novo regime alimentar do capital?²⁸ Caso as repostas sejam afirmativas, “a verdade única do paradigma dominante, portanto, prevalece” (ALMEIDA, 2003, p. 513).

Esses questionamentos ganham uma dimensão particular quando se observa, tanto por parte dos pesquisadores quanto dos praticantes da Agroecologia, que uma das dificuldades para afirmação desse paradigma é a ausência de experimentações em grande escala e a resistência dos agentes representantes às tecnologias “modernas” ou “convencionais” (ALMEIDA, 2003). Ora, não seria isso justamente a proposição conceitual da Agroecologia enquanto movimento social? Todavia, Almeida (2003, p. 517) pondera que “não será, pois, somente com as tentativas de inserção/viabilização econômica, através de novas tecnologias, de novos e alternativos canais de comercialização dentro da globalização avassaladora, que a agroecologia irá impor-se política e socialmente”.

Finalmente, Almeida (2003), ao discutir os principais desafios a serem enfrentados pela Agroecologia, recomenda que é preciso ultrapassar o campo da contestação e da oposição pura e simples à tecnocracia, ao produtivismo e às políticas agrícolas inadequadas, procurando investir em um projeto que “ande na direção de um modo propriamente conflitual, substituindo no coração da contestação os verdadeiros aspectos e instrumentos da dominação social em seu conjunto” (ALMEIDA, 2003, p. 517).

Navarro (2013) chama a atenção para o fato de as instituições do Estado ligadas à pesquisa agrícola ou à produção do conhecimento científico terem recrutado inúmeras famílias rurais pobres com a promessa de acesso a tecnologias alternativas que lhes garantiriam prosperidade, quando, na verdade, isso é um fato muito distante de ser concretizado no mundo rural brasileiro. De fato, o próprio Gleissman (2013) alerta para o fato de que “as fundações ecológicas [da agroecologia] são claras, mas os componentes sociais e políticos onde a mudança social é mais necessária, são muito menos [claros]” (GLEISSMAN, 2013, p. 1).

Navarro (2013) ainda ilustra que a difusão dos ideais de sustentabilidade, menos interessados em redesenhar os modelos de produção agrícola, tem se valido de um discurso político meramente ideológico. Isso porque, “se alguma chance de contestação à agricultura

²⁸ Essa discussão será mais ampliada a partir do capítulo seguinte, quando será tratado o conceito de regimes alimentares através da obra de Philip McMichel (2016).

moderna viesse a existir em algum momento futuro, essa possibilidade dificilmente se materializaria com disputas entre si e o então cardápio variado de diferentes ‘agriculturas ecológicas’, algumas muito distantes entre si” (NAVARRO, 2013, p. 24). As metas políticas correlacionadas com o estatuto agroecológico, na visão desse autor, mantinham metas ambiciosas que potencialmente organizariam a Agroecologia como mecanismo de “ação confrontacional” em relação aos setores empresariais rurais mais dinâmicos da agropecuária brasileira, ressuscitando “a boa e velha luta de classes no campo brasileiro” (NAVARRO, 2013, p. 26).

Ao que parece, o ponto de vista defendido por esse autor parece desconsiderar a importância dos movimentos sociais e políticos ligados à Agroecologia no combate as desigualdades de acesso propaladas pelo processo histórico de modernização da agricultura, entre outras questões. Ao destacar que a Agroecologia é apenas uma alternativa tecnológica destinada a substituir a tecnologia moderna nas regiões de produção agropecuária, este autor minimiza um projeto de revalorização das tradições camponesas, processos de luta pela terra, modelos produtivos de redesenho dos ecossistemas, como partes constitutivas do projeto agroecológico.

Apesar de refletir criticamente sobre o caráter ideologizante da Agroecologia, Navarro (2013) não desconhece a urgente necessidade de alinhar projetos produtivos economicamente viáveis às práticas ambientais mais sustentáveis. No entanto, como alerta, é necessário separar “a pesquisa séria, bem-intencionada e plural dos comportamentos sociais que apenas repetem jargões presumivelmente científicos” (NAVARRO, 2013, p. 26). Para todos os efeitos, como bem reconhece o autor, a transição almejada pelos proponentes da Agroecologia tem um mérito inegável, especialmente tendo em vista a necessidade de construção de um padrão tecnológico que preserve os recursos naturais e gradualmente concretize o ideal da sustentabilidade. Contudo, “o mundo da esperteza política, da manipulação ideológica, do charlatanismo e da ignorância científica” (NAVARRO, 2013, p. 44) não constituirá um caminho seguro para tal transição. Como bem sustenta Almeida (2003), não é apenas negando a “velha ciência” ou orientando-se tão-somente pelo jogo político que a Agroecologia se afirmará.

Bonnano (s.d), por sua vez, advoga que a Agroecologia, apesar de se pautar num discurso de crítica à agricultura convencional, não rompe com a lógica dominante, do mercado. Dessa forma, como admite, um comportamento é classificado como eticamente “bom” do ponto de vista do neoliberalismo, se for um comportamento “bom” à luz da lógica do mercado” (BONNANO, s.d):

Transferindo este tipo de raciocínio para o sistema agroalimentar, a ética significa que as empresas agrícolas se comportam como “boas” empresas no mercado, aplicando a racionalidade econômica inerente ao sistema capitalista. Em termos de alternativas possíveis, estas só podem ser procuradas no campo do mercado, devendo ser abandonado qualquer outro modelo alternativo de organização da produção em bases sociais. Em outras palavras, o mercado torna-se o elemento dominante de organização do sistema econômico e o princípio em torno do qual qualquer alternativa deve ser desenvolvida

A definição daquilo que deveria ser o comportamento ético passa a ser ressignificado pela ideologia neoliberal a partir de um movimento de “endogeneização parcial dos discursos de sustentabilidade” (NIEDERLE, 2014, p. 95), ao mesmo tempo em que induz uma trajetória de “convencionalização da agricultura” (WILKINSON, 2008) por parte dos próprios segmentos alternativos²⁹, como será abordado no próximo capítulo deste trabalho. Nesse sentido, cabe-nos indagar até que ponto a Agroecologia se diferencia de outras formas de produção quando passa a atuar como um modelo de produção parcial ou inteiramente voltada ao mercado, mesmo tendo como critério práticas menos agressivas ao meio ambiente e mais sintonizadas com a tradição familiar? Para Bonnano (s.d):

Apesar da grande popularidade e de alguns sucessos destas "alternativas, a verdade é que não alteram as relações de mercado, que são a base do poder e a fonte de legitimidade do neoliberalismo. De fato, essas propostas supostamente “alternativas” não alteram o domínio exercido pelo capitalismo global sobre a economia ou a exploração capitalista do fator trabalho, situando-se à margem do próprio sistema.

Mesmo admitindo que não consiga romper com a lógica dominante, Bonanno (s.d) enxerga, nas iniciativas agroecológicas, uma forma de reativar modelos de agricultura familiar, por meio da revalorização do trabalho agrícola e da posse da terra. É a força desses movimentos que coloca, agora mais do que nunca, o foco das atenções na busca de uma ideologia e de uma práxis que possa contrariar a hegemonia do neoliberalismo e o domínio do mercado (BONNANO, s.d). Em grande medida, ainda que não seja possível resolver a complexa relação entre esses opostos supostamente irreconciliáveis, é possível perceber que os movimentos ecológicos não estão isentos da gaiola de ferro do mercado, assim como os agricultores familiares e camponeses não podem ser considerados enquanto um segmento social apartado das lógicas do mercado. De toda forma, admite, não se pode negar a importância que pode ter o projeto agroecológico (enquanto ciência, política, movimento social e modo de vida) no embate com o modelo convencional, a partir de experiências locais

²⁹ Nesse esquema, aquilo que antes podia ser considerado como realidades antagônicas parece agora conjugar-se em “uma maior hibridização entre o que seria um mercado universalista de commodities e um mercado particularista de produtos diferenciados.

desenvolvidas no quadro de processos não dominados pela lógica dominante do mercado capitalista (BONNANO, s.d).

Independente das tensões observadas entre os diferentes modelos de produção (alternativos e convencionais), não se pode deixar de admitir, a partir das diversas experiências espalhadas pelo país, como indica a literatura especializada, que a Agroecologia vem se tornando um instrumento de inserção comercial e reconhecimento social para os pequenos agricultores, especialmente em face da inclusão desses sujeitos em circuitos até então muito reduzidos ou seletivos, a exemplo do que será demonstrado na análise do Assentamento Mandacaru. Lá, o processo de transição agroecológica, levado a cabo por esses agricultores-assentados, foi capaz de desencadear interessantes dinâmicas produtivas e comerciais no âmbito das feiras orgânicas locais das cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA no âmbito de um projeto agroecológico iniciado em 2008.

Antes mesmo de observar a experiência vivenciada pelos produtores-assentados do Mandacaru, considera-se importante compreender quatro questões fundamentais a serem tratadas no próximo capítulo teórico: 1) o contexto histórico dos regimes alimentares globais através do tempo e do espaço; 2) em que medida as mercadorias agrícolas mediadas pelos mecanismos de qualificação alimentar podem ser reconstruídas em favor da reconexão do “elo perdido” entre as relações humanas e o meio ambiente; 3) como o poder dos selos e das certificações é capaz de carregar ou transferir os aspectos simbólicos dos modos de vida da agricultura familiar e; 4) até que ponto os dispositivos de acreditação alimentar fomentam as lutas por reconhecimento da categoria social camponesa.

4 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS AGROALIMENTARES

4.1 Capitalismo agrário e sistemas agroalimentares globalizados

A literatura sobre regimes alimentares tem dado grande ênfase aos modelos de produção que estruturam o funcionamento do capitalismo agrário no decorrer dos últimos séculos, sobretudo no que diz respeito ao “processo de mercantilização do alimento e elaboração de relações comerciais fundamentadas na conversão progressiva da agricultura à indústria mundial” (MCMICHAEL, 2016, p. 41). De um modo geral, a obra de Philip McMichel (2016) busca avaliar em que medida a questão agrária e a luta pela terra têm sido afetadas pelo desenvolvimento histórico do capital via transformação dos alimentos e operacionalização do controle político-social das economias emergentes.

Na realidade, o capitalismo em si é um regime alimentar, na medida em que sua reprodução depende do suprimento de produtos alimentícios necessários à reprodução (econômica) de sua força de trabalho. Isso implicou a conversão do alimento e da agricultura em relações de mercadoria, o que, além de baratear o primeiro, também inseri ambos em uma lógica das estratégias de investimento (MCMICHAEL, 2016, p. 37).

As longas cadeias de produção, que são consideradas a base dos sistemas agroalimentares globalizados, vêm promovendo um complexo processo de desconexão entre as esferas de produção, transformação/agroindustrialização e consumo, gerando uma crise de confiança sem precedentes na humanidade (FRIEDMANN, 2010). Esses acontecimentos, segundo Friedmann (2010), podem ser observados através dos sucessivos escândalos de contaminação alimentar em nível global, a exemplo dos episódios da gripe aviária, doença da vaca louca, contaminação transgênica, espoliação dos trabalhadores do campo e os inúmeros problemas associados ao avanço das fronteiras agrícolas.

Tal como disposto pela literatura, as rupturas espaciais e temporais provocadas pelo fenômeno da globalização têm modificado amplamente a manutenção dos territórios e as condições de vida de uma considerável soma de sujeitos que se encontram à margem das exigências do mercado (RADOMSKY, 2015). Por outro lado, muitos estudiosos têm chamado a atenção para a emergência de diversas iniciativas político-sociais envolvidas com o restabelecimento dos “elos perdidos” das cadeias alimentares, sobretudo quando consideram os efeitos devastadores do processo de artificialização da natureza e do barateamento da força de trabalho humana (MOORE, 2020).

Diante da eclosão de movimentos sociais fortemente contrários às práticas convencionais levadas a cabo pelos regimes alimentares do capitalismo, torna-se necessário indagar que estratégias de produção e comercialização têm sido exploradas por ativistas e pequenos produtores rurais para garantir a permanência das suas formas tradicionais de vida. Tendo em vista as inúmeras ações forçadas pelos pequenos agricultores para se inserirem no mercado, considera-se importante indagar, neste trabalho, como a utilização das certificações de qualidade alimentar tem contribuído para o reconhecimento social da agricultura familiar e para uma maior inserção dos seus produtos nos mercados locais. Essa questão ganha particular importância para o estudo da Sociologia Rural, na medida em que a literatura recente reconhece que aqueles “operadores de eficácia”, isto é, os dispositivos de certificação, têm o poder de ressignificar objetos e processos, agregando-lhes valores intimamente relacionados a estilos de vida particulares (RADOMSKY, 2015), especialmente no caso da agricultura familiar.

Embora os modelos convencionais e alternativos da agricultura se conduzam por princípios fundamentalmente antagônicos, não deixam de dividir entre si uma série de estratégias de afirmação, especialmente quando desejam preservar suas vantagens competitivas. Essa hibridização torna-se bastante clara quando o mercado convencional integra os alimentos orgânicos em suas redes varejistas para atrair consumidores mais seletivos ou quando a especialização, o aumento de escala e a aderência a mecanismos técnicos de qualificação são utilizados pelos movimentos alternativos para aumentar o raio de alcance dos seus produtos no mercado (WILKINSON, 2008; NIEDERLE, 2017). No que diz respeito à ação dos modelos convencionais de produção, Bonnano (2017, p. 212) chama a atenção para uma “colonização corporativa” e uma “mercantilização do ativismo”:

As corporações colonizaram a resistência ao reivindicar o papel de forças de oposição. Beneficiando de sua visibilidade, as corporações conseguiram se identificar como parte de processos de resistência. Seu objetivo não foi apenas neutralizar a resistência substantiva, mas também transformá-la em um processo que aumenta seu poder, avança sua ideologia e visão de mundo e fortalece sua capacidade de acumular capital. A chamada “moralização do mercado” permitiu que as corporações colonizassem esferas que antes eram de domínio exclusivo de grupos anticorporativos ou anticapitalistas. Opondo-se aos debates públicos e à regulamentação, as corporações têm promovido discursos neoliberais que equiparam comportamentos desejáveis e éticos com a lógica da maximização do lucro e condutas pró-negócios. A colonização corporativa da resistência foi, assim, acompanhada pelo fenômeno relacionado à corporatização do ativismo, que se refere à fusão do ativismo e do mundo corporativo.

Embora essas contradições não sejam negligenciadas ao longo deste trabalho - qual as tensões que ora aproximam ora que distanciam os modelos de produção agrícola (convencionais e alternativos) - a maior preocupação da nossa discussão é observar em que medida a agricultura familiar estabelece condições de reconhecimento social através da adesão a dispositivos de acreditação alimentar cancelados pelo mercado. Essa questão, todavia, não poderia ser aprofundada sem que fosse problematizada as relações contraditórias entre os modelos de produção supracitados.

De acordo com Niederle (2009), a agricultura familiar encontra-se integrada a dois grandes modelos de desenvolvimento: por um lado, sofre influências diretas do modelo produtivista, por outro, alinha-se à emergência de experiências inovadoras que apontam para a constituição de dinâmicas endógenas agenciadas por atores locais. Tendo em vista as tensões socioeconômicas e os embates valorativos em torno dos modelos de produção convencionais e alternativos, acredita-se que seja importante compreender como o mercado agroalimentar encontra-se estruturado, como se comportam os atores nele implicados e como se constituem as identidades e os significados que condicionam as diretrizes normativas que definem o seu modo de funcionamento (FLIGSTEIN, 2001).

A discussão em torno dos mecanismos de qualificação empreendida neste capítulo sugere que os selos e as certificações, além de assegurarem a procedência dos alimentos, operam como vetores de ampliação dos valores tradicionais da agricultura familiar. Se, como admite Radomsky (2015), a força conferida a esses instrumentos é capaz de manifestar gramáticas morais, singularidades locais e relações de confiança mútua, não se pode desconsiderar a agência dos grupos sociais que fazem uso de tais ferramentas para pleitear condições de prestígio. Afinal, como sugere Radomsky (2015, p. 96), “os agricultores ecológicos, de algum modo, concedem aos produtos uma marca distintiva que é própria do grupo, materializando a identidade e o modo de viver dos objetos”. Essa afirmação, inclusive, que baliza as premissas desta tese, será devidamente retomada mais adiante, especificamente no capítulo que trata das questões da realidade empírica.

4.1.1 Algumas considerações a respeito dos modelos alternativos e convencionais de mercado

O modo como as cadeias alimentares interligam e transformam as diversas culturas mundiais por meio da mercantilização é considerado como o tema central do projeto de regime alimentar, como sublinha Philip McMichel (2016, p. 13-14). Segundo o autor, a

definição desse conceito combina a concepção de sistema-mundo³⁰ de Immanuel Wallerstein (1974) com a concepção de regulação da acumulação de capital³¹, cunhada por Michel Aglietta (1979), “situando a ascensão e o declínio das agriculturas domésticas no âmbito da história geopolítica do capitalismo”. A dinâmica que se operou tal processo é assim concebida pelo autor:

O projeto de regime alimentar irrompeu no final da década de 1980 em um contexto “desnacionalizante” em que os Estados enfrentavam a perspectiva de transformação interna, pela reestruturação agroalimentar em escala mundial, e externa, considerando-se os novos princípios multilaterais em discussão na Rodada do Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) (1986-1994). [...] O projeto de regime alimentar surge, assim, como uma iniciativa metodológica para especificar as relações entre a ordem mundial e o comércio agroalimentar.

Arelada a um contexto fortemente marcado pela globalização, a investigação do sistema agroalimentar recai sobre a ordenação e as inter-relações entre diferentes estados nacionais, dando origem ao que Friedmann e McMichael (2009) reconhecem como “regimes alimentares internacionais”. Nesse aspecto, o conjunto das relações que operam no âmbito dessa discussão precisa ser necessariamente examinado à luz das regras, normas e instituições em torno das quais um diferenciado grupo de atores-chave convergem (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 2009).

Se a noção de regimes alimentares permite apreender as configurações de poder e hegemonia que se refletem nas relações de produção, troca, distribuição e consumo de mercadorias agrícolas é mister considerar o lugar ocupado por empresários, investidores, proprietários de terra e instituições econômicas e políticas (corporações internacionais, bancos, agências multilaterais, corporações transnacionais e movimentos sociais) na conformação desses mesmos regimes de produção (MCMICHAEL, 2007).

4.1.2 Regimes Alimentares

Para Friedmann e McMichael (2009), a análise dos regimes alimentares está mais diretamente focada nas estruturas e transições da produção de alimentos ao longo das diversas fases do capitalismo global. Diante disso, os autores chamam a atenção para a correlação de três etapas específicas ao longo da história: *Colonial-Diaspórico* (1870-1930), *Mercantil-*

³⁰ O sistema-mundo é definido por Wallerstein (1974, p. 42-43) como “uma ampla região espaço-temporal que atravessa inúmeras unidades políticas e culturais, integradas por atividades econômicas e institucionais obedecendo regras sistêmicas”. Essa definição é objetivamente a extensividade da economia-mundo capitalista.

³¹ A perspectiva teórica da escola parisiense da regulação de Aglietta inicia-se com a análise da crise dos Estados Unidos, por meio da qual se estabelece o processo de acumulação profundamente ligado à taxa de mais-valia do modelo fordista, o qual chega às práticas do Estado, bem como aos seus limites.

Industrial (1950-1970) e *Corporativo-Ambiental* (2000-dias atuais), este último considerado pelos autores como um fenômeno emergente.

O primeiro regime alimentar, o *Colonial-Diaspórico*, remonta ao período do imperialismo e livre comércio nos países colonizados da América, África, Ásia e Oceania sob o jugo das metrópoles europeias, em especial, a Grã-Bretanha (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 2009). Os acontecimentos que marcaram esse período são sumarizados por Schneider *et al.* (2016, p. 7) a partir de três aspectos: a) redução dos custos de alimentação para as populações urbanas da Europa; b) emigração em massa de camponeses europeus para as regiões colonizadas e; c) criação de uma classe de agricultores dependentes das exportações. De uma forma geral, o grande objetivo por trás desse regime alimentar foi a intensificação do processo de acumulação industrial dos países europeus, permitindo-lhes a concentração de altos lucros em detrimento da reprodução da força de trabalho a baixos salários (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 2009). Ao observar as consequências desse primeiro regime alimentar, McMichel (2016, p. 48) faz uma importante consideração:

Em suma, o deslocamento das relações de valor por meio de um aparato imperial de violência e sub-reprodução de mão de obra e ecologias integrou certas classes sociais e marginalizou outras, na consolidação de um regime alimentar baseado em baratear alimentos, convertendo-os em status de commodity global (MCMICHAEL, 2016, p. 48).

O segundo regime alimentar, o *Mercantil-industrial*, é caracterizado pela ascensão dos EUA no cenário mundial da produção de alimentos por meio das chamadas “ajudas alimentares” (*food aid*). Particularmente associado à fase ideológica da Guerra Fria, período fortemente marcado pela transferência de excedentes agrícolas dos países do Norte para os países do Sul, esse período também envolve a introdução do modelo tecnológico de agrícola industrial mais conhecido como “revolução verde”, tal como sublinha McMichel (2016, p. 57):

A então chamada revolução verde representou dimensões tanto nacionais como transnacionais do regime alimentar centrado nos Estados Unidos. Reciclou a retórica do “alimentar o mundo” ao promover novas variedades de alto rendimento de sementes híbridas (trigo e arroz) – dependentes de agroquímicos (pesticidas, herbicidas e fertilizantes), irrigação e mecanização – como essenciais à modernização agrícola [...] Desse modo, a livre iniciativa sob a hegemonia dos Estados Unidos comprometeu o ideal de agriculturas (e economias) nacionais, pavimentando o caminho para um regime cada vez mais provado de comércio global administrado por corporações transnacionais, à medida que surgia um regime alimentar corporativo.

Finalmente, o terceiro regime alimentar, o *Corporativo-ambiental*, encontra-se relacionado à atual fase do neoliberalismo e envolve a entrada de novos atores no cenário

mundial da produção alimentar, como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)³². Ademais, o regime alimentar corporativo demarca a era subsequente ao colapso do sistema monetário de Bretton Woods³³, uma era, segundo McMichel (2016), intensamente regida pela coordenação neoliberal das regras de mercado. Como consequência, ao invés de “responder a um aumento da demanda por alimentos em si, essa atividade financeira toma a agricultura como um porto seguro e/ou a próxima fronteira de investimento de *commodities* e, portanto, uma fonte de rendimentos especulativos” (MCMICHAEL, 2016, p. 159).

Ainda como observa esse autor, o regime alimentar *Corporativo-ambiental* torna-se importante para a discussão da sociologia da agricultura, não apenas por ser um fenômeno hodierno, marcado pelo advento da globalização e pela alta preocupação com a qualidade dos alimentos, mas por trazer à tona as tensões ético-sociais entre os modelos convencionais e alternativos de produção e ser caracteristicamente marcado pela “ampla espoliação de pequenos proprietários de terras e sua conversão em trabalhadores informais em escala mundial” (MCMICHAEL, 2016, p. 69).

A perversa consequência da integração global de mercados é a exportação primária, visto que os mercados “livres” excluem e/ou deixam à mingua populações espoliadas por meio de sua implementação, relegando os habitantes do interior colonizado a um subconsumo invisível, racista, que tem sido um requisito do desenvolvimento metropolitano e do excesso de consumo (MCMICHAEL, 2016, p. 84).

Para os propósitos deste trabalho, a compreensão do regime *Corporativo-ambiental* torna-se particularmente relevante por pelo menos três motivos particulares: a) a reafirmação das novas tendências mundiais de consumo via mecanismos de certificação alimentar; b) a rivalidade entre os discursos ético-morais sustentados pelos modos convencionais e alternativos de produção agrícola e; c) a valorização dos alimentos orgânicos e agroecológicos como fontes de emancipação da soberania alimentar e reconhecimento social da agricultura familiar. Antes de explorar com mais detalhes esses pontos, faz-se ainda necessário tecer algumas considerações acerca da emergência desses novos modelos de produção.

4.1.3 A emergência de novos nichos alternativos de produção alimentar

Embora a comercialização de *commodities* tenha sido estimulada pelas demandas de consumo internacionais, elevando intensamente os níveis de produção e produtividade de

³² O BRICS é a sigla que se refere a Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, conhecido como grupo de países emergentes selecionados e reunidos pelo estágio de desenvolvimento econômico.

³³ Os acordos de Bretton Woods foram propostas definidas entre os participantes da Conferência Monetária e Financeira Internacional das Nações Unidas e Associadas, realizada entre 1 e 22 de julho de 1944, que elaborou regras para o sistema monetário internacional.

muitos setores econômicos, a expansão deste modelo de mercado também tem sido responsável pela concomitante ampliação das condições de vulnerabilidade social no meio rural. Não obstante, a própria condição de marginalidade vivenciada pelas populações mais pobres do campo, em especial os pequenos agricultores, vem impulsionado alternativas inovadoras dentro do sistema alimentar contemporâneo. Algumas dessas experiências, inclusive, têm sido consolidadas “a partir da disseminação de uma série de nichos de mercado, como os orgânicos, artesanais, solidários e institucionais” (NIEDERLE, 2009, p. 6) que impõem ao mundo novas concepções de soberania alimentar.

É a partir das culturas alimentares subsistentes que podemos extrair uma lógica saudável de reprodução de relações sociais e ecológicas, em oposição à força degradante e incapacitante da dinâmica da agricultura capitalista de sub-reprodução do trabalho social e dos ecossistemas. O movimento de soberania alimentar, em versão ampliada, representa uma multiplicidade de engajamentos e experimentos cruciais com a restauração da reprodução socionatural a suas capacidades sustentáveis. Isso impõe a ampliação e a recuperação de valores que reconstruam a diversidade e suplantem a homogeneidade do regime de troca de valores (MCMICHAEL, 2016 p. 178).

A década de 1990 inaugurou a presença de novos atores sociais que passaram a contestar o sistema convencional e propor práticas produtivas associadas a outros sistemas de valor, abrindo espaço para uma nova cultura política baseada em princípios de sustentabilidade e justiça social (PICOLOTTO, 2007). Destacam-se, nesta frente de batalha, os movimentos de luta integrados às chamadas “redes alternativas” de produção alimentar, como indicam Goodman *et al.* (2012, p. 2):

Vários processos inter-relacionados, não totalmente síncronos, mas com efeitos cumulativos estão transformando e diversificando fornecimento moderno de alimentos na Europa Ocidental, América do Norte e muitas outras partes do mundo. Esses processos criaram espaços econômicos e culturais, muitas vezes designados como mercados de nicho para *Alternative Food Networks* (AFNs), cujos produtos - orgânicos, alimentos de especialidade *premium* locais e de qualidade - são diferenciados daqueles tipicamente fornecidos pelo *mainstream* fabricantes e varejistas de alimentos. Os produtos AFN foram distribuídos por meio de novas formas institucionais, paralelas aos canais convencionais, como lojas de caridade, cooperativas de alimentos, mercados de agricultores, agricultura apoiada pela comunidade.

O surgimento desses novos sistemas de produção e comercialização tem sido considerado por diferentes autores como uma expressão de resistência aos processos sociotécnicos (PICOLOTTO, 2007) fomentados pelos regimes alimentares. O pressuposto básico desses estudos é de que os mercados não convencionais estariam se reproduzindo em virtude de “fatores socioculturais que decorrem do enraizamento em redes sociais, geralmente compreendidas em termos de laços de proximidade entre atores pertencentes a uma mesma

localidade ou território” (NIEDERLE, 2009, p. 17).

Essas propostas de ressignificação do sistema agroalimentar contemporâneo encontram-se conectadas em função de pelo menos duas questões em comum: a) o compromisso de instituir uma agricultura menos nociva ao meio ambiente e b) a identificação com formas tradicionais de produção que pretendem resgatar e aprimorar o saber-fazer da agricultura familiar. Nesta perspectiva, destacam-se os grupos atrelados à economia solidária, ao comércio justo, às indicações geográficas ao *slow food* e a um crescente contingente de consumidores mobilizados pelos princípios éticos defendidos por esses movimentos (PORTILHO, 2009).

Devido ao crescimento desses novos nichos de mercado, muitos autores têm chamado a atenção para as vantagens competitivas que os pequenos empreendimentos familiares podem oferecer aos mercados. Para Maluf (2004), a capacidade de criação de estratégias autônomas mais endógenas impõe uma maior reflexão à qualidade dos produtos alimentares e ao desenvolvimento de circuitos regionais de produção e consumo. Por outro lado, a questão da qualidade dos produtos alimentares tem ocupado um espaço altamente relevante para a discussão sobre as novas relações econômicas de mercado (WILKINSON, 2008).

Segundo Wilkinson (2002), duas questões importantes devem ser levadas em consideração no que diz respeito a este tema. Em primeiro lugar, a crescente procura por alimentos naturais e territorializados tem incentivado o desenvolvimento de nichos de mercado mais “preservadores”, tanto em pequena quanto em grande escala. Em segundo lugar, esses mesmos produtos estão sendo cada vez mais valorizados em função de aspectos associados à *diferenciação produtiva*. Em outras palavras, isso significa dizer que as demandas de consumo têm se preocupado menos com os produtos e mais com os processos de produção a ele relacionados (NIEDERLE, 2014). Diante disso, os atributos de qualidade intrínsecos aos processos de produção alimentar têm criado novas condições de concorrência entre os mercados convencionais e alternativos, como veremos mais adiante.

4.1.4 Os modelos convencionais e alternativos de produção e as novas tendências de consumo

Ainda que a discussão sobre consumo não tenha sido indicada como um objetivo central desta análise, é necessário considerar a importância deste tema no que tange à mediação das relações sociais nos mercados agroalimentares. A noção de consumo, nesse sentido, deve ser reconhecida como um conjunto de valores e visões de mundo compartilhadas (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009). Na perspectiva de Douglas e Isherwood

(2009, p. 27), as atividades de consumo não podem ser compreendidas por meio da racionalidade do comportamento econômico, mas a partir do campo da ética e das identidades sociais. Nesses termos, os autores consideram ser “claramente absurdo agregar milhões de indivíduos que comprem e usam bens sem considerar as transformações que provocam ao compartilharem o consumo”. Dito de outra forma, é preciso considerar, como chama a atenção Douglas e Isherwood (2009), os alimentos para além dos seus aspectos econômicos e dos seus atributos fisiológicos, o que impõe maiores atenções a respeito da natureza simbólica e valorativa dos alimentos. Essa nova perspectiva sobre a noção de consumo recupera as advertências de McMichel (2016, p. 184) em relação às práticas econômicas e as práticas ecológicas:

O regime alimentar do capital exercita a anulação do valor a serviço da racionalidade moderna. Enquanto as práticas ecológicas organizam-se em torno do reabastecimento, as práticas econômicas organizam-se para a pilhagem. O primeiro caso respeita o tempo biológico, o último preocupa-se unicamente com a velocidade de circulação do valor.

Ao desbravar outros nichos de comércio, os coletivos associados às redes alternativas de produção têm apresentado um conjunto de estratégias de resistência aos impasses criados pelos impérios alimentares (PLOEG, 2008). Nessa perspectiva, como sublinha Wilkinson (2008), é preciso considerar que a integração desses contramovimentos no mercado depende crucialmente de mecanismos de “politização do consumo”, tanto na esfera doméstica quanto na esfera institucional. Nessas circunstâncias, a adesão às ferramentas de certificação alimentar torna-se indispensável, como será visto no próximo tópico.

Muito embora os novos nichos de comércio alimentar, a exemplo dos orgânicos, se coloquem em oposição às dinâmicas produtivas convencionais e ampliem o leque de oportunidades para a inserção dos pequenos agricultores familiares nos circuitos de mercado, o próprio sistema convencional de produção também tem se favorecido dessas novas tendências para reorientar seu *modus operandi* e expandir seu raio de alcance aos mais distintos padrões de consumo. A expressiva oferta de produtos alimentares orgânicos nas redes de supermercado globais a partir da década de 1990 é revelador neste sentido, como reconhece Guivant (2003, p. 63-64):

À medida que a produção e o mercado de alimentos orgânicos foram se expandindo durante os anos 90, tanto no contexto internacional quanto no Brasil, os supermercados passaram a ter um papel dominante em relação aos canais alternativos de comercialização. As tradicionais lojas de produtos naturais e as feiras passaram a ter um papel secundário, coexistindo com novas estratégias de comercialização, também de menor importância, como cestas domiciliares e mercados especializados. A presença destacada dos supermercados no segmento de orgânicos insere-se dentro do processo de

transformação que aqueles têm ocasionado na esfera do consumo alimentar, ao fornecer novas opções, com iniciativas cada vez mais importantes no que diz respeito às inovações e à qualidade dos alimentos. O consumo crescente de orgânicos nos supermercados é parte de uma demanda mais ampla por alimentos saudáveis que, por sua vez, faz parte de um estilo de vida que tem sido caracterizado como *ego-trip*, em contraste com o *ecológico-trip*.

A pesquisa realizada por Guivant (2003) lança mão de diversas publicações especializadas no setor supermercadista, além de relatórios de agências de consultoria internacionais entre 1996 e 2000, trazendo contribuições de peso para a análise do papel dos supermercados na comercialização de produtos orgânicos, fundamentalmente de frutas, legumes e verduras (FVL). Embora o estudo dos supermercados também não constitua como foco dos nossos propósitos de pesquisa, a discussão sobre a ação desses conglomerados de comércio varejista revela-se especialmente importante para a compreensão das atuais transformações do mercado agroalimentar, principalmente no que diz respeito às escolhas e orientações dos consumidores por estilos de vida mais saudáveis. Nesse aspecto, é preciso considerar que a atual fase da globalização está profundamente relacionada com aspetos dinâmicos muito particulares, tais como a evolução da tecnologia da informação e a concentração de capitais, o que nos remete mais uma vez à análise dos regimes alimentares proposta por McMichael (2016).

Ao tratar sobre a logística de suprimentos da rede de supermercados brasileira, Fretta (2006) destaca que uma das principais razões para a capacidade de dominação das redes varejistas no mercado alimentício está relacionada ao forte poder aquisitivo dos empresários do setor. De acordo com o autor, a facilidade de expansão dos grandes supermercados por meio da constante aquisição de pequenas e médias lojas em todo o território nacional lhes garante uma posição de liderança perene nas disputas concorrenciais.

O Grupo francês Carrefour, com faturamento de 12,5 bilhões de reais em 2005, construiu seu primeiro hipermercado no Brasil em 1975. Líder do ranking de 1991 a 2000, perdeu a liderança para o grupo nacional Pão de Açúcar (CBD). Para continuar crescendo, precisou expandir-se através da aquisição de lojas menores, como a rede *Comptoirs Modernes e Stoc*, antes pertencentes às Lojas Americanas. [...] A expansão do grupo americano *Wal-Mart* em território brasileiro deveu-se à aquisição das lojas nordestina Bompreço por 315 milhões de dólares em 2004. Com o Sonae, a rede estendeu sua atuação para o sul e encosta-se ao Carrefour em poderio de escala. Assim o *Wal-Mart* passa agora a contar com 295 lojas espalhadas por 17 das 27 unidades da federação brasileiras (FRETTA, 2006, p. 38-41).

Frente a um cenário fortemente marcado pela lógica da expansão, constata-se que a influência desses conglomerados no mercado representa inúmeras vantagens, entre elas o poder de barganha com fornecedores e oferta de preços mais acessíveis ao público

consumidor, aumentando suas margens de lucro (FRETTE, 2006). Embora as relações de concorrência entre os maiores supermercados do Brasil não tenha sido o foco da pesquisa realizada por Fretta (2006), parece razoável admitir que uma série de condições contingências os colocam em posição de vantagem frente a outros grupos comerciais até mesmo em nível local: capacidade logística, infraestrutura, qualificação departamental, sobretudo nos setores de marketing e publicidade, *know-how*, variedade de produtos, oferta de preços e uma forte influência na economia de mercado.

O controle exercido pelos grandes conglomerados agroalimentares, em especial pelos supermercados, vem promovendo amplas transformações nos padrões de consumo “captando as tendências dos consumidores e transmitindo-as ao longo da cadeia a montante, imprimindo assim fortes mudanças nos padrões técnicos de produção, beneficiamento e logística (SCHNEIDER *et al.*, 2016, p. 11). Sobre este aspecto, chama-se a atenção para o crescimento da oferta de produtos orgânicos nas grandes redes supermercadistas, contradizendo, em grande medida, o movimento da agricultura orgânica (GUIVANT, 2003). Para Friedmann (2016), este fenômeno tem concorrido para um “esverdeamento do capitalismo”, bem como para um aumento significativo de mecanismos de acreditação no âmbito dos mercados convencionais.

Pari passu a essas questões, acredita-se que a adequação do sistema convencional de produção ao mercado de produtos orgânicos não apenas estreita as relações de concorrência entre sistemas de produção hostis (ZELIZER, 2005), mas aponta para a coexistência de processos antagônicos (NIEDERLE, 2014) que ora aproxima, ora distancia os sistemas de produção alimentar em torno das normatizações e demandas por qualidade, o que indica um processo de “hibridização dos mercados”.

4.1.5 Hibridização dos mercados alimentares: entre a “endogeneização” e “convencionalização”

Ao refletir sobre as fronteiras entre os mercados convencionais e alternativos, Sonino e Marsden (2006) chamam a atenção para as dinâmicas relacionais entre esses modos de produção, identificando, em ambos os mercados, simultaneamente, antagonismos e hibridizações. Ainda que as discussões em torno das características díspares entre esses modelos sejam muito difusas, algumas considerações podem ser pontuadas com maior clareza. Em primeiro lugar, sublinham aqueles autores, mercados convencionais são normalmente relacionados às cadeias globais de *commodities*. Dotados de uma característica marcada pela despersonalização das relações de troca, não possuem quaisquer tipos de

vínculos com localidades específicas. De maneira oposta, os mercados alternativos estão fortemente ligados com o âmbito local e a lógica das cadeias curtas de produção, sendo assim considerados como “mercados particularistas baseados em nichos ou especificidades” (NIEDERLE, 2009, p. 7).

Tendo em vista que a economia de mercado está cada vez mais pautada nos atributos de diferenciação dos produtos alimentares, como é o caso dos selos e certificação de qualidade, as estratégias particularistas associadas a estes circuitos alternativos estão sendo continuamente apropriadas pelos atores dos mercados convencionais. A crescente tensão entre esses mercados tem resultado em um complexo movimento de hibridização, impedindo uma delimitação mais rígida para a análise de suas dinâmicas.

Embora se tenha em mente a ideia de que os modelos convencionais e alternativos se apresentem de forma diametralmente opostas entre si, não se pode negar que esses mesmos modelos estão constantemente compartilhando estratégias de mercado, especialmente em termos de vantagens competitivas (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Nesses termos, torna-se mister compreender como os atores sociais envolvidos com esses modelos de produção têm se apropriado de estratégias de mercado similares para assegurar a distribuição dos seus produtos a um amplo e variado grupo de consumidores.

Se, por um lado, a adoção dos mecanismos de qualidade alimentar (selos e certificados) amplia o acesso das redes alternativas de produção aos mercados, sobretudo pela incorporação técnica de atributos tipicamente associados ao estilo convencional de produção, os mercados convencionais também se apropriam de certas especialidades de nicho típicas do modelo alternativo, haja vista a tendência de exploração do potencial mercadológico presente nos produtos associados à saúde, à beleza e à natureza.

Um exemplo ilustrativo desta dinâmica é o crescente interesse de grandes empresas da indústria alimentar e cosmética por plantas tradicionais. Estas empresas fazem contratos de compra com comunidades tradicionais, visando explorar o potencial mercadológico destes produtos pela sua associação com a saúde, a natureza e até mesmo os saberes tradicionais, recorrendo, portanto, a valores distintos daqueles que predominam no mundo industrial e de mercado (NIEDERLE, 2009, p. 25).

Particularmente no que diz respeito à reação das forças dominantes em relação às reivindicações críticas propostas pelas redes alternativas de produção de alimentos, ainda chama-se a atenção para um processo de “endogeneização parcial dos discursos de sustentabilidade” (NIEDERLE, 2014, p. 95), fazendo com que certas condutas inovadoras, a exemplo da distribuição de alimentos orgânicos nas redes varejistas, sejam paulatinamente mimetizadas pela lógica do capital, consubstanciando seu *modus operandi*. Por outro lado,

muitas transformações recentes no mercado de produtos orgânicos sugerem uma trajetória de “convencionalização” (WILKINSON, 2008). Questões como especialização, aumento de escala, integração a redes varejistas de distribuição, bem como a aderência a mecanismos técnicos de qualificação podem ser encarados como consequência desse processo. Nesse esquema, aquilo que antes podia ser considerado como realidades antagônicas parece agora conjugar-se em “uma maior hibridização entre o que seria um mercado universalista de commodities e um mercado particularista de produtos diferenciados” (NIEDERLE, 2009 p. 8).

Nessas circunstâncias, as diferentes lógicas de produção agroalimentar parecem estar em uma constante tensão: “uns resistindo à invasão dos outros e tentando impor sua forma de justificação e seu modo de coordenação” (NIEDERLE, 2009 p. 30). O processo de hibridização, nesse sentido, pode ser então compreendido por meio do aumento de interação entre os modelos, fazendo com que ordens de mercado distintas recorram a estratégias de mercado semelhantes, proporcionando vantagens competitivas para ambos os lados. Dentro dessa perspectiva, assume-se que os espaços deixados pelo capital podem se constituir como um meio pelo qual outros grupos executem seus projetos de vida, muito embora passem a utilizar, mimeticamente, “estratégias de mercado semelhantes” (DIMAGGIO, POWELL, 2007).

Concordando com a tendência relacional enfatizada por Sonino e Marsden (2006), estima-se que os valores e as estratégias de mercado, que aproximam esses modos de produção, tornam-se ainda mais delicadas quando se leva em conta as dinâmicas produtivas que evocam as novas tendências por qualidade. No âmbito desta discussão, a utilização de selos, registros e certificações ganham particular relevância, especialmente em função da capacidade que essas ferramentas têm em relação ao comportamento das demandas de consumo. Além disso, não se pode desconsiderar a capacidade que essas mesmas ferramentas apresentam em relação à alteração das ordens hierárquicas, status sociais e processos de inovação que se circunscrevem aos mercados (FLIGSTEIN, DAUTER, 2012).

Trazendo ao debate a questão do uso dos selos e certificações de qualidade, que se expressam como ferramentas formais de comprovação de origem dos alimentos, reconhece-se que a adoção desse conjunto de mecanismos pode se converter em uma iniciativa estratégica eficaz para a atração de consumidores interessados na valorização dos aspectos tradicionais, que refletem os traços socioculturais inerentes à produção dos alimentos (WILKINSON, 2008).

A presença de grupos e movimentos sociais atentos a essas novas tendências tem

ênfatisados diferentes formas de rotulagem de produtos (tanto em redes alternativas quanto em redes varejistas convencionais), promovendo a adesão de novas regras para o comércio de alimentos (WILKINSON, 2002). Esses processos de re-localização, como atesta Niederle (2014), podem alargar a escala de distribuição dos produtos da agricultura familiar às redes de comércio mais amplas, elevando as possibilidades de reconhecimento dessa categoria social. Ao concordar com essa questão, Wilkinson (2008, p. 17) se reporta à “capacidade de transformar processos e produtos locais que criam mercados com extensões e desdobramentos de redes sociais em produtos e processos com capacidade de viajar e de manter as suas características específicas mesmo frente a consumidores desconhecidos”.

Ao refletir que o uso de selos e certificados de qualidade carrega consigo toda uma força cultural presente nos produtos tradicionais, torna-se necessário analisar e compreender como a adoção estratégica desses mecanismos pode ampliar as possibilidades de comercialização de alimentos saudáveis (orgânicos) no âmbito da competitiva cadeia produtiva do Vale do São Francisco, estendendo as possibilidades de inserção mercadológica e reconhecimento social dos produtores do Assentamento Mandacaru de Agricultores Familiares. As formas estratégicas adotadas pelos produtores deste assentamento, a partir da adoção dos certificados orgânicos de produção, serão detalhadamente apresentadas no último capítulo deste trabalho. Para o próximo tópico far-se-á uma breve discussão acerca da importância dos sistemas de acreditação alimentar nos mercados agrícolas.

4.2 Selos, registros e certificações orgânicas: origens, princípios e novas possibilidades de inserção competitiva

Como considera Radomsky (2015, p. 17), a certificação de produtos na agricultura ecológica e orgânica encontra-se fortemente ligada a dois processos econômicos aparentemente paradoxais: “a intensificação do comércio mundial e a revalorização expressiva de economias e culturas locais”. Com efeito, o crescimento desses nichos de mercado no mundo contemporâneo corresponde a uma série de circunstâncias contingentes, tais como: a severidade das exigências mundiais relacionadas à segurança e denominação de origem dos alimentos, a imposição de barreiras protetivas contra o fluxo de mercadorias provenientes de países periféricos, o aumento das demandas de consumo por produtos de especialidade, bem como a atuação dos movimentos sociais ambientalistas que ganharam notável expressão a partir de meados da década de 1990 (NIEDERLE, 2014). Diante dessas condições, a certificação vem se constituindo num dos mais importantes pilares para a

regulação de mercadorias orgânicas e ecológicas, selecionando produtos e produtores, verificando a autenticidades dos processos de produção e emitindo laudos de conformidade e controle (RADOMSKY, 2015).

Se as certificações cumprem com uma série de procedimentos técnicos de proteção aos Estados-Nação que demandam por suas fiscalizações, também é preciso atentar para a importância dessas ferramentas enquanto “um ponto de força” que “condensa atributos e simbolizam um conjunto de práticas sociais” (RADOMSKY, 2015, 19). Em outras palavras, é necessário questionar o que exatamente ocorre entre os produtores e consumidores de produtos ecológicos, isto é, como estes entendem a relação entre alimentos, processos de produção, modos de vida, bem como as propriedades imateriais que os selos buscam simbolizar. Antes de adentrar nessa discussão, torna-se indispensável compreender a origem e a importância desses mecanismos de acreditação no sistema global.

4.2.1 Sobre a origem das certificações

De acordo com Radomsky (2015), o processo de certificação surge como um esquema geral relacionado aos mercados contemporâneos e à expansão do capitalismo. Ao partir de um princípio de regulação que busca atender às necessidades do mundo global, as certificações originam-se a partir da criação do sistema ISO (Organização Internacional de Padronização), em 1947³⁴. É importante sublinhar que os propósitos dessa organização internacional do comércio se basearam, em grande medida, na necessidade de autenticação e padronização de determinados produtos ou processos comerciais relacionados ao acirramento das relações econômicas. De modo análogo, as certificações ecológicas e orgânicas surgem em diferentes países com a missão de controlar e servir como um instrumento de verificação de conformidades ambientais, marcadamente influenciadas pelos compromissos internacionais com a sustentabilidade (RADOMSKY, 2015)³⁵.

De acordo com Fonseca (2005), a partir de 1991, o mercado internacional de orgânicos, através da Comunidade dos Estados Europeus (CEE), passou a regulamentar o comércio dessas mercadorias, intermediando a circulação das mesmas entre os países

³⁴ Os avanços das negociações junto ao GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio, de 1947, que culminaram na criação da OMC, tiveram um importante papel no estabelecimento das diretrizes para o comércio internacional no período pós-guerra, especialmente no diz respeito à diminuição gradativa das tarifas internacionais como condição para o desenvolvimento do comércio internacional (Radomsky, 2015).

³⁵ No Brasil, a Coolmeia (Cooperativa Ecológica de Porto Alegre) e a ABIO (Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro) foram importantes pioneiras desse movimento, fornecendo, já na metade dos anos 1980, certificações a agricultores ecológicos interessados em comercializar seus produtos em feiras e supermercados locais (Radomsky, 2015).

membros. Tal disposição teve como objetivo principal criar barreiras à importação por meio de sólidas normas de conformidade no âmbito das relações comerciais. Ainda de acordo com esse autor, com a criação da OMC, em 1994, essa situação tornou-se ainda mais rígida, estendendo os efeitos daquelas disposições normativas a um amplo rol de mercadorias intercambiáveis no cenário internacional³⁶.

Para Radomsky (2015), este momento foi crucial para a articulação de uma série de organizações e federações interessadas em pressionar outras nações, sobretudo as do hemisfério sul, a padronizar suas relações de comércio, por meio da adoção de certificações de acreditação, influenciando o surgimento de sistemas de avaliação por terceira parte (por órgão inspetor independente) e redes participativas de regulação. Tais condições resultaram numa profunda reestruturação dos processos de conformidade e verificação em nível mundial (MUTERSBAUG *et al.*, 2005).

Por força de pressão, o Brasil também precisou se adaptar às mudanças relacionadas aos sistemas padronizados de processamento e comércio de produtos orgânicos. Ainda de acordo com Radomsky (2015, p. 124), existem três documentos oficiais que fundamentam a produção de ecológicos e sistemas de certificação e garantia: a lei n. 10.831 de 2003, o decreto n. 6.323 de 2007 e a Instrução Normativa n. 64 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). O conjunto dessas leis apresenta considerações a respeito do que deve ser considerado orgânico, revelando os aspectos que demarcam tanto a importância da legislação e dos acordos internacionais como a sua apropriação para o caso brasileiro, para o qual ONGs, movimentos sociais, mediadores e intelectuais tiveram ativa participação.

Em agosto de 1994, as principais instituições que trabalham com a agricultura orgânica no Brasil receberam o comunicado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informando que o Brasil estava sendo pressionado, especialmente pela comunidade dos Estados Europeus, para a necessidade de estabelecer normas nacionais para todo o processo de produção e comercialização de produtos orgânicos no país. Essa pressão proveio da rodada do GATT, que resultou na criação da OMC [...]. O processo de certificação no Brasil surgiu informalmente, a partir do trabalho de ONGs [...] no estabelecimento de normas internas próprias [...], logo em seguida, surgiu a necessidade de certificação dos produtos para instituições de reconhecimento internacional visando a exportação (DESER, 1999 apud KILIAN, 2003).

Ainda sobre esse aspecto, torna-se importante destacar que o conjunto de normativas desenhadas pelas organizações mundiais do comércio não se limita a um mero quadro de regras de produção e processamento, mas também se esforça por garantir a constituição de um

³⁶ O Acordo TBT (*Technical Barriers to Trade*) de 1995 teve um papel central para imposição de barreiras não tarifárias. Este acordo dispõe sobre conformidade, características e métodos de produção ou processamento dos produtos e práticas de certificação no âmbito da OMC (Fonseca, 2005).

sistema de produção com preocupações éticas e cuidados com o meio ambiente. Essas referências remetem, com efeito, às convenções estipuladas pela Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), desde meados da década de 1980 (RADOMSKY, 2015). O texto brasileiro ainda inclui elementos de relevância cultural, como por exemplo a integridade das comunidades tradicionais rurais (BRASIL, 2003).

4.2.2 Formas de Certificações no Brasil

No tocante ao papel das certificações, o Brasil dispõe de um conjunto de normativas que garantem o proveito do sistema de acreditação por meio de duas possibilidades: a certificação participativa e a de terceira parte. Os Organismos de Avaliação de Conformidade (OAC) do governo brasileiro, mais conhecidos como sistemas de acreditação de terceira parte, são fornecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e credenciados pelo MAPA. No caso dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPACs), não há necessidade de liberação do Inmetro, embora ainda sejam credenciados pelo MAPA e regulados pelas Comissões Estaduais da Produção Orgânica (CPORGs). Outro elemento que demarca o funcionamento do sistema nacional é a possibilidade de os agricultores ecológicos realizarem a venda direta sem certificação, quando organizados em cooperativas, grupos e associações (BRASIL, 2009).

Essa última opção não ignora a importância da certificação, visto que o fato de os produtores estarem reunidos em torno agremiações coletivas não se caracteriza como motivo suficiente para atestar a validade orgânica dos seus produtos. O papel das organizações agrícolas, neste caso, admite apenas a denominação de orgânico para aqueles que vendem diretamente para o consumidor, estando terminantemente impedidos de fazer uso dos selos³⁷. Já os agricultores credenciados, ao cumprirem com todas as exigências estipuladas pelo OPAC, recebem o selo “Brasil Orgânico”³⁸, obtendo a autorização para comercializar seus produtos por meio da venda direta (feiras e entregas à domicílio) e/ou através do fornecimento de seus alimentos aos programas de abastecimento governamentais (BRASIL, 2009).

³⁷ A certificação de produtos orgânicos é o procedimento pelo qual uma certificadora, devidamente credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e “acreditada” (credenciada) pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), assegura por escrito que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas da produção orgânica. A legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar. Exige-se, porém, o credenciamento numa organização de controle social cadastrado em órgão fiscalizador oficial. Com isso, os agricultores familiares passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

³⁸ A certificação de produtos orgânicos é o procedimento pelo qual uma certificadora, devidamente credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e “acreditada” (credenciada) pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), assegura por escrito que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas da produção orgânica.

Ademais, ainda é preciso chamar a atenção para algumas considerações importantes quanto às formas de acreditação participativas. Em primeiro lugar, torna-se necessário destacar que o Sistema Participativo de Garantia (SPG) é o órgão oficial que congrega os Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPACs), pelos quais os próprios agricultores atuam como auditores, mediante uma comissão verificadora. Nesse sentido, o SPG caracteriza-se pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. Para gozar de condições legais de funcionalidade, um SPG deve possuir um OPAC legalmente constituído, o qual responderá pela emissão do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG).

Em segundo lugar, como declarado nas disposições do *site* do MAPA, o produtor deve ter uma participação ativa no sistema, sendo necessário o comparecimento às reuniões mensais convocadas pelo próprio SPG. Caso haja algum tipo de não conformidade, todos os integrantes ficam em situação de suspensão, correndo o risco de terem seus certificados cancelados. O OPAC, por sua vez, fica responsável por lançar e manter atualizados todos os dados das unidades de produção que controla através do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (MAPA, 2020).

Em terceiro lugar, é preciso salientar que os OPACs mantêm os registros de rastreabilidade, documentação e recadastramento de agricultores, conforme as normas ditadas pelo Estado³⁹. Nesse sentido, apesar dos Sistemas Participativos de Garantia terem normas próprias, o Estado se utiliza de resoluções padronizadas que devem ser obedecidas por todos.

TABELA 3 - SELOS DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS

Certificação Auditoria	por	Sistema Participativo de Garantia	Controle Social na Venda Direta
A concessão do selo SisOrg é feita por uma certificadora pública ou privada credenciada no Ministério da Agricultura. O organismo de avaliação da conformidade obedece a procedimentos e critérios reconhecidos internacionalmente, além dos requisitos técnicos estabelecidos pela		Caracteriza-se pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. Para estar legal, um SPG tem que possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) legalmente constituído, que responderá pela	A legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar. Exige-se, porém, o credenciamento numa organização de controle social cadastrado em órgão fiscalizador oficial. Com isso, os agricultores

³⁹ Fornecer escopo de atuação específico, receber visitas periódicas de membros da Comissão Estadual de Produção Orgânica e estarem preparados para uma vistoria eventual do Ministério da Agricultura (BRASIL, 2003).

legislação brasileira.	emissão do SisOrg.	familiares passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.
------------------------	--------------------	---

Fonte: MAPA (2020).

É importante reiterar que os esforços conjuntos que estimularam a rápida ascensão do comércio de produtos orgânicos e ecológicos, a partir dos anos 1980, não tiveram apenas como objetivo regular o comércio internacional de alimentos, por meio de barreiras tarifárias e dispositivos de regulação e controle de produção, mas capitanear um projeto mundial baseado nos princípios da sustentabilidade, conforme já havia sido colocado nas conferências da ONU, desde os anos 1970 (MUTERSBAUG *et al.*, 2005).

De acordo com Radomsky (2015, p. 32), parece insuficiente entender que a criação dos sistemas de certificação tenha sido engendrada com vistas à resolução dos problemas ecológicos gravemente acentuados pelo uso indiscriminado de poluentes e agrotóxicos na produção de alimentos. Segundo o autor, os sistemas de certificação estão menos ligados às preocupações especificamente ecológicas do que à ideia geral de controle e inspeção. Ainda assim, como declara, não se pode negar que “os dispositivos para regulação e controle das relações econômicas têm fortes efeitos culturais”.

Para além dos fatores históricos e econômicos associados à emergência das certificações de qualidade, ainda é preciso atentar para outros elementos estruturais inerentes à sua funcionalidade, a exemplo das relações de confiança que ensejam. Isto porque, tal como sublinha Radomsky (2015, p. 20), essas ferramentas têm a capacidade de transfigurar “o agenciamento dos produtos por meio de aditivos simbólicos amparados na experiência vivida dos agricultores, transferindo propriedades imateriais aos produtos pela ação da crença coletiva”. Antes, porém, de discutir os efeitos simbólicos relacionados ao uso dos selos e certificações de qualidade, é preciso ainda ponderar o que a teoria social sobre o tema considera importante.

4.2.3 Elementos para uma teoria social dos selos e certificações

A discussão sobre a relação do conceito de indicações geográficas com a ideia de território, certificação e cultura de produção vem se desenhando ao longo deste trabalho. Para além da necessidade de proteger-se contra a falsificação e gerar vantagens competitivas em nome da distinção das mercadorias, as indicações geográficas surgem, no contexto europeu, com o propósito de valorizar os atributos territoriais inerentes a um determinado produto

(OLIVEIRA, 2021).

Em vista disso, sobretudo a partir dos anos 1990, as IG se tornaram expressão de uma importante transformação dos mercados alimentares, colocando em evidência estratégias particularistas que valorizam a diversidade e a singularidade de bens enraizados nos seus territórios (NIEDERLE; MASCARENHAS; WILKINSON, 2016).

O termo “indicação geográfica” foi sendo desenvolvido no transcurso da história, quando produtores, comerciantes e consumidores começaram a identificar que alguns produtos de determinados lugares apresentavam qualidades particulares, atribuíveis à sua origem geográfica, e começaram a denominá-los com o nome geográfico que indicava sua procedência (GOLLO; CASTRO, 2008). Os produtos que apresentam uma qualidade única, explorando as características naturais, e que indicam de onde são provenientes, são àqueles que possuem um certificado atestando sua origem e garantindo o controle rígido de sua qualidade. Alguns exemplos envolvendo produtos de notável qualidade, certificados e identificados com indicações geográficas podem ser citados: vinhos tintos da região de Bordeaux, na França, os presuntos de Parma e os artigos de vidro multicoloridos de Murano, na Itália. Para que a localidade possa receber o reconhecimento como tal deve obrigatoriamente ter construído seu nome no mercado (GOLLO; CASTRO, 2008).

O registro de produtos com IG no Brasil é feito pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), e vem crescendo nos últimos cinco anos. Os fatores para que um produto adquira certa notoriedade estão relacionados com o local de produção, em função do solo, do clima, da forma de produção e colheita, ou com outras características que lhe confirmem um diferencial (NIEDERLE; MASCARENHAS; WILKINSON, 2016). Essas especificidades tendem a contribuir com a agregação de valor a esses produtos, o que pode gerar maior retorno financeiro aos atores envolvidos, com possíveis impactos no desenvolvimento territorial (MAIORKI; DALLABRIDA, 2014). Do mesmo modo que as relações de produção e consumo pautadas nas formalidades que dizem respeito às noções de denominação de origem e indicação geográficas, acredita-se que a utilização dos selos e certificações ecológicas podem trazer uma miríade de benefícios aos territórios e produtores que lhes fazem uso.

Segundo Radomsky (2015), não há uma teoria social unitária que forneça uma explicação integral sobre o uso dos selos e certificações, mas diferentes matrizes interpretativas que contrastam entre si. Por um lado, a literatura indica que esses dispositivos são meros instrumentos de mercado, que aperfeiçoam a concorrência e a informação para transações comerciais no mundo global, agindo como ferramentas de segurança em relação

aos processos de produção das mercadorias. Outra posição argumentativa define que tais mecanismos atuam enquanto chancela de consumo, ajudando a distinguir os benefícios ambientais de certas mercadorias em oposição àquelas comercializadas pelo sistema agrícola convencional.

Radomsky (2015) ainda chama a atenção para uma terceira possibilidade teórica, quando assinala que os selos e certificações agem por meio de uma “reconexão de autenticidade” com intensos efeitos simbólicos. Esta última matriz, que se encontra mais próxima às reflexões empreendidas neste trabalho, reflete o fato de que, na medida que as distâncias físicas entre produtores e consumidores são ampliadas em função das fronteiras espaciais, aquelas ferramentas atuam como eficazes elementos de aproximação e relações em rede (RENTING *et al.*, 2003). Dito de outro modo, essa perspectiva enfatiza que a natureza dos mecanismos de conformidade não se encontra apenas confinada à “política de certificação”, mas vislumbra uma “dimensão simbólica, que reflete o problema das conexões e dos sentidos”, visto que os selos e as certificações “são recursos em que modos de viver, processos de trabalho e características naturais dos territórios podem gerar benesses econômicas” (RADOMSKY, 2015, p. 34).

Ainda tratando sobre os diversos estudos acerca do uso dos selos e certificações de qualidade, Radomsky (2015, p. 20) chama a atenção para as múltiplas funções pelas quais essas ferramentas operam. Ao se opor àqueles que sugerem que o mercado é fruto de um processo absolutamente natural, o autor declara que os selos e as certificações constroem mercados, promovendo políticas públicas de conversão ecológica (como é o caso do objeto de estudo deste trabalho). No entanto, ao mesmo tempo em que habilita produtores (em alguns casos aqueles já melhor posicionados na escala socioeconômica), administra regulações e imposições. Tal perspectiva, todavia, não oculta as relações de poder inerentes a estes processos, mas amplia o escopo de análise para funções mais diversas, que incluem, segundo Fonseca (2005), o disciplinamento de produtores às cadeias produtivas e a criação de institucionalidades ou convenções para a alimentação.

Bonanno e Cavalcanti (2011, p. 45), por exemplo, chamam a atenção para o fato de que as crescentes exigências que se fazem associadas a tais dispositivos têm aprofundado o processo de desigualdade social na região. Isso acontece, sobretudo, em face da necessidade de vultuosos investimentos em novas tecnologias para a implementação dos sistemas de avaliação da conformidade. Referindo-se particularmente ao Vale do São Francisco, esses autores admitem que “a certificação não é apenas um instrumento para auferir confiança e garantir a qualidade das frutas, mas é, sobretudo um poderoso instrumento econômico

utilizado pelas empresas para coordenar o sistema da fruticultura irrigada”. Apesar de as certificações terem como referência principal um conjunto de critérios científicos e protocolos técnicos, Bonanno e Cavalcanti (2011, p. 47) advogam que os sistemas de certificação “escondem agendas políticas e favorecem os interesses corporativos”. De acordo com esses estudiosos, os grupos sociais mais descapitalizados do Vale do São Francisco têm sido fortemente impactados pelos programas privados de certificação, uma vez que são os próprios produtores que precisam arcar com os custos da certificação, assim como foi observado no caso do Assentamento Mandacaru. A incapacidade de lidar com os onerosos investimentos necessários à implantação dos processos de acreditação acaba por acentuar as práticas de exclusão.

Finalmente, para assimilar os mecanismos de certificação na agricultura ecológica não se pode deixar de levar em conta a funcionalidade dos selos enquanto “operadores de eficácia” que ressignificam objetos e processos, agregando-lhes valores intimamente relacionados com o estilo de vida dos produtores rurais.

4.2.4 Selos como operadores de eficácia

O entendimento dos selos, enquanto elementos de transformação de componentes puramente materiais em significados de natureza imaterial, implica conceber que esses mecanismos têm o poder de transmutar simples mercadorias e processos de produção em valores e estilos de vida, visto que “os agricultores ecológicos, de algum modo, concedem aos produtos uma marca distintiva que é própria do grupo, materializando a identidade e o modo de viver os objetos” (RADOMSKY, 2015, p. 96).

De uma forma geral, a pesquisa de Radomsky (2015) busca superar a perspectiva de que os mecanismos de legitimação e propriedade intelectual apenas cumprem com as normativas globais em torno da seguridade dos alimentos intercambiados no comércio mundial, mostrando também que os selos de qualidade permitem a disseminação de valores e modos de vida tradicionais. Encarar a legitimação desses dispositivos, na perspectiva do autor, é superar a ideia ortodoxa de que mercadorias são apenas coisas passíveis de troca mercantil, mediadas pela compra com uso do dinheiro. Para além dessa concepção, o autor busca reconstruir elos e vínculos de solidariedade baseados no interconhecimento dos valores humanos.

A partir da análise dos imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedade do sistema agroalimentar dos agricultores agroecológicos ligados à Rede

ECOVIDA da região Oeste de Santa Catarina, o pesquisador mostra que o processo de certificação e o uso do selo têm o poder de fortalecer uma rede social que se ordena a partir da reciprocidade, refletindo, ao mesmo tempo, como os alimentos podem construir núcleos de sociabilidade e estruturar mercados que reconectam as perspectivas e as visões de mundo de produtores e consumidores.

Ao retomar a noção de magia presente na obra de Mauss e Hubert (2003), Radomsky (2015, p. 96) procurar elucidar que a “eficácia simbólica” dos selos pode ser atestada através da capacidade inerente a esses mecanismos de traduzir os valores sociais de um determinado grupo, por meio da ação direta dos objetos. Isto conduz o autor a refletir que o “ato de certificar também se ampara numa instância (uma agência, um agente, uma organização) investida de autoridade e qualidade particulares no seio da coletividade”.

Para entender melhor a perspectiva deste autor é preciso levar em conta todos os procedimentos de adequação trilhados por um dado grupo de agricultores (como veremos com a experiências dos assentados do Mandacaru) para adequar-se às normas estipuladas pelas agências certificadoras ecológicas. Ao estudar o processo de certificação de famílias rurais naquela região catarinense, Radomsky (2015) assinala que o desenho das áreas produtivas, as etapas de produção e monitoramento das culturas, a distribuição de normas e utilização de determinados insumos, o acompanhamento de eventos educativos e a conformação de diretrizes burocráticas, entre outros processos, devem ser considerados não apenas como um processo de conversão, mas como uma dinâmica de ritualização. Em síntese, o autor aponta que a magia relacionada ao poder dos selos e certificações está ligada a um modo de produção social de significação.

O mundo da agricultura ecológica vive uma intensa proliferação das agências e institutos certificadores porque descobriu a potência que essa prática aglutina – e, portanto, é nessa crença coletiva de um princípio científico e regulatório que as energias sociais se acumulam para pôr em movimento, no ato mágico, aquelas propriedades tão caras aos mercados contemporâneos de produtos segmentados, justamente a autenticidade, a originalidade e a distintividade (RADOMSKY, 2015, p. 97).

O que fica claro na interpretação do autor é que o processo de certificação, além de responder às exigências do mercado global, atua como um poderoso instrumento de autenticação dos modos de vida tradicionais. O “movimento mágico” que se desencadeia através dos processos burocráticos necessários à consagração da certificação reafirma crenças coletivas particulares, entregando aos consumidores produtos dotados de particularidades e especialidades. Nesse sentido, como admite, não seria exagero acreditar que o selo possui vitalidades e poderes que ultrapassam sua função burocrática legitimadora.

Ao se adicionar propriedades que são típicas de um estilo de vida a objetos, o selo traz presente uma relação entre pessoas, coisas e símbolos. [...] A relacionalidade se amplifica para além das relações sociais para ser construída na rede dos elementos humanos. [...]. Na prática, a experiência coletiva relacional agencia a terra, os cultivos e as criações, pilares de um modo de vida na agricultura. [...] Na agricultura ecológica, o aspecto “natural” e o ecossistema são verbalizados com ainda mais intensidade e o selo de certificação age como um vetor, balizador do controle político, marca de identificação e proteção da produção. O selo possui vitalidades e poderes (RADOMSKY, 2015, p. 114).

Por fim, a interpretação dada aos selos e certificações até o momento busca levar em conta, sobretudo, a relacionalidade entre estilos de vida e mercadorias, um movimento de extensão entre produtores e consumidores. Na concepção de Radomsky (2015, p. 60), o elo relacional cotidiano da produção e convivência no seio familiar rural não consegue se sustentar nos mercados quando aparecem de modo coisificado, isto é, “quando criadores e criaturas encontram-se separados pelo ato de compra” (fetichismo). É justamente nessa perspectiva que o autor admite que os agricultores que fazem uso dos dispositivos de qualidade buscam reafirmar sua existência através da manutenção da experiência coletiva e o “selo-imagem-símbolo” como ponte entre eles, os alimentos e o resto da sociedade.

Tendo em vista a importância dos selos e das certificações como ferramentas simbólicas de valorização das experiências coletivas da agricultura ecológica, resta ainda acenar para o poder desses dispositivos enquanto vetores de reconhecimento e prestígio social. Essas questões poderão ser mais aprofundadas por meio de alguns conceitos bourdieusianos, tais como: *estilo de vida*, *gosto*, *habitus*, *campus*, como veremos a seguir.

4.3 A distinção dos alimentos e seus distintivos sociais: habitus, gosto, estilo de vida e formas de consumo

Tendo feito algumas considerações sobre o sistema de certificação ecológica, bem como a relação entre esses mecanismos e as formas de reafirmação da agricultura, torna-se ainda necessário aprofundar esta discussão em torno das propriedades distintivas dos selos de qualidade sobre a formatação dos estilos de vida dos agricultores que fazem uso desses dispositivos de acreditação.

4.3.1 *Estilo de vida*

A obra de Pierre Bourdieu apresenta uma série de questões importantes para a compreensão das preferências e disposições sociais que determinam os *estilos de vida* da sociedade ocidental. Ao tratar particularmente deste conceito, o autor define-os como um

sistema de práticas que determinam a classe e o produto das condições sociais em função dos capitais imateriais herdados pelos indivíduos, tal como ocorre com uma propriedade ou um patrimônio familiar. Sobre as especificidades da noção de *estilo de vida*, Bourdieu (1983, p. 165) sublinha que este tema não deve ser apreendido unicamente como um conjunto de preferências (*gostos*) e disposições isoladas, mas como uma “aptidão e apropriação – material ou simbólica – de determinada classe de objetos ou de práticas classificadas ou classificantes”. Nesse contexto, as noções de *gosto*, *classe social* e *estilo de vida* encontram-se intimamente correlacionados. Tal perspectiva é compartilhada por Abreu (2015, p. 848-849), ao afirmar que o gosto é a propensão à apropriação por uma determinada classe de objetos ou práticas e constitui-se, desta forma, como um gerador de estilo de vida. Nesse sentido, este conceito permite o acesso das diferenças inscritas na ordem física à ordem simbólica das distinções significantes e transforma práticas objetivamente classificáveis em práticas classificadoras, ou seja, em expressão simbólica da posição de classe. Os estilos de vida distintos estimulam consumos distintos, da mesma forma que os estilos de vida vulgares estão associados a consumos vulgares. Escolher segundo os gostos, portanto, significa ajustar os bens objetivamente relacionados com a sua posição de classe (BOURDIEU, 1989).

4.3.2 *Habitus*

A considerações supracitadas por Abreu (2015) remontam à ideia de *capital simbólico* defendida por Bourdieu, especialmente no que tange à cultura e ao legado escolar, que permanecem inconscientemente conservados pelos agentes sociais, na medida em que são acumulados e transmitidos. A formatação dos valores e identidades sociais possibilitada pela transferência dos bens simbólicos, por sua vez, está diretamente associada à concepção de *estrutura social* e às relações de poder entre as classes sociais. O *habitus*, por seu turno, seria, para Bourdieu (2007), o resultado de um processo de internalização daquelas mesmas estruturas. É justamente nesse sentido que este autor o considera como uma “estrutura estruturante estruturada”.

Na introdução do livro “A Economia das Trocas Simbólicas”, Miceli (1987) admite que a noção de *habitus*, apesar de adquirido por meio de registros “não-conscientes”, exige dos agentes sociais o domínio de um conjunto de códigos comuns que se mantêm atualizados ao longo da trajetória dos indivíduos. Levando em conta que esse movimento de transferência simbólica cinge os agentes sociais, sobretudo por meio da mobilização objetiva do grupo no qual encontram-se inseridos, a formação de um determinado hábito não é racionalmente calculada antes de ser executada, funcionando mais como um ajustamento social do que como

uma escolha propriamente dita. Na verdade, como ilustra Pacheco (2008, p. 237), “é como se tivéssemos um aprendizado que opera no nível corporal, não atrelado a um processo de reflexão e que está na base das ações práticas dos indivíduos”.

4.3.3 *Gosto, classe social e formas de consumo*

Ao falar sobre o senso estético na obra *A Distinção*, Bourdieu (2007) assinala que o *gosto* (forma de preferências manifestadas) confere aos indivíduos marcas sociais distintivas, levando-os a ocupar posições diferenciadas no espaço social. Nessa perspectiva, cada classe social desenvolve valores particulares com base nas suas próprias convicções de vida, delimitando territórios socialmente estruturados no qual se rivalizam com o propósito de modificar ou preservar seus interesses.

Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios da divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem as realidades da unidade e da identidade do grupo. (BOURDIEU, 2000, p.113).

As diferenças econômicas e simbólicas que dissociam as classes sociais são orientadas em função das distinções de consumo, ou como considera Abreu (2015, p. 884), “pela forma como os indivíduos convertem determinados objetos ou formas de ação em signos distintivos”. Dito de outro modo, os grupos sociais engendram formas deliberadas de sociabilidade para preservar seus interesses enquanto grupo. Nesse aspecto, a formação dessas redes de preferências deve ser interpretada não como uma condição natural, mas como um conjunto de “estratégias de investimento orientadas para a institucionalização das relações do grupo, usadas como fonte segura de apropriação de determinados benefícios” (ABREU, 2015, p. 844).

Embora o funcionamento dos campos de produção dos bens culturais opere como um elemento de distinção de classe, Bourdieu (2007) salienta que essas funções sociais independem da intenção dos indivíduos, já que refletem, em grande medida, as expectativas dos grupos que procuram se manter diferenciados. Isso significa dizer que as preferências manifestadas (*gostos*) estão mais associadas à manutenção ou preservação do estilo de vida dos grupos sociais do que aos investimentos intencionais dos agentes sociais isoladamente, tal como considerou-se anteriormente.

No que diz respeito ao mercado de consumo agroalimentar, deve-se levar em conta que a partilha de valores e visões de mundo podem potencialmente determinar as fronteiras e as hierarquias entre distintos grupos sociais (FLIGSTEIN, 2001). A identificação com

“acessórios ritualísticos” similares ou antagônicos é o que de fato estrutura as “barreiras ou pontes entre pessoas e entre grupos de pessoas. Assim, o objetivo de um consumidor é construir um universo inteligível, a partir das mercadorias que selecionam” (PORTILHO, 2009, p. 202).

4.3.4 *Distinção social e consumo alimentar*

Ainda de acordo com as reflexões de Bourdieu, entende-se que a construção dos hábitos de classe não corresponde exatamente a uma “ação mecânica ou automatizada, mas sim a uma atitude significativa, contextualizada e fruto de uma disposição adquirida” (PACHECO, 2008, p. 220). Nesse sentido, as diferentes classes sociais buscam consagrar seus *estilos de vida*, por meio da transmissão dos seus bens simbólicos, tanto por meio da cultura como por meio da educação. Ao corroborar com esta ideia, Contreras (1993, p. 189) também reflete sobre a transferência simbólica dos grupos sociais no campo da alimentação.

Quando observamos a eleição de alimentos comestíveis e não comestíveis dentro de uma sociedade também são facilmente identificáveis os mecanismos culturais subjacentes a essa escolha. Ainda que em alguns grupos sociais a seleção dos alimentos ocorra por razões técnicas e econômicas ou pelo gosto ou sabor, a importância maior nesta escolha parece ser a função que os alimentos desempenham na identidade grupal, em detrimento, inclusive, do valor nutricional dos recursos alimentares disponíveis (CONTRERAS, 1993).

O materialismo prático sustentado por Bourdieu (2013), quando aplicado à noção de hábitos alimentares, também reflete um conjunto de disposições que estruturam o *ethos* de uma determinada classe social. A aceitação desses comportamentos distintivos, que são inicialmente externos aos indivíduos, pode ser assimilada e reproduzida como uma forma de afirmação, demarcando limites mais ou menos rígidos entre os grupos sociais, a exemplo do consumo de determinados produtos alimentícios, a dedicação à práticas esportivas particulares, a aquisição de vestuários específicos, o acesso a obras de artes peculiares, etc. Tratando sobre esses comportamentos distintivos e a “afirmação prática de uma diferença inevitável”, Bourdieu (2007, p. 56, 212) pontua:

O poder econômico é, antes de tudo, o poder de colocar a necessidade econômica à distância [...]. Os traços distintivos, enquanto sistemas de diferenças, abarcam um grande número de possibilidades estilísticas, que incluem a preferência pelos tipos de bebidas ou automóveis, jornais e semanários ou lugares e formas de férias, mobiliário ou arranjo de casa e jardins, sem falar dos programas políticos.

A manutenção dessas fronteiras é então “sustentada pela afirmação da solidariedade com os outros (iguais), o que constitui a única garantia contra ameaças do futuro” (ALVES,

2015, p. 11). Em outras palavras, a preservação de um conjunto de práticas, comportamentos e estilos de vida de um dado grupo social reflete relações de conflito e poder, sobretudo na medida em que precisam ser resguardados e levados adiante por meio da inculcação (inconsciente) dos bens simbólicos na arena de disputa dos *campus sociaux*.

No que tange particularmente à alimentação, Bourdieu (2007, p. 184, 187) reflete sobre as maneiras populares e burguesas de consumo, admitindo que a forma de servir e oferecer os alimentos “é infinitamente mais relevadora do que a própria natureza dos produtos”. Nessa mesma perspectiva, o autor situa o *habitus* como formas de *estilos de vida* que operam distinções classificantes, seja por meio do “luxo” ou da “necessidade”. Enquanto os “gostos de luxo” podem ser interpretados em função da segurança econômica e na “liberdade absoluta das escolhas”, os “gostos de necessidade” estariam mais relacionados aos alimentos mais nutritivos e menos onerosos, ou, como considera Pires (2018, p. 183), mais voltados à “reprodução da força de trabalho assalariado”.

Ao aproximar as concepções de Pierre Bourdieu àquelas de Nibert Elias no campo da distinção de consumo alimentar, Pires (2018, p. 183) comenta que os autores tendem a se dirigir a uma mesma ideia, qual seja: “uma possibilidade de diferenciação social que atribui às classes mais abastadas uma maior polidez e civilidade, por meio de rituais que presumem maior controle sobre as emoções e os impulsos”. Isto se reflete, sobretudo, na escolha por alimentos que oferecem mais benefícios à saúde do que aqueles que nada podem ofertar além do prazer e da saciedade impelidos pela impulsividade.

Os hábitos de sofisticação alimentar somados à encenação de bons costumes e formas de civilidade estariam, segundo a autora, de par com os distintos estilos de vida das classes economicamente mais favorecidas. No entanto, como assevera com base em Mark Pachucki⁴⁰, “pessoas de renda pouco elevada e de formação escolar mediana são também capazes de instituir uma alimentação variada, especialmente por conta da rede social na qual estão inseridas. Hábitos alimentares seriam, assim, identificados ao pertencimento do sujeito às redes sociais” (PIRES, 2018, p. 184).

4.3.5 A agricultura ecológica e sua “eficácia mágica”

Trazendo essa discussão para o campo da agricultura ecológica, considera-se que os alimentos, certificados ou não, possuem uma história coletiva que consagram *estilos de vida* muito específicos. É justamente nesse ponto que a abordagem levada a cabo por Bourdieu ganha um relevo particular, pois a “formação de um estilo de vida supõe rotinas de trabalho e

⁴⁰ A autora referia-se particularmente a obra: *Alimentation et réseau social : une étude sur « le goût par nécessité » en contexte social*. In. *Sociologie et sociétés*, 2014, p. 229-252.

transmissão de conhecimentos em família e fora dela” [...] “O trabalho, em amplo sentido, também envolve o modo como se trocam informações e técnicas, o que fica muito saliente quando se observam os agricultores em ação” (RADOMSKY, 2015, p. 75).

Como considera Radomsky (2015), o alimento ecológico carrega consigo uma “eficácia mágica” incontestável, haja vista o poder que os mesmos têm de transportar, junto com as propriedades materiais dos produtos, os valores e modos de vida tradicionais da agricultura familiar. Tal condição se aplica, sobretudo, à produção agroecológica, que é considerada pelo autor como uma “opção de vida” sedimentada nas práticas de trabalho e estilos de vida ancestrais:

A relação passado-presente vinculada à agroecologia é paradoxal, porque ela resulta de uma ruptura com a produção “modernizada” em direção a técnicas contemporâneas de aproveitamento ecológico, mas, ao mesmo tempo, discursos a referem como uma espécie de retorno à agricultura que praticavam os pais ou avós. Essa situação típica de recuperação de uma tradição num passado diverso, em que são vinculadas práticas visando a continuidade em relação ao passado apropriado, nostálgico e mítico (RADOMSKY, 2015, p. 71).

Para Radomsky (2015), o selo pode ser considerado como um dispositivo simbolizador capaz de gerar confiança e autenticidade aos produtos ecológicos. Todavia, “a transubstanciação dos produtos é realizada pela agência das pessoas e pelo que elas criam no plano ideal, mesmo nos casos em que os selos se tornam secundários” (RADOMSKY, 2015, p. 109). Nessa perspectiva, os alimentos ecológicos não certificados, mesmo desprovidos de autenticação, podem ser comercializados e acreditados pelas relações de confiança e transparência que o selo procura isentar. Esta propriedade mágica depende, em grande medida, daquilo que é estabelecido entre produtores e consumidores (agentes).

A magia descrita por Bourdieu e Delsaut (2008) consiste no cerne das operações de produção dos bens simbólicos, superando as condições de materialidade dos produtos em detrimento da confiança da marca ou na procedência dos produtos alimentares estabelecidas no mercado. O importante papel do “ato mágico”, nesse sentido, é o discurso, pois é por meio dele que a mercadoria ganha legitimidade. Como advertem os autores, “o princípio da eficácia da operação ritual não deve ser procurado no formalismo mágico, isto é, no próprio ritual, mas nas condições sociais que produzem a fé no ritual” (BOURDIEU; DELSAUT, 2002. p. 161).

Apesar disso, é preciso considerar que o selo gera um elo de ligação entre dois sistemas, pois ressalta ainda mais o simbolismo do alimento saudável e livre de agrotóxicos no mundo das mercadorias, garantindo sua originalidade por meio de uma distinção formal e

absolutamente segura, tal como reflete Radomsky (2015, p. 113).

Na prática, os selos têm poderes que, além de condensar atributos da agricultura familiar ecológica – um estilo de vida – agenciam a mercantilização, concedem reais possibilidades de os alimentos aparecerem enquanto ecológicos e pertencentes à determinada categoria social. Portanto, se a certificação não atua exclusivamente para mercantilizar, ela agencia e transubstancia, agrega aditivos simbólicos e de controle, auditoria e proteção.

A metáfora do “algo está por trás” ou aquilo que liga os produtores aos processos de trabalho e aos modos de produção ecológica, como adverte Radomsky (2015), já se encontra consolidado local e historicamente de tal modo que a certificação se torna apenas um passaporte seguro para o ingresso das mercadorias artesanais no mercado. Em suma, o “ato mágico” de validação no qual os agricultores são os verdadeiros protagonistas concretiza por completo a ideia de “eficácia mágica”, dado ao fato que os alimentos ecológicos oferecem aquilo que o alimento convencional não dispõe – a ausência de insumo agroquímicos e uma tradição familiar de produção.

Ainda que as relações de confiança e os modos tradicionais de produção sejam as verdadeiras marcas distintivas dos produtos ecológicos, não se pode desconsiderar o poder que os selos e certificações de segurança alimentar carregam enquanto dispositivos de acreditação. Ao transferirem, com total segurança e formalidade, o conjunto de procedimentos exigidos pelos órgãos de vigilância e ao mesmo tempo responderem às expectativas do mercado de consumo, os alimentos ecológicos certificados podem reafirmar os modos tradicionais de produção da agricultura familiar, concedendo, ao mesmo tempo, o devido reconhecimento aos produtores envolvidos com os valores da agricultura ecológica.

4.4 Agricultura Familiar e mecanismos de qualificação: estratégias de resistência e lutas por reconhecimento.

A obra de Axel Honneth (2003) atenta para distintas formas de reconhecimento social, particularmente no que diz respeito às relações primárias (amor e amizade), jurídicas (direitos) e comunitárias (solidariedade) do convívio social. Temas como maus tratos e violação, privação de direitos e exclusão, degradação e ofensa são então considerados como pontos de partida fundamentais para a compreensão da “gramática moral dos conflitos sociais”, que envolve a formação das identidades humanas e as próprias lutas por reconhecimento. Isto porque, segundo este autor, as regras em sociedade respondem a um mesmo sistema de referência por meio do qual os indivíduos compartilham e asseguram suas

convicções morais reciprocamente. Isto significa dizer que “um indivíduo só está em condições de identificar-se integralmente consigo mesmo na medida em que ele encontra para suas peculiaridades e qualidades aprovação e apoio dos seus parceiros na interação” (HONNETH, 2003, p. 56).

Ao retomar a teoria da intersubjetividade de Hegel, Honneth (2003, p. 29) reitera que a luta dos sujeitos por reconhecimento deriva de “uma pressão intrassocial para o estabelecimento prático e político de instituições garantidoras da liberdade”. Dito de outra forma, é fundamental que os indivíduos lutem moralmente para se autoconservarem enquanto sujeitos de direito e agentes da mudança social, estabelecendo “institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco; aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades” (HONNETH, 2003, p. 156).

O conceito de reconhecimento está essencialmente correlacionado à noção de reciprocidade, na medida em que proclama que a instauração das relações éticas e a própria afirmação das identidades sociais só são possíveis em função da superação das particularidades individuais. Nas palavras do próprio Honneth (2003, p. 155), a “reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática quando aprendem a se conceber da perspectiva normativa de seus parceiros de interação”. Nessa perspectiva, os membros de uma sociedade só serão capazes de reunir esforços para o cumprimento das suas responsabilidades quando articulados em torno de uma linguagem comum.

Para Albornoz (2011, p. 140), as várias formas de reconhecimento honnethianas estão ligadas à “pressuposição de um contexto de vida social cujos membros constituem uma comunidade de valores”, seja do ponto de vista emotivo, jurídico ou comunitário. Os parâmetros que permitem aos indivíduos manter a harmonia social, no entanto, não estão livres de questionamentos críticos, visto que certos estados de insegurança normativa podem motivar sentimentos de indignação moral, gerando entraves e conflitos capazes de alterar a ordem dominante (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991).

Quando a negação do reconhecimento designa injúria, rebaixamento ou injustiça aos indivíduos, o desenvolvimento das autorrelações práticas é fortemente abalado, o que provoca, conseqüentemente, a fragilização da autonomia e o enfraquecimento das identidades sociais (SOBOTKA, 2015). Não obstante, as experiências de desrespeito vivenciadas pelos sujeitos devem servir de base motivacional para impulsionar lutas por reconhecimento, sobretudo por que os conflitos sociais só podem ser plenamente superados quando os indivíduos se prontificam a participar coletivamente dos processos emancipatórios que

representam seus interesses. Posto isso, não seria incorreto assumir que a articulação intersubjetiva entre os atores sociais é condição *sine qua non* para que o sentimento de injustiça social passe a ser articulado em termos de reivindicação política, como consideram Sobottka e Saavedra (2008, p. 16) em relação aos movimentos sociais:

O surgimento de um movimento social deve ser explicado a partir da existência de uma semântica coletiva que permita a interpretação das experiências individuais de injustiça, de forma que não se trate mais aqui de uma experiência isolada de um indivíduo, mas sim de um círculo intersubjetivo de sujeitos que sofrem da mesma patologia social.

No que diz respeito aos conflitos sociais do campo, as lutas por reconhecimento travadas pelos movimentos sociais têm exigido um amplo esforço investigativo por parte da Sociologia para acompanhar a multiplicidade de estratégias de resistência às diversas façanhas do capital (BENDINI; CAVALCANTI *et al.*, 2006). Nesse quesito, é preciso compreender como esses grupos têm enfrentado as situações de exclusão e subproletarização, por meio de práticas que podem ser consideradas como uma “expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência” (PLOEG, 2008, p. 23).

De modo análogo, as lutas mobilizadas pelos movimentos sociais do campo em busca de autonomia aludem visivelmente à ideia de lutas por reconhecimento honnethiana, especialmente quando levamos em conta o “sistema de referência moral” ou a “gramática social” pelos quais os tradicionais trabalhadores rurais se respaldam para reivindicar direitos, defender seus modos de vida e produção e apelar por justiça social.

Como já sublinhado por Ploeg (2008), a co-produção entre natureza e agricultura fornece um campo de estratégias de reprodução camponesa, permitindo que as relações mercantis percam sua exclusividade de ordenação no trabalho agrícola, fazendo com que os produtores adquiram uma autonomia relativa, tanto em relação aos agentes externos quanto aos aportes do conhecimento científico.

Ao contestar os esquemas de regulação do mercado e propor a substituição dos modelos produtivos convencionais por práticas internas orientadas a partir dos conhecimentos e habilidades vinculados ao seu contexto social familiar, o campesinato lança mão de formas relativas de insubordinação que reiteram sua capacidade de resistência e de autonomia e engatilham lutas por reconhecimento no campo do direito e da estima social. Afinal, como reflete o próprio Honneth (2003, p. 198), “as condições de subprivilegio dos grupos subalternos sempre os conduzem a um sentimento paralisante de vergonha social do qual só o protesto ativo e a resistência podem os libertar”. Contudo, antes mesmo de refletir sobre as

interrelações entre a teoria em questão e as lutas levadas a cabo pelos pequenos agricultores familiares para serem reconhecidos, ainda é preciso analisar de forma mais aprofundada os padrões de reconhecimento intersubjetivos sublinhados por Honneth em sua obra.

4.4.1 Padrões de reconhecimento intersubjetivos: amor, direito e solidariedade.

A questão do reconhecimento, na ótica de Hegel, pode ser compreendida a partir de três dimensões gerais: a família, o direito e a eticidade. Ao atualizar a teoria hegeliana, Honneth (2003) chama a atenção para três outros eixos particulares não absolutamente distintos: 1) as relações emotivas entre os sujeitos; 2) a adjudicação de direitos; e 3) a orientação por valores. Quando o descumprimento de uma dessas dimensões aflige os sujeitos de forma desrespeitosa, essas mesmas dimensões são respectivamente observadas pelo autor da seguinte maneira: 1) aqueles que afetam a integridade corporal dos sujeitos e, assim, sua autoconfiança básica; 2) a denegação de direitos, que constrange a integridade do autorrespeito; e 3) a referência negativa ao valor de certos indivíduos e grupos, que ameaça a elevação da autoestima (NETO, 2013).

4.4.1.1 Amor

No campo das “relações amorosas” devem ser considerados todos os vínculos primários que dizem respeito às ligações emotivas entre pessoas mais próximas, tal como são as relações eróticas entre dois parceiros, as de amizade ou as de relações pais/filhos. “Na concepção de Hegel, o amor representa a primeira etapa de reconhecimento, pois em sua efetivação, os sujeitos se confirmam mutuamente na natureza concreta das suas carências” (HONNETH, 2003, p. 159). O amor, enquanto forma de reconhecimento exordial, ganha importância particular dentro da estrutura das relações sociais quando oferece aos sujeitos condições fundamentais de autoafirmação, desde a mais tenra idade. Tal dimensão pode ser facilmente ilustrada a partir das formas elementares de interação praticadas entre mãe e bebê nos seus primeiros meses de vida. Ao fazer menção à psicologia infantil de Winnicott, Honneth (2003) exemplifica o caso desta primeira etapa do reconhecimento social, de maneira categórica:

Como a mãe e a criança dependem uma da outra nessa fase de unidade simbiótica, esta só pode chegar, portanto, a um termo quando ambas obtêm para si um pouco de independência. Para a mãe, [...] pode voltar a ampliar seu campo de atenção social [...]. Se desse modo a pessoa da mãe passa a ser vivenciada pela primeira vez como algo no mundo que não está sob o

controle da própria onipotência, então isso significa para a criança, ao mesmo tempo, uma percepção germinal de sua dependência: ela sai da fase da “absoluta dependência” porque a própria dependência em relação à mãe entra em seu campo de visão, de modo que ela aprende agora a referir seus impulsos pessoais, propositadamente, a certos aspectos da assistência materna (HONNETH, 2003, p.167).

4.4.1.2 Direito

A autoconfiança formada através dessas relações primárias é entendida por Honneth (2003) como base indispensável para a participação autônoma na vida pública, prefigurando a segunda dimensão do reconhecimento social: o direito. No que diz respeito à dimensão jurídica, Honneth (2003), tomando como referência o pensamento de Hegel, acredita que só se pode chegar a uma compreensão de si mesmo como portador de direito aquele que possui um saber sobre quais obrigações devem ser observadas em face de um “outro generalizado”. Dito de outro modo, o ser humano só permanece seguro do cumprimento social das suas pretensões conforme reconhece os outros membros da coletividade como portadores de direitos de forma recíproca, o que permite a reprodução comum das instituições centrais que lhes servem de lastro social:

É o caráter público que os direitos possuem que autorizam seu portador a uma ação perceptível aos parceiros de interação, o que lhes confere a força de possibilitar a constituição do autorrespeito; pois, com a atividade facultativa de reclamar direitos, é dado ao indivíduo um meio de expressão simbólica, cuja efetividade social pode demonstrar-lhe reiteradamente que ele encontra reconhecimento universal como pessoa moralmente imputável (HONNETH, 2003, p. 197).

4.4.1.3 Solidariedade

Finalmente, no que tange à dimensão da solidariedade, a implementação de princípios culturalmente definidos, via cooperação, está diretamente ligada à pressuposição de um contexto de vida social no qual os “membros constituem uma comunidade de valores mediante a orientação por concepções de objetivos comuns” (HONNETH, 2003, p. 200). Nesse caso, as realizações humanas passam a ser julgadas intersubjetivamente conforme as afinidades coletivas, abrindo espaço para relações de natureza simétrica em detrimento das ordenações de caráter hierárquico.

As relações de estima nas sociedades modernas, como sentencia Honneth (2003, p. 208), estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar o valor das capacidades associadas às suas formas de vida. Isto porque, “a reputação social dos sujeitos se mede pelas realizações individuais que eles apresentam socialmente no quadro de

suas formas particulares de autorrealização”.

Ainda no que diz respeito ao conceito de solidariedade trabalhado por Honneth, a questão da intersubjetividade ocupa um lugar central para a dinamicidade das comunidades de valores, principalmente quando suas experiências de “reconhecimento recusado” derivam de circunstâncias de rebaixamento moral. Na perspectiva de Honneth (2003, p. 209), o “horizonte intersubjetivo de valores” só pode ser concretizado quando cada indivíduo “aprende a reconhecer, na mesma medida, o significado das capacidades e propriedades do outro”, evitando, assim, situações de violação das identidades.

Na relação interna de tais grupos, as formas de interação assumem nos casos normais o caráter de relações solidárias, porque todo membro se sabe estimado por todos os outros na mesma medida; pois por "solidariedade" pode se entender, numa primeira aproximação, uma espécie de relação interativa em que os sujeitos tomam interesse reciprocamente por seus modos distintos de vida, já que eles se estimam entre si de maneira simétrica. (HONNETH, 2003, p. 208).

Ao se debruçar sobre as teorias de Honneth, Sobottka e Saavedra (2008, p. 15) discutem que, dentro do nível da integração social, “valores e objetivos devem funcionar como um sistema de referência para a avaliação das propriedades pessoais cuja totalidade constitui a autocompreensão cultural de uma sociedade”. Diante disso, fica explícito que esta esfera do reconhecimento está diretamente associada à capacidade vinculativa entre os integrantes de uma comunidade de valores.

Na relação interna de tais grupos, as formas de interação assumem nos casos normais o caráter de relações solidárias, porque todo membro se sabe estimado por todos os outros na mesma medida; pois por "solidariedade" pode se entender, numa primeira aproximação, uma espécie de relação interativa em que os sujeitos tomam interesse reciprocamente por seus modos distintos de vida, já que eles se estimam entre si de maneira simétrica. (HONNETH, 2003, p. 208).

Ao considerar o conflito, no sentido hegeliano, como mola mestra das lutas por reconhecimento, a ideia de resistência ganha, em Honneth (2003), um destaque particular dentro da dimensão da solidariedade, sobretudo quando se observa que os grupos mais injuriados pelas consequências adversas da repressão política encontram amparo e força uns nos outros para lutar pelo reconhecimento das suas capacidades e propriedades. É nesse sentido que as relações sociais “podem abrir o horizonte em que a concorrência individual por estima social assume uma forma isenta de dor, isto é, não turvada por experiências de desrespeito” (HONNETH, 2003, p. 211).

Diante disso, é interessante refletir que as disputas por reconhecimento no campo social põem em jogo uma série de convicções morais, que tanto separam como unem os sujeitos em prol dos seus interesses e valores. No campo agroalimentar, por exemplo, é dado que os conflitos em torno dos modos alternativos de produção agrícola têm aproximado um considerável número de pessoas a favor de práticas ecológicas mais sensíveis à natureza, à soberania alimentar e às tradições camponesas. Em oposição, outros grupos ainda insistem em perpetuar um sistema secular de apropriação de terras, subproletarização dos trabalhadores campo e exploração indevida dos recursos naturais, em nome de uma duvidosa promessa de erradicar a fome mundial (MCMICHEL, 2016).

4.4.2 *Honneth e Bourdieu*

Essa dimensão da estima social encontra relações muito particulares com as ideias de Bourdieu, especialmente na medida em que ressalta a importância do *status* social dos grupos sociais que divergem segundo seus *habitus e gostos*:

No interior dos grupos determinados por status, os sujeitos podem se estimar mutuamente como pessoas que, por força da situação social comum, partilham propriedades e capacidades a que compete a escala dos valores sociais uma certa medida de reputação social; entre grupos definidos por status, existem relações de estima escalonada numa hierarquia, que permite aos membros da sociedade estimar propriedades e capacidades no estranho respectivo estamento, as quais contribuem, numa medida culturalmente predeterminada, para a realização de valores partilhados em comum (HONNETH, 2003, p. 202).

Embora essa compreensão de Honneth encontre profunda conformidade com as considerações feitas por Bourdieu acerca das noções clássicas do seu pensamento sociológico, o autor abre um parêntese para o fato de que o desfecho das lutas sociais não se resume à força dos meios simbólicos para serem reconhecidos e preservados de modo inconsciente (como é no caso da transferência do *habitus* dentro dos grupos sociais), mas busca, para além dessa condição, sempre recorrer às atenções públicas para ser efetivamente legitimados por força da consciência identitária.

Quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social, ou mais precisamente, a reputação de seus membros (HONNETH, 2003, p. 208).

É importante salientar que, como considera o próprio Honneth (2003), todas as dimensões de desrespeito supracitadas (amor, direito e solidariedade) impedem a realização do sujeito em sua integridade. Contudo, essas mesmas formas de desrespeito, retomando o

que já foi sublinhado, tornam-se a própria base das lutas por reconhecimento. Isto é, se as formas de humilhação e rebaixamento se colocam como uma adversidade à integridade dos sujeitos, elas mesmas se tornam a fonte inspiradora para a formulação das suas lutas em prol da superação dos casos de desrespeito e denegação, pois é a partir dessas situações negativas que os sujeitos se reconhecem intersubjetivamente e constroem estratégias para reestabelecer a plenitude da sua integridade moral perante a sociedade.

4.4.3 *Honneth e Parsons*

O percurso teórico trilhado por Honneth para explicar as mudanças e conflitos sociais ocorridos no último terço do século XX pode ser também compreendido por meio do seu exame crítico em relação à sociologia de Talcott Parsons, sobretudo no que diz respeito aos subsistemas de ação social: 1) o direito moderno; 2) a organização do trabalho nas economias capitalistas; e a 3) instituição familiar.

Ao considerar o Direito Moderno como uma estrutura fundamentada na igualdade e na liberdade entre os sujeitos, a teoria parsoniana sentencia que as tensões e os conflitos sociais só podiam ser gerados na medida em que as formas de inclusão social fossem negadas. (HONNETH, 2014). Nesse sentido, se um determinado fator de discriminação fosse devidamente compensado por intermédio da lei, a esfera do direito poderia garantir relações recíprocas de respeito sem maiores problemas. No que tange à instituição econômica, a teoria parsoniana sustenta que cada adulto deveria sentir-se intrinsecamente obrigado a contribuir para a reprodução material da sociedade, oferecendo suas capacidades e aptidões profissionais em prol do bem comum. No entanto, uma distinção social meritocrática separaria os sujeitos em termos de *status*. No caso do subsistema familiar, as relações entre os indivíduos têm um caráter de devoção afetiva, na qual a figura do “pai de família” assume uma posição de autoridade em relação aos outros integrantes, tornando as relações sociais dentro dessa instituição completamente desiguais (PARSONS, 1974).

Ao analisar os sistemas de ação trabalhados por Talcott Parsons em sua teoria, Honneth (2014) chama a atenção para a “busca desesperada” por “autoconfiança”, “autorrespeito” e “autoestima” na contemporaneidade. Segundo o autor, a teoria parsoniana estava mais interessada em explicar o funcionamento da sociedade pela ótica da integridade e da pacificação do que reconhecê-la em sua natureza conflituosa, especialmente pela forma com que os sujeitos sociais lutam para adquirir reconhecimento.

Como admite, se a igualdade e a liberdade não são mais condições garantidas pela

esfera do direito, a luta pelo prestígio profissional na esfera econômica está cada vez mais usurpada em face dos interesses de uma minoria, fazendo com que as condições de acesso sejam cada vez mais restritas e os critérios de concorrência mais injustos.

Na verdade, aponta Honneth (2014), uma grande parcela de excluídos e discriminados esforçam-se desesperadamente para ser ao menos admitida enquanto sujeitos de direito. Para o autor, cada vez mais, os sujeitos dependem de vias compensatórias para a aquisição de reconhecimento, mas, ao contrário do esperado, “cada vez menos pessoas reivindicam um reconhecimento intersubjetivamente compartilhado para suas aspirações e performances” (HONNETH, 2014, p. 175).

A barbarização dos conflitos sociais é então considerada por Honneth (2014) como a perda da capacidade de lutar de forma racional pelo reconhecimento em tempos onde os princípios morais estão completamente diluídos, fazendo com que muitos expressem indignação, por meio de atitudes completamente desconcertadas e irracionais, deflagrando um quadro de anomia social ao modo durkheiminiano.

Tratando sobre a questão do reconhecimento no âmbito do trabalho, Honneth (2008) reflete sobre o desejo dos trabalhadores em criarem estruturas de autonomia através de “práticas cotidianas de resistência”. Para o autor, as atitudes subversivas dos trabalhadores possuem um caráter imanente, especialmente na medida em que são elaborados no interior da sociedade contra as regulamentações dominantes da organização do trabalho, o que muito lhe aproxima da perspectiva teórica de James Scott mencionada no primeiro capítulo deste trabalho.

As lutas por prestígio profissional e reconhecimento dentro da esfera econômica, por sua vez, podem ser observadas pelo alto nível de desigualdade que exclui uma maioria em detrimento de uma minoria. A ausência de políticas públicas e a forte discriminação sofrida pelos agricultores que não têm condições de se adequar às imposições do mercado acabam por reforçar a distinção social entre esses sujeitos, concorrendo para diferentes formas de conflito, sejam por meio de movimentos coletivos mais violentos, sejam por atos individuais silenciosos, como considera Scott (2002).

Seguindo a linha de raciocínio trilhada por Honneth (2003), os processos de resistência cotidianamente elaborados pelos trabalhadores rurais são resultado de uma construção fundamentada em um conjunto de injustiças morais, visto que a reputação social dos sujeitos se mede pelas realizações individuais que eles apresentam socialmente no quadro de suas formas particulares de autorrealização. (HONNETH, 2003, p. 208).

Contudo, o autor chama a atenção para a ausência de uma racionalidade que empreste

às ações dos indivíduos uma formatação padronizada, isto é, uma coordenação estrategicamente elaborada com relação a fins. Diante disso, Honneth (2008, p. 49) acredita que “os protestos silenciosos contra a heteronomia do trabalho não alcançam uma generalidade eficaz para a afirmação de uma crítica verdadeiramente imanente”, o que torna a “organização dos trabalhadores um empreendimento inviável face à multiplicidade de arranjos socialmente necessários”.

Na perspectiva de Sobottka (2015), o argumento de Honneth reflete sobre fato de que as inúmeras experiências de sofrimento e injustiça não são efetivamente articuladas dentro da esfera pública, de modo a constituírem movimentos sociais de luta efetiva contra determinados constrangimentos. Esses movimentos sociais dependeriam de algum tipo de articulação anterior pela qual os sujeitos envolvidos estivessem aptos a perceber as orientações normativas por meio de interações sociais mais amplamente partilhadas.

Vencer essas duas barreiras seria uma condição necessária, mesmo que não suficiente em si, para a formação de resistência coletiva, como por exemplo, protestos ou um movimento social, e para recuperar consciência do contorno mais amplo do conflito social que é constitutivo da distribuição desigual das chances para conceber e realizar projetos próprios de vida, tanto em nível individual como de grupo (SOBOTTKA, 2015, p. 697).

Com isso, Sobottka pretende dizer que não se pode alcançar um reconhecimento através de sentimentos de desrespeito e injustiça social isoladamente, mas somente por meio de ações intersubjetivas, isto é, pela combinação dos sentimentos de ofensa que atingem diferentes sujeitos e os reúnem sob um mesmo espírito de indignação autoconsciente. O amadurecimento das relações intersubjetivas pode transformar-se no gatilho para a emancipação, mobilização e resistência social, desencadeando lutas por reconhecimento amparadas por justificativas morais.

4.4.4 A teoria do reconhecimento de Honneth no âmbito da agricultura familiar

As formas de adaptação e ajustamento da agricultura familiar às diferentes circunstâncias que desafiam sua racionalidade e seus modos de existência têm chamado a atenção de vários estudiosos sobre o tema, especialmente aqueles que buscam analisar a capacidade de resposta desses sujeitos às imposições promovidas pelos mercados globais. Contudo, na medida em que se adequam relativamente às exigências externas que os cercam, esses atores não perdem de vista suas heranças e formas específicas de convívio com a terra, a família e o trabalho como meios de vida. Em outras palavras, embora se encontrem em uma situação de relativa autonomia frente à lógica capitalista de produção, como sentenciam

Shanin (1980) e Mendras (1987), permanecem lutando para garantirem espaços, direitos e reconhecimento na sociedade. Tendo em vista as diversas “rupturas e continuidades” entre a lógica tradicional camponesa e a lógica convencional capitalista, como advoga Wanderley (1996, p. 8):

No Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor “bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção” (WANDERLEY.1995). Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. Interessa, portanto, saber, que condições ele encontra - estímulos ou obstáculos - e de que maneira os absorve ou os supera em sua trajetória.

Com efeito, dentro de uma perspectiva de Honneth (2003), inúmeras formas de ofensa, desprestígio, denegação de direitos, injustiça social e rebaixamento moral, dentre outras designações têm caracterizado as formas de “reconhecimento recusado”. São, todas elas, utilizadas pelas forças dominantes para cercear e inviabilizar as lógicas de reprodução atribuídas aos agricultores familiares e outras categorias sociais subalternizadas, como ribeirinhos, quilombolas, indígenas, etc. No que tange ao nosso objeto de pesquisa, o Assentamento Mandacaru de Agricultores Familiares, as situações de rebaixamento social sofridas pelos produtores em face dos preconceitos da sociedade local podem ser consideradas como exemplo de “reconhecimento recusado”, já que muitos dos seus direitos sociais continuaram a sendo renegados, mesmo depois da conquista legal da terra, como será discutido no capítulo empírico.

Se levarmos em consideração a emergência dos novos valores éticos no campo agroalimentar contemporâneo, há uma série de transformações que vem alterando profundamente os sistemas de produção e consumo dos alimentos. Isso, por sua vez, tem feito com que muitos consumidores passem a reconhecer a importância da agricultura familiar na provisão de alimentos básicos para as populações mundiais e o benefício das suas formas sustentáveis de produção com relação à natureza e à saúde

As formas de resistência e insubordinação pelas quais muitos agricultores atuam, interagem e se mobilizam podem ser compreendidas a partir da teoria da luta por reconhecimento de Axel Honneth (2003) em pelo menos dois vieses coexistentes: 1) como resposta à denegação dos direitos de inclusão e acesso a melhores estruturas tecnológicas,

concessão de terras, créditos financeiros e assistência técnica adequada e; 2) por meio das diversas reivindicações político-morais contra o desrespeito às suas práticas tradicionais e lógicas de produção a partir dos movimentos sociais do campo. Ambas as situações foram tratadas com mais detalhes no primeiro capítulo e podem ser facilmente identificadas com a teoria do reconhecimento de Honneth se levarmos em conta suas duas últimas dimensões teóricas: adjudicação de direito e estima social.

Segundo Honneth (2003, p. 195), a adjudicação de direito se encontra pautada no princípio moral universalista que foi erigido desde o período moderno. Isso significa dizer que o sistema jurídico, tal como nós o conhecemos em teoria, deve expressar os interesses da sociedade de forma igualitária e indiferenciada. Nesse sentido, as relações jurídicas consideradas a partir deste ponto de vista são imprescindíveis ao desenvolvimento do autorrespeito, isto é, à “consciência de poder se respeitar a si próprio” e, conseqüentemente, merecer o respeito de todos os outros.

A experiência do reconhecimento denegado ou do desrespeito representam conflitos em torno da ampliação tanto do conteúdo material como do alcance social do status de uma pessoa de direito. É o caráter público que os direitos possuem, porque autorizam seu portador a uma ação perceptível aos parceiros de interação, o que lhes confere a força de possibilitar a constituição do autorrespeito (HONNETH, 2003, p. 194-195).

Tendo em vista a dimensão da adjudicação de direito inscrita na teoria da luta por reconhecimento de Axel Honneth, o desempenho dos movimentos sociais do campo parece exercer um papel-chave no combate às injustiças sofridas por certas parcelas sociais politicamente excluídas da sociedade brasileira, especialmente as comunidades camponesas.

Segundo Miranda e Fiúza (2017, p. 124), os movimentos sociais em geral “trazem, na sua gênese, a característica de contestação da realidade na qual estão inseridos e se organizam para promover a ruptura de uma situação de ausência de direitos”. A luta por reconhecimento de direitos na ótica honnethiana poderia ser aqui traduzida como uma busca cognitiva por autorrespeito na medida em que as ações coletivas empreendidas intencionalmente pelos movimentos sociais se estruturam estrategicamente a partir da contestação de uma série de restrições básicas.

Como discutido na literatura, os problemas vividos pela maioria da população rural, em especial os trabalhadores assalariados e as famílias camponesas, estão diretamente vinculados à exploração e marginalização decorrentes da modernização no campo, iniciada a partir da década de 1960. As conseqüências desse processo desenvolvimentista ocasionaram inúmeros problemas, tais como; a degradação dos recursos naturais, a concentração fundiária,

o êxodo rural, além de outras transformações relacionadas à evolução do regime alimentar corporativo tratado no início deste capítulo teórico (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 2009; FRIEDMANN, 2010; MCMICHAEL, 2016; BONNANO, 2017).

As formas de resistência camponesa organizadas em resposta a esses impasses são vistas por Martins (1986) não apenas como uma luta pela terra e pela preservação de um modo de vida, mas como um trabalho coletivo direcionado à preservação da agricultura familiar e suas formas singulares de sociabilidade, por diferentes meios:

[...] quebrando velhas cadeias, levando os proprietários de terras aos tribunais para exigir o reparo de uma injustiça ou o pagamento de uma indenização; organizando-se em ligas e sindicatos; exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos a expulsões e despejos; erguendo barreiras e fechando estradas para obter melhores preços para os seus produtos. (MARTINS, 1986, p. 23).

Nesse quesito, não se pode deixar de considerar o teor político dessas demandas sociais, muitas vezes realçadas por meio de protestos, passeatas e ocupações que visam intervir formal ou informalmente, via políticas públicas. Sobre este aspecto, o ponto de vista de Honneth (2003, p. 224) se apresenta de forma bastante complementar:

Somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política. No entanto, só uma análise que procura explicar as lutas sociais a partir da dinâmica das experiências morais instrui acerca da lógica que segue o surgimento desses movimentos coletivos.

As questões acima discutidas encontram terreno fértil na terceira dimensão da luta por reconhecimento sublinhada por Axel Honneth, a estima social. Como já dito, as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual as comunidades de valores procuram elevar as possibilidades de valorização das suas formas de vida, via movimentos sociais:

Quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância das capacidades por eles representadas, de modo coletivo, tanto mais existe a possibilidade de elevar na sociedade o valor social do grupo que representam – ditos de outro modo, elevar a reputação de seus membros (HONNETH, 2003, p. 207-208).

Mesmo enfrentando maiores dificuldades para empreender uma ação coletiva mais organizada, muitos trabalhadores rurais têm sido capazes de responder aos desajustes relacionados à subordinação e privação de sua classe social. Nesse sentido, os sentimentos de desrespeito e desprezo são absorvidos subjetivamente pelos indivíduos e passam a fornecer

uma base motivacional para a ação. Mas esta ação somente ganha efetividade na medida em que os sujeitos tenham condições de formular um quadro de identidade intersubjetiva que os aglutina como grupo, ou seja, quando eles conseguem se reconhecer enquanto parte de uma coletividade (HONNETH, 2008).

Como já foi sublinhado por Ploeg (2008), os limites impostos pelos regimes globais vêm sendo superado pelos pequenos agricultores, por meio de soluções locais. Nessa perspectiva, novas modalidades individuais e coletivas de resistência passam a ser conduzidas por meio de uma pluralidade de inovações produtivas, tais como a criação de vendas diretas, a constituição de novos mercados agrícolas e cadeias alimentares alternativas, instituição de grupos cooperativos, práticas agroecológicas ou esquemas públicos de abastecimento que possibilitam aos grupos de agricultores menos capitalizados uma mobilização mais concreta em face daquilo que lhes tem sido denegado. Ao responderem por meio de variadas formas estratégicas de superação, acredita-se que a capacidade de resistência, já tão reverenciada por vários autores da Sociologia Rural, também encontra respaldo explicativo na teoria da luta por reconhecimento formulada por Axel Honneth.

Após tecer algumas considerações teóricas importantes à discussão deste trabalho, o próximo capítulo será dedicado ao resgate histórico do território do Vale do São Francisco, região onde está localizado nosso objeto empírico de pesquisa – o Assentamento Mandacaru de Agricultores Familiares. Feitas as devidas ponderações em relação ao Vale, a partir de uma literatura especializada, os resultados da pesquisa de campo serão apresentados e refletidos à luz das concepções teóricas trabalhadas ao longo da tese. Ao refletir sobre a teoria do reconhecimento cunhada por Axel Honneth, cabe-nos analisar como os agricultores do Assentamento Mandacaru vêm criando estratégias de resistência e autonomia no sentido de se imporem à sociedade por meio das suas lutas efetivas contra o sistema dominante.

5 O ASSENTAMENTO MANDACARU DE AGRICULTURA FAMILIAR

5.1 O Submédio do São Francisco

Situado no Submédio do São Francisco, o polo Juazeiro-Petrolina, que abrange os estados da Bahia e Pernambuco, respectivamente, é considerado um dos maiores produtores de frutas do país, especialmente de uva e de manga, carros-chefes da economia regional. Com efeito, as cidades de Petrolina e Juazeiro tornaram-se aglomerados urbanos de grande relevância para o crescimento de todos os setores produtivos da economia regional. Ao referir-se a elas, Lima e Miranda (2001, p. 612) esclarecem:

Área pioneira na implantação dos grandes projetos públicos e privados de irrigação, estas cidades sofreram uma profunda redefinição de seu espaço urbano e rural, com a constituição de uma poderosa infraestrutura de suporte ao processo modernizante. E, principalmente, através destes investimentos logrou fundar um novo padrão de acumulação que resultou da consolidação e expansão de uma atividade agrícola irrigada integrada à indústria, com repercussões sobre as relações de trabalho, o mercado de terras e a economia regional como um todo.

O polo dinâmico do Vale do São Francisco foi reconhecido como a maior fornecedor de uvas e mangas do Brasil, chegando a produzir mais de 90% do total das exportações do país (CAVALCANTI, 1995). De acordo com a revista Da Fruta, em matéria veiculada em junho de 2023, o Vale é atualmente a maior região produtora de manga, uva e goiaba do país, principalmente em virtude do seu potencial hídrico, condições de solo favoráveis e a mecanização utilizada pelos grandes produtores.

A pujança produtiva da região do Vale do São Francisco é atribuída ao fato de ter sido contemplada, entre os anos de 1960-1980, com importantes investimentos federais para implantação de projetos de colonização, perímetros irrigados, instalação de hidrelétricas e construção de rodovias pavimentadas e outras importantes obras estruturais (CAVALCANTI, 1996; SILVA, 2001). O dinamismo da região é também atribuído, como admite Cavalcanti (1996), a outros fatores como aqueles relacionados aos padrões de qualidade que amparam a produção de frutas frescas, a elevação da renda e do grau de informação do consumidor, concorrendo para a definição de um estilo de vida que estimula o consumo de produtos naturais e saudáveis.

A partir de meados da década de 1950, o poder público passou a disponibilizar áreas para plantio, eletrificação rural, construção de canais, dutos, bem como a criação de agrovilas com escolas, postos médicos e casas para produtores (SOUZA; SOUZA, 2013). A iniciativa privada também contribuiu com estímulos financeiros no setor agropecuário entre as décadas

de 1960 e 1980, principalmente para a instalação de indústrias fornecedoras de insumos e equipamentos, assim como para empresas responsáveis pelo processamento e distribuição de produtos (CAVALCANTI, 1995).

Vale salientar que, até década de 1950, o Submédio do Vale do São Francisco não apresentava condições infraestruturais em termos de energia, transporte e estudos técnico-econômicos que viabilizassem seu desenvolvimento. Foi apenas depois da inauguração da Usina de Paulo Afonso, construída pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) em 1955, que surgiram novas perspectivas para o aproveitamento agrícola da região, tendo em vista a generalização de eletrobombas, que tornaram possível a ampliação das áreas irrigadas. No início dos anos 1970, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), iniciava-se a substituição da base técnica da produção do algodão e da pecuária e a ampliação do sistema de irrigação (CAVALCANTI, 2014). Destaca-se ainda a importância da criação do II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND), entre o período de 1975-79, que visava investir de forma estratégica na região, tendo em vista a alta potencialidade de seus recursos naturais e sua situação geográfica (SILVA, 2001).

Segundo Moraes (2016), a partir dos anos 1980, o incremento dos sistemas de irrigação estimulou toda uma cadeia produtiva, tanto a montante, quanto a jusante, atraindo a presença de vários intermediários, que passaram a abastecer o funcionamento da fruticultura. A partir disso, surgem inúmeras lojas especializadas no fornecimento de insumos tecnológicos, bombas e tubulações para irrigação pressurizada, adubos químicos e defensivos para o controle de pragas e doenças das lavouras, tendo como representação direta os grandes fabricantes nacionais e internacionais (MORAES, 2016).

Nesse contexto, “o setor urbano sofreu uma radical transformação, melhorando aspectos como meios de comunicação, rede de comercialização e creditícia, assim como a instalação de distritos industriais” (LIMA; MIRANDA, 2001, p. 3), além do surgimento de novas agências bancárias, hotéis, restaurantes, bares, escolas, empresas de consultoria, venda e manutenção de equipamentos de irrigação, casas comerciais especializadas, dentre outras tantas (SOUZA; SOUZA, 2013). Foram esses os fatores que resultaram na consolidação de uma grande cadeia produtiva em torno da produção de frutas para os mercados nacionais e estrangeiros, modificando e impulsionando as estruturas de produção locais (SILVA, 2001, p. 80).

O padrão modernizador conduzido no campo veio acompanhado de várias modificações de caráter técnico e tecnológico no meio rural e a substituição de cultivos

tradicionais por culturas de grande valor comercial transformaram radicalmente o Vale do São Francisco (FABREAU, 2016). De acordo com Vitti e Boteon (2008), a melhoria da produtividade brasileira nos últimos dez anos deve-se basicamente aos resultados alcançados por essa região. No que diz respeito especificamente à produção de uvas frescas de mesa, a participação do país aumentou em 58% entre os anos de 1990 e 2005, o que pode justificar-se, em grande medida, pela capacidade de os produtores efetuarem modificações no sistema produtivo para o atendimento das exigências internacionais (VITTI; BOTEON, 2008). Não por acaso, como atesta Cavalcanti (1995, p. 112), a produção do Vale do São Francisco está “intimamente relacionada aos níveis requeridos de quantidade e qualidade de frutas exóticas para abastecer o mercado externo, cujos consumidores passaram a adotar uma dieta pós-moderna”.

Com efeito, os países do Sul, como atesta Cavalcanti (1995, p.111), transformaram-se em grandes “plataformas de exportação” para o aprovisionamento dos mercados consumidores do Norte, sob forte controle dos órgãos internacionais de fiscalização fitossanitárias que atuam no sistema agroalimentar (CAVALCANTI, 1995, p. 111). Aliado aos avanços tecnológicos e aos pesados investimentos no manejo do solo, multiplicaram-se as variedades de alimentos produzidos por esses países, permitindo que durante todo ano, redes integradas de cadeias de alimentos distribuam frutas e legumes frescos para os EUA e a Europa (CAVALCANTI, 1995).

A constituição de um imponente aglomerado de redes empresariais atuantes no ramo da fruticultura surge no final da década de 1980, em resposta ao arrefecimento das ações políticas do Estado, abrindo espaço para a criação de uma nova arena de regulação ocupada por grandes empresas, reunidas por meio da Associação dos Produtores Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (VALEEXPORT). O modelo adotado pela VALEEXPORT, baseado no espírito cooperativo entre produtores e empresas associadas, destaca-se por seu sistema privado de ação, estabelecendo relações em rede entre as cadeias mundiais de frutas e aproximando os grandes produtores da região ao mercado externo (SILVA, 2001), muito embora atualmente não goze da mesma força e prestígio que outrora.

A constituição da VALEEXPORT enquanto um conjunto de produtores associados faz-se pertinente à reflexão na medida em que apresenta os vínculos firmados entre pessoas que pertencem a diferentes blocos, mas que se mantêm interligados por equivalências e semelhanças, incitando os processos de articulação, cada vez mais intensos, entre os âmbitos locais e globais.

Para Galdino (2007), a criação da VALEEXPORT foi motivada pela inexpressiva

participação do Estado na formulação de políticas públicas para a fruticultura irrigada no Vale do São Francisco. Para esse autor, a instituição da empresa estimulou o segmento empresarial a buscar diretrizes e estratégias para atender as demandas de um setor em plena expansão, assegurando, desta forma, a competitividade de empresários locais no mercado mundial de frutas. Ainda para esse autor, a atração de empresas estrangeiras interessadas em aplicar investimentos em regiões com potencial de produção para a comercialização global de frutas é uma das principais questões ligadas às alterações que provocaram a composição desse arranjo corporativo, além da desvalorização do câmbio nacional e da criação do Plano Real.

Entre o período de 1987 e 1994, o cenário econômico brasileiro sofria uma grande instabilidade decorrente da desvalorização da moeda nacional frente ao dólar norte-americano, acarretando o aumento inexorável da inflação. Tais fatores foram responsáveis pelo enfraquecimento da produção de frutas para o mercado interno, tornando o mercado externo cada vez mais atrativo. Essa situação só foi alterada após a adoção do Plano Real, quando houve uma estabilização da moeda nacional, tornando as exportações menos atrativas.

Para Galdino (2007), a criação do Plano Real estimulou o setor interno da economia a experimentar uma franca expansão, especialmente pela compatibilização entre os preços do mercado interno e externo. Diante disto, uma nova classe produtora, composta por um seletivo grupo de empresários e produtores profissionalizados foi atraída para a região. Esses agentes corporativos, em sua maioria advindos de outras regiões do país e do mundo, acabaram por estimular a instalação das grandes empresas produtoras de frutas para exportação, adquirindo terras e recrutando mão-de-obra, além de promoverem melhorias significativas em termos de organização e direção da produção para o setor.

Essa rede de agentes corporativos é representada por diferentes atores sociais engajados no funcionamento de uma cadeia agroalimentar altamente diversificada, especialmente em termos de serviços, que se mantém conectada desde a produção à distribuição de alimentos em escala internacional. Trata-se de agentes corporativos transnacionais atrelados a uma enorme organização interempresarial, dotada de uma grande capacidade de controle e dominação econômica sob o ramo no qual atua. É justamente essa rede de agentes, oriundos de vários países, especialmente aqueles situados no hemisfério Norte, que provoca uma intensa modificação das relações entre as esferas públicas e privadas, diminuindo em grande medida o poder regulatório dos Estados nacionais em detrimento de um comércio mundializado (SILVA, 2001).

Tais questões foram determinantes fundamentais para a formação de um mercado competitivo bem estruturado para a região do Vale do São Francisco, estimulando o

redirecionamento da produção local para o mercado externo. Por outro lado, a baixa liquidez dos mercados nacionais, assim como a diminuição dos consumidores internos, também aparece como fator de influência à inserção das principais culturas locais entre as frutas mais exportadas do país. Como destaca Moraes (2016, p. 90), “com os altos custos de produção e oferta crescente, a fruticultura perene apareceu como uma contingência não exatamente prevista nos planos da CODEVASF, sua principal promotora, influenciando a busca dos produtores pela competitividade mínima para continuarem”.

As relações econômicas, movidas em função da produtividade, competitividade e flexibilidade, são capazes de mover grandes corporações em busca de mercadorias e produtos especializados. Isto porque, as estratégias produtivas e comerciais de um dado local tendem a se adequar às demandas externas, chegando, inclusive a atraí-las, dada a logística criada para exportação. O Vale do São Francisco é ilustrativo nesse quesito, na medida em que foi capaz de atrair várias empresas estrangeiras interessadas em investir no ramo da fruticultura, expandindo seus negócios e ofertando uma maior variedade de produtos para exportação. Diante disso, é preciso considerar que a configuração das redes que atuam no Vale do São Francisco, tendo em vista o modo isolado pelo qual atuam nos mercados, constitui uma ameaça ao poder de autorregulação local, pois a presença das transnacionais pode implicar num desarranjo das formas de governança pela sobreposição de dispositivos regulatórios globais (BELIK, 1998).

Para todos os efeitos, a modernização da agricultura no Brasil não pode ser imaginada sem se levar em conta a forte presença do Estado, sobretudo no que tange a criação das condições propícias à internalização dos mecanismos de produção, dos instrumentos maquinários, dos insumos agrícolas e da viabilização financeira inerente ao processo modernizante (ALENTEJANO, 2012).

5.1.1 Reestruturação produtiva e acentuação das desigualdades sociais

Segundo Alentejano (2012, p. 480), o processo de reestruturação produtiva do meio rural “produz uma radical inversão do princípio tradicional que regia a agricultura, isto é, sua adaptação à diversidade ambiental e sua vinculação a regimes alimentares diversificados”. Para este autor, os efeitos devastadores da modernização da agricultura só acentuaram a ampliação da concentração da propriedade, exploração da terra e distribuição regressiva da renda, acentuando a desigualdade no campo em detrimento do benefício aos grandes proprietários de terra. Tal realidade reflete-se sob o modo pelo qual foi concebido o modelo

de desenvolvimento na região do Vale do São Francisco, visto que “aqueles que não têm acesso a informações como perfil do mercado, novas tecnologias, oferta de crédito e políticas específicas, por exemplo, estão mais vulneráveis às constantes oscilações da reestruturação produtiva neste território” (SOUZA; SOUZA, 2013, p. 9).

O modelo implementado no Vale do São Francisco contribuiu para subtrair as oportunidades de distribuição de terra e garantia de renda a um grande contingente de pequenos produtores, cada vez mais subordinados às orientações de uma seleta rede de agentes transnacionais. Os impactos dessas ações, assim como admite Pires (2016, p. 83), concorreram para “a exclusão de várias categorias de produtores, especialmente dos pequenos e menos capitalizados, incapazes, portanto, de acompanhar os patamares de qualidade requeridos pelos mercados agroalimentares”.

Para Fabreau (2016, p. 89), as políticas de crescimento econômico elaboradas para o Submédio trouxeram prosperidade para alguns, mas exclusão, exploração e expulsão para outros, gerando “uma distinção social alarmante na região”. Também se referindo a essa questão e tendo como ponto de partida as reflexões de Milton Santos (1996), Pires (2016) reflete sobre as “irracionalidades” geradas pela “racionalidade” dominante naquele território, expressas na desvalorização das práticas e dos saberes tradicionais dos pequenos produtores rurais. Para essa autora os resultados do processo capitalista no campo atingem principalmente aqueles que não têm acesso à tecnologia, reproduzindo grandes índices de desigualdade social. Pires (2016) se refere ao fato de que a adoção de manejos e de tecnologias cada vez mais sofisticados tende a favorecer às empresas mais capitalizadas, excluindo os colonos e os agricultores descapitalizados das benesses do modelo produtivo dominante.

Pires (2016), corroborando a perspectiva de Scott (2013) reconhece que a adoção de tecnologias sofisticadas tende a favorecer exclusivamente as empresas mais capitalizadas, fazendo com que os projetos de desenvolvimento da região do Vale do São Francisco estejam mais articulados aos interesses econômicos e políticos do que a medidas de inclusão social. Tal constatação pode ser facilmente observada quando a existência de produtores funcionais de destaque e de visibilidade aparece em oposição a uma parcela de produtores que convive no ocultamento dos planejamentos institucionais. Não sem razão, portanto, a diferenciação social do Vale do São Francisco se faz nitidamente presente na forte divisão entre produtores bem-sucedidos e malsucedidos, incapazes, esses últimos, de se adequarem ao modelo imposto pelo sistema (FABREAU, 2016). Há, nesse sentido, uma violenta substituição das formas tradicionais de convívio com a terra em detrimento das formas de produção de grande valor

comercial, no âmbito da agricultura globalizada.

Ao chamar a atenção para a reprodução das desigualdades socioespaciais e a inserção dos lugares de reserva nos territórios agrários, Elias (2006) ressalta que as populações menos abastadas jamais tiveram a possibilidade de executar, gerir ou decidir os rumos do desenvolvimento. Para Elias (2006), as localidades escolhidas para atender às exigências do capital transformam-se em “pontos luminosos de modernização econômica”, privilegiando certos segmentos sociais em detrimento de outros (ELIAS, 2006). Isto porque as alianças entre o Estado e o mercado movidas num ambiente econômico de globalização tendem a favorecer as verticalidades sobre as horizontalidades, criando “territórios de exclusão” (Idem).

Na perspectiva de Silva (2001), a reestruturação produtiva experimentada pela região do Vale do São Francisco contribuiu para subtrair as oportunidades de distribuição de terra e garantia de renda a centenas de pequenos produtores, cada vez mais subordinados às orientações de uma seleta rede de agentes transnacionais. As desigualdades sociais, a ausência do Estado na implementação de políticas públicas na região e a conduta individualista das empresas são razões que caracterizam o Vale do São Francisco como identificadas como um polo produtivo dinâmico voltado à exportação, e não como um Arranjo Produtivo Local (APL) voltado para articulação de políticas de desenvolvimento sociais (SOUZA SOBRINHO, 2018).

Diante dessa perspectiva, Fabreau (2016) admite que, no âmbito da agricultura irrigada, emerge uma tensão entre dois modelos antagônicos – um de base empresarial agroexportador e outro de base tradicional, que opera por meio de uma lógica diferente do primeiro, caracterizado por dinâmicas familiares de reciprocidade e subsistência. É sobre essas últimas que recai o foco de atenção deste estudo. Quase sempre invisíveis, essas iniciativas têm se caracterizado pelo esforço de ampliar suas chances de negociação em torno de projetos comuns, comportam estratégias de resistências que buscam confrontar “interesses contraditórios entre projetos de desenvolvimento e projetos de vida” (PIRES, 2018, p. 160). Todavia, paradoxalmente, por pressão política e como forma de minimizar os efeitos socioeconômicos catastróficos da exclusão social, o Estado cria brechas de inserção social, por meio de iniciativas institucionais, como será visto mais adiante.

Do ponto de vista da agricultura familiar, apesar do fortalecimento de políticas públicas permitidas por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do relativo apoio do município na abertura de feiras públicas orgânicas e agroecológicas, muitos impasses decorrentes do “projeto de desenvolvimento” consolidado na região ainda persistem, como a ausência de políticas

públicas, assistência técnica regular, políticas de convivência com o semiárido e, principalmente, planos de democratização do acesso à água, tornando o desenvolvimento da agricultura familiar na região um obstáculo histórico.

De acordo com Cavalcanti *et al.* (2014), a ausência de políticas públicas que proporcionem estruturas de produção e meios de vida mais apropriados aos agricultores familiares assentados tem feito com que muitos desses pequenos produtores retornem a viver como trabalhadores assalariados da fruticultura, transformando esses assentamentos em meros espaços de moradia. Todavia, tendo em vista que a ordem moral camponesa se sustenta a partir da tríade terra, trabalho e família (K. WOORTMANN, 1990), estabelecer-se adequadamente em uma unidade de produção agrícola como um assentamento significa, acima de tudo, associar lugar de vida com local de trabalho, permitindo aos agricultores a construção de um patrimônio familiar que os possibilitem superar situações de vulnerabilidade, conquistar melhores condições de autonomia e subsidiar seus projetos de vida (WANDERLEY, 1996). É nesse contexto específico que se insere a trajetória das famílias do Assentamento Mandacaru de Agricultores(as) Familiares, objeto de estudo deste trabalho.

Para uma melhor compreensão acerca do debate analítico sobre o assentamento estudado, será inicialmente necessário chamar a atenção para algumas questões importantes a respeito da sua reconstituição histórico-social. Tal reconstituição inclui as dificuldades em torno da luta pela terra, a formação dos acampamentos na fase de ocupação da terra, os primeiros financiamentos para a realização das obras de habitação e projetos de subsistência, bem como a oficialização do assentamento através do INCRA. Após essas breves considerações, a discussão será finalmente direcionada à compreensão analítica das dinâmicas produtivas e comerciais do Assentamento Mandacaru, a partir da adoção de um modelo alternativo de produção orgânica, via mecanismos de certificação alimentar.

5.2 O Assentamento Mandacaru de Agricultores(as) Familiares: lutas, desafios, conquistas e resistências.

5.2.1 Ocupação da Terra

O Assentamento Mandacaru está situado na zona rural do município de Petrolina, semiárido pernambucano, às margens da rodovia BR-407, em área de sequeiro marginal. Sua localização encontra-se a aproximadamente a 18 km do centro da cidade, reunindo uma área

total de 482 hectares, na qual 70 famílias de produtores rurais integram a Associação dos Agricultores(as) Familiares do Assentamento Mandacaru (AAFAM). Este Assentamento é resultado de uma ocupação realizada na madrugada do dia 6 de abril de 1999, por meio da articulação da Federação dos Trabalhadores Agricultores do Estado de Pernambuco (FETAPE) com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina:

A gente ocupou essa terra aqui na madrugada do dia 6 de abril de 1999. Foi uma mobilização que articulou justamente as pessoas que eram agricultoras e que vieram de diversas cidades aqui vizinhas, e até de outros estados, como Ceará e Paraíba. Essas pessoas já eram agricultores, porém, saíram das suas cidades e localidades em busca de uma melhor qualidade de vida [...] E aí foi quando surgiu essa oportunidade de se criar o assentamento, tanto é que o assentamento Mandacaru foi o primeiro assentamento criado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais aqui na região que deu certo, porque eles tiveram outras tentativas de ocupação, mas não se criou um assentamento... Então, o assentamento Mandacaru foi o pioneiro, através do Sindicato... Existiam até outros através do MST, mas o Sindicato de Trabalhadores Rurais, através da FETAPE, nós somos os primeiros (*Dona O*).

Advindas de diferentes cidades do sertão pernambucano e outros estados do Nordeste, as primeiras 100 famílias recrutadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina foram instaladas nas terras da Fazenda Mapel, uma antiga empresa agrícola desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), muito bem descrita por uma produtora entrevistada:

Essa empresa estava falida, sobretudo porque tinha um passivo ambiental enorme, por ter feito o desmatamento de todos os 482 ha sem ter licenciamento nenhum. Tirou toda fauna e flora e, por conta disso, tinha uma multa exorbitante com o IBAMA e com o distrito, que é quem faz o gerenciamento da água da Codevasf. Aí a gente descobriu que tinha mais de cinco anos que ela não estava cumprindo com a finalidade social, que era justamente de produção. E aí a gente disse... – Não, é próximo da cidade, tem possibilidade de produção... E aí o sindicato buscou essas informações, porque nós enquanto agricultores a gente não tinha tanta informação, só depois foi se aprofundando, e aí decidimos ocupar (*Dona O*).

Sobre as origens das famílias e a forma como as mesmas chegaram às terras da antiga propriedade desocupada, uma assentada relata:

Bem, para chegar até aqui foi através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina. Me fizeram o convite e eu fiquei um pouco cismada, porque eu não tinha conhecimento de sindicato nem de nada, mas, depois, através do meu menino que me incentivou a vir, eu vim. Eu cheguei, enfiei dois paus no chão, coloquei uma lona preta por cima e estou até hoje aqui (*Dona ML*).

A origem dos assentados faixa etária, gênero, etnia, ocupação e a constituição familiar, em suma, o perfil dos produtores recém-chegados foi assim descrito:

Na verdade, aqui tem gente de todos os lugares. Tem gente de Exu, tem gente de Cabrobó, tem gente de Santa Maria da Boa Vista e tem gente de

todos os cantos também. Esses produtores recém-chegados eram todos filhos e produtores, e alguns até indígenas que saíram de suas aldeias, por exemplo, a minha mãe mesmo... E outros que vieram da Ilha de Assunção, na aldeia Truká, e que só sabiam fazer isso mesmo: ser agricultor. Alguns também eram assalariados rurais. A maioria eram mulheres chefes de família, com filhos, que não tinha marido nem nada e a idade era em média 35-40 anos, que hoje estão na faixa etária de 55-60 anos, porque já se passaram quase 24 anos (*Dona O*).

Convém salientar que, a partir da primeira vistoria realizada pela FETAPE em 1999, foi concluído que a terra ocupada só poderia comportar 70 das 100 famílias de agricultores recém-chegados. Com isso, 30 daquelas famílias tiveram que ser redistribuídas para outra área desapropriada pelo INCRA próxima ao Mandacaru, hoje conhecido como o Assentamento 1º de Maio. Os critérios para a determinação das famílias que continuariam lotadas no acampamento Mandacaru foram definidos por meio de uma comissão formada pelos próprios produtores, através da coordenação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina. O envolvimento com as questões de manutenção do espaço e a estadia regular na terra foram os principais requisitos para a permanência na ocupação, como declara uma produtora:

Quando se chegou na terra, se viu que ela não comportava as 100 famílias... O critério para decidir quem ficaria foi justamente quem realmente morava nos barracos, na época.... Porque alguns só vinham no assentamento uma vez por mês. Mas essas pessoas não ficaram desamparadas. Elas foram levadas para outro assentamento que fica perto daqui, o 1º de Maio. O critério maior (para ficar no Mandacaru) foi a participação, até porque na época a gente tinha diversos mutirões de trabalho comunitário... O envolvimento com o assentamento e a estadia mesmo.... Então foi se observando as famílias que realmente estavam morando na lona. E isso foi decidido por meio da comissão da gente, que mãe até fazia parte dela na época... A comissão tinha apoio do sindicato, mas não era ainda uma associação (*Dona O*).

As 30 famílias que foram realocadas para o Assentamento 1º de Maio ainda permaneceram no Assentamento Mandacaru até 2001, quando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais finalmente concluiu os trâmites necessários à transferência dos agricultores. Uma segunda inspeção voltada à análise do perfil dos produtores constatou que daquelas 30 famílias, 10 não eram formadas por agricultores, descumprindo, assim, a principal exigência estipulada pela FETAPE, fato que acarretou o seu afastamento definitivo do processo de ocupação no acampamento vizinho. Este acontecimento foi relatado por uma das agricultoras que acompanhou as mobilizações:

Depois, quando foi feito a vistoria da terra, a gente descobriu que só teria condição de assentar 70, então 30 famílias dessas foram para o assentamento 1º de Maio, que é aqui próximo, e ficou mais 10 famílias (das 30 famílias) que, na hora do pente fino mesmo, foi visto que essas pessoas não eram realmente agricultores. Mas essas famílias ainda ficaram por uns dois anos aqui no assentamento, até que fosse tudo resolvido com o Sindicato. (*Dona*

ML).

Embora as famílias do Mandacaru ainda não se conhecessem antes da chegada à terra, os laços de solidariedade entre elas foram se fortalecendo ao longo do processo de ocupação, fazendo com que as mesmas passassem a se considerar parte de uma única família. O estreitamento das relações sociais das pessoas ali envolvidas, contudo, não apenas se traduz em função da partilha de um mesmo local de moradia, mas também se reflete nas diversas formas de socialização vivenciadas pelo grupo, especialmente nos festejos das datas comemorativas. A noite de Natal era enaltecida no âmbito das comemorações. Sobre essas questões, uma produtora comenta como essa prática vem sendo realizada desde o início do processo de ocupação:

Aqui todo mundo é filho de produtor e já trabalhou na terra, só que quando a gente chegou aqui ninguém se conhecia. Passamos a se conhecer quando a gente ocupou essa terra [...]. Hoje, a gente se considera como irmãos, porque a gente é uma família só. Quando acontece qualquer coisa aqui dentro com um, todos chegam para ajudar.... É tanto que no início, quando um completava ano, a gente fazia aquela comemoração [...] Dia de 25 de dezembro a gente tem um jantar aqui com todo mundo também. É um jantar que a gente arrecada alimentos em todas as casas e quando é de noite todo mundo faz esse jantar coletivo em forma de união (*Dona ML*).

Se o Assentamento Mandacaru é hoje reconhecido como um espaço de produção, moradia e vínculos de afetividade estabelecidos em alinhamento com o trabalho familiar e o sentimento de pertença à terra (KRONE, 2017), não se pode desconsiderar as mobilizações que concorreram para o estreitamento dos laços de união das famílias assentadas, especialmente as dificuldades coletivas vivenciadas na “fase dos barracos”.

5.2.2 “Fase dos barracos”

O período dos acampamentos, também referido pelos produtores como “fase dos barracos”, foi intensamente marcado por uma série de precariedades de ordem habitacional e alimentar. A falta de oportunidades de trabalho, comida, remédios e condições sanitárias adequadas fazia com que alguns agricultores chegassem a percorrer os 18 km que separam o assentamento da cidade a procura de um emprego que amenizasse o estado de fragilidade e desproteção no qual se encontravam, como informou um dos mais antigos produtores do assentamento:

A gente sofreu muito porque, além de não ter experiência, a gente também não tinha uma parte financeira que ajudasse a gente trabalhar para ir para cidade para conseguir as coisas... Muitas vezes, eu ia para a cidade sem dinheiro, sem nada.... Para você ver, uma vez eu fui pra cidade, sem dinheiro, bem cedo... Aí nesse tempo o sindicato era distante do INCRA, mais ou menos uns 6 km... Eu dei umas duas ou três viagens de pé! Quando

foi mais ou menos uma hora da tarde eu cheguei no sindicato.... Sem tomar um café. Eu estava, assim, esmorecido, sabe? O pessoal do sindicato perguntou: - Seu Vicente, o senhor está doente? - Estou. - De quê? - De fome! - Pois nós vamos dividir nossa marmita com o senhor, Seu Vicente (*Seu V*).

No que diz respeito à instalação das famílias durante o período do acampamento, uma produtora descreve os critérios que determinaram a escolha da posição e acomodação dos barracos:

Quando a gente chegou na propriedade, a gente procurou ver onde tinha um ponto de luz elétrica que podia ser roubado uma energiazinha (risos), onde ficava a água e se tinha alguma estrada para quando adoecesse alguém e a gente precisasse ir para cidade. Então a gente fez os barracos perto do canal da Codevasf, onde se tinha condição de pegar água.... Aí cada um foi armando seu barraco.... Na época, foi feito uma quota para se comprar alguns rolos de lona e a madeira foi feito com o que tinha por lá... E aí cada um ajudava o outro e assim foi se indo (*Dona O*).

Outro produtor menciona as dificuldades estruturais encontradas pelos produtores e a exposição aos atos de violência praticados no entorno da área ocupada.

A gente sofreu muito debaixo da lona; uns desistiram, teve outros que até morreram.... No começo, quando a gente estava nos barracos; não tinha água, não tinha luz, tudo dependia de carro pipa.... Com os barraquinhos, a gente fez uns quartinhos aí e foi indo. E outras coisas que aconteceram.... Por exemplo, quando a gente chegou aqui havia desmonte de carro, a gente encontrou até cadáver de pessoas aqui... A gente tinha medo o tempo todo! (*Seu J*).

Não bastando os obstáculos mencionados, vários produtores também comentaram a respeito das recorrentes situações de estigma social que sofriam em função da situação social que ocupavam frente à sociedade local: a condição de trabalhadores rurais sem-terra, como nos confidenciou alguns dos produtores:

Tinha muita gente que tinha necessidade de arranjar um emprego, mas se a gente chegasse em qualquer empresa dessa daqui e alguém perguntasse: - onde você mora? - Eu moro aqui no Assentamento Mandacaru.... Eles já descartavam e diziam: - rapaz, infelizmente a gente não está mais pegando ninguém aqui.... Ninguém pegava a gente nessas empresas.... Se a gente ia na beira dessa pista para pegar uma carona, carro nenhum parava para gente porque achava que a gente era.... Não sei... bandido.... Não sei o quê.... Aí a gente tinha essa dificuldade. Para pegar um carro para ir para cidade, a gente não podia, a gente tinha que ir de pé ou de bicicleta, para quem tinha bicicleta... E assim foi nosso começo de vida aqui nesse assentamento (*Seu V*).

Ao que outra produtora sentenciava:

Fomos muito discriminados. Eles (as pessoas em geral) na presença não diziam não, mas quando a gente saía, dizia: “Vai trabalhar vagabundo!”, “Vai trabalhar, bando de desempregado, sem futuro, vagabundo!” (*Dona*

ML).

Outra produtora também faz menção à negação da sociedade local em virtude da posição social dos acampados:

As dificuldades eram enormes porque o pessoal não acreditava na gente, nos viam como pessoas que iriam fazer o mal às comunidades vizinhas e às empresas que tem ao redor... Ninguém empregava ninguém aqui do acampamento na época, porque ele era acampamento... E aí vieram as diversas dificuldades, até mesmo para a gente ir para cidade... Nós tínhamos dificuldade porque nenhum transporte parava aqui para levar a gente, mesmo com dinheiro, a gente não conseguia transporte para ir para cidade e aí a gente tinha que ir ou a pé ou de carroça de burro ou de bicicleta... Só tinha uma pessoa que tinha uma moto e até hoje é conhecida como “Luís da moto”, porque só ele tinha uma moto. Foi aí que a gente começou a se organizar internamente (*Dona O.*).

Visto que alguns produtores já dispunham de alguma ocupação de trabalho nas fazendas de fruticultura da região, várias iniciativas de caráter colaborativo permitiram com que as famílias que viviam em condições de vulnerabilidade mais extrema pudessem assegurar sua subsistência através de um conjunto de ações solidárias. Como relata uma produtora, “quem tinha doava para quem não tinha, e assim a gente ia levando”. Sobre este aspecto, outra produtora ainda complementa:

A gente pegava um saco e saía de porta em porta recolhendo alimento, ou para qualquer coisa que fosse necessário para dar aquele irmão que estava sem nada, porque alguns já trabalhavam em algumas empresas de fruta daqui.... Então tinha uns que tinha alguma coisa, tinha uns aposentados também... (*Dona ML*).

As enormes dificuldades vivenciadas pelo grupo vinham sempre associadas às práticas de solidariedade desenvolvidas pelos assentados, algumas muito comoventes, como abaixo ilustradas:-

Muita gente passou necessidade, chegando mesmo até de passar fome... E aí isso fez com que a gente se unisse mais ainda, se fortalecesse, porque a família que tinha algo a mais, que estava trabalhando, era quem sustentava as pessoas aqui, porque às vezes tinha famílias que não tinha ninguém trabalhando... E aí o que a gente fazia uma coisa interessante que... Assim, às vezes eu não gosto nem de lembrar... Que a gente tinha uma prática de sair olhando nos barracos que tinha acendido fogo... Que tinha família que a gente percebia que não tinha acendido o fogo ali, então a gente já sabia que aquela família não tinha nada para comer e aí a gente se reunia... E aí a gente dividia o que tinha com eles (*Dona O.*).

As ações solidárias estabelecidas pelos agricultores, a partir da fase de ocupação da terra são fortemente baseadas em uma concepção de reciprocidade, como testemunhado nos relatos. Segundo Sabourin (2012), tais relações simétricas tendem a gerar sentimentos e

valores de confiança, reputação, honra e responsabilidade entre os produtores. Aproximando-se da teoria de Mauss (1989), este autor define a reciprocidade como uma reprodução de prestações e serviços capazes de gerar laços sociais através da “tripla obrigação” de “dar, receber e retribuir”. De acordo com a perspectiva de Temple (2003), a reciprocidade permite, para além dos atos de prestação, o reconhecimento do outro e a participação em uma comunidade humana.

Do ponto de vista antropológico, “o princípio da reciprocidade corresponde a um ato reflexivo entre sujeitos, uma relação intersubjetiva e não a uma simples permutação de bens ou objetos, tal como a troca” (SABOURIN, 2012, p. 3). Como veremos adiante, essa concepção ganha um relevo especial quando aplicada à compreensão dos mecanismos de certificação, que, de um ponto de vista prático, podem atuar como veículos de reintrodução da reciprocidade econômica no seio de famílias, unidades domésticas, cooperativas ou comunidades camponesas unificadas em tornos de valores sociais comuns.

Por ora, é suficiente observar que o fortalecimento e afirmação dessas práticas de reciprocidade entre os produtores do Mandacaru se estenderam e se consolidaram ao longo da trajetória do assentamento, estimulando o desenvolvimento de dinâmicas adaptativas que concorreram efetivamente para a reprodução social e econômica do grupo. Entre as atividades mais significativas da “fase dos barracos”, chama-se a atenção para a organização dos mutirões coletivos de produção e manutenção da terra.

5.2.3 *Mutirões coletivos*

Num contexto de vida fortemente marcado pela incerteza, precarização e falta de oportunidades, os produtores do Mandacaru, logo após iniciarem o processo de ocupação, começaram a se organizar internamente através da criação de mutirões coletivos. Segundo relatos, a orientação do Sindicato era a de que os agricultores comessem a produzir assim que ocupassem a terra, como destaca uma produtora:

A orientação do Sindicato era que a gente já começasse a produzir. Com isso, seis meses depois, a gente já tinha uma produção bem significativa. Foi aí que começou a sair diversos caminhões para as feiras de Petrolina... A gente chegou a doar até um monte de coisa que não conseguiu vender na época (*Dona O*).

Um produtor comenta mais detalhadamente sobre a barragem que possibilitou o desenvolvimento das primeiras culturas de subsistência e comercialização do assentamento:

Quando nós chegamos aqui, nós tínhamos uma barragem muito grande e ela estava cheia.... Aí a gente foi plantar verdura e legumes na vazante dessa barragem.... Era uma barragem muito grande, que arrodando ela dava mais

de 2 km... Aí foi aí quando a gente começou a trabalhar nesse assentamento de verdade. Plantemos feijão, batata, macaxeira, verdura, tudo lá na beira dessa barragem (*Seu V.*).

Apesar da presença da barragem, o cultivo das primeiras culturas, assim como a própria manutenção do acampamento só se tornaram possíveis em função da criação de um conjunto de dinâmicas pautado no trabalho coletivo, os chamados mutirões:

A gente trabalhou muito a questão dos mutirões, mais ou menos até 2001, quando chegou o primeiro fomento. A gente tinha uma forma de trabalhar coletivamente... A gente se subdividiu em 10 grupos de 10 pessoas, que eram 100 na época ainda... E aí a gente começou uma convivência.... Então isso foi uma coisa que na verdade foi tipo um estágio, né, que nós fizemos antes mesmo de sair a emissão de posse (*Dona O.*).

Divididos em uma dezena de grupos de trabalho, os assentados passavam a assegurar o desempenho de diversas tarefas cotidianas para a manutenção do espaço comum. De forma sistemática, essas atividades abrangiam o acompanhamento de praticamente todas as necessidades da comunidade, tais como: saúde, alimentação, produtividade, saneamento, vigilância, educação, etc. Uma produtora entrevistada comenta mais detalhadamente sobre as funções da prática desses mutirões e a formação das suas comissões:

Esses grupos eram responsáveis por produzir, mas também por cuidar do assentamento. Aí tinha grupos que trabalham com a limpeza do assentamento, tinha grupo que trabalhava com a parte de saúde, tinha aqueles que plantavam plantas medicinais, tinha gente que ia para cidade em busca de kits de primeiros socorros e remédios nas secretarias. Tinha um grupo que cuidava da educação, que foi quando a gente conseguiu a escola (1º a 4º série) e o primeiro transporte escolar pela prefeitura, que foi nossa primeira conquista em 2000.... Foi a partir daí que o pessoal ao redor começou a ver a gente diferente e as coisas começaram a deslanchar (*Dona O.*).

O esforço empreendido pelos produtores do Mandacaru através da criação dos mutirões de trabalho reflete o desejo coletivo pela consolidação do assentamento como um espaço de reintegração às práticas agrícolas de base familiar. Em concordância com esta perspectiva, Wanderley e Favaretto (2013) apontam que, de uma forma geral, as ações que garantem a manutenção do sustento familiar na agricultura podem ser observadas em vários municípios do interior do Nordeste, nos quais a organização econômica e social é muitas vezes assegurada por meio da produção agrícola rural de natureza coletiva.

Além de terem permitido a organização interna dos agricultores no período dos acampamentos, as campanhas de mutirão também foram de suma importância para viabilizar o cultivo das primeiras culturas produzidas às margens da barragem, entre os anos de 1999 e 2000. Foi através do mutirão, que os produtores puderam começar a escoar suas mercadorias

nas feiras da cidade, minimizando as condições de vulnerabilidade econômica do grupo, como destaca uma produtora:

Aí chegou até a vender, porque tinha várias pessoas que eram fraquinha, não tinha nada! E aí o sindicato foi e tirou uma comissão para a gente ir para feira um dia, para arranjar as coisas para aqueles que não tinha. E aí eu fui da comissão. Nunca pedi para mim, mas chegou um ponto de eu ir para rua pedir para aqueles que tinha necessidade. Levemos carradas e mais carradas para de Petrolina. E lá eu sempre gostava de levar o microfone... E eu fui e falei que aqueles que tinha levado o nome de vagabundo e de sem-futuro estava mostrando que não era vagabundo e nem era sem-futuro, que a gente tinha ocupado uma terra, resistiu e produziu. E hoje nós estamos produzindo para vender e para dar àqueles que têm necessidade. E aí nós levemos feijão, macaxeira, batata-doce, várias coisas... A gente foi na sexta-feira à noite e num sábado vendendo os produtos nosso... No domingo, ia para feira de Ouro Preto... E graças a Deus daí para cá, a gente sempre procurou fazer o melhor (*Dona ML*).

Uma agricultora ainda ressalta que o trabalho por meio dos mutirões coletivos também tinha como objetivo provar à sociedade local que os agricultores acampados estavam ali não como invasores, mas como trabalhadores rurais da agricultura familiar que estavam lutando por melhores condições de vida e trabalho.

Foi justamente para que a sociedade visse que a gente não estava aqui para fazer baderna, e sim para trabalhar. Era uma forma de mostrar para sociedade que a gente realmente queria a terra para produzir. Por isso, nosso lema quando chegamos aqui era “lutar, produzir, viver e resistir” (*Dona O*).

Apesar do sucesso das primeiras colheitas, as atividades produtivas realizadas às margens da barragem ainda não eram suficientes para suprir adequadamente as necessidades das famílias assentadas. Essa situação só começou a melhorar com a chegada do primeiro crédito fomento concedido pelo INCRA.

5.2.4 Primeiro crédito de fomento

Em março de 2001, os produtores do Assentamento Mandacaru tiveram acesso ao primeiro crédito de fomento para a reforma agrária concedido pelo INCRA, hoje conhecido como crédito inicial. O valor fornecido pela instituição foi de R\$ 1.400,00 (por família), dos quais R\$ 1.000,00 foram investidos em implementos para o desenvolvimento de um projeto produtivo, enquanto o restante foi revertido para alimentação das famílias. A chegada desse incentivo proporcionou aos agricultores a viabilização de uma área de produção irrigada de meio hectare por família, localizada a três quilômetros da agrovila. Além disso, vale salientar, este recurso permitiu que as famílias não mais dependessem exclusivamente da água da barragem, agora passando a captar água diretamente do canal da Codevasf que margeia o assentamento. O sistema de irrigação foi viabilizado através da instalação de bombas e

tubulações compradas com o valor do crédito fomento, como declara uma das entrevistadas:

Então a gente utilizou os R\$ 1000,00 juntando todo mundo para comprar bomba e tubulação para puxar a água do canal e fez esse sistema de irrigação da área coletiva, que é 0,5 ha para cada família (totalizando uma área de 35 hectares). A água da barragem tinha acabado desde 2000 e a gente não estava conseguindo produzir mais nada.... Quando o fomento chegou... Ave Maria.... Foi uma festa! Vieram uns ônibus para pegar a gente pra fazer feira, porque R\$ 400,00 dava pra fazer uma feira! Aí fizeram uma feira enorme e a gente começou a trabalhar nessa área coletiva, produzindo nossos alimentos.... Aí as pessoas foram realmente vendo que a gente estava ali para trabalhar e aí começaram as deslancar as coisas (*Dona O*).

A saída do crédito de fomento permitiu aos agricultores a criação de novos arranjos produtivos, proporcionando maiores garantias de reprodução e subsistência. Além disso, como relatado no depoimento acima, essa nova condição também permitiu que os agricultores pudessem dirimir as situações de estigma vivenciadas até aquele momento, conquistando melhores condições de reconhecimento social. Neste mesmo ano de 2001, os produtores também foram contemplados com o Contrato de Concessão de Uso da Terra (CCU), oficializando a criação do assentamento através do INCRA.

5.2.5 Contrato de Concessão de Uso da Terra (CCU)

Durante dois anos e três meses, os acampados em barracos de lona preta, sobreviveram apenas do pouco que plantavam e do trabalho temporário de alguns produtores solidários. A emissão do CCU, deferido um ano após uma vistoria oficial realizada pelo INCRA em 2000, conferiu aos produtores do Mandacaru a condição de posseiros das terras ocupadas, formalizando oficialmente a constituição do assentamento.

FIGURA 1 - PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DO ASSENTAMENTO (BR-407)



Fonte: Autoria própria. Pesquisa de Campo Jan./2020.

Além da emissão do CCU, os agricultores assentados lograram, neste mesmo ano, a DAP (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Tal registro, além de comprovar o enquadramento individual dos agricultores como pequenos produtores rurais, permitiu que os assentados pudessem concorrer às políticas públicas de merenda escolar, habitação rural e aquisição de alimentos no âmbito do Pronaf (BRASIL, 2021). Sobre esses acontecimentos, uma produtora entrevistada comenta:

Teve a vistoria no início, ainda em 2000, depois, após a vistoria, foi a posse da terra em 2001, que foi aí quando a gente já passou a ser assentado, não era mais acampado, era assentado! E hoje nós não somos ainda dono porque a gente só tem o CCU, que é uma prova que a gente é assentado e as DAP, que é com o que a gente faz o projeto (*Dona ML*).

Apesar de estar de posse desses documentos, o assentamento ainda não dispõe do Comprovante de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR), atestado que legitima a titularidade definitiva da propriedade rural. Em função dos trâmites associados à liberação desta documentação, o CCU deve ser obrigatoriamente renovado a cada cinco anos. Com a emissão

do CCU e a concessão das DAPs, os recursos destinados à construção das casas de habitação foram finalmente liberados. Após o término das obras de instalação da rede elétrica da comunidade, fornecidos pela Prefeitura de Petrolina, a construção das moradias foi logo iniciada, entre 2001 e 2002.

O financiamento disponibilizado pelo INCRA para esta finalidade foi de R\$ 2.400,00. Segundo depoimentos, os produtores decidiram, em assembleia geral, que a compra dos materiais deveria ser feita de forma coletiva, evitando qualquer tipo de desperdício, como sustentou uma produtora que compunha esta comissão:

Depois da posse, aí veio um crédito para gente para construir as casas; aí cada um construiu a sua casa. Era pouco o dinheiro, que só dava para o pedreiro e o servente, e era a gente mesmo quem servia de servente para fazer a casa [...]. Eu mesmo carreguei muito carrinho de pedra de lá da lagoa para jogar aqui no alicerce, porque não tinha dinheiro e a gente tinha que se virar como podia. O material a gente comprou todo no coletivo, não foi assim individual, foi todo mundo coletivo, aí chegava aqui, dividia. Então tantas brocas para um, tantas telhas, saco de cimento, tudo no coletivo para poder dar o dinheiro para todo mundo comprar seus materiais (*Dona ML*).

A partir deste depoimento, constata-se, mais uma vez, as práticas de solidariedade entre os assentados, agora organizados coletivamente em torno da construção de um patrimônio que diz respeito a cada família, e não propriamente à comunidade. O valor do benefício recebido para as obras de habitação das famílias assentadas também foi utilizado para a construção da Associação dos Agricultores(as) Familiares do Assentamento Mandacaru (AAFAM), como veremos adiante.

5.2.6 Criação da Associação

A constituição, em 2000, da Associação dos Agricultores(as) Familiares do Assentamento Mandacaru (AAFAM), entidade representativa dos produtores, mostrava-se como imprescindível como espaço de discussão dos agricultores, de fomento às iniciativas do grupo, de valores partilhados, de fortalecimento das relações de gênero e de emponderamento feminino. À semelhança das cooperativas, as organizações dos produtores revelam-se, como admite Pires (2004, p. 51), “pelo seu componente utópico que fira em torno da relação entre trabalho, cooperação e solidariedade, alimentando o sonho de proclamação de uma nova sociedade, pautada em formas mais solidárias de convivência”. Firmava-se também como instância para atender as burocracias relacionadas aos créditos de fomento concedidos pelo INCRA, como atestou a presidente da associação em entrevista:

A associação foi criada em 2000 e registrada em 2001. Os recursos do INCRA só poderiam chegar através da associação.... Por isso, nós criamos a

associação... Aí nós criamos a associação [...] A finalidade dela está hoje como cooperativa, porque a gente comercializa hoje praticamente tudo pela associação, através do PNAE e PAA, de 2010 e 2012, respectivamente. (*Dona O*).

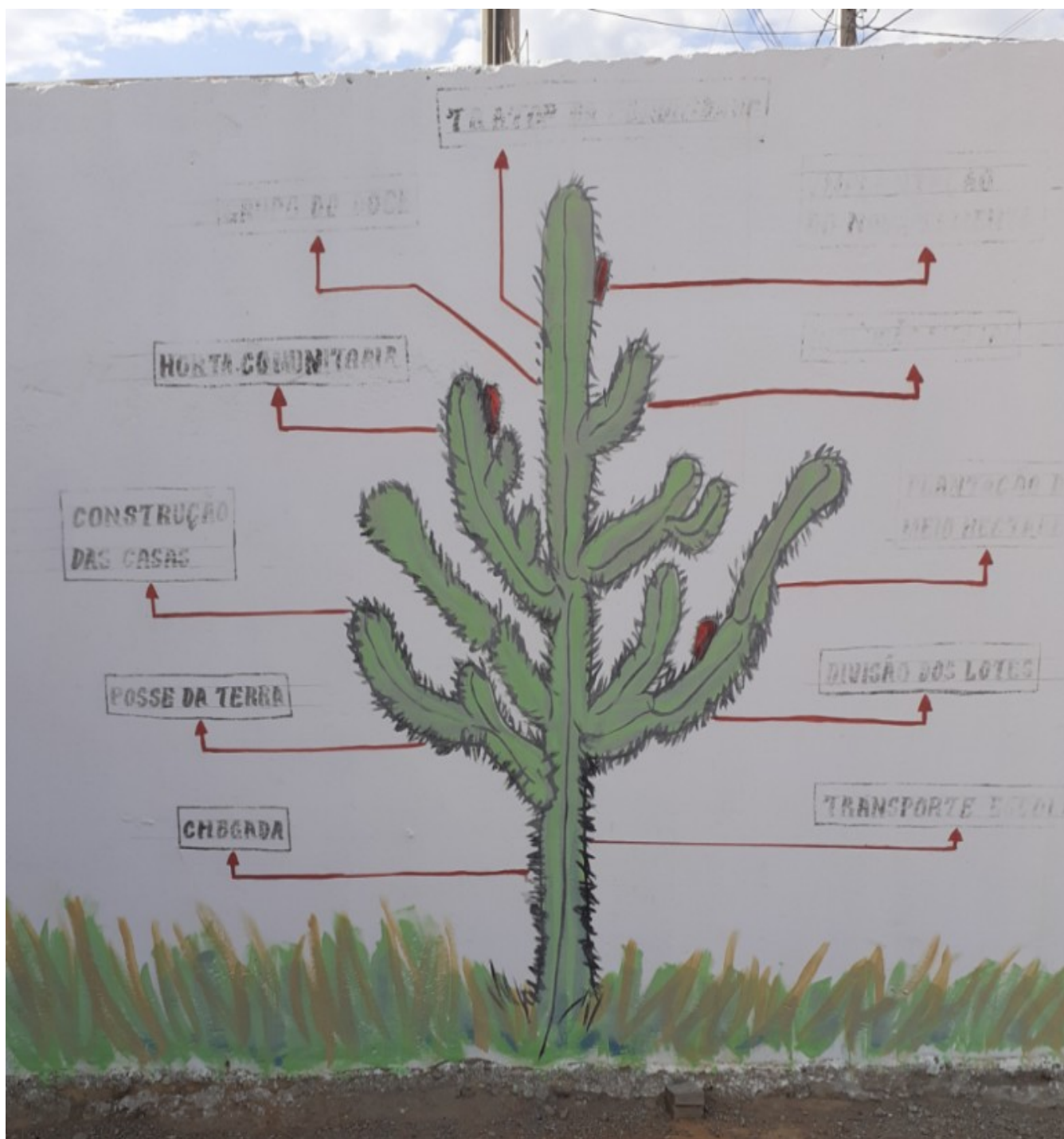
Callou e Santos (2006) chamam a atenção para a capacidade que tem as associações, via interações das mais diversas, para sedimentar parcerias com organizações governamentais e não governamentais, ampliando o seu espectro de atuação política, fortalecendo relações de gênero e favorecendo o desenvolvimento local.

FIGURA 2 - ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES(AS) FAMILIARES DO ASSENTAMENTO MANDACARU (AAFAM)



Fonte: Autoria própria. Pesquisa de Campo Jan./2020.

FIGURA 3 – MURAL À DIREITA DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES(AS) FAMILIARES DO ASSENTAMENTO MANDACARU (AAFAM)



Fonte: Autoria própria. Pesquisa de Campo Jan./2020⁴¹

⁴¹ A figura representa uma espécie de árvore genealógica da trajetória histórica do Assentamento Mandacaru. Apesar de algumas informações não estarem legíveis, é possível perceber que o tronco do mandacaru (planta) indica a chegada à antiga fazenda desapropriada (1999) e a conquista do transporte escolar por meio da Prefeitura de Petrolina (2000). Mais acima aparece simbolizada a posse da terra, divisão dos lotes e construção das casas e associação dos produtores (2001-2002). Mais próximo ao topo ainda é possível identificar a concepção do projeto da horta orgânica (2010), bem como a consolidação de outros programas e parcerias com entidades locais, a exemplo do projeto da coleta seletiva (AAFAM) e a construção do polo digital (UNIVASF).

FIGURA 4 – MURAL À ESQUERDA DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES(AS) FAMILIARES DO ASSENTAMENTO MANDACARU (AAFAM)



Fonte: Autoria Própria. Pesquisa de Campo Jan./2020⁴²

Em termos estruturais, a associação dispõe de uma ampla sala de reuniões, além de outras instalações físicas para a execução de atividades produtivas, como a sala do forno a lenha, utilizado para a produção dos doces artesanais, uma cozinha equipada com vários utensílios de pequeno, médio e grande porte (balanças, embaladores a vácuo, panelas e caldeirões, freezers, máquinas elétricas e manuais para o beneficiamento de produtos, entre outros), além de uma câmara fria e outros maquinários de beneficiamento financiados pelo CRESSOL⁴³. A associação ainda abriga um galpão comunitário, área empregada para a

⁴² A segunda imagem resume a trajetória dos assentados do Mandacaru através de desenhos. Nela é possível perceber (da esquerda para a direita): a chegada dos produtores à terra, a aquisição do documento de Contrato de Concessão de Uso da terra (CCU), a construção das casas, o acesso à água, eletricidade e transporte escolar, a produção das primeiras culturas para comercialização, as experiências com os primeiros projetos de cultivo de uvas orgânicas, o projeto de produção dos doces artesanais, e, finalmente, a instalação das obras de irrigação e conquista da titularidade da terra (processos que ainda não foram concluídos).

⁴³ A câmara fria foi adquirida por meio de um edital realizado por meio do BNDES, em 2017. O número do edital não foi informado em entrevista.

realização de grandes reuniões e festividades do assentamento.

Embora o financiamento para as casas dos produtores não incluísse um projeto para a construção de uma associação, o grupo decidiu, através de uma assembleia, que as sobras dos materiais, das moradias seriam revertidas para a fundação da AAFAM. O restante dos apetrechos necessários para a edificação da casa que hoje abriga a associação, inclusive a mão-de-obra, ficou a cargo dos próprios assentados, como mencionou uma das produtoras entrevistadas:

A associação foi antes da horta; essa associação ela foi criada através de todos os assentados que têm aqui, os 70, cada um dava uma quantidade de material que sobrou das casas, que sobrou dos blocos, aí a gente fez a reunião, e aí vamos doar para gente levantar a associação. Ela foi toda levantada, todinha através dos moradores. Nós não tivemos ajuda nenhuma. Foi tudo através de nós. Hoje nós temos a associação e tem outro prédio que é onde tem a produção de doces (*Dona ML*).

A construção e registro da associação não apenas permitiram que os produtores pudessem receber os créditos de fomento do INCRA e de outras entidades governamentais, mas que usufríssem de um espaço de convívio para a realização de cursos de formação (reuniões, palestras, seminários, cursos de capacitação técnica) e encontros comunitários (festas, aniversários e comemorações). Os cursos de capacitação realizados pelos assentados foram feitos em parceria com a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e com entidades do sistema “S”, especialmente o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Em grande medida, a maior parte dessas capacitações está associada à aquisição de conhecimentos técnicos no âmbito da agricultura orgânica e do empreendedorismo. No tópico seguinte, serão trazidos mais detalhes sobre esses processos de formação.

A associação também serve como espaço de produção de produtos beneficiados, como a macaxeira a vácuo, e local de despacho de frutas e hortaliças para as feiras da cidade, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), nos quais os produtores tiveram suas primeiras experiências de entrega de alimentação em 2010 e 2012, respectivamente.

FIGURA 5 - GALPÃO COMUNITÁRIO DE DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES(AS) FAMILIARES DO ASSENTAMENTO MANDACARU (AAFAM)



Fonte: Autoria própria. Pesquisa de Campo de Jan./2020.

FIGURA 6 - GALPÃO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES(AS) FAMILIARES DO ASSENTAMENTO MANDACARU (AAFAM)



Fonte: Autoria própria. Pesquisa de Campo de Jan./2020.

As imagens acima registram o galpão comunitário da AAFAM, criado posteriormente à construção da associação, e foi custeado e construído pelos próprios assentados, em 2018, como declara uma produtora:

Muita coisa a gente fez aqui mesmo, através dos mutirões. Em, 2018, por exemplo, a gente conseguiu fazer o galpão com nossos próprios recursos. Cada um entrou com uma contrapartida e aí a gente conseguiu fazer esse negócio, que serve para fazer as festas da comunidade, o despacho dos alimentos para o PAA e o PNAE [...] (*Dona O*).

Na primeira figura, observa-se a visão dos fundos do galpão, onde ficam os banheiros e o portão de acesso às carretas que levam a produção dos agricultores para as feiras locais e para os projetos de aquisição de alimentos do Pronaf. Na figura que aparece logo abaixo, situa-se o “palco” onde os assentados realizam festas, cerimônias e palestras.

5.2.7 *Telecentro de Capacitação Digital*

O telecentro de Inclusão Digital foi erguido no ano de 2014, em parceria com a UNIVASF e a Prefeitura de Petrolina. O centro tem como propósito desenvolver cursos de capacitação digital aos jovens e a outros interessados da comunidade. Atualmente, o telecentro é mais utilizado para realização de planilhas e balancetes das produções dos programas de alimentação do governo pelos produtores.

FIGURA 7 - TELECENTRO DIGITAL DO ASSENTAMENTO (EXTERNO)



Fonte: Autoria própria. Pesquisa de Campo de Jan./2020⁴⁴

FIGURA 8 - TELECENTRO DIGITAL DO ASSENTAMENTO (INTERNO)



Fonte: Autoria própria. Pesquisa de Campo de Jan./2020⁴⁵

Simultaneamente à construção das casas de moradia e da associação do assentamento, foi realizada a demarcação da terra e a divisão dos lotes familiares (3,5 ha por família), o que concorreu para a formatação do mapa do assentamento.

5.2.8 Divisão dos Lotes e Demarcação da Terra

A partir da vistoria e imediata disponibilização do recurso para a construção das casas de moradia, o INCRA responsabilizou-se pelo processo de demarcação da terra e divisão dos lotes das 70 famílias assentadas, ainda no ano de 2001.

O Assentamento Mandacaru congrega hoje a agrovila, uma área comunitária de 35 hectares (0,5 ha por família), os 70 lotes familiares distribuídos ao longo dos 482 hectares de extensão da propriedade e uma pequena área de reserva da Caatinga, que representa 20% (94

⁴⁴ A imagem registra a faixa do telecentro, que fica ao lado direito da Associação dos Agricultores(as) do Assentamento Mandacaru de Agricultura Familiar (AAFAM).

⁴⁵ A imagem registra o interior do telecentro, que conta com dez computadores cedidos pela Univasf, além de birôs, mesas, cadeiras e estantes com livros didáticos.

hectares) da área total do assentamento.

FIGURA 9 - PRINCIPAIS ÁREAS DO ASSENTAMENTO MANDACARU



Fonte: KRONE, Evander (2018).

Esta imagem apresenta uma captura fotográfica, via satélite, na qual se pode observar, em perspectiva ampliada, a agrovila, onde também se encontra a horta orgânica, os loteamentos familiares, a área comunitária de 35 hectares e a área de sequeiro. Esta área de sequeiro, até 2019, ainda não havia sido irrigada pelos produtores, especialmente em função dos bloqueios criados pela Codevasf, em face de alguns exames pedológicos que inviabilizaram a implementação do sistema de irrigação na maior parte das terras do assentamento. Essas questões serão mais detalhadas na seção seguinte, associadas aos problemas enfrentados pelos assentados com relação à disposição de água.

A figura acima ainda traz em destaque uma área de 0,5 ha (ao lado da agrovila), voltada exclusivamente para o cultivo de videiras orgânicas, que hoje reúne nove famílias de produtores. Como se pode visualizar na imagem, a área irrigada é relativamente distante da agrovila (cerca de 3 km), o que impede que os produtores se desloquem de suas casas até este terreno sem o auxílio de um transporte.

FIGURA 10 - MAPA DO ASSENTAMENTO (DIVISÃO DOS LOTES E DEMARCAÇÃO DAS TERRAS)



Fonte: INCRA, 2004. Pesquisa de Campo Jan./2020.

A imagem acima também explicita a área total do assentamento, no qual podem ser visualizados os lotes das 70 famílias (3,5 hectares por cada), a agrovila, a área comunitária de 35 hectares (0,5 hectares por família) e o canal da transposição da Codevasf que atravessa a propriedade.

5.2.9 Área comunitária

A área comunitária de 35 hectares, voltada à irrigação de cultivos convencionais, localiza-se a cerca de 3 km da agrovila. Neste terreno, que foi viabilizado a partir do primeiro crédito de fomento concedido pelo INCRA, em 2001, são produzidos diferentes tipos de culturas, como acerola, mamão, goiaba, melancia, graviola e uva. Em função da distância que separa a agrovila desta área comunitária, os produtores revezam-se para abrir e fechar as bombas que alimentam o sistema de gotejo que molha seus cultivos. De acordo com os

relatos, cada produtor tem direito a duas horas de água, no horário de funcionamento das bombas entre as 6h e as 17h:

É duas horas por cada pessoa por dia. As bombas são ligadas de 6h da manhã e desligadas às 17h. Então são duas horas por lote de meio hectare. Isso também depende de cada cultura. Tem umas que pedem duas horas de água, tem cultura que leva meia hora, tem cultura que leva uma hora.... Mas a gente ainda não está pagando essa água... A gente só paga energia.... Tem gente que paga R\$ 600, tem gente que paga R\$ 700... R\$ 1.000.... Porque tem gente que tem a área completa de plantio e outras menos (*Seu L*).

FIGURA 11 - ÁREAS IRRIGADAS DOS PRODUTORES (35 ha)



Fonte: Autoris própria. Pesquisa de Campo Jan./2020.

A imagem acima expõe parte do canteiro de produção (0,5 hectare) de um dos agricultores-assentados na área comunitária (*Seu Lula*), onde são cultivadas melancias e uvas (ao fundo). Para além do parreiral, a cerca de 30 metros da área produção dos agricultores, pode-se observar uma fazenda empresarial de produção de coco. Tendo em vista que essa propriedade situa-se a uma distância limítrofe da área irrigada pelos produtores, a avaliação

das empresas de certificação, em consonância com as determinações da Lei 10.831⁴⁶, declarou que esta área estava contaminada em virtude do uso de agrotóxicos manipulados pela fazenda vizinha, o que, segundo as empresas especializadas em certificação, já é um empecilho para a realização de qualquer tipo de produção orgânica.

5.2.10 Agrovila

A agrovila, que ocupa um espaço de 18 ha da área total do assentamento, compreende as casas de moradia dos assentados e alguns locais de comércio e convívio social, como mercadinhos, bares, igrejas, praça comunitária, além da sede da AAFAM e do telecentro. Nas proximidades da agrovila, há ainda alguns espaços de plantio coletivo, como a horta orgânica, projeto criado no ano de 2008, que envolve hoje o trabalho de treze famílias de produtores, e uma pequena área de 0,5 ha destinada à produção de uvas orgânicas; uma iniciativa que reúne atualmente nove famílias assentadas. Esses projetos serão detalhadamente analisados no tópico seguinte, onde será analisado o envolvimento dos produtores do Mandacaru com a agricultura orgânica.

5.2.11 Loteamentos familiares

Com a demarcação das terras e a divisão dos lotes, foi determinado que cada uma das 70 famílias ficasse com um lote de 3,5 hectares. A 200 metros da agrovila, os lotes produtivos familiares já haviam sido, em 2005, condenados pela Codevasf, mediante um exame pedológico que classificou cerca de 90% (cerca de 430 hectares) das terras do assentamento como área de sequeiro. De 2005 em diante, uma série de desentendimentos entre os assentados e a Codevasf resultaram em um longo conflito de ordem judicial, em torno da liberação das terras irrigáveis e do licenciamento da água.

Pelo primeiro laudo da Codevasf essa área (os loteamentos) não servia para irrigação, ela era toda de sequeiro [...], mas a gente não tem área de sequeiro, porque a gente está dentro da área de projetos irrigados, dentro do núcleo irrigado... A gente não é do projeto irrigado, mas estamos dentro do núcleo irrigado, entendeu? (*Dona O*).

Em relação à questão da água, a produtora continua:

Mas o que acontece.... Hoje, como é uma área pequena que ficou por família, em média 3,5 hectares por família Há um estudo da Embrapa que diz que, no mínimo, tem que ser 6,0 hectares para uma família com quatro pessoas sobreviver bem. Então a gente ficou aquém disso... A gente hoje ainda luta hoje para que essa área tenha uma concessão de água maior, porque a

⁴⁶ A Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, estabeleceu o que é um sistema de produção orgânica e definiu suas finalidades. A Lei definiu, também, que produtos orgânicos a serem comercializados devem ser certificados por organismo reconhecido oficialmente.

concessão que a gente tem hoje é só de 70 hectares (um por família) (*Dona O*).

A produção de produtos orgânicos no Assentamento Mandacaru se inicia em 2008, a partir da elaboração de um projeto coletivo para a criação de uma horta comunitária, que, segundo uma das produtoras, “foi o primeiro projeto do assentamento que realmente deu certo”. A constituição da horta e do parreiral de uvas experimentais, o envolvimento dos produtores com as feiras orgânicas da cidade de Petrolina e Juazeiro, as experiências com os doces artesanais, assim como a participação dos produtores nos programas de abastecimento do governo, representam as maiores conquistas dos assentados ao longo desses anos. O sucesso da proposta atraiu emissoras de televisão (TV Globo, Record e Futura) e estudantes e professores universitários de outros países, como Argentina e Zimbábue. A compreensão analítica das dinâmicas produtivas e comerciais do Assentamento Mandacaru, a partir da adoção de um modelo alternativo de produção orgânica será discutida a partir do capítulo seguinte.

6 AGRICULTURA ORGÂNICA E REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA: UM MODELO ALTERNATIVO DE PRODUÇÃO PARA O MERCADO LOCAL

6.1 Agricultura orgânica e reprodução socioeconômica: um modelo alternativo de produção para o mercado local.

Este segundo capítulo empírico examina como se deram os processos de transição orgânica e inserção comercial dos agricultores do Assentamento Mandacaru nos mercados locais do Vale do São Francisco. A criação dos espaços públicos de comercialização sediados no centro das cidades de Petrolina e Juazeiro e a relação dos produtores assentados com os programas de abastecimento alimentar do governo - PAA e PNAE - serão os principais eixos analíticos abordados ao longo deste capítulo. A partir do acompanhamento desses processos, pretende-se avaliar como a implementação de um projeto coletivo de agricultura alternativa tem sido capaz de viabilizar a reprodução socioeconômica das famílias produtoras e de ampliar o reconhecimento social do assentamento nos mercados, como descrito nos objetivos deste trabalho.

6.1.1 *A horta orgânica do Assentamento Mandacaru*

A experiência do Assentamento Mandacaru com a agricultura orgânica teve início a partir da criação de uma horta comunitária, em 2008, através do programa “Hortas Orgânicas e Galpão”, elaborado pelo Pro-Rural⁴⁷, no âmbito do Governo do Estado de Pernambuco. Essa iniciativa tinha como principal objetivo viabilizar a construção de hortas orgânicas para o estabelecimento de processos produtivos alternativos em Petrolina e Lagoa Grande, como documentaram Freitas, Gervásio e Neto *et al.* (2015, p. 79):

A experiência do grupo da Horta Orgânica do Assentamento Mandacaru, em conjunto com outras iniciativas nos municípios do Sertão do São Francisco pernambucano possibilitou a articulação para a criação do Território Produtivo da Horticultura Orgânica constituído por seis municípios do Sertão Pernambucano. Essa ação coordenada pelo PRORURAL tem como objetivo implantar oito hortas orgânica comunitárias (sete em Petrolina e uma em Lagoa Grande) e capacitações (oficinas, cursos, seminários e intercâmbios) promovidos por instituições e organizações parceiras do referido território produtivo.

⁴⁷ O Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Pro-Rural) é um programa de fomento, vinculado à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco (SARA), que tem como objetivo maior estimular o desenvolvimento sustentável no meio rural pernambucano. Para isso, e através de pactuação entre o Banco Mundial e o Governo Estado, o Pro-Rural executa o Projeto Pernambuco Rural Sustentável (PRS), que garante investimentos destinados à infraestrutura rural e aos projetos produtivos.

De acordo com esses autores, o projeto da horta orgânica do Assentamento Mandacaru envolveu uma série de órgãos locais, a exemplo da UNIVASF, SEBRAE e SENAR. Esses dois últimos, em especial, foram responsáveis pela promoção de cursos de formação inicial em práticas de produção orgânica. Por se tratar de uma proposta de trabalho voltada ao desenvolvimento de um modelo de produção alternativa, a concepção da horta orgânica obteve o primeiro lugar entre vários outros projetos envolvidos na chamada pública, como mencionou uma produtora entrevistada:

Em 2008, no primeiro mandato na associação, a gente começou a discutir a questão de implantar uma horta aqui na comunidade. Foi quando a gente realmente decidiu que seria orgânico, porque aqui a gente tem muita gente que já produzia em horta, mas ainda precisava ter um diferencial. Ainda em 2008, a gente conseguiu aprovar o projeto pelo Conselho de Desenvolvimento Rural, no Pro-Rural. Tinha vários projetos concorrendo, mas como o nosso era uma horta, e uma horta orgânica, eles se interessaram logo.... Aí foi para votação, com mais de 52 associações presentes, e a gente tirou em primeiro lugar (*Dona O*).

A horta orgânica do Assentamento Mandacaru dispõe de aproximadamente 0,5 hectares de terra e atualmente congrega o trabalho de 7 agricultores familiares, dos quais 6 são mulheres e 1 é homem. A majoritária presença do público feminino na criação e atual execução deste projeto resalta a importância do papel das mulheres-assentadas no processo de desenvolvimento do Mandacaru, desde o início da luta pela terra. O depoimento abaixo traz algumas considerações importantes no que tange à ativa participação das pequenas produtoras nos projetos do Mandacaru, via associação, especialmente no que diz respeito à horta comunitária:

No começo, só eu, donas O. C. N. e H. que tiveram coragem para enfrentar as dificuldades, pois nessa época a gente não tinha nem energia e nem dinheiro para comprar nada. Eu acho que a liderança das mulheres começa por aí, já que, desde sempre, éramos nós que estavam ali dentro do assentamento, buscando soluções, vendo o que podia ser feito.... Acho que a questão da liderança foi muito disso.... Dessa união, do dia a dia no assentamento.... Tanto é que a primeira presidente na associação, em 2007, foi Eliane Martins.... E depois dela, quase todas também foram mulheres. Hoje mesmo, a associação só tem três homens, o resto tudo é mulher. A horta também sempre teve mais mulheres que homens. Hoje só tem Luiz Carlos, o resto é mulher. Então quem sempre levou o projeto da horta à frente fomos nós! Foi em 2007, inclusive, no primeiro mandato, quando só faziam parte da associação as mulheres, que a gente começou a discutir a questão de plantar uma horta aqui na comunidade (*Dona ML*).

Construída em um antigo campo de futebol de areia da comunidade, em 2009, um ano após a avaliação do Pro-Rural, o projeto da horta orgânica comunitária recebeu um recurso de

R\$50.000,00 para a implantação do roçado e a instalação de um sistema de irrigação⁴⁸. Em contrapartida, os produtores se responsabilizaram pela limpeza do terreno, preparo do solo e construção do cercado que protege e limita a área de cultivo, como atestou uma das produtoras envolvidas neste processo, desde o começo:

Através do Pro-Rural, ainda no governo de Eduardo Campos, a gente conseguiu um recurso de R\$ 50.000,00 para implantar a horta e o sistema de irrigação desse projeto. Como contrapartida, a gente entrou fazendo o cercado, a limpeza da área e o preparo do solo. E aí a gente finalmente começou, embora as pessoas não acreditassem que realmente ia dar certo, por ser orgânico (*Dona O*).

FIGURA 12 – CANTEIRO DA HORTA ORGÂNICA DO ASSENTAMENTO MANDACARU



⁴⁸ A água que abastece a horta orgânica é proveniente do canal do Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho, que corre a três quilômetros de distância da vila comunitária.

Fonte: Autoria Própria. Pesquisa de Campo Jan./2020.⁴⁹

FIGURA 13 – CANTEIROS DA HORTA ORGÂNICA DO ASSENTAMENTO MANDACARU



Fonte: Própria. Pesquisa de Campo Jan./2020.⁵⁰

A horta orgânica do Mandacaru produz mais de 20 espécies de hortaliças (herbáceas, tuberosas, plantas condimentares e medicinais), distribuídas em 195 canteiros produtivos e, semanalmente, fornece alimentos para as feiras públicas das cidades de Petrolina e Juazeiro, para os programas de abastecimento do governo e para alguns supermercados locais. As principais culturas cultivadas pelos agricultores na horta são: alface, coentro, rúcula, cebolinha, pimentão, beterraba, cebola, batata, abóbora e tomate cereja.

Os agricultores, a partir da viabilização da horta orgânica comunitária, começaram a experimentar novas formas de trabalho agrícola, explorando a dinâmica dos agrossistemas e os efeitos diretos de práticas e técnicas de manejo ecológicos, a exemplo do controle de pragas e plantas invasoras, da adubação orgânica e da seleção de variedades mais adaptadas

⁴⁹ Canteiro de alface da horta do Assentamento Mandacaru.

⁵⁰ Trabalhador fazendo a manutenção da horta do assentamento.

ao clima da região. Tal constatação também já havia sido observada por Freitas, Gervásio e Neto *et al.* (2015, p. 79), ao admitirem que:

Com a consolidação do grupo envolvido na produção orgânica no Assentamento Mandacaru, a horta se transformou em um ambiente de troca de experiências agroecológicas e aprendizagem para famílias do assentamento e de outras comunidades rurais e urbanas de Petrolina e região. Experiência semelhante é vivenciada por agricultores do Assentamento Serra Dourada, Goiás – GO, que recebe visitas de universidades e escolas locais por ser referência em produção agroecológica. Em ambas as experiências também os agricultores dão palestras em eventos organizados por parceiros e pelas universidades envolvidas, levando suas experiências para outros agricultores.

O papel da organização social das lideranças do assentamento na promoção de uma ação coletiva efetivamente participativa foi fundamental para o êxito do grupo na criação da horta orgânica e apropriação das técnicas de produção facilitadas por alguns órgãos locais da região, como já assinalado também pelos autores supracitados. Em face desse processo de construção coletiva, é possível afirmar que a articulação de interesses particulares mediados por estratégias de ação conjuntas permite aos agricultores a experimentação de processos de reconhecimento intersubjetivo (HONNETH, 2003), nos quais os indivíduos projetam necessidades e expectativas por meio do desenvolvimento de alternativas comuns, reforçando os laços solidariedade (COSTABEBER, 1998; CAPORAL. COSTABEBER; PAULUS, 2006). Sobre esse aspecto, faz-se oportuno também replicar as observações de Freitas, Gervásio e Neto *et al.* (2015, p. 17) com relação à mobilização social em torno do projeto da horta orgânica do Assentamento Mandacaru:

A construção do conhecimento local se dá a partir das experiências vivenciadas por cada agricultor e grupo social, tendo como ponto de partida a identidade cultural das famílias com as atividades socioprodutivas, a articulação das famílias e mobilização social de grupos que articulam conhecimentos e demais recursos necessários à transição agroecológica, bem como da sistematização de experiências e troca de conhecimentos agroecológicos entre os diferentes atores sociais envolvidos nos processos locais de transição.

Por outro lado, é preciso considerar que o êxito alcançado, através dos processos socioprodutivos da horta comunitária, também fez emergir novos desafios, principalmente em virtude da pequena área de exploração dos agricultores (0,5 hectares), para atender à crescente demanda por produtos orgânicos no mercado local. Além disso, não se pode deixar de levar em conta que muitas famílias do assentamento se afastaram do projeto, ao longo do processo, por inúmeras razões, dentre as quais: a inadequação ao trabalho com produção orgânica e agroecológica; o envolvimento com outras atividades profissionais, especialmente aquelas

desenvolvidas fora do assentamento (serviço público e trabalho assalariado nas fazendas circunvizinhas); as dificuldades de convivência no trabalho em grupo; e problemas de saúde e idade avançada, o que compromete, em grande medida, o esforço físico necessário para a lida com a agricultura. Esse conjunto de questões, por seu turno, revela que o projeto da horta comunitária não deve ser considerado como um êxito, tal como sugeriram Freitas, Gervásio e Neto *et al.* (2015), mas como um processo em construção que vem sofrendo perdas e ganhos ao longo da sua constituição⁵¹. A figura 14 expõe um croqui da horta orgânica com seus 195 canteiros, cisterna, galpão de operações e caixa d'água.

FIGURA 14 - CROQUI DA HORTA ORGÂNICA DO ASSENTAMENTO MANDACARU



Fonte: SILVA, D. P. Sheila (2015)⁵²

⁵¹ A discussão desses impasses será exposta mais adiante, no subtópico “entre adesões e rejeições”.

⁵² Esta imagem simula a área total da horta orgânica do Assentamento Mandacaru, incluindo canteiros, cisterna, galpão e caixa d'água.

Este croqui mapeia a horta do Assentamento Mandacaru. Ao lado esquerdo estão dispostos 75 canteiros de hortaliças. Na parte superior, estão representados as cisternas, a caixa d'água e o galpão produtivo, no qual as hortaliças são separadas para o despacho. Este local também é eventualmente utilizado para reuniões rotineiras entre agricultores e atravessadores. Ao lado direito, estão dispostos mais 120 canteiros de hortaliças. Cada um dos 195 canteiros possui, em média, 16 metros de comprimento e 1 metro de largura. A figura abaixo, reúne imagens do espaço da horta.

FIGURA 15 - HORTA ORGÂNICA DO ASSENTAMENTO MANDACARU



Fonte: SILVA, D. P. Sheila (2015).⁵³

6.1.2 Das técnicas de manejo ecológico

A adubação orgânica é produzida a partir do material vegetal proveniente da horta, enquanto o controle de plantas invasoras é realizado por meio da capinação manual e uso de biofertilizantes naturais. Em entrevista, um dos produtores envolvidos com o projeto explica detalhadamente alguns dos procedimentos de manutenção da horta:

Essa cerca aí arrodeando o canteiro não é assim porque nasceu aí não, a gente teve muito trabalho para construir, porque essa cerca verde é obrigatória para quem trabalha com orgânico. Depois disso, a gente teve que trabalhar também com os defensivos naturais. Aqui dentro, a gente trabalha

⁵³ Esta imagem registra os reservatórios d' água, os canteiros e o galpão localizados na horta comunitária. Na mesma imagem ainda é possível observar uma produtora preparando um composto orgânico.

com vários tipos de produtos. A calda bordalesa, por exemplo, a gente aplica para combater insetos e fazer adubo. A calda é feita a base de água, esterco, calcário, melaço de cana, cinza e outros ingredientes... O esterco da gente vem lá do Piauí, onde os bodes se alimentam somente da vegetação da Caatinga, sem nenhum agrotóxico.... Aqui a gente até podia conseguir mais barato, em Petrolina mesmo, mas a gente não pode produzir um esterco de um animal que se alimenta de veneno, né? Agora mesmo, a gente comprou uma carrada com 200 sacos de esterco para aplicar no canteiro.... Aí quando a planta vai ficando esperta a gente joga a calda bordalesa (*Seu V*).

FIGURA 16 – CANTEIROS DA HORTA ORGÂNICA DO ASSENTAMENTO MANDACARU



Fonte: Autoria própria. Pesquisa de Campo Jan./2020.⁵⁴

De acordo com as informações coletadas em campo, os agricultores orgânicos do Mandacaru não precisaram se submeter a nenhum processo de conversão produtiva, tendo em vista que o desenvolvimento dos primeiros cultivos do assentamento já se deu em bases orgânicas, desde o início da construção da horta comunitária. Isso não significa dizer que a ideia de implementação de uma horta orgânica tenha gozado de ampla adesão entre todos os assentados, como já mencionado. Quando questionada sobre o processo de criação da horta, uma produtora expôs o seguinte:

Para a gente foi mais fácil ingressar no orgânico porque a gente não tinha uma produção grande aqui no assentamento. Nós tínhamos somente uma área coletiva de 35 ha que fica aqui do lado, mas nem todas as famílias produziam ainda, por conta da falta d'água. Então, quando a gente decidiu fazer uma produção dentro do assentamento, a gente já começou aqui com a

⁵⁴ A imagem da esquerda registra a terra pós-semeada. Na imagem à direita, o crescimento dos brotos de alface orgânicos.

produção orgânica. Houve rejeição das pessoas que estavam acostumadas a trabalhar com o convencional, mas a gente não teve essa “transição” (*Dona O*).

Embora os produtores orgânicos do Assentamento Mandacaru não tenham realizado uma transição orgânica formal, como já salientado, houve todo um processo de construção coletiva subsidiado pela apreensão de conhecimentos técnico-ecológicos. Antes mesmo de analisar como se deram os procedimentos de capacitação, via entidades locais, ainda é preciso expor alguns dos conflitos que dividiram os produtores do Mandacaru durante a fase inicial de implementação da horta orgânica.

6.1.3 *Entre adesões e rejeições*

Atualmente, apenas 7 assentados estão trabalhando na horta orgânica do Mandacaru. Segundo relatos, o desinteresse da maior parte dos agricultores em aceitar participar do projeto está relacionado a dois fatores principais: por um lado, alguns produtores preferiram manter seus contratos de trabalho com empresas agrícolas locais, justificando falta de tempo para se dedicarem ao projeto. Outros agricultores, por sua vez, optaram por produzir - de forma convencional ou orgânica - e distribuir seus cultivos por conta própria, recusando-se a um envolvimento coletivo, por meio das atividades da horta. Tal decisão, entretanto, não impediu que este grupo participasse das feiras locais e dos programas de abastecimento alimentar do governo (PAA e PNAE). No depoimento baixo, uma produtora explica porque alguns produtores decidiram não se envolver com projeto da horta orgânica:

Inicialmente eram 33 famílias nesse 0,5 ha coletivos, mas só depois que a gente começou a fazer o trabalho na horta, a infraestrutura de uso coletivo mesmo, que alguns foram desistindo e preferiram trabalhar por conta própria em seus quintais produtivos domésticos. Outros preferiram continuar trabalhando nas fazendas de uva da região e pouco se envolvem com as feiras e os programas do governo. Outra rejeição foi com relação à falta de interesse de alguns produtores de trabalhar em grupo, porque muitos preferem trabalhar sozinhos, levando seus próprios alimentos para as feiras e entregando seus produtos para os programas do governo. Outros produtores ligados à horta acabaram se afastando também pela idade, como foi o caso de Seu Vicente. Então hoje nós estamos com 7 agricultores na horta, 6 mulheres e 1 homem. (*Dona O*).

Ainda no que tange ao desinteresse de alguns produtores em trabalhar de maneira coletiva, outra produtora entrevistada ressaltou:

Muita gente aqui só pensa no “Eu”.... Não quer trabalhar em grupo.... No comunitário tudo é dividido.... Se nós comprarmos uma garrafa de água é dividido.... E justamente por isso tem muita gente que não quer participar.... Se a gente quer comprar, por exemplo, uma carrada de esterco, tem muita gente que não quer entrar na conta, não quer dividir (*Dona ML*).

A forte dose de individualismo que caracteriza os produtores rurais do Vale do São Francisco já fora motivo de discussão em trabalhos anteriores, uma particularidade, aliás, que não se reduz apenas aos pequenos produtores. Essa questão, segundo Souza Sobrinho (2017) está fortemente relacionada às irracionalidades de um modelo centrado na alta tecnologia, na geração de conhecimentos e na sofisticação dos alimentos. Apesar da articulação do assentamento com várias instituições locais no sentido de promoverem projetos alternativos de produção, a criação de vínculos ou parcerias entre empresas e organizações, sobretudo no sentido de desenvolver um trabalho cooperativo entre os diversos segmentos da agricultura familiar, não é uma característica comum ao Vale do São Francisco. Isso se dá justamente por se tratar de uma região regida pelo isolacionismo, individualismo de mercado e uma acentuada condição de desigualdade social, especialmente no que diz respeito ao acesso a recursos e tecnologias (SOUZA SOBRINHO, 2017).

Soma-se ao individualismo e ao isolamento já comentados, as disparidades de acesso aos recursos decorrente de um modelo de desenvolvimento que subtraiu as oportunidades de distribuição de terra e geração de renda aos pequenos produtores, embora os projetos de irrigação para o Semiárido nordestino implementados pelo Governo Federal estivessem, desde os seus primórdios, voltados a atenuar os problemas gerados pela seca e pelo êxodo daí decorrente. As consequências desse processo também se fizeram presentes na predominância de verticalidades sobre as horizontalidades, criando “território de exclusão”. Assim, não foi possível constatar, na nossa análise, aspectos como: promoção de um ambiente de inclusão, elevação do capital social e redução das desigualdades regionais, questões imprescindíveis para o funcionamento efetivo daquilo que a literatura considera como Arranjos Produtivos Locais (APLs) (SOUZA, SOBRINHO, 2017, p. 66).

De fato, o “vazio estrutural” (MORAES, 2016) “marcado pela ausência de políticas públicas capazes de articular os projetos individuais a um projeto coletivo mais amplo vem gerando um sentimento de ‘salve-se quem puder’ na competição dos mercados” (SOUZA SOBRINHO, 2017, p. 66).

Durante a coleta de dados, alguns depoimentos indicaram que o ceticismo associado à agricultura orgânica no Vale do São Francisco deve-se, em grande medida, à relação que muitos produtores locais ainda mantêm com um modo de produção convencional. O legado das práticas de trabalho desenvolvido pelas grandes empresas de fruticultura da região foi identificado como uma influência determinante no que diz respeito à desconfiança de alguns agricultores-assentados em relação às possibilidades de sucesso de uma iniciativa de trabalho fundamentada em princípios não-convencionais. Isto tem se dado, inclusive, pelo fato de os pequenos trabalhadores ainda estarem altamente dependentes de um sistema de produção

baseado no uso indiscriminado de veneno:

Há dados que indicam que, aqui no Vale do São Francisco tem um alto índice do uso de agrotóxicos, e é verdade!... As pessoas não acreditam no orgânico porque sempre trabalharam com veneno nas empresas daqui e acabaram se acostumando com esse sistema. A gente também visou essa parte de ser diferenciado, porque produzir por produzir todo mundo produz (*Dona O*).

A desconfiança no potencial do modelo orgânico de produção também se encontra relacionado à cultura de trabalho que muitos agricultores aprenderam com seus pais e avós e permaneceram praticando nas fazendas agrícolas em que trabalharam. Tal realidade, como revelou uma entrevistada, está diretamente associada à rejeição de parte dos assentados ao projeto coletivo de produção orgânica viabilizado pela horta:

A rejeição foi principalmente porque eles (alguns produtores) já estavam acostumados com a forma de trabalho aprendida com os avós e os pais. Eles achavam que se a produção não tivesse fertilizante ou defensivo não conseguiria tirar (o plantio). Então uma das rejeições foi essa (*Dona O*).

A descrença com o modelo de produção orgânico não apenas fez com que muitos produtores se recusassem a trabalhar na horta, como também acabou gerando uma série de insinuações de desprestígio em relação àqueles que apostaram no projeto, muitas vezes vindas de alguns colegas e de parte da população local:

Teve muita gente que fez piada, tanto da cidade como daqui mesmo de dentro do assentamento. Teve uma pessoa aqui que disse que se nós colhêssemos um pé de alface orgânico ele ia comprar a mil reais o molho... E essa mesma pessoa disse que se a gente colhesse orgânico aqui ele ia arrastando a bunda no cimento até Afrânio. E nós não fomos cobrar a ele isso não. Nós levamos a alface para ele e dissemos que não se ia cobrar nada, mas aqui é orgânico. Para se ter ideia, a gente colheu aqui um pé de alface que deu mais de 1 kg e 300 gramas! (*Seu V*).

No que diz respeito às motivações dos produtores em relação à criação da horta orgânica, o desejo de produzir alimentos sem veneno esteve presente na maior parte dos discursos dos entrevistados. Ao buscar fazer frente à lógica produtiva local, o projeto de agricultura orgânica do Mandacaru procurou vincular-se a princípios diametralmente contrários à agricultura convencional, tais como o respeito aos ciclos vegetais, a integridade do trabalho familiar e a preservação do saber popular, apropriando-se da perspectiva agroecológica. Essas questões foram enfaticamente sublinhadas por uma das produtoras:

Nossa forma de produção não é apenas orgânica, ela é agroecológica! Aqui nós trabalhamos com a mão de obra totalmente familiar, nós trabalhamos com recursos que a própria propriedade oferece, a gente prioriza os movimentos sociais, os saberes populares que estavam esquecidos... A gente aborda todo um contexto, né? Com isso, a gente também procura tentar mudar um pouco o que tem sido feito aqui por essas empresas da região

(Dona O).

O relato acima demonstra o quanto os agricultores do Mandacaru se encontram sintonizados com discurso agroecológico, principalmente quando impõem uma visão crítica à agricultura convencional, valendo-se de orientações mais adequadas ao manejo dos agrossistemas e técnicas produtivas mais sensíveis à preservação dos sistemas locais de conhecimento, tal como habitualmente ressaltadas nas obras de Caporal e Costabeber (2002). O conjunto dessas práticas sintetizam a ideia de sinergia defendida por autores como Altieri (2012), para quem a Agroecologia não apenas contribui para a modificação dos sistemas de produção convencionais, mas também propiciam a diversidade, o diálogo com os saberes tradicionais, a promoção de técnicas economicamente viáveis e o desempenho mais eficiente dos sistemas de produção alternativos.

Particularmente no que diz respeito ao Assentamento Mandacaru, essas novas experiências de aprendizagem também concorreram para a desmistificação das incredulidades associadas à cultura orgânica entre alguns produtores, motivando outras formas de produção e gestão de negócios. Neste quesito, uma produtora relata, com emoção, a mudança de perspectiva de alguns produtores a partir contato com novos conhecimentos:

Eu fui uma das incentivadoras.... Hoje eu acho que certamente tem outros, como Seu Vicente, que eu até me emociono quando ele tá falando um pouco... Porque realmente ele foi uma pessoa que dizia que não acreditava e depois concordou em experimentar. Ele hoje é um defensor, só que tem outras pessoas aqui na comunidade que não acreditavam de jeito nenhum e hoje estão trabalhando e produzindo e tocando seus negócios com qualidade. Isso também para mim é muito gratificante (Dona O).

As entrevistas ainda revelam o compromisso dos produtores com o modelo orgânico de produção em termos de disseminação de uma cultura de consumo mais saudável e menos agressiva ao meio ambiente. Nesse contexto, alguns agricultores também chamaram a atenção para alguns mitos correlacionados à natureza dos produtos orgânicos, bem como algumas vantagens e desvantagens deste modelo agrícola em relação ao sistema convencional.

É mito dizer que o produto orgânico é feio, não é! A gente prova por A mais B que a gente consegue produzir um produto tão bonito quanto o convencional, porém, é claro, a gente tem uma produção menor. Se você, tipo, conseguir tirar 15 toneladas em 1 ha de convencional, no orgânico você vai tirar, no máximo, 10 toneladas, e olhe lá, depende do trato cultural, depende de tudo. A diferença que a gente enxerga é só essa. Outra vantagem é que a gente não tem perda nem dificuldade de comercialização, o que acontece muito no convencional, né? E o produtor ganha muito com isso, porque se você já sabe que toda a sua produção está vendida, você pode calcular seus lucros: quanto vai ganhar, o que você pode gastar.... Tudo bem que pode ter uma praga ou você pode não tirar a produção esperada, mas você sempre vai ter um parâmetro para se basear financeiramente, e hoje a

gente está tendo mais demanda do que pode produzir (*Dona O*).

O depoimento acima permite constatar o quanto os produtores do Mandacaru estão a par das possibilidades de eficiência econômica proporcionadas pela agricultura agroecológica, sobretudo quando a produção de serviços voltados ao mercado e consumo das famílias produtoras são capazes de promover um equilíbrio dinâmico que envolve tanto dimensões materiais como simbólicas (GUHUR; TONÁ, 2012). Os resultados oriundos do desenvolvimento desse sistema agrícola alternativo no Assentamento Mandacaru têm permitido com que os produtores resistam ao agronegócio, mantendo-se em defesa dos seus contextos de origem e das formas particulares de trabalho, gerando renda e conhecimento mútuo. De modo mais amplo, essas questões não se restringem apenas ao desenvolvimento do grupo específico estudado, mas contribuem para que a sociedade redirecione o curso alterado da co-evolução social e ecológica em suas múltiplas inter-relações e influências, tal como preconizado por Caporal e Costabeber (2002).

Por outro lado, em termos de desvantagem, alguns produtores comentaram a respeito da falta de reajuste do preço dos produtos orgânicos para comercialização em comparação aos alimentos não orgânicos:

O preço do orgânico é tabelado. Mesmo que o convencional altere o preço dos produtos, o orgânico não altera. Eu vejo esse problema. Eu vendo o quilo da cebola no orgânico a R\$ 5,00, mas eu passo para o meu sobrinho vender na feira por R\$ 3,00 para ele poder tirar o dele. A batata doce é R\$2,50, eu vendo a ele a R\$1,50... O ruim é que tudo aumentou muito... O saco de cebola no convencional chegou a R\$110,00, mas a gente não pode cobrar mais do que cobra hoje, porque o preço é tabelado. Na feira lá do convencional eles fazem três produtos por R\$5,00, a gente não pode fazer isso.... Aí é quando o cliente muitas vezes compra no convencional porque está pensando no bolso. E a gente não pode fazer nada, porque a gente tem que vender de acordo com o preço estabelecido pela APROVASF. (*Dona ML*).

Buscando identificar as principais distinções de precificação entre produtos orgânicos e convencionais, Moraes (2023), destaca que há um conjunto de fatores que pode interferir no barateamento de um e/ou encarecimento de outro. Referindo-se à feira de orgânicos do CEASA-PE, essa autora comenta sobre “as lógicas” que definem a precificação:

Na feira de orgânicos, as lógicas particulares são pertinentes à organização da diversidade de oferta, da manutenção de um tabelamento coletivo do preço, entre CEASA-PE e agricultores, bem como a organização coletiva de transporte para a logística. Outras lógicas são utilizadas para a formação dos preços para além da prática do tabelamento, entre as quais se destacou a precificação com base no tamanho dos alimentos, segundo os critérios particulares dos produtores (MORAES, 2023, p. 215).

Moraes (2023, p. 190) salienta que a precificação por tabela não raras vezes leva a

discórdias e conflitos entre os feirantes, principalmente quando alguns decidem, por conta própria, seguir “mais ou menos” o que foi estabelecido na tabela. Para todos os efeitos, como bem considera essa autora, “a prática da precificação emprega um esforço adicional dos feirantes, no sentido de mostrar as vantagens do produto orgânico ofertado, procurando convencer o cliente em adquiri-lo”.

Entre as principais estratégias de barganha entrariam, segundo Moraes (2023), os aspectos relacionados ao meio ambiente, ao território e à durabilidade do produto, constituindo um conjunto de argumentos normalmente apresentado pelos feirantes no sentido de justificar o tabelamento dos preços dos produtos orgânicos. Situação semelhante fora encontrada nesta pesquisa, ao serem enaltecidas as vantagens dos produtos orgânicos quando comparados aqueles advindos de uma produção convencional:

Enquanto liderança, a gente pensa que tem que estimular o consumo de produtos orgânicos no mercado. Nossa ideia é trazer atrativos. Porque a gente precisa estar todo dia dizendo que o produto orgânico é bom porque não usa agrotóxico, porque o sabor do produto é diferente, a durabilidade do produto é diferente.... Então a gente tem que estimular isso (*Dona O*).

Questões relacionadas à melhoria da qualidade de vida dos assentados, tanto em termos sociais, incluindo questões relacionadas ao reconhecimento social, como em termos econômicos, especialmente no que diz respeito à renda, foram frequentemente mencionadas durante as entrevistas. Tais relatos serão reiterados ao longo deste tópico com o objetivo de ressaltar como a vinculação de parte dos assentados do Mandacaru com o modelo de produção orgânico tem sido capaz de proporcionar um melhor estilo de vida aos assentados, assim como um maior reconhecimento social do próprio assentamento perante a sociedade local. Por ora, ainda é preciso tratar sobre a importância da APROVASF e dos cursos de capacitação neste processo.

6.1.4 APROVASF

A Associação das Produtoras e Produtores Orgânicos do Vale do São Francisco (APROVASF) foi constituída oficialmente em maio de 2014, tendo como motivação econômica a produção de frutas e hortaliças. O seu quadro social é composto por 56 sócios, dentre agricultores, técnicos das Ciências Agrárias e de outras formações, oriundos de organizações formais e informais, tendo, como representação maior, assentamentos da reforma agrária, periurbanos e perímetros irrigados, localizados em Petrolina-PE e Juazeiro-BA, bem como em outros municípios da região. A APROVASF se constituiu a partir da articulação de várias iniciativas em produção orgânica e agroecológica em curso no polo dos

municípios de Petrolina-Juazeiro (GERMINO; FREITAS; MARINHO, 2017). A então presidente da APROVASF assim define o objetivo dessa associação:-

O papel da APROVASF é organizar os produtores e fazer a ponte entre os parceiros e os agricultores e ajudar no crescimento da agricultura orgânica no mercado regional. O objetivo é ter uma agricultura orgânica cada vez mais fortalecida, e a CODEVASF tem sido essencial nesse processo, já que mais de 60 produtores inscritos na atividade e que outros estão entrando no processo. A gente acredita que cada vez mais produtores deverão nos procurar para participar desses projetos. A nossa intenção é certificar, a cada semestre, 50 novos produtores com o selo de produção orgânica (*Dona O*, CODEVASF, 02/01/2015).

Neste depoimento, Dona O., a presidente em exercício da APROVASF era também, na ocasião, presidente da Associação do Assentamento Mandacaru, foi um tempo em que essa líder comunitária estava acompanhando e discutindo o projeto de ampliação do Parque Municipal Josefa Coelho para a comercialização de produtos orgânicos na cidade de Petrolina. Como será visto no tópico seguinte, a criação das feiras locais do Vale do São Francisco foi identificada como uma iniciativa de suma importância para disseminação do modelo orgânico de produção da região, o que, por sua vez, contribuiu para a melhoria da qualidade de vida dos produtores do Assentamento Mandacaru.

6.1.5 Cursos de capacitação

Por meio do apoio da CODEVASF e da APROVASF, os assentados do Mandacaru tiveram a oportunidade de acessar uma série de cursos de capacitação intermediados por diferentes entidades locais, sobretudo pela UNIVASF e pelo sistema “S” (SENAI, SEBRAE, SEBRAETEC e SENAR). Realizados entre 2008 e 2010, esses cursos foram essenciais para qualificar e habilitar os agricultores no processo de adequação produtiva iniciada a partir do projeto da horta:

Nós tivemos diversas parcerias que deixaram sua parcela de contribuição entre 2008 e 2010. Uma das mais fortes que estão até hoje é com a UNIVASF, mas tivemos também com o SEBRAE, com o SEMAR e com o SESI, que tem sede em Salvador, na Bahia.... Isso tudo não foi para ninguém dar dinheiro, porque foram capacitações que foram dadas.... Então as pessoas realmente entenderam como fazer orgânico e então isso foi de grande valia para nós desenvolvermos nosso projeto (*Dona O*).

Ainda sobre os cursos de capacitação, a entrevistada completou:

Tivemos parcerias com o SEBRAE, o SENAR, com o IPA e Sindicato dos Trabalhadores Rurais que viabilizaram vários cursos. O primeiro curso que a gente fez foi o curso básico de agricultura orgânica, pelo SENAR, que era para conhecer mesmo a parte de como trabalhar a agricultura orgânica e agroecológica, a estrutura do solo, como a gente podia melhorar o solo, etc.

Porque a base da agricultura orgânica é o solo; se você consegue se viabilizar para que seu solo seja um solo rico você tem 80% de chance de tirar uma boa colheita. A gente mesmo tem um exemplo aqui: a nossa horta era um campo de futebol e com todo um trato de incorporação de matéria orgânica e com pó de rocha a gente foi fazendo uma estrutura totalmente diferenciada [...] Depois do curso de agricultura orgânica básica, em 2008, a gente foi fazer a parte de certificação, que foi uma parceria com o SEBRAE TEC, onde cada produtor entrou com o valor de 20% do curso... Na época, se eu não me engano, foi R\$ 82,00 que a gente pagou... A partir daí, a gente aprendeu a fazer um caderno de campo, como fazer as anotações [...] Tivemos cursos de letramento pra os agricultores que não sabiam escrever pra fazer os planos de manejo... Foram muitos cursos... Como a gente já trabalhava em grupo, a gente fez curso de associativismo, cooperativismo, pelo SEBRAE TEC, a gente fez também curso de comercialização, de como abordar o cliente, fizemos de marketing, fizemos curso de beneficiamento, entre outros. E, na verdade, esse processo não acabou. Agora, por exemplo, a gente vai fazer uma capacitação sobre rastreabilidade (*Dona O*).

De acordo com a página oficial da APROVASF no *Facebook*, esses cursos de capacitação, não foram somente importantes para a qualificação e inserção comercial dos produtores agrícolas do Vale do São Francisco, mas, especialmente para a disseminação do modelo orgânico de produção comprometido com a qualidade e a segurança alimentar. Segundo dados disponibilizados na página da APROVASF, além do Assentamento Mandacaru, outras comunidades foram contempladas com essas políticas de capacitação locais, a exemplo da comunidade do Bairro João de Deus com a implementação de uma horta comunitária (Hortovale), em 2008. Outros municípios, como Lagoa Grande e a comunidade Riacho do Recreio, também adotaram o modelo orgânico de produção também em 2008. Existem ainda outros produtores orgânicos nas cidades baianas de Juazeiro, Casa Nova e Pilar. Estes últimos encontram-se reunidos em torno da Associação de Produtores Orgânicos da Adutora (APROAC), agregação baiana destinada ao desenvolvimento da produção de frutas e hortaliças não-convencionais. Atualmente, cerca de 20 produtores de Petrolina-PE e Juazeiro-BA mantêm feiras de comercialização de hortaliças e frutas orgânicas (APROVASF, 2020).

Todavia, como sustentam ainda Germino, Freitas e Marinho (2017), a trajetória dos produtores orgânicos do Vale do São Francisco iniciou décadas antes. Já havia iniciativas em algumas comunidades, como a Horta João Paulo II, desde 1987, lideradas pelas Irmãs da Congregação das Oblatas de São Luiz Gonzaga (Irmãs Luizinhas) em uma área de 3 hectares para 120 famílias. Essas experiências, todavia, não seriam possíveis se não fosse o papel da APROVASF (GERMINO; FREITAS; MARINHO, 2017).

No caso do Mandacaru, embora a criação da horta tenha trazido novas possibilidades de crescimento para alguns assentados, as primeiras experiências de comercialização, via

feiras orgânicas, não foram economicamente bem-sucedidas, sobretudo em função do reduzindo nível de consumo de produtos orgânicos na região, ainda fortemente influenciado por fatores relacionados à cultura de produção do Vale do São Francisco. Essa questão também pode ser apontada como um dos fatores de desmotivação de alguns produtores para a adoção da agricultura orgânica. Não por acaso, como registrou Ladislau Dowbor (2009), a produção do segmento de orgânicos em Petrolina, no ano de 2008, ocupava apenas 0,3% dos 44,3 mil hectares, onde a CODEVASF desenvolvia oito projetos de irrigação. Ainda de acordo com este autor, neste mesmo ano, somente 169 hectares da região possuíam certificados de produção orgânica. Diante das limitações de oferta-demanda de um mercado sedimentado, ao longo do tempo, em grande consumo de insumos agrícolas, um produtor chama a atenção para as dificuldades de escoamento das suas mercadorias e a importância dos cursos de capacitação para a superação dessas condições:

A produção que tinha não era muita porque a gente estava praticamente plantando só na área que tinha sido feita a capacitação, não estava com a horta toda plantada. Mas tinha muita perda, por quê? Porque você não tinha o conhecimento no comércio ainda para escoar sua produção, aí teve muita perda.... Mas hoje praticamente a gente não perde quase nada, a gente não tem é capacidade de suprir a necessidade dos clientes que vêm procurar a gente. Até por isso, o Assentamento Terra da Liberdade começou a se interessar mais pela agricultura orgânica (*Seu L*).

Com a criação dos centros de comercialização orgânica das cidades de Petrolina e Juazeiro a partir de 2010, a inserção dos produtores do Mandacaru no mercado local permitiu uma maior visibilidade do assentamento na região, motivando outros agricultores assentados a se engajarem na agricultura orgânica.

6.1.6 A importância do papel das mulheres

Apesar da redução do número de produtores ligados à horta entre 2020 e 2022⁵⁵, o número de mulheres envolvidas no projeto ainda constitui a maioria. Segundo relatos, isso se deve, sobretudo, aos laços de união que as produtoras compartilharam desde do início da história do assentamento. Uma situação que pode ser comprovada através de diversos depoimentos que revelam que as mulheres sempre estiveram à frente da associação, desde o primeiro mandato da presidência da associação, e dos projetos formalmente alinhados por intermédio dos conselhos internos do assentamento, sobretudo no que diz respeito à implementação da horta orgânica. Uma série de outros projetos, em sua maioria levados a

⁵⁵ Na última visita de campo, realizada em janeiro de 2020, haviam 19 produtores envolvidos no projeto da horta comunitária, dos quais 13 eram mulheres e apenas 6 eram homens. Por motivos de doença e idade avançada, esse número hoje encontra-se reduzido a 7 produtores, dos quais 6 são mulheres (Dona. ML, Dona MG, Dona M., Dona SB, Dona N e Dona N) e 1 é homem (Seu LC).

cabo pelas próprias produtoras, também podem ser mencionados para exemplificar o engajamento e a liderança das assentadas ao longo da história do assentamento, a exemplo da criação de um grupo dedicado à fabricação de doces artesanais. Sobre o início das discussões em relação à criação desse projeto, uma das mais antigas produtoras do assentamento comentou:

Quando eu cheguei aqui no assentamento, logo vi a necessidade de fazer alguma atividade que incluísse as mulheres e fizesse com que elas gerassem mais renda para o Assentamento. Muitas de nós passávamos o dia inteiro debaixo do barraco à espera dos filhos e maridos que estavam buscando por emprego na cidade. Foi aí que um dia eu resolvi chamar Dona O. (filha) para tentar a sorte nos doces artesanais. Nessa época, a gente ainda vivia na base da luz de candeieiro. Foi nessa época que chegou aqui um homem chamado Geraldinho, que nos doou sobras de cocos para aproveitarmos. Uma menina do INCRA que agora me fugiu o nome.... Ela nos ajudou com sacos de açúcar, panelas.... Daí a gente começou a fazer esses doces para vender nas feiras, escolas ou qualquer lugar que tinha gente. Um dia a vigilância sanitária barrou a gente, aí nós paramos, né? Ficamos paradas até que inventamos de fazer artesanato, mas também não deu certo. Quando foi em 2003, montamos um grupo de mulheres para voltar a trabalhar com doces, mas agora buscando obedecer às regras da vigilância. Buscamos capacitação, corremos atrás de parceria com o IPA. Depois de alguns cursos e doações de equipamentos, conseguimos legalizar o negócio com a vigilância sanitária e começamos a trabalhar (*Dona ML*).

Ao analisar o caso das famílias rurais produtoras de doces de fruta em Pelotas-RS e na região do Vale do São Francisco, Krone (2018, p. 175) chama a atenção para a constante tensão e ameaça dos órgãos de fiscalização do Estado em relação aos métodos de produção tradicionais, classificados como atrasados e inapropriados para o consumo.

Outro projeto encabeçado pelas mulheres diz respeito à coleta seletiva, uma iniciativa organizativa de grande importância para o encorajamento de práticas internas de preservação dos laços comunitários e inclusão social de crianças e adolescentes na manutenção das áreas de convívio social do Assentamento:

A Seleta coletiva foi o seguinte: a gente fez um mutirão entre jovens e crianças para dar uma geral no assentamento. Foram coletados pneus, latas e garrafas para serem vendidas em pontos de reciclagem da cidade. Com isso, não apenas estimulamos os jovens a cuidar do assentamento, mas a cuidar do meio ambiente e gerar uma renda extra, o senso de responsabilidade, né? Então a gente junta, vende o que coletou e depois divide entre as crianças [...]. Isso também é feito em um clima de brincadeira.... Fizemos até uma gincana.... Dividimos as crianças em dois grupos e o grupo que venceu ganhou um passeio. Isso é muito bom porque esses jovens daqui vivem muito isolados. Com esse projeto da coleta, limpamos e ajeitamos nossa praça e levamos as crianças para ver o rio ou outro lugar importante da cidade. Desde 2009, isso vem acontecendo pelo menos uma vez por ano (*Dona ML*).

As ações e os embates permanentemente travados pelas lideranças femininas na gestão da Associação de Produtores Orgânicos (verificar o nome correto) do Assentamento Mandacaru revelam, a partir das suas falas, as lutas, recuos, conquistas, medos, parcerias com instituições, acessos à políticas públicas, dentro de um panorama que discute o protagonismo das mulheres camponesas na sua relação com a agroecologia.

Esse, aliás, é um tema exaustivamente abordado na obra *Globalização, segurança alimentar, feminismo e agroecologia*, organizado pelos pesquisadores Josefa Salete Cavalcanti, Andrea Butto e Ludovic Aubin. Nesta publicação, a partir de experiências que se dão no âmbito da agricultura familiar no nordeste brasileiro, na patagônia argentina e no Chile, ficam evidentes as ações levadas adiante por lideranças femininas no campo dos negócios agrícolas, das políticas públicas, das experiências comunitárias, da agroecologia e da segurança alimentar. Ações essas que tendem a se contrapor a um modelo de produção imposto pelas corporações globais pautado nas desigualdades de acesso a terra e trabalho nos territórios rurais (CAVALCANTI; BENDINI, 2022).

Sobressai nessa obra a preocupação com o cuidado da família, onde a centralidade da alimentação ganha particular relevância, circunscrita no que se discute como uma “ética feminina do cuidado”. Destaca-se, nesses estudos, a atenção para a participação ativa das mulheres em projetos alternativos de produção, pautado na solidariedade, cooperação e intercâmbio de produtos e serviços, como uma forma de manter os núcleos familiares e de vizinhança, como atesta Sanches (2022, p. 91). Ainda para essa autora, as ideias relacionadas à soberania alimentar, exaltadas nesses projetos constituiriam uma forma de resistência a uma alimentação industrializada, própria da agricultura capitalista convencional.

Assim, para essa autora, a mesma lógica da globalização que tende a remunerar e tornar invisível o trabalho feminino é o mesmo que, paradoxalmente, também contribuem para a criação de movimentos, de estratégias alternativas e de redes locais, regionais e internacionais que representam formas de “resistências para a sobrevivência, para a construção de outros modos e maneiras de se reproduzir, diversificando-se, pondo a vida no centro” (SANCHES, 2022, p. 92).

Nesse contexto mais amplo, a agroecologia representa, como bem sublinham Lira e Silva *et al.* (2022), tendo como base as falas de lideranças femininas do Estado de Pernambuco, a possibilidade de construção coletiva de conhecimento, de realização de parcerias de uma nova relação com a natureza e de manejo da terra, ao que admitem: “A agroecologia aparece, então, como uma matriz articuladora das lutas e das práticas; por isso, ela faz tanto sentido para as mulheres e representa muito mais do que uma mera técnica para

cuidar da terra” (LIRA; SILVA *et al.*, p. 328).

Apesar da liderança das mulheres no assentamento, especialmente por meio da criação de projetos como o da horta comunitária, a visibilidade do trabalho feminino na agricultura ainda requer mais reconhecimento por parte dos movimentos sociais e do próprio Estado. Como sublinham Silva, Mota e Silva *et al.* (2022, p. 355), as experiências das mulheres produtoras “muitas vezes passam despercebidas, mas poderiam se constituir numa alternativa de ampla adesão”, como pode ser observado no caso da participação das produtoras do Mandacaru no Programa Chapéu de Palha.

6.1.7 Projeto Chapéu de Palha

Entre os mais importantes programas sociais logrados pelas famílias do Mandacaru, estava o projeto Chapéu de Palha, como apontado pelos entrevistados, sobretudo no que diz respeito à ocupação e complementação de renda das mulheres assentadas. Instituído pelo Governo do Estado de Pernambuco em 1988, o programa Chapéu de Palha tem por finalidade combater os efeitos do desemprego decorrentes da entressafra da cana-de-açúcar, da fruticultura irrigada e das condições adversas geradas em torno da pesca artesanal no Sertão e na Zona da Mata de Pernambuco (SEPLAG, 2021). De acordo com a SEPLAG, o programa tem contribuído efetivamente para as áreas de educação, saúde, cidadania, habitação, infraestrutura e meio ambiente, gerando renda, reforço alimentar, capacitação técnica e melhoria da qualidade de vida para as populações em situação de vulnerabilidade no Estado de Pernambuco (CAIXA FEDERAL, 2021).

Adotado inicialmente por um grupo de apenas cinco mulheres do Mandacaru em 2002, o Programa Chapéu de Palha foi crucial, não apenas para a complementação dos proventos de algumas famílias assentadas durante os períodos de entressafra da fruticultura, mas também para o empoderamento feminino das agricultoras envolvidas no projeto através da produção de doces artesanais, experiência já relatada anteriormente.

Para Wilkinson (2008) e Ploeg (2008), as comunidades tradicionais do campo, particularmente as mulheres, vêm sendo afetadas por questões como a reorganização das relações de trabalho e desregulação do emprego estão diretamente ligados à internacionalização dos mercados, liberalização do comércio e intensificação da concorrência mundial. Ao tomar esses autores como referência, Butto, Cavalcanti e Aubin *et al.* (2022) sublinham que a agricultura tem sido abordada a partir de um conjunto de transformações globais da economia e pelos impactos sociais pertinentes à forma como o Estado tem se posicionado diante das relações de trabalho, acesso à água e terras, formas de produção,

diversidade agrícola e condições de sustentabilidade da natureza e vida humana. Tal como exposto no primeiro capítulo deste trabalho, muitos autores têm chamado a atenção para as estratégias adaptativas acionadas pelos pequenos produtores rurais no sentido de garantir a sobrevivência das suas unidades produtivas. Para Ploeg (2008), por exemplo, apesar da observância de algumas formas de insubordinação e independência relativa, grande parte dos trabalhadores do campo não têm tido outra alternativa senão a oferta da sua mão de obra ao mercado. No entanto, no caso das mulheres, essas condições são ainda mais delicadas.

Em trabalho recente, Butto, Cavalcanti e Aubin *et al.* (2022, p. 433) trazem ao debate as situações vividas por mulheres inseridas na agricultura em territórios do Agreste Meridional e do Sertão do Estado de Pernambuco. O objetivo dos autores foi analisar como essas mulheres atuam em resposta “ao fechamento dos espaços de produção e consumo de alimentos saudáveis, considerando as dificuldades de acesso aos bens naturais e desigualdades características do patriarcado”. A investigação levada a cabo pelos autores sugere que o privilégio dado às grandes empresas do mercado, especialmente no que diz respeito ao acesso aos bens comuns, tem interferido nos distintos fluxos de alimentos “nas unidades familiares, nas restrições econômicas e relações de poder que são acionadas no preparo e consumo de alimentos, no interior da família, na divisão do trabalho doméstico e nos cuidados” (BUTTO; CAVALCANTI, AUBIN, 2022, p. 434). Tendo como base o acompanhamento de uma série de experiências, os autores buscam esclarecer como as mulheres vêm resistindo às formas de exclusão, por meio da criação de espaços de autonomia e protagonismo.

Ainda como refletem esses autores, os limites de acesso às políticas públicas na conjuntura de desmantelamento dos programas em favor das mulheres e do desenvolvimento territorial⁵⁶ vêm impondo importantes estratégias de resistência por parte desses grupos. Essas questões são ainda mais salientes no Vale do São Francisco, onde a presença do agronegócio e as restrições de acesso à água são particularmente mais intensas. “O trabalho assalariado, a maior integração com circuitos globais, o acesso à renda monetária e as fortes pressões da indústria alimentícia restringem as possibilidades de manutenção das dietas tradicionais” (BUTTO; CAVALCANTI, AUBIN, 2022, p. 438).

As experiências observadas por Butto, Cavalcanti e Aubin *et al.* (2022) no Agreste Meridional e no Sertão de Pernambuco também incluem a realidade do Assentamento Mandacaru, chamando a atenção particularmente sobre a relação entre as normatizações políticas do Estado em torno da vigilância sanitária e a forma como as agricultoras,

⁵⁶ Aqui os autores se reportam especificamente aos programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, extinto no pós-golpe parlamentar de 2016.

conseguiram resistir e suplantam os obstáculos erigidos em torno da sua atividade produtiva, a exemplo do caso da vigilância sanitária, já mencionado. O depoimento abaixo demonstra como as mulheres envolvidas no Programa Chapéu de Palha contrariaram as imposições dos órgãos de sanção do estado, por meio da força da resistência e do engajamento técnico.

Aí quando foi 2003, a gente começou de novo. Eu mesma saí de casa a procurar mais mulheres para correr atrás do “sim” da vigilância sanitária. Muitas delas diziam: - “Não, eu vou trabalhar é na Terra do Sol que dá mais futuro”. Mesmo assim, eu consegui dez mulheres para trabalhar com os doces novamente. No começo, a gente perdia muita coisa, desperdiçava muito material, porque não tinha experiência. Foi aí que nós mesmas corremos atrás de capacitação com o IPA. Com a capacitação certa, conseguimos voltar a comercializar sem problemas e sem perder material. Isso tudo foi com nossa persistência e força de vontade, e com a ajuda de pessoas muito boas daqui de Petrolina (*Dona ML*).

O caso do Programa Chapéu de Palha é considerado um exemplo de resistência porque tem sido capaz de conceder às produtoras participantes “o poder de decisão” e a “escolha das atividades econômicas” a serem desempenhadas de acordo com suas preferências, principalmente quando decidem optar por “modelos de agricultura sustentáveis e se apoiam em processos de auto-organização em distintos níveis” (BUTTO; CAVALCANTI, AUBIN, 2022, p. 435). A análise realizada no Assentamento Mandacaru condiz com a observação feita por esses autores, na mediada em que tanto reflete a capacidade de autonomia e resistência das produtoras envolvidas, como suscita situações de reconhecimento social:

Por meio do Programa do Chapéu de Palha a gente foi convidada para fazer merenda para sala de aula. A gente começou com três turmas, mas, no ano seguinte, em 2004, a gente já conseguiu aumentar para sete turmas, fazendo almoço e café da manhã, além da merenda. No ano de 2005, a gente já aumentou ainda mais, ficando com 32 turmas.... Aí já era almoço, café e janta. Depois do Chapéu de Palha, apareceu o PAA, que é o Programa de Aquisição de Alimentos no município. Nesse momento, o grupo já era forte e experiente.... Aí a gente começou a fazer doces, bolos e polpas, chegando a entregar 1.000 quilos de alimento por semana (*Dona ML*).

Além disso, como observado nas entrevistas de campo, a participação do grupo de produtoras do Mandacaru neste programa contribuiu, em grande medida, para o reconhecimento do assentamento aos olhos da população, dirimindo o estigma social relacionado à condição de indivíduos assentados da reforma agrária, como eram negativamente enquadrados no início da ocupação da Fazenda Mapel e até mesmo depois da legalização do assentamento por meio do INCRA. Uma das produtoras que participaram do projeto desde o início registra como se deu a criação do grupo de mulheres e como o mesmo

passou a se envolver com o programa:

Em 2002, a gente formou o grupo de mulheres. Inicialmente era um grupo para trabalhar artesanato, principalmente no que o povo chama aqui de fuxico. Aí depois a gente resolveu fazer cocada com os cocos que uma pessoa da fazenda daqui do lado doava para gente. Daí a gente começou a vender na cidade, na prefeitura, no IPA e onde tinha gente para comprar.... Foi começando a dar certo e, a partir disso, a gente foi crescendo e colocando esse produto no mercado. Aí um dia a vigilância sanitária ligou para mim, perguntando se eu tinha a certificação do produto, isso já 2008, dizendo que a gente tinha 24h para recolher o produto... Só que, em 2007, o pessoal do chapéu de palha já tinha começado a observar esse trabalho da gente com os doces e nos contrataram para capacitar outras mulheres, e também para falar sobre políticas públicas de empoderamento. O mais especial disso foi que, com os doces, a gente começou a criar uma fama aqui em Petrolina e sair numas matérias de jornal, principalmente por causa do doce de xique-xique.... Foi aí que eles convidaram a gente para ensinar a fazer esse doce a outras mulheres, inicialmente a três turmas de 60 mulheres. Nós fizemos um trabalho espetacular, porque a gente já vinha de um contexto de luta, né? No ano seguinte, a gente passou de três para oito turmas e também começamos a trabalhar com artesanato, sobretudo com o biscuit (*Dona O*).

Nesta mesma perspectiva, outra entrevistada, mãe de Dona O., também menciona quais eram os principais propósitos do programa, como a repercussão do Projeto Chapéu de Palha contribuiu para a melhoria de renda das mulheres envolvidas e para popularização do Mandacaru na região:

E esse programa tinha como objetivo gerar renda para as mulheres que ficavam paradas nos períodos de entressafra da uva. No primeiro ano, a gente começou fazendo merenda, no segundo ano já foi melhorando, porque a gente foi pegando umas turmas pra ensinar a fazer doce... Doce de coco, doce cremoso, nego bom [...] A gente chegou a trabalhar com mais de 50 turmas... E não era só doce no chapéu de palha... A gente ensinava a fazer calcinha, roupa, reciclagem... Além disso, em cada escola e cada bairro que a gente chegava para ensinar a trabalhar com doce a parte inicial da aula era falar sobre a nossa associação, sobre a nossa luta... E isso também foi uma das coisas que deu um grande avanço para o assentamento. Hoje nós temos um grupo de dez mulheres que fornece doce, geleia e polpa de fruta orgânica. Trabalhamos hoje com doce de banana, goiaba e manga e também tem o doce de xique-xique, mas a gente só faz por encomenda porque ele é muito trabalhoso. Mas, para você ter uma ideia, esse projeto dos doces orgânicos foi tão importante para a gente que tinha mês de cada doceira tirar R\$ 2.000,00 (*Dona ML*).

Complementando, a mesma produtora ainda aponta para reconhecimento nacional do assentamento proporcionado pelo Programa do Chapéu de Palha:

Com os doces, a gente também ganhou reconhecimento, porque até a Rede Globo veio para cá em 2005. Eles passaram aqui cinco dias e as entrevistas da gente saíram em rede nacional! A gente também recebeu visita aqui de gente do Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e um monte de outros lugares. Quando o povo viu as reportagens, o mundo abriu as portas para gente. A gente levava até uma televisão para as feiras da FENAGRI para mostrar que a gente foi mostrada na Rede Globo e tudo mais.... Isso realmente foi um dos carros-chefes para o nosso reconhecimento como produtores de produtos orgânicos aqui na região (*Dona ML*).

A repercussão do trabalho com os doces artesanais ganhou ainda mais notoriedade, a partir da viabilização da horta orgânica do assentamento, em 2008. Como revelado no depoimento abaixo, a ideia de trabalhar com um modelo alternativo de produção não deveria se limitar ao cultivo de hortaliças livres de insumos agrotóxicos, mas promover a criação de outros produtos beneficiados, como polpas de frutas, doces, geleias e bolos. Sobre a inserção dos doces orgânicos no mercado, a produtora entrevistada comenta:

Em 2009, a gente começou a inserir o orgânico nesse projeto do Chapéu de Palha, porque a gente já estava capacitada, já tinha certificado e nosso objetivo era produzir produtos diferenciados, a partir do orgânico. Foi por conta disso, que hoje o assentamento é conhecido em todo Vale do São Francisco. Além disso, em cada escola e cada bairro que a gente chegava para ensinar a trabalhar com doce, a parte inicial da aula era falar sobre a nossa associação, sobre a nossa luta.... Aí começou a deslanchar muito por causa disso. Além do produto *in natura*, a gente também começou a comercializar os produtos beneficiados: os doces, as polpas... E até hoje a gente faz. Hoje a gente tem contrato com o exército, com a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), com a Prefeitura de Petrolina e com o Estado para o fornecimento de bolo caseiros. Tudo isso foi possível através do Chapéu de Palha aliado ao nosso projeto de produção orgânica, a partir da horta comunitária (*Dona O*).

As conquistas dos produtores do Mandacaru, como expressam os depoimentos acima, não se restringem ao acesso ao mercado local ou aos programas governamentais, na medida em que se desdobram em formas inovadoras de produção, como no caso dos produtos de beneficiamento, na difusão de conhecimento via emissoras de TV e na realização de cursos de especialização em escolas públicas locais. A certificação orgânica, nessa perspectiva, se configura como mais um momento de luta permanente por reconhecimento social, assumindo um papel central na condução das realizações e desafios que atravessam a vida desses pequenos agricultores familiares que compõem o Assentamento Mandacaru.

6.1.8 A importância das feiras orgânicas locais

A inserção comercial dos produtores orgânicos do Vale do São Francisco, em especial dos agricultores do Mandacaru, foi viabilizada por meio da criação da feira orgânica do Bairro de Areia Branca, na cidade de Petrolina, em 2010. Posteriormente, em 2012, um novo espaço

de comercialização foi inaugurado, através de uma parceria entre a APROVASF e a 3ª Superintendência Regional CODEVASF, transferindo os agricultores-comerciantes da região para o Parque Municipal Josefa Coelho, também em Petrolina (CODEVASF, 2015).

De acordo com uma matéria publicada na página da CODEVASF em 2 de janeiro de 2015, a abertura deste novo espaço de comercialização de produtos orgânicos celebrou a certificação de 50 produtores com o selo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), onde também foram lançadas 13 cartilhas voltadas à disseminação da agricultura orgânica na região. A matéria ainda fazia menção à criação do Mercado Orgânico do Vale do São Francisco, projetado para ser construído em 2015, a partir de recursos oriundos da emenda parlamentar da CODEVASF, orçada em R\$ 1,2 milhão.

FIGURA 17 - PLACA COMEMORATIVA DA INAUGURAÇÃO DA FEIRA ORGÂNICA DE JUAZEIRO/BA



Fonte: Autoria própria. Pesquisa de campo. Jan./2020.

A feira de orgânicos da cidade de Juazeiro, na Bahia, por sua vez, foi criada em 28 de setembro de 2017, por meio da iniciativa da Agência de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Pecuária (ADEAP), em parceria com a Prefeitura Municipal de Juazeiro, com a Associação de Produtores de Orgânicos do João Paulo II e com a APROVASF. Contando com a participação de produtores oriundos de alguns assentamentos e núcleos produtivos

locais de Petrolina e Juazeiro, esta feira é atualmente realizada todas as quintas-feiras, das 16h às 20h, na Praça Municipal Cordeiro de Miranda, popularmente conhecida como Praça Santiago Maior.

De acordo com uma matéria veiculada na página virtual do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada⁵⁷, em 30 de setembro de 2017, os orgânicos comercializados no Vale do São Francisco, com destaque para frutas, hortaliças e raízes, são produzidos sem uso de agrotóxicos, em sua maioria por associações, cooperativas ou grupos organizados. Parte dessa produção veio da Horta Comunitária Povo Unido, que há 30 anos fora criada no Bairro João Paulo II. Este novo espaço para comercialização, de acordo com essa instituição, fortalece o trabalho que já é referência na cidade e oferece produtos saudáveis, dando assim confiança aos clientes por meio da certificação. Para o secretário da Agência de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Pecuária (ADEAP), Tiano Felix:

A Feira aconteceu após a iniciativa do poder público municipal para certificar todos/as produtores/as de orgânicos. Trata-se de uma parceria estratégica; primeiro porque incentiva outros produtores a produzirem orgânicos, segundo, porque colabora diretamente para o escoamento de um tipo de produção que sempre foi colocado em segundo plano, tendo em vista a cultura produtiva da região (*Página virtual do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, 30 de setembro de 2017*).

⁵⁷ Organização Não Governamental sediada em Juazeiro, na Bahia. A Convivência com o Semiárido é a sua mais importante meta. Soluções eficazes, que respeitam as características do povo e das terras desta região, são as alternativas que o instituto oferece através de seus diversos projetos. Para o IRPAA, há quase 30 anos, viver no Semiárido é saber reconhecer o seu valor (Site Oficial do IRPAA).

FIGURA 18 - FEIRA ORGÂNICA DE JUAZEIRO/BA

Fonte: Autoria própria. Pesquisa de Campo Jan./2020.⁵⁸

Com o ingresso dos produtores do Mandacaru nas feiras orgânicas de Petrolina e Juazeiro, o assentamento passou a ser mais requisitado pelos consumidores e empresários da região, transformando-se em um dos mais importantes fornecedores de produtos orgânicos do Vale do São Francisco. Em entrevista, um produtor do Mandacaru comenta com entusiasmo sobre a importância das feiras para o reconhecimento social do assentamento no mercado local:

A gente começou nas feiras quando foi feito uma área no Bairro de Areia Branca (bairro de Petrolina) de orgânico.... Lá tem uma feirazinha que Dona O. e a promotora Dona Ana Rúbia ajudaram muito para conseguir. Através disso, a gente ficou e ainda é conhecido praticamente em todo o Vale do São Francisco. Aí, a partir disso, a gente não teve mais perda; praticamente tudo que a gente produz a gente consegue vender, consegue escoar (*Seu L*).

Outro produtor entrevistado também comenta sobre a repercussão do Assentamento Mandacaru na região, a partir do estabelecimento das primeiras experiências de comercialização nas feiras orgânicas locais, especialmente na feira do Bairro de Areia Branca,

⁵⁸ Na imagem à esquerda a placa indicativa da feira de Juazeiro/BA. Na imagem à direita, a barraca de um dos produtores do Mandacaru.

em Petrolina:

Nós começamos a produzir o orgânico lá na Areia Branca... Através de Osnan (Chefe da Unidade Regional de Gestão de Empreendimentos de Irrigação da CODEVASF em Petrolina), que conseguiu oito bancas para produção orgânica e botou uma placa lá que dizia: “Produção Orgânica do Vale do São Francisco”. Aí nós começamos a trabalhar nessa feira... Rapaz, eu vou te falar uma coisa: a gente chegava lá 4h da manhã, mas quando nós chegávamos lá a nossa freguesia já estava tudo esperando.... Agora era sufoco viu, porque para gente para despachar tanta gente, a gente perdia muito dinheiro ali, porque era gente demais.... Aí eu disse: - “Eu quero isso!”. Muitas vezes, quando eram 7h da manhã, nós não tínhamos mais nada.... Foi um sucesso, viu? Hoje a produção orgânica aqui em Petrolina cresceu muito. Nós temos mais ou menos 80 hectares de produtos orgânicos aqui em Petrolina, de fruticultura, verdura, legumes e tudo (Seu L).

Além dos espaços de comercialização nos quais os produtores do Mandacaru escoam suas mercadorias semanalmente, outras formas de negócio têm sido desenvolvidas, tanto no mercado local como no mercado regional. Segundo depoimentos, a produção orgânica do assentamento tem abastecido doze mercadinhos locais, os programas de abastecimento do governo - PAA e PNAE - alguns consumidores individuais, através de cestas personalizadas, e até mesmo supermercados da Grande São Paulo:

Nós temos hoje uma alta demanda de produtos orgânicos. Nossas entregas são semanais.... Entregamos todas as quintas-feiras para São Paulo e também temos as entregas de segunda, quarta e sexta, que são para os mercadinhos aqui de Petrolina. Esses mercados hoje têm sido abastecidos por dois atravessadores que entregam as mercadorias para doze estabelecimentos, mas a gente tem procurado eliminar o máximo possível esses atravessadores. A gente tem nossas vendas diretas nas feiras que acontecem nas quintas e nos domingos e tem também alguns que vêm diretamente aqui.... Alguns mercadinhos vêm diretamente aqui no assentamento, conversa com os produtores e leva o que precisa. Também temos as cestas que são entregues para alguns consumidores diretos da cidade. Isso é mais recente. Para essas cestas, a gente tem um leque de produtos, entre hortaliças e tubérculos, para montar uma cesta com mais ou menos uns 15 produtos que são entregues nas casas e condomínios da cidade. Esse esquema cresceu bastante agora com a pandemia, porque muita gente deixou de ir às feiras [...]. Sobre quantidade de mercadorias varia muito.... Para os mercados locais a gente anda entregando, por semana, cerca de mil molhos de folhas e 100 quilos de tubérculos (*Dona O*).

As feiras das cidades de Petrolina e Juazeiro são apontadas pelos produtores como uma das principais fontes de renda das famílias assentadas, sem falar da pertinência desses espaços para o reconhecimento do próprio assentamento no mercado local. No entanto, outras formas de engajamento produtivo ainda podem ser consideradas como importantes vetores de reprodução socioeconômica para as famílias assentadas e reconhecimento do assentamento.

Nessa perspectiva, a experiência com o mercado institucional também ganha particular relevância.

6.1.9 PAA e PNAE

O Programa de Aquisição Alimentar (PAA), que foi regularizado pela Lei nº 10.696 de julho de 2003, é uma política pública de inclusão social e de estímulo à produção da agricultura familiar (MDA, 2017). Associada a outras ações estruturantes do Programa Fome Zero⁵⁹, esta iniciativa visa, sobretudo, garantir a estabilidade financeira de pequenos produtores familiares, por meio da distribuição dos seus produtos agrícolas, contando com a mediação do poder público, que redireciona essas mercadorias a populações carentes e/ou em situação de insegurança alimentar (MDA, 2017).

O PAA é gerenciado por um comitê de representantes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Ministério da Fazenda (MF) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Sua operacionalização é atualmente realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e pelo próprio MDS, em parceria com os municípios e estados da união (SANTANA; LIMA, 2018).

Para Delgado, Conceição e Oliveira (2005) o PAA, além de viabilizar a promoção da economia local, contribui para a melhoria de vida dos segmentos sociais aos quais presta assistência, favorecendo a diversidade e a preservação da cultura alimentar. No que diz respeito às famílias produtoras, o PAA também assume, de acordo com esses autores, um importante papel no estímulo à produção voltada ao autoconsumo e à produção de excedente orientada à comercialização, fomentando oportunidades de desenvolvimento socioeconômico aos agricultores familiares ligados ao programa.

Criado em 1940 pelo Instituto Nacional de Nutrição, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁶⁰ encontra-se diretamente associado à história da alimentação escolar no Brasil (SANTANA; LIMA, 2018). De acordo com o Fundo Nacional de

⁵⁹ Fome Zero foi um programa criado em 2003, pelo governo federal brasileiro, durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, em substituição ao Programa Comunidade Solidária, que fora instituído pelo Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995, durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, para o enfrentamento da fome e da miséria no país. O objetivo do programa é combater a fome e as suas causas estruturais, que geram a exclusão social e para garantir a segurança alimentar dos brasileiros em três frentes: um conjunto de políticas públicas; a construção participativa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e um grande mutirão contra a fome, envolvendo as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e todos os ministérios.

⁶⁰ Antes de se tornar definitivamente PNAE, em 1979, o programa foi precedido pelo Decreto nº 37.106 de 1955, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar no país (FNDE).

Desenvolvimento da Educação (FNDE), os principais objetivos do programa em questão são: atender as necessidades nutricionais dos alunos; contribuir para a promoção de hábitos alimentares saudáveis; e dinamizar a economia local, contribuindo para a geração de emprego e renda. Ainda segundo o FNDE (2015), o direito à alimentação escolar, contudo, só foi garantido a partir da promulgação da Constituição de 1988. Anos mais tarde, por meio da Lei nº 11.947 de 2009, foi determinado que pelo menos 30% do valor destinado à alimentação escolar brasileira deveriam ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL/FNDE, 2015, p.4).

Como destacado no tópico anterior, os programas de abastecimento alimentar acima mencionados só podem ser acessados pelos agricultores familiares via Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP), seja de forma individual (DAP física), seja por meio de grupos informais (DAP jurídica). Tendo em vista que este documento foi adquirido pelos agricultores do Assentamento Mandacaru em 2000, resta-nos analisar como a inserção desses produtores no mercado institucional tem corroborado para a melhoria da reprodução socioeconômica das famílias do assentamento investigado.

6.1.10 A experiência do Assentamento Mandacaru com as políticas públicas de abastecimento do governo

A experiência do Assentamento Mandacaru com as políticas públicas de abastecimento do governo - PAA e PNAE - teve início, respetivamente, em 2010 e 2012. Esses programas foram apontados pelos entrevistados como um dos principais vetores de reprodução socioeconômica já acessados pelos assentados. De acordo com os dados coletados, a inserção dos agricultores do Mandacaru no mercado institucional tem contribuído não só para a melhoria das condições de renda das famílias, mas estimulado a circulação de alimentos de qualidade no âmbito local, especialmente por meio da distribuição de produtos orgânicos/agroecológicos a grupos sociais em situação de vulnerabilidade (PAA) e redes municipais e estaduais de ensino público (PNAE). No depoimento abaixo, uma produtora ressalta a importância desses programas para os segmentos sociais beneficiados, tanto

produtores quanto consumidores:

Esses projetos do governo são muito bons para nós produtores [...], porque a gente trabalha pra nós mesmos, ganha nosso dinheirinho e sabe que sempre tem pra onde escoar a nossa mercadoria... A gente também trabalha com amor e com prazer porque sabe que as crianças vão receber aquele alimento, sabe que a casa geriátrica vai receber aquela comida, a APAE, a casa Anjo, o exército... Pra nós, é uma grande satisfação trabalhar e saber que essas pessoas estão recebendo a nossa comida, que é saudável; livre de veneno (*Dona N*).

Segundo depoimentos colhidos em campo, mesmo depois da implementação da horta comunitária orgânica em 2008, muitos produtos eram desperdiçados em virtude da ausência de oportunidades de escoamento. A inserção dos produtores do Mandacaru nos programas de abastecimento do governo foi crucial para o deslanche do assentamento no mercado local. Sobre a importância desses programas e das feiras locais neste processo, uma produtora comenta:

No começo, a gente plantava o orgânico e perdia muita coisa, mas quando chegou o PAA não ficou mais nada. O carro da prefeitura começou a vir e pegar quase tudo que era produzido aqui e em outros assentamentos, e não só de produtos orgânicos, mas também de produtos convencionais. Então só depois do PAA que as coisas começaram a melhorar, porque veio o PAA, o PNAE, o exército, a Conab.... As feiras também foram importantes pela divulgação, mas o PAA foi mesmo o carro-chefe daqui do assentamento, porque foi com eles que nossos produtos começaram a circular e também foi por causa deles que o assentamento ficou mais conhecido, principalmente nosso trabalho com orgânico (*Dona ML*).

Segundo relatos, a associação do Assentamento Mandacaru recebe não apenas a produção dos seus associados, mas de outros produtores de assentamentos vizinhos, como o Terra da Liberdade e o 1º de Maio, estabelecendo-se como um eixo fixo de recepção e despache de mercadorias. No depoimento abaixo, uma produtora ressalta a função da associação do Mandacaru como um ponto fixo de recolhimento de mercadorias dos assentamentos circunvizinhos e menciona a variedade de produtos que costumam receber, bem como alguns dos lugares para os quais os alimentos são encaminhados:

Esses programas envolvem outros assentamentos também, como o Terra da Liberdade e o 1º de Maio. Então esses outros produtores também trazem seus produtos para a associação do Mandacaru, que hoje é o eixo que recebe essas mercadorias da agricultura familiar. Aqui a gente recebe mais batata, abóbora, melancia, beterraba, cenoura, coentro, couve, alface... Frutas, legumes e verduras em geral. Quando a gente repassa para prefeitura eles destinam às escolas (PNAE), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

(APAE), casas geriátricas, orfanatos, exército, Conab (PAA), etc. (*Dona ML*).

FIGURA 19 - GALPÃO DA AFAAM EM DIA DE ENTREGA AO PAA



Fonte: Autoria própria. Pesquisa de Campo Out./2021⁶¹

Atualmente, das 70 famílias assentadas, 33 estão diretamente envolvidas com a entrega de alimentos aos programas do governo. Das 37 famílias restantes, quase todas se encontram indiretamente comprometidas com o mercado institucional, via atividades de suporte, como beneficiamento de macaxeira e mandioca, organização, pesagem e entrega de mercadorias, preenchimento de planilhas e outras tarefas correlacionadas ao despacho dos produtos semanalmente:

Das 70 famílias do assentamento a gente tem 35 (50%) famílias diretamente envolvidas com o mercado institucional, e, indiretamente, praticamente todo o restante. Porque quem não está vendendo suas mercadorias está trabalhando no beneficiamento da macaxeira, especialmente as mulheres, fazendo as entregas nas escolas ou cooperando com outras tarefas durante a semana (*Dona O*).

Os agricultores envolvidos na organização e despacho dos alimentos destinados aos programas do governo recebem uma diária pelo cumprimento das atividades de suporte que

⁶¹ As imagens 1 e 2 registram a organização dos produtos deixados pelos produtores do Mandacaru e de outros assentamentos vizinhos para serem entregues ao PAA.

subsidiavam as entregas dos produtos designados ao PAA e ao PNAE. Esta remuneração, que é distribuída pela própria associação do assentamento varia de acordo com o desempenho das tarefas realizadas ao longo da semana.

Embora o mercado institucional tenha permitido aos assentados melhores condições de escoamento e elevação da sua renda, alguns impasses relacionados aos prazos de pagamentos com a prefeitura e o governo do estado foram mencionados pelos entrevistados; motivo que acabou desestimulando alguns agricultores a negociar seus produtos com o mercado institucional. Por outro lado, as dificuldades alegadas também fizeram com que os mesmos passassem a lidar com as negociações de repasse dos alimentos de forma mais atenta, como mencionou uma produtora em entrevista:

O produtor que deixa os alimentos aqui tem que pagar uma pequena quantia e que varia de acordo com o trabalho de cada um, mas é pouca coisa. E essa pequena quantia é para as pessoas que vão fazer o trabalho que eles não estão fazendo. A macaxeira, por exemplo, tem que ser descascada, embalada a vácuo, pesada.... Essa macaxeira a gente tira 30% do valor que nós repassamos aos programas. Se vendemos o quilo a R\$6,00, repassamos cerca de R\$1,20 para essa logística. No final, a gente divide todo o apurado pelo número de ajudantes do dia. No começo, a gente ficou muito animado, mas logo começaram os atrasos de pagamento da prefeitura e do governo do Estado.... Teve uma vez que ficamos oito meses sem receber nada! Então, se a gente se apega muito a esse mercado institucional, para onde é que a gente vai escoar a produção com garantia? Porque, inicialmente, lá em 2010, a gente só tinha o mercado institucional. Muita gente acabou se desestimulando por conta disso.... Agora está até melhor, porque a gente aprendeu a lidar com essa questão. A gente sabe que 40 dias depois de entregue a mercadoria a gente tem que receber.... Daí a gente fica sempre em cima deles. Agora, normalmente, sai com 30/35 dias, mas antes era muito incerto (*Dona O*).

A inserção dos produtores do Mandacaru no mercado institucional representa uma melhoria de fonte de renda para as famílias assentadas, especialmente pelo fato de requerer o fornecimento semanal de alimentos às escolas e entidades públicas, envolvendo direta e indiretamente a quase totalidade das famílias do assentamento. Todavia, é preciso considerar que o acesso a esses programas, assim como às feiras locais, deve-se, sobretudo, ao desenvolvimento do projeto de agricultura orgânica gestado pelos agricultores a partir de 2008:

Foi a partir do orgânico que começou a surgir essas oportunidades, principalmente com PAA e do PNAE.... Tudo isso surgiu através do orgânico. Nossas primeiras produções eram praticamente perdidas, porque não tinha para onde escoar nem a quem vender. Na época, a gente também não tinha nenhum conhecimento de como fazer as coisas. Isso também só

melhorou com as capacitações, que também foi uma consequência do orgânico.... Então, nas primeiras produções da horta, a gente conseguiu colher uns molhos de alface que pesavam quase 2 kg... Era cada cenoura bonita e grandona.... (*Dona N*).

Quando perguntada sobre as vantagens associadas à produção orgânica para o atendimento das demandas dos programas de abastecimento do governo, uma produtora declarou como a horta representa um diferencial de acesso aos editais públicos:

Hoje, a gente ganha a maioria dos editais por sermos produtores orgânicos, mesmo sabendo que o institucional também pega produto convencional... Porque, pela Lei nº 11.947 de 2009 que institui o PNAE, a prioridade de atendimento é para as comunidades quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária e produtores agroecológicos ou orgânicos (*Dona O*).

Apesar dos benefícios relacionados ao ingresso do assentamento nos programas do governo, é preciso considerar os riscos de dependência a um só mercado, como bem ilustrado por Soares e Pires (2018). Ao investigarem o caso da Cooperativa dos produtores rurais do Agreste Pernambucano (COPAG)⁶², no município de Bonito, os pesquisadores relataram que os produtores-associados desta cooperativa almejavam conquistar melhores preços nos mercados e acessarem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a exemplo do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Tais objetivos foram alcançados, na medida em que permitiu com que 90% dos seus associados conseguissem acessar o crédito rural, garantindo o aumento da produção e a sua inserção nos mercados institucionais, para onde era escoada a totalidade da produção (SOARES; PIRES, 2018, p. 96). Todavia, longe de ser um bom indicador, a total dependência de comercialização a um só mercado veio a se tornar um dos maiores problemas enfrentados pela COPAG, fazendo com que a mesma passasse a investir em um projeto de ampliação e diversificação da sua clientela.

No caso da COOPAG, desencadeou-se um processo de forte dependência aos programas governamentais, por meio dos quais a quase totalidade da produção era direcionada aos mercados institucionais. A dependência crescente desses mercados foi identificada pelos associados como um dos principais entraves da sustentabilidade econômica desta cooperativa (SOARES; PIRES, 2018, p. 100-101).

Como tem se observado até o momento, o Assentamento Mandacaru tem investido não apenas nas suas relações com o mercado institucional, mas promovido uma série de projetos internos em articulação com alguns órgãos municipais, no sentido de dinamizar seus produtos no mercado. As feiras locais e o abastecimento de pequenos atacados e varejos das cidades de Juazeiro e Petrolina também se configuram como estratégias de diversificação e

⁶² A Cooperativa dos Produtores Rurais do Agreste de Pernambuco (COPAG) foi fundada em junho de 2004 com 20 sócios, chegando ao número de 93 cooperados em 2014.

inserção comercial. Tais estratégias têm permitido não apenas um maior reconhecimento social do assentamento na região, mas melhores condições de vida para seus produtores.

Os diversos depoimentos relatados ao longo deste capítulo, apontam para a importância do desenvolvimento do projeto de agricultura orgânica no Assentamento Mandacaru, a partir de uma ação orquestrada entre produtores e entidades locais, possibilitando a inserção comercial desses indivíduos nas feiras e supermercados da região, a participação do assentamento nos programas públicos do governo, a expansão das suas relações comerciais em outras regiões brasileiras, bem como as conquistas em termos de qualidade de vida e reconhecimento social decorrentes de todos esses processos, como veremos a seguir.

6.1.11 *Qualidade de vida*

Em virtude da aproximação com outras perspectivas de vida e trabalho, os produtores envolvidos com as atividades da horta acabaram construindo novas percepções a respeito dos modelos orgânicos e agroecológicos de produção, reorientando seus modos de relação com a terra, com o trabalho e com a própria saúde. Sobre esses aspectos, um produtor menciona com detalhes quais eram suas principais divergências em relação ao projeto da horta orgânica antes da sua implantação e como hoje percebe a relevância dessa prática de produção para o assentamento e para a sua família:

Foi quando ela (a líder do assentamento – Dona O.) disse: - ‘Seu Vicente, eu tenho certeza que o senhor vai entrar nessa horta, porque o senhor já entende de verdura’... E eu entendo mesmo, porque quando eu vim para cá eu já trabalhava em outra horta lá na cidade, no João de Deus.... Aí ela (líder do assentamento) disse: - ‘Agora só tem um empecilho’. Aí eu disse: - ‘E qual é?’ Aí ela disse: - ‘A gente só vai produzir orgânico’. Aí eu disse: - ‘Estou fora! Vocês tão ficando doido? Como é que a gente vai produzir orgânico aqui? Como é que a gente vai matar os insetos que tem aí?’ Aí ela disse: - ‘Não, Seu Vicente, vamos fazer curso, vamos caçar um meio de produzir orgânico, e eu quero essa horta orgânica, que vai ser a primeira horta orgânica de Petrolina!’ Aí eu fiquei um bocado de dia sem acreditar e sem querer entrar e ela sempre me incentivando, até que um dia eu disse: - ‘Não custa nada, eu vou entrar nessa horta de vocês, mas não é acreditando não’... A gente passou mais de ano fazendo curso aqui, mais de 10 cursos... Veio aqui professor de Recife, de Salvador, de Juazeiro da Bahia, aqui de Petrolina mesmo... Mas aí sempre nós trabalhamos muito pra conseguir realizar esse sonho nosso... Aí, realizamos, graças a Deus... E eu pensava que mesmo que a gente produzisse orgânico, a gente ia produzir uma coisa que não tivesse qualidade, mas foi engano meu. Tudo melhorou para mim e para minha família, principalmente depois que a gente começou a produzir orgânico nessa horta, até em termos de saúde, porque a gente só está se alimentando com coisa que faz bem à saúde (*Seu V*).

No depoimento abaixo, um produtor entrevistado reforça os benefícios

correlacionados à assimilação dos novos estilos de vida adquiridos em função da adoção dos assentados ao modelo de produção orgânica:

A diferença era trabalhar com orgânico, sem uso de agrotóxico. Muitos achavam que não dava certo porque sempre se trabalhou com agrotóxico.... Não conseguia produzir usando o veneno, como é que iria conseguir sem veneno? Aí que eu disse: - A gente só sabe tentando, né? Aí por muito tempo, o pessoal ficou debatendo, tentando convencer as pessoas que dava certo, aí foi que resolveram tentar. Graças a Deus deu certo e a gente está aí até hoje... A gente é referência aqui na região. A gente, quando diz que é daqui do Mandacaru, todo mundo diz: - “Já vi reportagem sobre vocês! [...] A partir do momento que foi implantado essa horta, mudou completamente a rotina das pessoas que faz parte dela, o hábito alimentar e até a saúde. Tem muita gente que tinha problema de saúde, praticamente não tem mais; tem uns que tem por causa da idade avançada. Seu Vicente mesmo disse que teve um tempo aí se sentiu mal, foi no médico, disse que o médico disse que ele estava com pré-diabetes; disse que ele tinha um bocado de problema; aí foi quando ele passou para ele comer muita hortaliça, muita folha verde; aí disse que foi, começou a comer, comer.... Aí quando foi com uns dias ele voltou lá no médico; disse que praticamente o sintoma que ele tinha, tinha sumido, aí disse que a saúde dele estava igual à saúde de uma criança (*Seu L*).

No depoimento a seguir, um dos produtores do Mandacaru ressalta as condições de melhoria de vida alcançadas depois da instituição da horta, muito embora a infraestrutura do assentamento ainda apresente limites para a ampliação da produção.

A gente também fornece mercadoria para o PAA e o PNAE toda semana.... A maior luta da gente no momento é ter como irrigar essa terra e melhorar a capacidade de produção [...]. Nós trabalhamos hoje muito na hortinha daqui, mas é com água que vem do canal... Uma bombinha muito pequena que joga a água para vila e leva a água nas caixas, e das caixas a gente consegue molhar o pouco que a gente tem aqui hoje para trabalhar. E essa horta (orgânica), a gente conseguiu com o propósito de melhoria de vida da gente mesmo, que na realidade melhorou para muita gente, de verdade. As pessoas que estão na horta (orgânica) bem melhor do que eram antes, porque a horta (orgânica) é uma coisa que ajudou muito. A gente sabe que tira uma mercadoria que é sadia, que não traz risco à saúde e para natureza e traz o nosso sustento (*Seu J*).

Outra produtora relembra com entusiasmo o momento em que foi convidada a participar do projeto da horta orgânica. Afastada do trabalho nas fazendas de uva por motivos de saúde, a oportunidade de continuar trabalhando, por meio de um projeto comunitário livre de agrotóxicos, permitiu com que a produtora modificasse seu estilo de vida, mantivesse seu sustento e ajudasse a outras pessoas a se alimentarem de forma mais saudável, como revela:

Eu prejudiquei minha saúde com veneno nas fazendas de uva. Foi quando o patrão virou as costas para mim.... Isso foi de 2006 para 2007.... Aí quando foi de 2007 para 2008, Dona O. veio falar sobre esse projeto de implantação de uma horta orgânica na nossa comunidade. Aí eu logo me interessei, porque eu já estava alérgica e não podia mais entrar numa área de uva que

tivesse agrotóxico. Mas teve gente que duvidou, achando que não íamos conseguir produzir orgânico. Eu mesmo, nunca duvidei nem desisti e nem desisto, porque, com pouco ou muito, eu tiro meu pão de cada dia e cuido da minha saúde. Então, para mim mudou bastante e fez muita diferença, porque eu não parei de trabalhar e passei a trabalhar com mais prazer e alegria.... Minha grande satisfação é saber que eu não estou só cuidando da minha família como também estou cuidando da saúde dos outros, de cada família que nos compra a produção de orgânico (*Dona N*).

Em função do projeto de agricultura orgânica, alguns produtores-assentados chegaram até mesmo a rescindir seus contratos de trabalho nas fazendas de fruticultura locais, por problemas relacionados à saúde, passando a se dedicar exclusivamente às atividades produtivas da horta e atendimento às demandas dos programas do governo e feiras locais. A melhoria da qualidade de vida estava no centro de suas preocupações. O relato abaixo de uma produtora é ilustrativo para apresentar essa síntese entre melhora da saúde e melhora da qualidade de vida, ao abandonar o trabalho em uma empresa local para trabalhar para si própria:

A minha filha mais velha trabalhava numa empresa aqui e ganhava um salário para trabalhar por debaixo do veneno, só dava para comer aperreada e até adoeceu.... Aí foi quando apareceu essa horta aqui.... Ela chegou lá (na empresa onde trabalhava) e disse: - Veja, me dê minhas contas que eu não quero mais trabalhar aqui não, vou trabalhar para mim só. Hoje ela é outra pessoa.... Ela está aí com um *Fiat Strada*, três portas, novo, e uma moto zero, conduzindo as mercadorias dela para as feiras.... Está tranquila, com saúde, casa com tudo do bom e do melhor, sem dívida, e ainda ganhando bem mais do que antes (*Seu V*).

Devido ao crescimento desses novos nichos nos mercados alternativos, muitos autores têm chamado a atenção para as vantagens competitivas que os pequenos empreendimentos familiares podem representar, sobretudo no que diz respeito à criação de estratégias autônomas em relação à qualificação dos produtos alimentares e desenvolvimento de circuitos regionais de consumo (MALUF, 2004), assim como movimento de resistência aos “processos sociotécnicos” fomentados pelos regimes alimentares (PICOLOTTO, 2007). O pressuposto básico desses estudos é de que os mercados não convencionais estariam se reproduzindo em virtude de “fatores socioculturais que decorrem do enraizamento em redes sociais, geralmente compreendidas em termos de laços de proximidade entre atores pertencentes a uma mesma localidade ou território” (NIEDERLE, 2009, p. 17). Esta perspectiva, além de apresentar ideias contrárias às práticas de subvalorização do trabalho, vem gerando possibilidades de autonomia relativa e geração de renda aos pequenos produtores rurais (PICOLOTTO, 2007).

6.1.12 Reconhecimento Social

A adoção do modelo orgânico concorreu, em termos de reconhecimento social para atrair estudantes e pesquisadores brasileiros e estrangeiros para consolidar os contratos de venda de mercadorias com clientes de outros estados e para assegurar a relação do assentamento com as políticas públicas do governo. O êxito dessa experiência abriu-lhe espaços nas emissoras de TV, gerando, em última instância, uma nova apreciação do público em relação àquela realidade e dos produtores em relação à autoimagem do grupo e às questões de gênero e do meio ambiente. No depoimento abaixo, uma produtora comenta detalhadamente como a reputação do assentamento foi redefinida em face do modelo alternativo de produção adotado:

Primeiro, a sociedade começou a enxergar a gente com outros olhos, porque antes a gente era vista como invasores, que não queriam nada com vida e que estavam aqui querendo migalha do governo. Hoje a gente recebe gente até de outros lugares do mundo para conhecer nosso trabalho. Aqui já veio gente da Argentina e do Zimbábue. Com o orgânico, a gente recebeu visita de emissoras de TV para gravar entrevistas, fez negócio com clientes do Sudeste e mostrou que a gente não estava aqui para receber esmola. Qualquer um que chegue aqui querendo saber sobre agricultura orgânica o povo diz logo: - Vão no assentamento Mandacaru que eles são a referência! Isso nos abriu muitas portas para o mercado e nos ajudou a fazer benfeitorias no assentamento, porque a estrutura que a gente tem aqui hoje nenhum assentamento tem [...] A partir do momento que o povo começou a ver a gente como referência na produção de orgânico, as políticas públicas também começaram a chegar. Além de tudo, a agricultura orgânica nos permitiu ter mais visão para discutir os problemas da comunidade, a ajudar as pessoas a viverem melhor, a resgatar nossos princípios. A gente também começou a trabalhar a questão da mulher, principalmente depois do Chapéu de Palha, a questão ambiental [...] Se você chegar em Petrolina, hoje, e falar no nome Mandacaru todo mundo vai falar – “Ah, é aquele lá que tem a produção orgânica” (*Dona O*).

Ainda sobre o reconhecimento do Assentamento Mandacaru nos mercados, uma produtora também destaca a importância do envolvimento dos produtores-assentados com o modelo orgânico de produção, via feiras e programas de aquisição de alimentos:

O orgânico teve uma importância muito grande para gente, porque foi a partir dele que nosso assentamento começou a ganhar reconhecimento, até porque no tempo em que nós começamos com o orgânico só havia duas hortas aqui no Vale do São Francisco, nós e o pessoal da ilha de Massangano. Então, foi a partir do orgânico que o pessoal começou a procurar nossos produtos, que a gente conquistou mais conhecimento, renda e qualidade de vida, além dos vários programas que fez com que nosso assentamento crescesse aos olhos do povo. Então o orgânico para a gente foi algo fundamental. Foi através do projeto orgânico que conseguimos também

entrar nas feiras daqui e de outros estados do Nordeste (João Pessoa, Rio Grande do Norte, Paraíba), atrair os supermercados, fechar contratos com PNAE e PAA e empresas de outros estados... Uma das feiras que deu um avanço muito grande para a gente aqui, por exemplo, foi a feira da FENAGRI, em Juazeiro e Petrolina. Toda vez que tinha essa feira, a gente levava nossos produtos para vender. Isso nos deu um avanço muito grande e a gente ficou muito reconhecido (*Dona ML*).

Esses depoimentos nos remetem às considerações de Honneth (2003) abordadas nos capítulos anteriores, nas quais um dos fatores fundamentais do reconhecimento recíproco entre os sujeitos sociais é a autorrelação prática normativa. Isto é, as diversas formas como os indivíduos, através de relações de solidariedade, passam a utilizar alternativas de valorização das suas práticas sociais por meio de uma linguagem comum.

Ao contestar os esquemas de regulação do mercado e propor a substituição dos modelos produtivos convencionais por práticas internas orientadas a partir dos conhecimentos e habilidades vinculados ao seu contexto social familiar, o campesinato lança mão de formas relativas de insubordinação que reiteram sua capacidade de resistência e de autonomia (MENDRAS, 1987) e, dentro de uma perspectiva de Honneth (2003), engatilham lutas por reconhecimento no campo do direito e da estima social.

Esses processos de re-localização, como atesta Niederle (2014), podem alargar a escala de distribuição dos produtos da agricultura familiar à redes de comércio mais amplas, elevando as possibilidades de reconhecimento dessa categoria social nos mercados. Ao concordar com essa questão, Wilkinson (2008, p. 17) defende que tais processos ajudam aos produtores a alcançarem redes sociais inimagináveis, o que permite que os produtos da agricultura familiar viagem a longas distâncias sem deixar de manter as suas características específicas.

Os selos e certificações de qualidade orgânica, na perspectiva de Radomsky (2015), podem ser considerados como dispositivos simbólicos capazes de gerar confiança e autenticidade aos produtos ecológicos. Esta propriedade mágica depende, em grande medida, daquilo que é estabelecido tacitamente entre produtores e consumidores, permitindo com que os alimentos ecológicos mesmo quando desprovidos de autenticação, possam ser comercializados e acreditados pelas relações de confiança. Trata-se, aliás, de uma relação que o selo procura isentar.

A compreensão sobre as vantagens sociais e econômicas proporcionadas pelo modelo orgânico de produção vem sendo reafirmada pelos produtores do Mandacaru, ao longo de um processo iniciado em 2008. Muito embora os relatos tenham testemunhado que o assentamento não passou por um processo de transição, já que as experiências de produção e

comercialização do assentamento só foram de fato iniciadas após criação da horta comunitária, a relação dos produtores com os cursos de capacitação pode ser considerado como uma mudança de perspectiva dos produtores com relação às formas de produzir, comercializar e gestar os seus negócios.

FIGURA 20 - LINHA DO TEMPO DO ASSENTAMENTO MANDACARU DE 1999 A 2005

Como admitem os produtores entrevistados, a peça central para a sedimentação desse processo passa, necessariamente, pela adoção dos selos de certificação orgânica. São eles que asseguram a circulação formal dos produtos cultivados no Mandacaru, atestando a qualidade dos seus produtos nos mercados. Uma linha do tempo da historiografia do Assentamento



Mandacaru pode ser assim resumida:

Fonte: Autoria própria. Pesquisa de Campo Nov./2022.

Esta primeira figura resume a fase da ocupação da terra, em 1999, incluindo a chegada das famílias à fazenda Mapel, construção dos barracos de lona, criação dos mutirões de manutenção e produção das primeiras culturas à margem da barragem. Em seguida, no ano 2000, a primeira vistoria pedológica do INCRA, aglutinando as primeiras experiências de comercialização nas feiras de Petrolina e Juazeiro; a construção da agrovila; a liberação dos lotes familiares; a conquista da escola comunitária e transporte escolar, além da criação da AAFAM. O início da construção da agrovila, em 2001, coincide com o primeiro crédito de fomento assegurado pelo INCRA para a construção das casas de alvenaria, com o registro da

AAFAM, a viabilização da área coletiva e emissão dos documentos de CCU e das DAPs. A figura ainda apresenta a execução do projeto Chapéu de Palha, em 2002, e o primeiro exame pedológico da Codevasf, em 2005.

FIGURA 21 - LINHA DO TEMPO DO ASSENTAMENTO MANDACARU DE 2008 A 2014



Fonte: Autoria própria. Pesquisa de Campo Nov./2022.

A figura acima resume a criação da horta orgânica, em 2008; as capacitações oferecidas pelo Sistema S, em 2009; a entrada no Programa de Abastecimento Alimentar (PPA), em 2010, e no Programa Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAE), em 2012, além da criação da APROVASF e feiras orgânicas das cidades de Petrolina e Juazeiro, em 2014.

FIGURA 22 - LINHA DO TEMPO DO ASSENTAMENTO MANDACARU DE 2015 A 2019



Fonte: Autoria própria. Pesquisa de Campo Nov./2022.

Esta imagem inclui as primeiras experiências com uvas orgânicas e com a criação do parreiral comunitário, em 2015; a inserção nos mercados a partir do fornecimento de produtos em escala local e regional, em 2016; a conquista do financiamento do CRESSOL-BNDS, em 2017; a construção do galpão comunitário da AAFAM e adoção do primeiro certificado participativo (ABC) e auditado (Chão Vivo), em 2018, e, finalmente, o ganho da causa judicial contra a Codevasf para a liberação da água a 70 hectares de terra, início da obra do reservatório de água do assentamento e criação da cooperativa, em 2019.

FIGURA 23 - LINHA DO TEMPO DO ASSENTAMENTO MANDACARU DE 2020 A 2023



Fonte: Autoria própria. Pesquisa de Campo Nov./2022.

Esta imagem inclui o projeto de expansão da produção do assentamento, a partir da realização de novos contratos de abastecimento com empresas do Sudeste; a criação de um sistema de entregas de produtos orgânicos online para pronta entrega, como solução aos problemas de distanciamento causados pela pandemia; a conclusão das obras do reservatório e a instalação das primeiras tubulações de irrigação em alguns lotes particulares; e a idealização de um novo projeto de exploração turística da fauna e flora da Caatinga nos limites das propriedades do assentamento.

7 ADOÇÃO DE CERTIFICAÇÕES DE QUALIDADE ORGÂNICA E FORMAS DE INSERÇÃO ECONÔMICO PRODUTIVO DO ASSENTAMENTO MANDACARU

Este capítulo busca analisar em que medida o uso de mecanismos de qualificação alimentar (certificações, selos e registros) tem confluído para a ampliação das dinâmicas produtivas e comerciais do Assentamento Mandacaru nos mercados locais e regionais. Nesse sentido, faz-se necessário compreender quais foram as motivações que influenciaram a decisão dos agricultores em aderir ao uso dessas ferramentas, como se deram as primeiras experiências com as certificações participativa e auditada e como esse processo de transição tem corroborado para a melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores e o reconhecimento social do assentamento, enquanto um espaço de produção de mercadorias orgânicas de referência no Vale do São Francisco. Por fim, este capítulo ainda busca fazer algumas considerações em relação às organizações que permitiram o ingresso e estabilização do Assentamento Mandacaru no nicho de mercado orgânico certificado, especialmente através de uma breve análise do Instituto Chão Vivo de Avaliação da Conformidade.

7.1 Em busca da certificação de qualidade: uma breve análise sobre as motivações e vantagens competitivas acerca do mercado orgânico

Embora os agricultores do Mandacaru já se encontrassem relativamente estabelecidos em consequência da execução do projeto da horta orgânica - conquistando espaços de comercialização locais e fixando contratos de fornecimento alimentício junto aos programas de abastecimento do governo - muitos consumidores, segundo os agricultores consultados, ainda permaneciam hesitantes com relação à procedência dos produtos orgânicos cultivados pelo assentamento. Com isso, a partir de 2010, os agricultores-assentados, através de reuniões coletivas realizadas via associação, resolveram buscar meios formais para comprovar a origem das suas mercadorias mediante um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC)⁶³, como revelou uma produtora entrevistada:

Em 2010, a gente conseguiu a primeira certificação orgânica de controle social, através do MAPA. Daí em diante, as coisas começaram a melhorar, porque a gente já tinha dado o pontapé inicial para poder abrir algumas feiras aqui da região com o objetivo de incentivar o consumo de produtos orgânicos. O que faltava mesmo era certificar nossos produtos para poder comprovar que eram realmente orgânicos (*Dona O*).

⁶³ Os OPACs correspondem às certificadoras no Sistema de Certificação por Auditoria. São eles que avaliam, verificam e atestam que produtos ou estabelecimentos produtores ou comerciais atendem as exigências do regulamento da produção orgânica.

A necessidade de comprovação da qualidade dos produtos cultivados no Mandacaru provinha, especialmente, da exigência dos consumidores locais e da própria necessidade dos produtores em ampliar as suas janelas de mercado. Quando questionada sobre as razões iniciais que motivaram a procura por certificações orgânicas, uma produtora revelou:

A necessidade foi porque as pessoas não acreditavam, mesmo a gente falando, que a produção era realmente orgânica e que não havia nenhum resíduo químico em relação ao nosso processo produtivo. A gente também sabia que, com a certificação, seria possível expandir nossas vendas no mercado [...]. Então a gente foi atrás de uma certificação, inicialmente participativa, por meio de uma Organização de Controle Social (OCS)⁶⁴, em 2010 (*Dona O*).

Além da garantia de confiabilidade dos consumidores, as vantagens competitivas associadas à adesão das certificações eram consideradas inquestionáveis, especialmente no que diz respeito às possibilidades de inserção comercial do assentamento nos mercados, como atesta um produtor entrevistado:

A certificação é a porta de entrada para qualquer comércio orgânico, porque se você não tiver como apresentar o certificado constatando que aquele produto é orgânico, o pessoal pode deixar de comprar, até porque hoje em dia tem muito charlatão que faz propaganda enganosa [...], mas a partir do momento que você vai com certificado na mão, e mostra, provando que é orgânico, aí todo mundo compra, porque você tem como provar [...]. Muitas vezes o pessoal pega até amostra dos produtos na feira e leva ao laboratório para fazer uma análise toxicológica, tentando comprovar se existe ou não resíduo de alguma coisa indevida. Se o produtor usa adubação química ou agrotóxico, a análise vai mostrar, mas se a análise é negativa, fica comprovado, então, que os produtos são orgânicos de verdade (*Seu L*).

Ainda sobre as vantagens relacionadas à certificação, outra produtora comentou sobre a prioridade concedida pelas instituições governamentais aos produtores que detêm certificações e selos de qualidade orgânicos:

Tem gente que vende aqui na região e diz que é orgânico ou agroecológico, mas sem certificação nenhuma [...]. Com certificado, certamente, o nosso produto ganha prioridade. Para comercializar, o selo é também fundamental. Não só para comercializar pela venda direta e no supermercado, mas também dentro do mercado institucional. A gente hoje tem ordem de prioridade por produzir orgânico certificado. No mercado institucional, por exemplo, se tem dez associações participando de um edital do PNAE, quem tem a certificação orgânica com certeza sai na frente (*Dona ML*).

No depoimento abaixo, outra produtora entrevistada reitera a questão da inserção comercial e ainda chama a atenção para outros importantes elementos associados ao uso da certificação orgânica, tais como diferenciação produtiva e credibilidade de mercado:-

⁶⁴ A Organização de Controle Social (OCS) fornece um documento que é a conformidade de produção orgânica participativa. Esse documento contém todos os dados do produtor e da propriedade, incluindo o número de cadastro.

Eu vejo a certificação não só como uma forma de diferenciação dos produtos, mas também como uma forma de inserção nos mercados, porque é aquilo: a gente chegar e dizer que é orgânico as pessoas não vão acreditar, mas, com selo, eu passo essa credibilidade para o consumidor. Eu consigo comprovar que aquele produto é realmente monitorado e atestado. E digo mais, o selo não é apenas garantia para o produtor, mas também para o consumidor, que tem o direito de exigir a análise do produto que está comprando. Tem leis que garantem ao consumidor fazer isso, se quiser. E com certeza, uma das maiores vantagens em trabalhar com produtos certificados é a abertura das janelas de mercado [...]. Quando você consegue a certificação, você se liberta, né? Você tem uma liberdade para realmente chegar a qualquer lugar e até mostrar um catálogo do seu produto e dizer: aqui a gente é credenciado. Depois que a gente começou a trabalhar com a produção certificada, a gente passou a receber diversas caravanas de pessoas interessadas em conhecer nosso modelo de produção e como a gente conseguiu chegar até isso. Eu vejo isso como um reconhecimento da sociedade em relação ao nosso trabalho, principalmente o nosso compromisso com o meio ambiente e com a segurança alimentar (*Dona O*).

Os depoimentos acima ratificam a importância da certificação para a comercialização de produtos orgânicos, ao mesmo tempo em que refletem o reconhecimento social dos produtores do Assentamento Mandacaru após a aquisição dessas ferramentas de acreditação. Tal realidade aponta para pelo menos duas questões importantes. Em primeiro lugar, como atestou Wilkinson (2002), experiências como essas podem corroborar tanto para o aumento das demandas de consumo em torno de “alimentos naturais territorializados,” como favorecer o desenvolvimento de nichos de mercado mais “preservadores”.

Como observado acima, a adoção de dispositivos de certificação não apenas vem trazendo benefícios aos produtores que passaram a se envolver em projetos de transição orgânica e agroecológica incentivados pelo Estado, como também vem estimulando uma nova cultura de consumo local. Embora isso não seja suficiente para reverter a tendência predominante das práticas convencionais de produção no Vale do São Francisco, do ponto de vista da diferenciação produtiva, reconhece-se que as demandas de consumo têm se preocupado menos com os produtos e mais com os processos de produção a eles relacionados (NIEDERLE, 2014).

No que diz respeito aos trabalhadores rurais e suas formas de resistência, considera-se que as experiências levadas a cabo pelo Assentamento Mandacaru, sobretudo no que diz respeito à adoção da certificação, tem cumprido algumas condições importantes, há muito tempo alertadas pela literatura: o desafio de adequação da agricultura familiar aos novos níveis de qualidade impostos pelos mercados (WILKINSON, 2008).

7.1.1 Organização de Controle Social (OCS) e Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPACs): definições, vantagens e desvantagens

Segundo o Guia Prático de Formação de Organizações de Controle Social (OCS) do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, uma OCS é um grupo, associação, cooperativa ou consórcio que fornece um documento de conformidade de produção orgânica participativa, no qual todos os dados do produtor, incluindo seu número de cadastro e o seu registro de propriedade, são publicamente disponibilizados, por meio da plataforma virtual do MAPA. A partir de tais informações, é possível localizar o produtor credenciado e consultar uma lista com todos os tipos de produtos por ele cultivados (MAPA, 2020). Em entrevista, uma produtora comentou sobre os critérios que determinaram a escolha de um OPAC, ao invés de uma certificação auditada:

A gente queria fechar negócio com uma auditada, a Chão Vivo, mas, quando fomos saber o valor cheio, percebemos que o preço ficaria muito salgado. Aí apareceu a alternativa de trabalhar com uma OPAC, através da empresa ABC (empresa concessora de certificação participativa). Ela faz a mesma coisa que a certificação auditada, porém quem faz o trabalho de inspeção são os próprios produtores associados. No caso dessa certificação participativa, não existe um auditor que vem aqui fazer as análises, observar o campo, mas os próprios agricultores, entre eles, que se responsabilizam por essa parte de controle. Aí a gente resolveu aderir mesmo à OPAC, pois era muito mais barata (*Dona O*).

Ainda de acordo com o Guia Prático do MAPA, esta modalidade de certificação só pode ser utilizada por produtores familiares que optam exclusivamente pela realização de vendas diretas em feiras, entregas à domicílio e contratos de fornecimento alimentar para programas do governo, incluindo PNAE, PAA e CONAB. No caso da OCS, o processo de fiscalização das unidades produtivas fica a cargo dos próprios produtores, que têm o dever de inspecionar uns aos outros, diminuindo consideravelmente os custos relacionados aos procedimentos de auditoria técnica profissional. Neste modelo, no entanto, os agricultores credenciados não recebem o selo SISORG⁶⁵, ficando impedidos de vender suas mercadorias em lojas, distribuidoras e supermercados (MAPA, 2020). Na imagem abaixo, os selos orgânicos concedidos pelas certificações participativas e auditadas:

⁶⁵ É a certificação usada pelo Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SisOrg), órgão administrado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Governo brasileiro em conjunto com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) para identificar e controlar a nossa produção de alimentos orgânicos, certificando a sua origem e processo produtivo.

FIGURA 24 - SELOS ORGÂNICOS



Fonte: Associação de Agricultores do Assentamento Mandacaru.

Ainda sobre as principais diferenças entre as certificações participativas e auditadas, um produtor, também do N4, pontuou:

Sem a auditada, a gente não podia entregar para supermercado nem para nenhum hortifrúti. A gente só podia vender direto para o consumidor nas feiras mesmo. A partir do momento que a gente recebe a certificação auditada, a gente pode entregar onde quer que seja, porque o estabelecimento que está comprando a nós recebe um certificado nosso, uma cópia desse certificado comprovando que estamos aptos a produzir orgânicos, e tudo que a gente entrega a ele tem que ter o selo (*Seu J. do N4*).

Em função dos produtores do Mandacaru trabalharem com agricultura orgânica, foi preciso recorrer a um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), com o objetivo atestar a procedência dos alimentos, seguindo as exigências do regulamento da produção orgânica. Em entrevista, um agrônomo da empresa de certificação Chão Vivo nos revelou quais são as atribuições burocráticas específicas das OPACs e OCS:

Os OPACs são as certificadoras do sistema de certificação por auditoria. Essas certificadoras avaliam e atestam quais produtos ou estabelecimentos atendem às exigências do regulamento da produção orgânica determinado por Lei. O Organismo de Controle Social (OCS), por outro lado, é a forma de organização entre agricultores familiares, que permite a venda direta de produtos orgânicos ao consumidor. Neste modelo, o próprio grupo de agricultores fica responsável por assegurar que os seus associados atendam às normas de produção orgânica, que são fiscalizadas, em última instância, pelos OPACs (*SS - Gerente de Avaliação de conformidade da Chão Vivo*).

Ao cumprir com todas as exigências estipuladas pelo OPAC, os agricultores credenciados recebem o selo “Brasil Orgânico”⁶⁶, obtendo a autorização para comercializar seus produtos orgânicos por meio da venda direta (feiras e entregas à domicílio) e/ou através do fornecimento de seus alimentos aos programas governamentais (MAPA, 2020). Ao tratar mais detalhadamente sobre as prerrogativas de um OPAC, o site da Rede de Agroecologia dos

⁶⁶ A certificação de produtos orgânicos é o procedimento pelo qual uma certificadora, devidamente credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e “acreditada” (credenciada) pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), assegura por escrito que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas da produção orgânica.

Povos da Mata registra que:

OPAC é parte de um sistema participativo de garantia que se organiza como pessoa jurídica. A finalidade de tal organismo é regular a certificação dos produtores orgânicos; coordenar os procedimentos de avaliação da conformidade; regular o funcionamento do sistema no cumprimento das formas de produção e comercialização dos produtos agrícolas e agro industrializados e; funcionar como uma agência certificadora sob o controle social [...] Entre suas principais atribuições, destacam-se: ser o representante legal do SPG (Sistema Participativo de Garantia); assumir a responsabilidade legal pela avaliação da conformidade orgânica, de acordo com a Lei Brasileira de Orgânicos; possuir obrigatoriamente uma Comissão de Avaliação e um Conselho de Recursos formados por representantes dos membros do SPG; emitir documentos relativos ao funcionamento do SPG; organizar e guardar os registros e documentos relativos à avaliação da conformidade; apontar as não conformidades e sugerir ações preventivas e corretivas necessárias aos fornecedores; possuir regimento interno que mostre a sua organização, o funcionamento participativo e como se responsabilizar pelo SPG (MAPA, 2020).

Segundo o MAPA, ainda é preciso chamar a atenção para algumas considerações importantes quanto ao Sistema Participativo de Garantia (SPG). Em primeiro lugar, torna-se necessário destacar que o SPG congrega os Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPACs), nos quais os próprios agricultores atuam como auditores mediante uma comissão verificadora, com já comentado anteriormente. Em segundo lugar, a participação do produtor nesse sistema deve ser ativa, sendo necessário o comparecimento em reuniões mensais convocadas pelo SPG. Caso haja algum tipo de não conformidade, todos os integrantes ficam em situação de suspensão, correndo o risco de terem seus certificados cancelados pelo MAPA. O OPAC, por sua vez, fica responsável por lançar e manter atualizados todos os dados das unidades de produção que controla, através do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (MAPA, 2020). Os diferentes tipos de certificação e as implicações de cada um foram detalhadamente relatadas por um produtor:

Existem três tipos de certificações: uma especificamente para o pequeno produtor ou o agricultor familiar, que é o organismo de certificação participativa (OCS), e a OPAC, que é uma certificação coletiva de produtores vinculada a uma associação ou cooperativa onde os produtores se autocertificam.... Então, eles são responsáveis pela certificação. Eu cuido do meu, mas minha certificação sofre influência do outro.... O próprio grupo se visita, se fiscaliza. Tem outra certificação, que é a OCS, que tem um registro no Ministério da Agricultura, onde os produtores também se juntam numa cooperativa e fazem o cadastro junto ao Ministério, que também serve tanto quanto as outras certificações. No caso dessas certificações, os produtores só podem vender direto ao consumidor, ele não pode vender por intermediário. No meu caso, a gente optou por uma certificação auditada. Nesse caso, é uma entidade registrada no Ministério da Agricultura que faz todo o processo de auditoria. Aí cada um é responsável por si e por sua relação com a auditoria. Eles podem também fazer visita surpresa e avaliar cada propriedade e cada unidade produtiva, e aí ele concede a certificação.... A

certificação auditada é melhor porque ela permite tudo, inclusive exportação, e se eu quiser vender para outra pessoa revender, eu vendo sem problema nenhum. (*Seu I, produtor orgânicos do N4*).

De acordo com as informações do site CI Orgânicos, o SPG caracteriza-se pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. Para gozar de condições legais de funcionalidade, um SPG deve possuir um OPAC legalmente constituído, o qual responderá pela emissão do SISOrg⁶⁷. Ao comentar sobre a importância das certificações participativas no Brasil, o gerente da CODEVASF explica a forma de funcionamento desta modalidade e as vantagens associadas à preferência por esta categoria de certificação:

A certificação participativa tem 2, 3 anos só.... Inicialmente eram poucas, hoje são muitas. Eu entendo que essa participativa é uma grande alternativa e é um negócio fantástico para o pequeno produtor. Como funciona a participativa? Junta 5, 6, 7 vai ao Ministério e ele autoriza o certificado.... Assim foi que o Mandacaru pôde tirar o certificado dele, assim como outros também puderam, por um preço muito mais em conta, até porque eles se certificam entre eles mesmos. Isso é fantástico porque é muito barato. A certificadora da Bahia, a ABC, por exemplo, custava cerca de R\$ 300,00.... Coisa de pouco mais de R\$ 10,00 por mês para cada produtor associado. Isso torna possível trabalhar com a certificação de uma forma financeiramente viável. Essa é a grande vantagem. Outra vantagem é que tem um processo de concessão menor, é mais rápido e mais flexível. A desvantagem está no risco de um dos membros fazer alguma coisa errada e prejudicar o todo. A desvantagem que acontece na participativa também, coisa que está acontecendo muito no Brasil, é que o mercado não enxerga ela com bons olhos, porque existe a facilidade de algum produtor fazer uma coisa não tão certa (*Sr. OSF – Gerente Agrônomo da CODEVASF*).

Ao ser perguntado sobre as vantagens e desvantagens da certificação auditada, o gestor esclareceu:

Na certificação participativa, você vai seguir a legislação do Governo Federal, do MAPA, isso já facilita.... Já a certificadora auditada, como a IBD, por exemplo, ela cria suas próprias legislações e dificulta um pouco mais a entrada do produtor. E quais são as outras desvantagens da auditada? É mais cara, mais rígida, você tem que pagar auditor do Sul para vir aqui.... Então tudo isso é mais custo e mais dificuldade. Qual é a vantagem? Ela tem

⁶⁷ Esta é a certificação usada pelo Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SisOrg), órgão administrado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Governo brasileiro em conjunto com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) para identificar e controlar a nossa produção de alimentos orgânicos, certificando a sua origem e processo produtivo. Esse sistema começou a ser exigido em janeiro de 2011, e certifica que o seu produto possui, no mínimo, 95% de ingredientes de origem orgânica em sua composição. Já os 5% dos demais componentes precisam ser identificados e estar dentro das normas da produção orgânica (então pode ficar tranquilo, porque agrotóxicos e outras substâncias prejudiciais à saúde são estritamente proibidas). Vale ressaltar que o selo SisOrg também certifica produtos feitos com ingredientes orgânicos, desde que 70% da sua formulação seja composta por orgânicos, e os 30% dos ingredientes restantes estejam de acordo com as normas do Ministério da Agricultura.

mais credibilidade no mercado, mas de certa forma afasta muito o produtor do consumidor (*Sr. OSF – Gerente Agrônomo da CODEVASF*).

As desvantagens da certificação auditada, principalmente em termos de acesso e dificuldade de cumprimento em relação aos rígidos protocolos mundiais, sugerem uma interpretação teórica importante e que diz respeito à forma como a globalização da cadeia agroalimentar diminuiu as relações de confiança entre produtores e consumidores, abrindo caminho para novos aparatos institucionais que procuram conferir mais proteção ao sistema de produção de alimentos através dos selos e certificações (KRONE, 2018).

Essas questões, todavia, giram em torno de uma preocupação alarmante em torno da seguridade dos alimentos, assim como também aumentam, em grande medida, a distância entre aqueles que produzem e aqueles que consomem alimentos de qualidade. Alguns autores têm enfatizado que a ciência e a tecnologia vêm perdendo grande parte da autoridade que outrora possuíram, principalmente pelo considerável aumento de escândalos e episódios relacionados às crises de contaminação alimentar (GIDDENS, 1997).

Na perspectiva de Beck (1992), este processo se reflete, principalmente, pelo fato de as sociedades industriais estarem vivendo atualmente na era do risco global, uma vez que os progressos científicos, que antes eram considerados como fonte de esperanças e melhorias do sistema agroalimentar, hoje convertem-se em motivos de apreensão, especialmente se escapam ao controle das instituições de fiscalização.

Esse contexto de incertezas e percepções de riscos, por outro lado, tem feito com que atributos associados à produção local e de origem conhecida permitam uma reconciliação dos consumidores com a tradição, a localidade e a ruralidade, sugerindo uma dieta mais natural, menos dependente, portanto, de produtos químicos e industrializados (NIEDERLE, 2016). A noção de *quality turn* (virada da qualidade), termo cunhado por Goodman (2003), expressa esse movimento em direção a outro tipo de qualidade, associado à criação de redes alternativas de alimentos que buscam reconectar consumidores e produtores. Diante disso, a qualidade dos alimentos determinada pela indústria agroalimentar, fundamentada especialmente em uma visão técnico-científica de produção dos alimentos, tem sido posta em xeque por movimentos sociais, produtores e consumidores interessados na valorização de produtos artesanais, caseiros, de origem conhecida, vinculados a um território, tradição e cultura específicas. Certamente, “as certificações e selos de qualidade, muito presentes na realidade do Vale do São Francisco, são exemplos de novos instrumentos criados pelo mercado para enfatizar certos aspectos de confiança e qualidade da produção agroalimentar” (KRONE, 2018, p. 178-182).

A pesquisa realizada por Krone (2018) permitiu revelar que a intromissão das organizações do sistema agroalimentar nos modos de produzir significa, para as famílias rurais, uma intervenção também no seu modo de vida. Para esse autor, “ter a posse da terra e controlar o saber que governa o processo de trabalho é condição que reflete um princípio básico que orienta as formações camponesas, isto é, a busca de autonomia e independência” (KRONE, 2018, p. 346), questão que será retomada ao longo deste capítulo. Por ora, ainda se faz necessário compreender como os produtores-assentados do Mandacaru tem aliado as práticas tradicionais de produção da agricultura familiar à necessidade global de vinculação aos certificados de segurança alimentar, através do apoio de algumas entidades locais, como a CODEVASF e o SEBRAE.

7.1.2 *Contratando uma certificadora auditada: o caso da empresa Chão Vivo*

Cinco meses após a adoção da primeira certificação de controle social participativa, os assentados, interessados em expandir o fornecimento de suas mercadorias às lojas e supermercados locais, firmaram uma parceria junto com o SEBRAE e a CODEVASF para o financiamento de uma certificação auditada. Segundo depoimentos, foi acordado que essas instituições assumiriam juntas 80% do valor da certificação, restando aos assentados arcar com apenas 20% do valor cobrado pela certificadora. Ao comentar sobre as negociações em torno da contratação da nova empresa para o cumprimento do contrato de avaliação da conformidade auditada, uma produtora comentou:

Através do SEBRAE e da CODEVASF, a gente conseguiu financiar a maior parte do recurso. Eles pagaram 80% do valor da certificação e nós pagamos 20%. Nosso interesse de adquirir a certificação auditada era a possibilidade de negociar com os supermercados locais, já que a certificação participativa só nos permitia fazer as vendas diretas dos produtos. Quando a gente fez a cotação de preços para saber qual a empresa certificadora era mais viável, vimos que a empresa Chão Vivo oferecia o menor valor (*Dona O*).

De acordo com uma entrevista realizada com um gerente da CODEVASF, o desenvolvimento da produção de mercadorias orgânicas no Vale do São Francisco foi resultado de um arranjo institucional que envolveu vários organismos locais de apoio. Embora ainda se tratando de um processo em construção, o gestor da empresa comentou com entusiasmo sobre os procedimentos que permitiram a iniciação deste projeto, bem como as necessidades e possibilidades em torno da sua execução:

Eu conversei com a equipe técnica e disse que a gente tinha que começar um trabalho mais livre, porque é o futuro, e hoje a gente sabe disso cada vez mais e isso vai aumentando e é um caminho sem volta. Naquela época

(2010) o Mandacaru já fazia alguma coisa de agricultura orgânica e, principalmente, por meio de certificação. Então, na época, a gente precisou reunir todo mundo: o Mandacaru e os produtores do Nilo Coelho; a CODEVASF e o SEBRAE. A gente formou um grupo multidisciplinar com Prefeitura, o com Ministério da Agricultura, o SENAI, UNIVASF e o MAPA. Juntou todo mundo e se decidiu: vamos trabalhar *startar* o arranjo. O arranjo, essa cadeia, esse movimento, não tinha, não existia.... Tudo que existia era muito pontual. Então nós identificamos que tinham três caminhos para a gente trabalhar: 1º) o caráter de produção, ou seja, como é possível produzir uma hortaliça, uma fruta de qualidade orgânica. É possível? A gente visitou alguns centros especializados no Brasil e participamos de uma feira internacional na Itália, com o objetivo de nos capacitar e convencer nossos agricultores de que era possível trabalhar com orgânicos. 2º) a certificação, porque o pequeno produtor, para acessar os mercados institucionais, como PAA, PNAE, CONAB, tem que ter o selo orgânico, que é o grande diferencial. Então vamos trabalhar com certificado! O SEBRAE e a CODEVASF foram muito importantes no início, pois na época arcaram com 80% da certificação, mas hoje não mais, porque o núcleo, o miolo desse grande projeto já está aí.... Agora é a vez de outros novos entrantes. Então primeiro nos preocupamos com a questão da produção, depois a certificação e depois a inserção desses agricultores no mercado (*Sr. OSF – Gerente Agrônomo da CODEVASF*).

Quando questionado sobre a atuação do Assentamento Mandacaru no processo de iniciação da agricultura orgânica na região e a contratação da primeira certificação auditada (Chão Vivo), o gerente da CODEVASF comentou:

O Mandacaru foi o pioneiro em agricultura orgânica aqui no Vale. Ele encarou a realidade com dificuldade e começou o trabalho [...] A partir do envolvimento do SEBRAE e da própria CODEVASF, foi possível não apenas custear a maior parte dos custos de certificação, mas proporcionar aos agricultores capacitação e assistência técnica de graça, permitindo que esse arranjo alçasse voo, fazendo com que os produtores pudessem acessar o mercado e vender suas mercadorias por um preço diferenciado. O pequeno produtor pode e tem que ser profissional. Ele tem que ter escala, tem que ter produto e tem que ter qualidade. Hoje vários outros produtores vêm sendo orientados a aderir à certificação, principalmente por conta do sucesso do Mandacaru, mas aqui no Vale já tem produtores certificados pela OIA, pela IBD, pela ECOCERT, ou seja, tem vários produtores nesse movimento de certificação, mas o Mandacaru foi, por meio da Chão Vivo, o marco zero desse projeto aqui no Vale (*Sr. OSF – Gerente Agrônomo da CODEVASF*).

Segundo entrevistas realizadas com alguns produtores orgânicos do Projeto Nilo Coelho N4, os custos associados à contratação de uma empresa de certificação auditada, embora sejam considerados imprescindíveis à ampliação das janelas de mercado dos produtores orgânicos, são também vistos como muito onerosos, principalmente quando o agricultor necessita, em função do tamanho da sua propriedade, arcar com vários processos de certificação. O relato abaixo expõe a preocupação de um agricultor em sanar os custos de dois

contratos de certificação: um de alcance nacional, como o Chão Vivo, e outro de alcance internacional, como o IBD:

Não é fácil não! A gente agora teve que desembolsar, para terminar de pagar a certificação, Dois mil e quinhentos, três mil e tantos reais para cada uma. Isso só caso do Chão Vivo, porque, no caso do IBD é Sete mil reais. Desde 2011, que eu tenho as duas certificações: Chão Vivo e IBD. Eu trabalho a nível nacional e a nível internacional. Faço plantação de manga e negocio através de outras pessoas a minha exportação.... Por conta disso, a gente tem que ter o selo do IBD.... Pode ser até mais caro, mas a gente precisa ter um certificado de origem para garantir a circulação dos nossos produtos fora do Brasil (*Seu M do N4*).

Apesar de todas as dificuldades em torno da concessão dos certificados auditados, os agricultores entrevistados reconhecem a importância desses mecanismos de comprovação de origem, buscando, sempre que possível, ampliar o raio de alcance dos seus produtos no mercado.

7.1.3 O processo de certificação orgânica: reconversão produtiva e sanções

Durante uma entrevista realizada com alguns produtores do Projeto Nilo Coelho N4, um agricultor orgânico comenta como se deu o processo de certificação orgânica de sua propriedade ao longo de um período de cinco anos, bem como as vantagens associadas aos cuidados tomados pelo produtor através do seu planejamento:

Eu mesmo comecei do zero, mas ninguém começa a fazer a conversão de uma terra durante dois anos, se não tiver um planejamento para ir fazendo aos poucos. A certificadora (Chão Vivo) deu um plano de cinco anos para a gente conseguir certificar 100% da propriedade. Teve um cara aqui que quis fazer tudo de uma vez só e quebrou, porque a produção praticamente zerou e os custos não diminuíram. Eu fui fazendo aos poucos, de meio hectare, um hectare.... Até chegar aos 100% em cinco anos. E a vantagem é que a gente tem hoje um leque de produtos para vender, porque antes eu só tinha acerola e coco.... Se eu tivesse vivendo hoje da acerola e coco eu já tinha vendido a roça. Então hoje, mesmo tendo só quatro hectares de roça, eu tenho um leque de produtos e eu não tenho mais porque não tenho mão de obra e crédito, que são hoje nossos dois inimigos (*Seu J do N4*).

Outro produtor entrevistado também comenta como se deu este mesmo processo de conversão na sua área produtiva, ressaltando as exigências feitas pela certificadora e a forma como ele mesmo lidou com as práticas de manutenção da sua roça:

O auditor aqui vinha anualmente... Ele dizia: - “você está fazendo a conversão de que área?” Aí botava ali toda a demarcação.... No ano seguinte, ele vinha e dizia: - “Essa aqui já vai ser certificada.... Qual é a próxima área que você vai certificar?” Aí ia fazendo o acompanhamento e, em cinco anos,

converti 100% da minha área. Quando você tem uma área virgem desmatada que nunca foi usado nada de químico e nem pesticida, na primeira plantação que você produziu, ele já te dá o certificado. Agora se for uma área que trabalhe com veneno e fertilizante químico, você tem até dois anos para fazer a conversão da terra para poder receber o certificado [...]. Hoje, a gente produz nossos próprios compostos na roça, então a gente leva da cidade pó de rocha, que é fosfato natural, hiperfosfato de potássio orgânico.... Nós temos o esterco, a parte vegetal que a gente tritura tudinho para fazer os compostos.... Aí a gente faz o composto líquido e faz o composto sólido, que é o que alimenta a planta de forma autossuficiente e assegurada. Todo esse processo já é certificado (*Seu M do N4*).

Em relação a este processo de conversão das propriedades, um dos gestores de uma empresa de certificação auditada – a Chão Vivo - fez algumas considerações importantes, especialmente no que concerne ao tempo de transição orgânica estipulado pela legislação e as razões que podem levar um produtor a ser suspenso ou excluído do sistema:

No plano de manejo, o produtor manda a lista de produtos que ele quer certificar. A legislação permite que o produtor passe até cinco anos com uma parte da propriedade sendo convencional. A partir do quinto ano, você tem que decidir: ou você converte tudo ou você sai do sistema. Então, quando o produtor decide listar seus produtos no plano de manejo, nós vamos a campo averiguar se ele está seguindo toda a legislação e não está cometendo nenhuma não conformidade. Sendo assim, a certificadora concede o uso do selo SISORG por 12 meses. Lembrando que, caso ocorra algum problema e seja averiguado pela certificadora alguma não conformidade, o certificado pode ser suspenso até que a questão seja contornada, ou o produtor ~~pode ser~~ é excluído do sistema. (*SS - Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

Referindo-se às formas de sanções pelo não cumprimento das determinações, o mesmo informante acrescenta:

O que leva à exclusão do sistema? Se for identificado, por exemplo, que o produtor está utilizando o LIFOSATO na propriedade. O LIFOSATO é uma substância proibida. Então, caso ele utilize esse produto, ele é excluído do processo e perde o direito de uso do selo por doze meses. Só depois desse período, é que ele pode solicitar uma nova auditoria para buscar uma nova certificação e receber novamente o selo SISORG (*SS - Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

Com o apoio da CODEVASF e do SEBRAE, a parte do valor que coube aos agricultores foi rateado entre aqueles que já produziam orgânicos, desde a construção da horta. Todavia, a ajuda de custo das instituições só perdurou até o fim de 2010, quando os produtores tiveram que assumir sozinhos a continuidade do processo de certificação coletiva da propriedade, o que tornou as condições de continuidade do contrato inacessíveis, como testemunhou um agricultor entrevistado:

No início, a gente só pagava mesmo duzentos e poucos reais, dividido para todo mundo. Isso dava uma mixaria! Quando eles (SEBRAE e CODEVASF) deixaram de pagar essa ajuda no fim do ano (2010) ficou salgado. Eu não lembro exatamente quanto era, mas o valor total ultrapassava R\$1.500,00. A gente ainda tinha que arcar com os custos de alimentação e acomodação do auditor, toda vez que ele vinha. Era pelo menos R\$50,00 de cada produtor para cobrir a estadia e a alimentação do técnico. Isso fez com que a gente repensasse mais uma vez em continuar com a auditada (*Seu L*).

Aqui, novamente, é preciso ressaltar que, apesar das vantagens oferecidas pelo sistema de acreditação alimentar em termos de uma inserção mais competitiva nos mercados, muitos produtores rurais declinam dessa possibilidade pelos custos envolvidos nesse processo, ficando, assim, à deriva das exigências estipuladas pelo sistema alimentar globalizado.

7.1.4 De volta aos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPACs): o caso da ABC

Com o afastamento do SEBRAE e da CODEVASF em 2010, os agricultores acabaram não tendo mais condições de arcar com o custo total dos serviços de certificação, sendo obrigados a novamente recorrer a um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). A empresa escolhida para monitorar as unidades produtivas dos agricultores do assentamento e emitir a certificação orgânica foi a associação ABC, como descrito abaixo por uma produtora:

A ABC é uma associação sem fins lucrativos autorizada pelo MAPA que tem como objetivo ajudar os agricultores de base agroecológica. Como a gente não conseguiu pagar mais a Chão Vivo em 2010, tivemos que buscar novamente uma OPAC. Como a certificação era participativa, nós mesmo passamos a fazer as inspeções. Eles só precisavam monitorar os procedimentos para garantir a concessão da certificação e do selo (*Dona O*).

Embora a decisão dos produtores do Mandacaru em aderir a um OPAC tenha sido definida em função da acessibilidade econômica oferecida por esses organismos participativos, uma auditoria realizada pelo MAPA, em 2019, constatou uma série de inconformidades no serviço de monitoração da empresa ABC. Com relação às irregularidades cometidas por esta certificadora e as medidas de reparação tomadas pelo MAPA, uma produtora mencionou:

Ano passado (2019), uma pessoa do MAPA encontrou várias irregularidades em relação ao acompanhamento dessa certificadora (ABC). Por conta disso, ficamos com essa OPAC até agosto de 2019 e depois resolvemos voltar outra vez para a Chão Vivo [...]. Os problemas detectados pelo MAPA não tinham nada a ver com a gente, a questão era com outros produtores associados da Bahia. Quando um integrante associado comete um erro, todos acabam respondendo por isso. Por conta dessas irregularidades, a ABC foi

descredenciada do MAPA e nós tivemos que buscar outra solução para não abrir mão do nosso certificado (*Dona O*).

Ainda sobre os processos de não conformidade da ABC outro produtor registrou:

Assim, eu não gosto muito de questionar, mas eu achava um pouco estranho o jeito deles de liberar a certificação. Tinha muitas vezes que eles vinham aqui, pegavam o nome da pessoa e, de repente, a certificação chegava praticamente sem o cara andar na área produtiva. De uma hora para outra, estava tudo certificado, sem capacitação, sem nada! E eu lembro que a gente, para poder ser certificado pela Chão Vivo, tivemos que passar uns 3 anos fazendo capacitação, tanto em campo como em sala de aula. Pela ABC, a maioria do pessoal aí nunca fez uma capacitação nem nada. Com um certificado só, eles certificaram o meio hectare da horta e o meio hectare das uvas, culturas que são produzidas em terrenos diferentes! (*Seu L*).

Em entrevista, um produtor declarou, em detalhes, quais foram as propriedades certificadas pela ABC entre 2010 e 2019:

Em um só dia, a empresa certificou nosso plantio coletivo de uva que fica na beira da pista e o plantio de Dona O. e Seu ZG., isso com um certificado só! Noutro dia, certificaram a horta e os quintais produtivos do Assentamento Terra da Liberdade, aqui do lado [...]. Os quintais produtivos que eu falo são os muros. Cada casa tem, no fundo do seu quintal, um muro onde cada família tira os seus produtos próprios.... Não são todas as casas não, mas a maioria tem uma hortazinha. E os quintais aqui do assentamento (Mandacaru) já tinham sido certificados pela Chão Vivo! (*Seu L*).

Em entrevista, um dos gestores da CODEVASF comentou, de forma mais detalhada, sobre o caso da ABC e sua consequente desativação por meio do MAPA:

Qual foi esse problema? Um produtor lá da Bahia agiu de má fé. Essa, na verdade, é a maior falha da certificação participativa.... O grupo se junta para todo mundo fazer o processo direito e tem gente que faz errado, e quando ela faz errado todo mundo perde a certificação. Então um produtor da Bahia fez uma coisa errada, a ABC foi descredenciada e todo mundo saiu, inclusive o Mandacaru. O grande gargalo da participativa é esse risco (*Sr. OSF – Gerente Agrônomo da CODEVASF*).

Apesar de hoje não haver nenhuma informação oficial sobre a ABC na plataforma do MAPA, foi possível encontrar registros de suspensão desta OPAC no site *BeefPoint*, que noticiou uma matéria intitulada: “Mapa divulga descredenciamento de 16 certificadoras”, em 04/12/2007. Finalmente, o cancelamento da ABC por parte do MAPA acabou fazendo com que os produtores do assentamento optassem por outros meios de acesso à certificação, especialmente pelo fato de já estarem inteiramente adaptados aos procedimentos de produção alternativa e totalmente inseridos no mercado local orgânico.

7.1.5 *O regresso à certificação auditada: de volta a Chão Vivo*

Devido aos problemas relacionados às inconformidades da certificação participativa e o consequente desligamento da ABC pelo MAPA, os agricultores do Mandacaru se viram outra vez obrigados a recorrer a outra certificadora. Isso tornou-se necessário por pelo menos dois motivos: primeiramente porque alguns agricultores já haviam se adequado às exigências protocolares de certificação, isto é, a conversão das propriedades, e realizado um conjunto de cursos de capacitação. Assim, o compromisso com o modelo de produção orgânica não poderia ser desprezado diante das adversidades que resultaram no desligamento da ABC. Em segundo lugar, porque muitos dos produtores do assentamento já haviam começado a se inserir no nicho de mercado de produtos orgânicos locais, obtendo uma série de vantagens competitivas, que não podiam ser negligenciadas, como sentenciou um produtor entrevistado:

Nossa produção, com a certificação, repercutiu bastante no mercado, porque quando você saía em restaurante, feira livre e dizia que era produto orgânico e eles não acreditavam, mas, a partir do momento que a gente recebeu a certificação, a gente começou a descobrir outro mundo de possibilidades. Depois de entrar nesse nicho, ninguém quer sair, principalmente porque o pequeno, no convencional, não consegue competir com o grande. A gente estava começando a ganhar um dinheirinho mais honesto e criar uma clientela mais fidelizada. Não fazia sentido retroceder (*Seu L.*).

Em vista das necessidades e dos ganhos correlacionados à aderência às certificações de qualidade orgânica, os produtores do Mandacaru voltam a procurar a empresa de certificação auditada Chão Vivo, perscrutando o estabelecimento dos seus negócios no mercado local. Antes de avaliar como se deu a consolidação desse processo, ainda é necessário fazer algumas considerações sobre o Instituto de Avaliação da Conformidade escolhido pelos agricultores.

O Instituto Chão Vivo-ICV é uma entidade civil de direito privado e sem fins lucrativos, especializada na acreditação e certificação de propriedades rurais voltadas à produção de gêneros agrícolas orgânicos. Fundado no ano de 2002, em Santa Tereza do Espírito Santo, a empresa, antes de se tornar uma entidade especializada na concessão de certificações orgânicas, foi uma associação prestadora de serviços de assistência técnica rural, tornando-se efetivamente um instituto de avaliação da conformidade somente a partir de 2011, como informa o site do instituto. O processo de criação da instituição com suas novas diretrizes foi assim explicado por um dos seus gestores:

A certificadora Chão Vivo começou por volta de 2002, como um grupo de assistência técnica. Na época, era permitido à instituição fazer a assistência

técnica e certificação das áreas rurais. Em 2011, quando a Lei 10.831⁶⁸ foi implantada, não foi mais permitido que a empresa fornecesse assistência técnica e avaliasse propriedades para certificação ao mesmo tempo. Então a instituição, que era antes uma associação, foi desfeita. Uma parte das pessoas que compunham o quadro da associação abriram empresas de assistência técnica e um outro grupo fundou o instituto Chão Vivo de Avaliação da Conformidade, que ficou responsável pela acreditação e certificação das propriedades orgânicas, tanto de produção como de processamento vegetal, em consonância com o MAPA [...] A gente hoje tem atuação em Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo e Mato Grosso. (SS - Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo).

De acordo com as informações disponibilizadas na página da entidade, a missão do Instituto Chão Vivo é promover a agricultura de base ecológica, através da adoção de sistemas de avaliação da conformidade com vistas à proteção dos agroecossistemas e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e consumidores de produtos agrícolas orgânicos, tal como dispõe o *site* da instituição. No quadro abaixo, procurou-se evidenciar as principais políticas de qualidade do instituto:

TABELA 4 - POLÍTICAS DE QUALIDADE DO INSTITUTO CHÃO VIVO

Política de Qualidade do Instituto Chão Vivo-ICV de Avaliação da Conformidade
• Melhorar, de forma continuada, o atendimento aos clientes, por meio da melhoria da gestão do processo de certificação e profissionalização do seu quadro executivo; • Facilitar o acesso dos produtos certificados pelos diferentes canais de comercialização, por meio de acordos de reconhecimento da sua certificação nos principais mercados mundiais; • Atender às necessidades de certificação dos produtores e dos consumidores pela ampliação do seu escopo de certificação de produtos, processos e sistemas; • Manter periodicamente as auditorias internas e externas, procurando evidenciar, em todo o Sistema, a conformidade com as normas de acreditação de um OAC; • Assegurar que a decisão sobre a concessão da Certificação seja tomada por pessoa diferente daquelas que executaram a avaliação in loco; • Avaliar o índice de satisfação dos clientes; • Manter e aprimorar continuamente o Sistema de Gestão da Qualidade para fins de certificação.

Fonte: site oficial do Instituto Chão Vivo.

⁶⁸ Leis que regulamentam os orgânicos. A legislação, que regulamenta a Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003 inclui a produção, o armazenamento, a rotulagem, o transporte, a certificação, a comercialização e a fiscalização dos produtos.

7.1.6 Empresas de certificação auditadas, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e selo SISORG

Ao compreender o trabalho desenvolvido pelo Instituto Chão Vivo, também foi possível apurar a importância das empresas de certificação auditadas no registro e acompanhamento dos produtores rurais que optam por um modelo de produção não convencional, sobretudo no sentido de servirem como “braço direito” do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), no controle do sistema orgânico nacional. Ao ser questionado sobre a relação da Chão Vivo com o MAPA, o gestor entrevistado discorreu:

Nós temos uma ótima relação com o Ministério, por quê? Porque as certificadoras acabam sendo um braço direito do Ministério da Agricultura. Como o Ministério não tem corpo suficiente para fazer esse trabalho de acompanhamento das unidades de produção orgânicas é que existem as certificadoras. Porque, na verdade, esse é um papel do Ministério da Agricultura, papel que, pelo grande volume de produtores, ele não consegue exercer (*SS - Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

Ao ser questionado sobre a atuação das outras empresas de certificação orgânicas no mercado, o gestor reconheceu a qualidade da prestação de serviços das concorrentes e o envolvimento das entidades de avaliação da conformidade com a *Associação Brasileira das Empresas de Certificação por Auditoria e Rastreabilidade (ABCAR)*. No depoimento, o gestor ainda comentou sobre o diferencial da Chão Vivo em relação às outras certificadoras, ressaltando, sobretudo, suas práticas de atendimento aos clientes e parceiros, assim como a preocupação da entidade com um público de produtores rurais mais específico: os pequenos agricultores familiares.

O IBD, a ECOCERT, a OEA, a KIO são empresas excelentes; elas não diferem do que a gente faz, tanto que o certificado deles tem a mesma validade que o nosso.... A gente faz parte da ABCAR, que é a associação brasileira de certificadoras por auditoria.... Então, em geral, o objetivo das certificadoras auditadas é o mesmo: melhorar e avançar com a questão orgânica no país. Mas o nosso maior objetivo particular é trazer essa possibilidade para os pequenos agricultores familiares, porque o pequeno agricultor está abandonado no campo; ele não tem assistência técnica nem condição financeira. Então, o nosso olhar é para esse público. Outra coisa que a gente preza muito é a qualidade do atendimento aos nossos produtores. Nós tanto priorizamos isso que temos um quadro de funcionários muito reduzido, o que acaba demandando muito mais trabalho. Por outro lado, isso faz com que a gente tenha muita proximidade com o cliente, respondendo às demandas o mais rápido possível, de forma direta. Se você tenta falar com qualquer certificadora, elas te pedem para mandar um e-mail. A gente quer proximidade, resolução, parceria. Isso não só com os produtores, mas

também com o INMETRO⁶⁹ e o MAPA (*SS - Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

Ao mencionar que o Instituto Chão Vivo é fortemente comprometido com a autonomia da agricultura familiar, o que o torna uma empresa diferenciada no nicho mercadológico da avaliação de conformidade, o gestor também ressaltou que o público alvo perseguido pela empresa (pequenos agricultores familiares) “não é muito desejado” pelas suas concorrentes. Quando questionado sobre os motivos dessa “falta de interesse” de outras certificadoras em trabalhar com tal público, o gestor sentenciou:

A gente vê que o nosso público alvo não é muito desejado pelas grandes certificadoras, porque não tem um volume de produção muito grande e dá trabalho. A média de área de produção dos nossos clientes não passa de dois hectares. Porque quando você monta o processo do começo até o final, é muito documento a ser analisado e a responsabilidade é muito grande, porque caso um produtor cometa alguma falha ou algum delito, ele tem que ser suspenso, e caso a certificadora, às vezes, não consiga identificar isso antes que ocorra uma denúncia, e o Ministério da Agricultura averigue, isso dá uma dor de cabeça muito grande. Então, é uma responsabilidade muito grande. Por isso que uma certificadora grande, muitas vezes, não tem interesse de atender esse público. Ele prefere atender o público com o volume de produção maior e consegue cobrar um valor maior deles (*SS - Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

No que diz respeito ao selo SISORG e a forma como o INMETRO e o MAPA realizam a inspeção das empresas de certificação, o gestor pontuou:

O nosso selo, SISORG, é o selo que todas as certificadoras utilizam. A gente é acreditado pelo INMETRO e credenciado pelo Ministério da Agricultura. Então, a gente tenta trazer para a agricultura orgânica uma agricultura mais limpa, mais sustentável, com o maior número possível de produtores. Uma vez por ano, pelo menos, a gente recebe uma auditoria do Ministério da Agricultura e também do INMETRO. Eles vêm, fazem a análise de toda a documentação.... E, se tiver alguma coisa errada, a gente recebe uma não conformidade e tem que fazer uma proposição de tratamento e fechamento da não conformidade (*SS- Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

Ainda tratando sobre este assunto, o gestor entrevistado discorreu sobre a importância da parceria entre as empresas de certificação e o MAPA para legitimar a credibilidade do sistema orgânico de produção. No relato abaixo, é possível observar uma importante consideração feita pelo gestor a respeito do acompanhamento da não conformidade das

⁶⁹ O INMETRO é o órgão federal responsável por informar à sociedade sobre os detalhes referentes aos diversos produtos disponíveis no mercado. A presença do selo do INMETRO atesta que o produto foi fabricado de forma a respeitar e atender aos requisitos de uma norma ou regulamento técnico.

propriedades orgânicas de produção realizada conjuntamente pelas entidades, bem como a forma pela qual determinados produtores e comerciantes tentam burlar a legislação, pondo em descrédito a retidão e o compromisso da agricultura orgânica em âmbito nacional:

Caso o Ministério ou o INMETRO acate, a gente tem um prazo para comprovar a eles que essa não conformidade foi fechada. Isso é muito importante de ser sanado porque se você apresenta algum problema, isso não é uma questão apenas sua: é a cadeia de orgânico que está errada! Uma vez foi noticiado que um produtor estava comprando produtos do CEASA e vendendo como orgânico.... Aí o povo caiu em cima.... ‘Porque o orgânico não é confiável, mais isso e aquilo’.... Isso vira um problema do sistema orgânico, entendeu? Quando alguém, por exemplo, faz uma pulverização em sua área de plantio e contamina um rio de quem é a culpa? Ninguém fala da cadeia convencional, a cadeia que usa agrotóxico.... Ninguém fala que o agronegócio está matando uma comunidade de abelhas em tal lugar ou que o produtor convencional está colocando veneno no seu rio, está envenenando uma família.... Isso não é falado! Isso é diferente na cadeia de orgânico. Nós, como orgânicos, somos muito mais cobrados e policiados. O produtor convencional não contamina seu vizinho, mas o produtor orgânico tem que fazer a sua barreira vegetal. O correto seria que o convencional fizesse a sua barreira para não prejudicar seu vizinho orgânico, e não o contrário (SS - *Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

Segundo entrevista realizada com o gestor do instituto, a Chão Vivo possui, atualmente, 238 produtores válidos espalhados pelas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A entidade, todavia, já chegou a atingir o número de 360 produtores válidos dentro de um período de 12 meses. O Vale do São Francisco, por sua vez, reúne, atualmente, 16 produtores inventariados, dos quais apenas o Assentamento Mandacaru optou por contrato coletivo, via associação, isto é, esses produtores dividem os custos de certificação entre si, enquanto os demais clientes da região assumem suas expensas de forma individual:

No Vale do São Francisco, nós temos, hoje, 16 clientes, incluindo o assentamento, que é um contrato só. Eles optaram em coletivizar os custos via associação, enquanto os outros clientes da região preferiram assumir os custos de forma individual, o que é mais comum entre os nossos clientes [...] Quando eu falo “produtores ativos” quero dizer que esses ainda estão em processo de certificação, seja cumprindo os prazos dos procedimentos estipulados pela empresa, seja ampliando seus talhões de terra. Lembrando que esse processo dura 12 meses. Só depois desse período, que cobre todas as etapas de transição, é que concedemos a certificação. O produtor tem, segundo a legislação, o período de 5 anos para certificação sua propriedade inteira (SS - *Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

Como revelado no depoimento acima, são considerados “produtores válidos” aqueles

que estão em processos de acompanhamento e/ou ampliação do processo de certificação. Vale ainda sublinhar que o período de transição das propriedades que aderem ao modelo orgânico de produção deve ser realizado em até cinco anos, como institui a legislação. Isso significa dizer que os produtores interessados em migrar para a agricultura orgânica devem certificar 100% da sua propriedade dentro do período estipulado. Após esse tempo, o agricultor deve decidir se deseja transformar-se efetivamente em um produtor orgânico ou se pretende permanecer como produtor convencional. Já o período de adequação de um determinado talhão de terra para concessão de certificação orgânica deve cumprir um prazo de doze meses, tempo em que a empresa de certificação estipula para que o produtor cumpra com todas as exigências de transição necessárias, as quais veremos a seguir.

No Vale do São Francisco, que se destaca no cenário brasileiro por uma notável oferta de produtos frutícolas para abastecimento nacional, especialmente em relação às culturas de manga e uva de mesa para exportação, o grande consumo de agrotóxicos não pode ser negligenciado (GERMINO, FREITAS, MARINHO, 2017).

Nos territórios estudados por Butto, Cavalcanti e Aubin (2022, p. 435), dentre os quais inclui-se o Vale do São Francisco, fica demonstrada a tensão entre os hábitos alimentares locais e as comidas consideradas modernas, cujos impactos provocam transformações negativas nas dietas tradicionais.

Esta situação tem feito com que muitos produtores criem estratégias de resistência, que não somente se expressam nos seus movimentos por segurança alimentar, mas também no compromisso com a valorização de suas práticas de produção, bem como no cuidado com o meio ambiente e a segurança nutricional dos consumidores e dos próprios agricultores. Não sem razão, portanto, em contraposição a esta prática de agricultura e seus impactos sobre o meio ambiente, sobre a saúde dos trabalhadores rurais e sobre agricultores e consumidores, várias iniciativas de transição agroecológica têm surgido na região do polo Petrolina-PE e Jauzeiro-BA (GERMINO; FREITAS; MARINHO, 2017).-

De acordo com Germino, Freitas e Marinho (2017), tais questões vêm ganhando reconhecimento e credibilidade desde a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), produzida no âmbito do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Ainda para esses autores, no Art. 1º da PNAPO ficou consagrado que o principal objetivo desta política é de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos.

O objetivo primordial, portanto, tem sido “assegurar para a população que os alimentos certificados foram produzidos por agricultores e sistemas que não fazem uso de agroquímicos e também promovem práticas sociais, econômicas e ambientais sustentáveis e eticamente desejáveis” (GERMINO; FREITAS; MARINHO, 2017, p. 12). Para uma maior compreensão dos processos de transição orgânica do Assentamento Mandacaru, ainda restam pontuar alguns detalhes importantes, como os que se seguem.

7.1.7 Procedimentos da auditoria de campo e proteção da área produtiva

O processo de certificação concedido pela Chão Vivo envolve uma série de exigências específicas, como o acompanhamento do caderno de campo, o uso de matérias primas e análise de compostos orgânicos no processo de produção, a qualidade da água utilizada na irrigação, as condições de trabalho dos agricultores, a proteção da área produtiva, bem como o controle das mercadorias produzidas e vendidas aos consumidores. Em entrevista, um dos gestores do Instituto Chão Vivo detalhou todos os processos de acompanhamento das unidades produtivas que requerem os serviços da entidade, exaltando, inclusive, a situação de excelência em que se encontra o Assentamento Mandacaru:

Nós realizamos uma avaliação anual e uma semestral para produtores que têm um volume grande de produtos, conforme determina a legislação. Nós fazemos uma visita anual e, quando há necessidade, mais uma semestral. O produtor ainda pode receber uma terceira visita, ou até mais, caso a certificadora veja necessidade. É o que a gente chama de visita surpresa [...]. Em nossas visitas, a gente analisa desde a qualidade da água, que é utilizada para a irrigação nos produtos, até como são realizadas as anotações de campo, barreira vegetal para a proteção da área de produção, análise dos compostos que são utilizados na produção, etc. Hoje, o assentamento Mandacaru se encontra absolutamente regular. Não houve nenhuma não conformidade observada desde minha gestão. Foi apenas solicitada uma melhoria das anotações dos cadernos de campo em 2019. De forma geral, eles não perdem prazos e entregam tudo certinho. Observamos, nessa última visita, que houve uma grande melhoria em termo de limpeza da área, porque já chegou relatório denunciando que a área estava muito suja, mas, logo em seguida, eles fizeram a limpeza do local, conforme solicitado. Então a gente não tem mais problemas com isso. Isso não é uma exclusividade deles, certo? É isso que eu sempre falo com os auditores: se você não é cobrado, você não vai fazer (SS - Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo).

Com relação à quantidade e duração das inspeções realizadas pela empresa ao longo do processo de transição orgânica, foi evidenciado que as visitas às áreas produtivas podem variar de acordo com o tamanho da propriedade e com as necessidades do agricultor

contratante. Uma vez estabelecido o contrato de prestação de serviço da avaliação de conformidade, o trabalho dos auditores de campo pode ser finalmente desempenhado. O gestor entrevistado, no depoimento abaixo, pontua como como as visitas às propriedades costumam ser realizadas:

A inspeção varia de acordo com o tamanho da propriedade. Então tem propriedade que você gasta 1h e tem propriedade que você chega a gastar até 4h. Não há um limite máximo para isso. Primeiro você analisa documentações, plano de manejo, caderno de campo e notas fiscais de produtos; depois você roda o campo. Por último, você faz uma reunião de encerramento para passar para o produtor quais são as não conformidades e oportunidade de melhoria que foram diagnosticadas na visita (*SS - Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

Em termos de proteção da área produtiva, seja por barreiras vegetais (como é o caso da horta do Assentamento Mandacaru) ou distância de segurança em relação às propriedades que fazem uso de insumos agrotóxicos no entorno das áreas de produção orgânica, o gestor discorreu:

Sua área convencional deve estar separada da área orgânica, seja por barreiras ou por uma distância de segurança mínima. Essa barreira é normalmente vegetal, construída a partir de capim ou hibisco, ou uma série de produtos que impedem que uma contaminação ocorra de uma área para outra. Lembrando que, caso você produza banana prata convencional, você não pode produzir banana prata orgânica. A mesma variedade não pode ser convencional e orgânica ao mesmo tempo, de acordo com a legislação. Trata-se de algumas limitações que são impostas para que você tenha segurança na produção, porque eu não consigo, a olho nu, saber o que é uma alface americana convencional e o que é uma alface americana orgânica, por exemplo. Então a legislação impõe isso para dar mais segurança tanto para certificadora como para o consumidor (*SS - Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

A proximidade com as áreas empresariais de produção de frutas gera, entre as famílias assentadas, um receio de que os cultivos plantados dentro do assentamento, atingidos por agrotóxicos, possam comprometer a saúde dessas famílias (KRONE, 2018).

A lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, leva em conta não apenas a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, mas a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos. A eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do

processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente também está dentre as suas determinações (BRASIL, 2003).

7.1.8 A importância do plano de manejo, caderno de campo e formas de rastreabilidade dos produtos

O plano de manejo, segundo informações coletadas em campo, corresponde à lista de produtos que o agricultor deseja certificar, por meio da empresa. No que diz respeito especificamente ao caderno de campo, que é considerado como uma das principais formas de acompanhamento das propriedades agrícolas orgânicas por parte do instituto, o gerente entrevistado também fez algumas ponderações relevantes:

Esse caderno de campo reflete o que é feito durante todo o ano nas hortas. É ali que nós analisamos se o produtor está seguindo o que foi proposto no plano de manejo: o plantio, a colheita, a capina, a aplicação de algum produto. Nesse caderno, o produtor precisa indicar todos os procedimentos adotados no seu plano de manejo. Caso não conste alguma informação, é preciso que ele faça as devidas atualizações. Além disso, é preciso observar se a quantidade de produtos produzidos bate com o que está sendo vendido. Tudo isso é avaliado. Essa avaliação também inclui a questão do uso da mão de obra: se está todo mundo ok; se todo mundo tem carteira assinada; se há contratos temporários; se tem uso de mão de obra infantil, etc. (SS - *Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

Embora o Instituto Chão Vivo afirme realizar duas ou mais visitas por ano às propriedades rurais que reclamam pelos seus serviços, todas as unidades produtivas podem ser acompanhadas pela empresa, por meio de mecanismos de rastreabilidade frequentes. Esse procedimento pode ser realizado através da fiscalização da lista de produtos vendidos nas feiras, servindo como um sistema de proteção ao consumidor quando interessado em apurar a procedência dos produtos e/ou comprovar a origem das certificações.

Hoje em dia, grande parte dos consumidores está cada vez mais exigente em relação aos produtos que adquirem, dando preferência às mercadorias que possuem origem reconhecida e que possam ser rastreadas (LIMA FILHO *et al*, 2006). Segundo Moe (1998), a rastreabilidade tem como principal finalidade oferecer mecanismos de controle e acompanhamento de uma determinada operação ou local no qual alguma atividade ou processo está sendo realizado em relação a um produto.

A segurança alimentar e a qualidade do produto devem ser os pilares em qualquer sistema de rastreabilidade, já que este deve garantir transparência e confiança ao consumidor. Para os produtores, os registros de produção podem ser utilizados como documentos que

comproven a qualidade do seu produto, quando questionada pelo cliente (PINHEIRO; BITTENCOURT, 2010).

Via de regra, a rastreabilidade agrícola é baseada na documentação, manutenção, arquivamento das informações e na utilização das informações ao longo do processo, de modo que possa trazer ao consumidor ou qualquer outro interessado, as informações necessárias para conhecer a história do produto, bem como auxiliar correções no processo em relação a qualidade e segurança do produto (OPARA, 2003).

Os métodos utilizados para este sistema de controle são amparados em equipamentos de medição, rotulagem, programas de computador e software sofisticados (OPARA, 2003), o que dificulta, em grande medida, o seu uso por produtores de pequenas propriedades rurais.

No modelo de produção orgânica, há empresas que atuam como certificadoras desses processos, a fim de classificar e padronizar as normas e procedimentos utilizados para esse tipo de produção (BUAUNAIN; BATALHA, 2007). Porém, pequenos produtores de base familiar, que adotaram esse modelo de agricultura, encontram grandes dificuldades para estabelecer um sistema que possibilite o rastreamento de seus produtos, de acordo com as exigências impostas pelo mercado, associados aos custos elevados para a obtenção da certificação (PINHEIRO; BITTENCOURT, 2010). No Brasil, o sistema de controle deve estar baseado nas diretrizes orgânicas, regulamentadas pela Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (PINHEIRO; BITTENCOURT, 2010, p. 3).

Apesar de a obrigatoriedade de adesão a esse sistema de controle estar regulamentada por leis e decretos no país, os produtores possuem pouco conhecimento sobre as gestões adequadas para o processo produtivo e sobre o termo rastreabilidade, ocasionando uma defasagem em relação a outros países desenvolvidos (BUANAIN; BATALHA, 2007).

Em caso de denúncias de não conformidade quanto à natureza orgânica dos produtos, a empresa precisa apurar as reais causas de contaminação e decidir de que forma poderá penalizar o produtor, seja por meio de medidas repressivas ou restitutivas. No relato abaixo, o gestor sublinhou como o instituto atua em relação ao acompanhamento da lista dos produtos vendidos pelo produtor nas feiras e como costuma proceder em casos de denúncia de não conformidade:

A gente faz um acompanhamento da lista dos produtos vendidos. Por exemplo, se ele tem dois canteiros de alface e coloca que está vendendo 200 caixas de alface por mês, tem alguma coisa errada.... Então é isso que a gente avalia nas áreas. Em caso de denúncia, por exemplo, a gente faz uma visita surpresa para averiguar diretamente porque o produtor foi denunciado, se ele está realmente usando um produto proibido pela legislação. Aí a gente vai até o paiol, até a área de campo, e vê se tem algum indício. Caso necessário, a gente pode fazer a coleta de amostras, tanto do solo quanto do produto e mandar ao laboratório para ver se realmente teve uso de algum produto não permitido (SS - *Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

Ainda no que diz respeito às condições de rastreabilidade e constatação de não conformidades, o gestor também chamou a atenção para a análise das possíveis causas de contaminação das áreas de plantio, registrando o caso particular de um dos seus clientes:

Eu tenho que ter condições de rastrear o seu produto. Se eu compro um produto na feira, eu posso levar para fazer uma análise.... Se deu contaminado, de onde saiu esse produto? Então, quando alguma denúncia chega para a certificadora, eu vou até o produtor e tenho que falar com ele. Pode ser que nem tenha sido ele. Pode ter sido que tenha vindo de um vizinho. Veio uma pulverização com o vento e contaminou a área.... Nesse caso, ele não perde o certificado como um todo. A gente divide isso em talhões e ele vai perder aquele talhão contaminado. Esse talhão, então, volta para o processo de transição pelo período de doze meses. Já aconteceu, por exemplo, de um produtor de banana, do vizinho dele usar um produto agrotóxico e esse produto contaminar a área.... Ele prontamente ligou para a gente e disse: - “Olha o vizinho aqui aplicou um produto por pulverização e contaminou a minha área aqui na parte da banana da terra”. A gente foi até a propriedade, verificou e excluiu aquele talhão de banana da terra dele. Então, esse talhão e não o restante da propriedade, entrou no período de transição. Aí ele colocou o vizinho na justiça. Nós fizemos um parecer, a partir da coleta do material em laboratório, constatando a presença de moléculas não permitidas.... Agora, ele quer o ressarcimento daquela área, porque ele teve que ficar doze meses num período de transição daquela área (SS - *Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

O gestor também mencionou que alguns agricultores, especialmente aqueles com melhores condições financeiras, preferem utilizar a tecnologia do QRcode⁷⁰ para facilitar o processo de fiscalização das mercadorias, tanto pela empresa quanto pelos próprios consumidores, caso achem necessário:

Tem dois tipos de produtores: aqueles como do Mandacaru, que não tem condições de implantar o um sistema de QRcode e devem fazer as anotações no caderno de campo à risca. Por exemplo, dia 1 de janeiro eu plantei isso, dia 2 de janeiro, eu plantei aquilo.... Por isso que eu insisto em dizer que o caderno de campo é muito importante, pois é um retrato daquilo que você faz na propriedade todo dia. Por outro lado, tem o cliente que, por ter melhores condições financeiras, opta pelo QRcode. Para os que podem usar esse mecanismo de rastreabilidade, é só aproximar o celular ao código que vem na embalagem do produto que você já consegue identificar em que dia o produto foi plantado, em que dia foi colhido e quais produtos foram aplicados durante sua produção. Isso vai me garantir a tal rastreabilidade. Se algum produtor é rastreado via QRcode ou caderno de campo pelo uso de algum produto proibido, ele é automaticamente suspenso e nós levamos isso para o Ministério da Agricultura. Caso o Ministério ache necessário, ele vai tomar as medidas cabíveis (*SS - Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

A utilização desse mecanismo de rastreabilidade revela que a realidade socioeconômica dos agricultores orgânicos que contratam os serviços da empresa Chão Vivo não é uniforme, fazendo com que o próprio gestor admita existir “dois tipos de produtores”: aqueles que têm condições de arcar com os custos de certificação auditada e aqueles que só conseguem se inserir neste mercado, por meio de um sistema de avaliação participativa.

Esses diferentes níveis de produtores devem fazer com que o Estado direcione aos pequenos produtores menos capitalizados uma atenção mais especial, pois não se trata apenas de criar programas de transição produtiva, mas de oferecer condições de acesso mais tangíveis (estrutura, capacitação técnica, créditos financeiros, etc.). Como disse Wilkinson (2008), é necessário que o poder público reconheça que esse segmento social está enfrentando um “processo de reconversão estrutural” altamente desfavorável e invista em projetos públicos que incrementem condições de aprendizagem coletiva e inovação técnica, principalmente em termos de acesso à tecnologia e logística.

7.1.9 Custos de certificação e objetivos empresariais

O acesso à certificação orgânica, como já dito, varia de acordo com o tamanho da propriedade do agricultor, podendo ser custeada individualmente ou coletivamente. Neste

⁷⁰ Inventado no Japão, o Quick Response Code (daí vem a sigla QR) é um código de barras estilizado que pode ser lido por praticamente qualquer câmera de telefone celular. Em alguns países, essa é uma tecnologia bastante utilizada, pois facilita o compartilhamento de informações e dados de forma rápida.

último caso, a contratação costuma se dar via associação de agricultores, como é o caso do Assentamento Mandacaru. No relato abaixo, o gestor entrevistado comenta sobre os custos de certificação, inspeção, a forma como a empresa habilita seus profissionais de campo e como os agricultores costumam se organizar para diluir os custos de auditoria, chamando a atenção para o caso do Mandacaru:

Hoje, o custo da certificação está R\$ 1.800,00 à vista e R\$ 2.000,00 a prazo. Esse valor não inclui o custo de deslocamento, hospedagem e alimentação do auditor. Para ser auditor, precisa passar por uma capacitação por parte do instituto. Então, a gente faz a capacitação, tanto teórica quanto prática e depois esse auditor está habilitado a fazer as auditorias. O pessoal aí de Pernambuco, como é o caso do Mandacaru, costuma se juntar, 8, 9, 10 produtores para diluir esses custos com a inspetoria. Para gente, enquanto certificadora, isso é indiferente: se ele (o agricultor) quer pagar sozinho ou por associação, o trabalho é o mesmo. A gente prima por reduzir o custo ao máximo para o produtor (*SS - Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

Embora o gestor entrevistado tenha sublinhado que o fomento à agricultura familiar seja um dos principais compromissos do instituto, não deixou de atentar para as dificuldades que esse segmento vem enfrentando diante do aumento dos custos essenciais ao funcionamento da empresa, especialmente os gastos com combustíveis. Ainda assim, o entrevistado mencionou que o instituto Chão Vivo busca cobrar o mínimo possível aos seus clientes, ressaltando o diferencial da empresa em relação às outras entidades especializadas na avaliação da conformidade orgânica. Isto porque, segundo o depoente, embora as concorrentes promovam serviços de qualidade indubitável, ainda buscam operar no mercado de avaliação da conformidade, a partir de um viés mais comercial, visando, acima de tudo, o lucro. Apesar das dificuldades, como ressaltou o gestor entrevistado, a Chão Vivo continua valendo-se de valores diretamente conectados com a autonomia da agricultura familiar e a missão de contribuir com a emancipação de um modelo de produção mais sustentável:

Nossa certificadora, diferente de outras, que têm um cunho comercial, preza pelo fomento da agricultura familiar, porque a gente sabe o quão pesado é o produtor ter que desembolsar R\$ 3.500,00/R\$ 4.000,00 (como em média cobram a maioria das certificadoras) para pagar uma certificação. Além de sermos guiados por princípios mais agregadores, e sem fins lucrativos, buscamos cobrar o mínimo possível, de forma que a gente consiga se manter e prestar um serviço de qualidade. Mas a gente também tem que considerar que atualmente a instituto tem enfrentado algumas dificuldades, porque os custos aumentaram demais. A gente tem hoje uma gasolina na média de R\$ 6,80 por litro.... Quando a gente começou a gasolina custava R\$ 1,89... Mas, por conta dos objetivos da instituição, nosso compromisso é fomentar ao máximo a inclusão da agricultura familiar no sistema orgânico de produção (*SS - Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

Embora os custos de natureza exógena tenham onerado o valor da certificação da Chão Vivo, o gestor reitera que os objetivos da empresa não deixaram de ser perseguidos, especialmente no que diz respeito à inclusão de pequenos produtores rurais que desejam ingressar na agricultura orgânica, com o propósito de galgar melhores condições de vida:

Colaborar com o crescimento desse sistema não é apenas manter a empresa, mas proporcionar aos pequenos produtores rurais melhor qualidade de vida e mundo melhor para todos nós vivermos. Você que já foi no Mandacaru deve ter visto de perto como eles melhoraram de vida depois que começaram a explorar a agricultura orgânica. E quando eu falo de melhoria não falo apenas de estabilidade financeira, falo também de saúde e autonomia (SS - *Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

Essas questões, que já foram mencionadas no tópico anterior, revelam que o reconhecimento da melhoria de vida e bem-estar social dos produtores do Mandacaru não é apenas uma percepção destacada pelos agricultores do assentamento, mas também ilustrada pelos órgãos locais que incentivaram e acompanharam o processo de criação da horta orgânica, bem como as próprias empresas responsáveis pela implementação da certificação dos produtores. Pesquisas recentes também chamam a atenção para a conquista de estabilidade financeira, saúde e autonomia entre os assentados do Mandacaru.

Referindo-se também aos assentados do Mandacaru, Germino, Freitas e Marinho (2017, p. 24) observam que as iniciativas estabelecidas no contexto da produção orgânica possibilitaram-lhes melhores condições de vida em vários sentidos, sobretudo em termos de estabilidade financeira, saúde e autonomia de trabalho. Atualmente, segundo os autores “esta organização vivencia um processo de construção de autonomia e superação das dificuldades que lhe foram impostas antes da constituição da horta comunitária”, a exemplo das condições de subproletarização a que estavam submetidos nas fazendas de fruticultura do Vale do São Francisco. Para Krone (2018, p. 346), ainda que de forma marginal, o Assentamento Mandacaru representa um espaço de resistência ao modelo da fruticultura irrigada do Vale do São Francisco, especialmente quando “ressignificar suas práticas agrícolas tradicionais e reforçar a qualidade orgânica de seus produtos, processo que se reflete também na busca por autonomia e independência na produção de alimentos”.

7.2 Certificação orgânica e qualidade de vida

Como já destacado pelo gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo, a adoção da certificação orgânica por parte de alguns agricultores do Mandacaru provocou um forte

impacto na qualidade de vida dos assentados, além de proporcionar melhores condições de reconhecimento social ao próprio assentamento no mercado local do Vale do São Francisco. A melhoria das condições de vida era frequentemente exaltada pelos produtores, especialmente aqueles mais relacionados à elevação de renda e a garantia da saúde e do bem-estar familiar, como atesta um entrevistado:

A maior parte desse pessoal (agricultores do assentamento) vivia ganhando um salário mínimo... A minha filha mais velha, por exemplo, trabalhava numa empresa daqui ganhando pouco e se matando debaixo de agrotóxico. Além de quase sem dinheiro, vivia doente [...]. Depois que a horta vingou e conseguimos a certificação, tudo mudou, tanto para ela como para a maioria dos produtores daqui. Melhorou a saúde porque só se trabalha com produtos naturais, e melhorou o dinheiro porque com a certificação podemos vender nossos produtos para supermercados e até para empresas fora da região (*Seu V*).

Wanderley (1996) argumenta que a busca de autonomia é uma característica que marca o campesinato, de modo que ela está articulada à provisão de alimentos imediata do grupo doméstico e à reprodução da família nas gerações futuras. A partir da associação desses fatores, tem-se as características fundamentais do campesinato: “a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar” (WANDERLEY, 1996, p. 3).

Outra produtora entrevistada comenta sobre as vantagens de ter seus produtos certificados no mercado. Segundo o seu depoimento, a adoção da certificação e dos selos de qualidade só contribuíram para a diferenciação dos produtos e para o alargamento das janelas de mercado, bem como para o reconhecimento social do assentamento no mercado local:

Se a gente chegar e dizer que essa alface é orgânica as pessoas não vão acreditar. Somente com selo é que eu passo a dar a credibilidade necessária para que o consumidor confie na procedência daquele produto. E ainda tem mais: a questão do selo é a garantia para o consumidor, pois, se ele quiser, é só pedir uma análise de laboratório. Por outro lado, eu vejo a certificação como uma chave para o mercado. Nós temos janela hoje para São Paulo, né? A gente já começou a mandar uvas para o Sudeste, depois da certificação. Mesmo que seja pouco, já é um começo, e nós estamos lutando para ampliar isso, cada vez mais. Futuramente, através de uma certificação IBD, a gente já pretende partir para a exportação de orgânicos, como alguns produtores como J. e MJ já estão fazendo (*Dona O*).

A visibilidade foi um dado destacado por essa mesma informante ao afirmar:

Outra coisa importante que conquistamos foi a visibilidade que não tínhamos. Depois do sucesso da horta e da chegada da certificação, o assentamento caiu na boca do povo e passou a servir de exemplo para outros assentamentos locais. Pode-se dizer que quem iniciou a questão dos orgânicos aqui na região realmente fomos nós, não é à toa que até a Rede Globo veio aqui nos entrevistar (*Dona O*).

Ainda sobre a importância dos certificados e selos de qualidade como vetores de inserção no mercado, um dos gestores da CODEVASF comentou sobre a posição de vanguarda do assentamento Mandacaru nesse processo:

A certificação é, sem dúvida, a alma do negócio, e isso não se limita ao mercado varejista ou feiras locais. Até o mercado institucional tem visto os produtores certificados com outros olhos, pois eles possuem grandes vantagens nos editais do governo. Para acessar esses mercados, como o PAA, o PNAE e o CONAB, o pequeno produtor tem que ter o selo orgânico, que se torna um diferencial. Então esse mercado institucional, é também para vender nos centros comerciais e nas grandes redes. É primordial que se busque o certificado! Tem vários produtores nesse movimento de certificação, mas o Mandacaru foi o marco inicial de todo esse processo aqui. O Mandacaru, mesmo se for voltar a vender convencional não vai aguentar, porque já está nesse processo, já tem a infraestrutura necessária. Sem a certificação, enfim, não existiria esse movimento de acesso ao mercado. *(Sr. OSF – Gerente Agrônomo da CODEVASF).*

A visibilidade do assentamento associada à melhoria da qualidade de vida dos assentados, o crescimento da cadeia produtiva de orgânico, a melhoria da saúde e a contribuição à sustentabilidade ambiental também foram questões exaltadas pelo gerente quando questionado sobre os resultados socioeconômicos proporcionados pela adoção dos certificados de qualidade orgânica:

Só depois da certificação que eles conseguirem acessar uma fatia maior do mercado, conseguindo vender suas mercadorias por um preço diferenciado. E isso resultou em quê? Melhoria de vida para os produtores, visibilidade do assentamento, crescimento da cadeia de orgânicos e, consequentemente, mais saúde e mais sustentabilidade ambiental, é claro. E tudo isso também nos leva a refletir que o consumidor está mais esclarecido e quer comprar produto orgânico, se ele realmente for orgânico e tiver o certificado. Para o produtor, da mesma forma, com o certificado ele pode ter acesso aos mercados. E a cadeia produtiva é que também se fortalece cada vez mais, porque ainda existe uma janela muito interessante de produtos orgânicos em nível nacional *(Sr. OSF – Gerente Agrônomo da CODEVASF).*

Em seguida, o gestor tomou como exemplo o caso particular de um amigo envolvido com a produção orgânica certificada, comprovando como a inserção nesse mercado, a partir da adoção de mecanismos de certificação, pode se constituir como um vetor de melhoria de vida:

Isso é interessante. Eu mesmo tenho um colega que tem uma horta. Ele estava numa pelega danada e agora está conseguindo pagar um carrinho, ele está conseguindo ter um salário mínimo e está conseguindo se alimentar desse produto.... Então veja só, uma hortinha de meio hectare, veja o valor agregado que tem esse produto, acesso ao mercado, etc... É fantástico! Então eu acho que é isso *(Sr. OSF – Gerente Agrônomo da CODEVASF).*

É interessante perceber como a adoção da certificação e dos selos de qualidade

orgânica incrementaram a produção do assentamento e permitiram, aos assentados, acessar janelas de mercado mais vantajosas que ultrapassam os limites do espaço local. De acordo com as entrevistas realizadas em campo, contudo, ficou patente que o sucesso dessa atividade desenvolvida no assentamento está diretamente relacionada ao fornecimento adequado de água à ampliação da concessão da certificação a maiores extensões de terra (como será visto no tópico seguinte), respaldando a crescente demanda por alimentos dessa natureza em outras regiões do país. Tais possibilidades de crescimento têm sido vistas com bastante otimismo por parte dos produtores e organismos locais ligados à agricultura. Ao revelar grandes expectativas com relação à ampliação da produção orgânica certificada na região, um dos gestores da CODEVASF chamou a atenção para algumas questões contraditórias em relação ao crescimento dos produtos orgânicos no Brasil:

Olha, o orgânico cresce em média 30% ao ano no Brasil e no mundo. Isso aí é um dado estatístico já bem mensurado. Mas, no Brasil, acho que a gente já tem condição de triplicar esse crescimento. Uma vez eu perguntei a um grande comprador de melão orgânico que está presente em 2 mil lojas no Brasil: - ‘Qual o mercado do melão orgânico?’, e ele: - ‘Não sei, porque eu nunca acessei, nunca teve produto’. Às vezes aqui você consegue botar orgânico, mas você não consegue colocar no Wal-Mart, no Bompreço, no Atacadão, no Açaí, no Carrefour, por quê? Porque ninguém conseguiu acessar ainda, mas por quê? Então, vamos para o Pão de Açúcar? Está bom, mande cinco caminhões por semana, tem? Não tem! É crescer mais para conseguir dar cabo das grandes demandas, senão o processo pode estagnar e nunca deixar de ser um simples nicho. Eu vejo o Mandacaru tentar fazer isso aqui. Ele é mais meia dúzia de outros produtores. Isso é o suficiente? Não. É preciso estimular esse mercado. Aí que deve entrar o poder público. Fora isso, existe uma série de outros impedimentos que devem ser superados, mas não há nada de impossível nisso (Sr. OSF – Gerente Agrônomo da CODEVASF).

Embora o mercado de orgânicos ofereça grandes promessas de crescimento no Brasil e no mundo, é preciso considerar algumas das condições internas e externas que obstaculizam suas possibilidades de estabilidade, sobretudo no que diz respeito à ação dos “impérios convencionais alimentares”, se quisermos fazer uma menção a Van der Ploeg. Neste último tópico subsequente, buscar-se-á não apenas apontar para essas situações-limite no Vale do São Francisco, mas considerar algumas das principais dificuldades atualmente enfrentadas pelo Assentamento Mandacaru. Tais dificuldades incluem, especialmente, o mercado convencional, a necessidade de expansão da produção orgânica, a incipiência de um mercado de matérias primas orgânicas e, sobretudo, a questão da água.

7.2.1 Implicações e limites da agricultura orgânica no mercado local: antigas dificuldades e novos desafios

Este tópico propõe-se a considerar os principais problemas e desafios enfrentados pelo assentamento atualmente, além das expectativas em relação à consolidação do projeto de irrigação dos lotes familiares, como meio de expansão dos seus negócios agrícolas no mercado. No bojo dessas questões, somam-se algumas considerações relevantes, tais como: a gravidade da escassez da água, os entraves e tensões provocadas pelo mercado convencional, a falta de apoio do poder público em relação à expansão da produção agrícola não artificializada na região e a ausência de matérias primas de natureza orgânica no comércio local.

7.2.2 *A questão da água*

A busca por políticas públicas associadas à infraestrutura hídrica tem sido uma das maiores preocupações das famílias assentadas, desde o início da história do Mandacaru. Nesse contexto, torna-se importante discutir brevemente quais foram os principais problemas relacionados à questão da água e como os produtores organizaram-se para solucionar uma série de conflitos judiciais travados com a CODEVASF e o INCRA, desde 2005.

Mesmo depois da liberação do fomento do INCRA e da concessão do CCU, os agricultores ainda se depararam com várias limitações em termos de acesso à água e liberação de terras para irrigação, dificultando consideravelmente o desenvolvimento dos projetos produtivos do assentamento. Essas limitações concorreram para a desistência de muitos produtores em levar adiante o processo de transição orgânica dos seus cultivos, forçando-lhes, mais uma vez, a recorrer ao trabalho assalariado nas fazendas locais. Este problema deveu-se, sobretudo, aos obstáculos impostos pela CODEVASF, que se posicionou contra a liberação dos recursos necessários à irrigação dos lotes familiares do assentamento, através de uma série de laudos pedológicos condenatórios, como relata uma produtora:

A luta era para que nós conseguíssemos essa água. Quando foi em 2005, veio o primeiro laudo da Codevasf negando a área (praticamente tudo, exceto 43 ha), que não servia para a produção. Isso foi um banho de água fria. Depois disso, muita gente voltou a vender a mão de obra para essa empresa Terra do Sol... Aí o pessoal ia trabalhar fora para poder sustentar a família (*Dona O*).

Diante das crescentes dificuldades, alguns produtores chegaram a cogitar em deixar o assentamento, haja vista que o grande desejo dos mesmos sempre esteve diretamente relacionado à execução de um projeto de irrigação voltado à fruticultura. Em entrevista, a questão da água foi sublinhada com grande preocupação:

O principal foco do assentamento sempre foi a irrigação para a fruticultura.

Foi justamente por isso que as famílias chegaram aqui na década de 1990 [...] A gente conseguiu a concessão da água, porém, ainda continuamos lutando para efetivar a implantação de um projeto de irrigação que nunca saiu do papel. Já se passaram 20 anos, já vai fazer 21 anos, e até então a gente não conseguiu sair do zero. Por conta disso, algumas famílias desistiram e outros acabaram chegando e se juntando à luta. (*Dona O*).

De acordo com Krone (2018), os produtores do Assentamento Mandacaru viviam em alarmante condição de precariedade e abandono, devido ao fato de apenas contarem com meio hectare irrigado, dedicado à cada família, para produção de seus cultivos. Convencidos de que a situação da falta d'água não mudaria, se não fosse tomada uma medida mais drástica, os agricultores apelaram para a justiça, forçando a CODEVASF a reconsiderar os laudos pedológicos que haviam condenado a integridade das áreas irrigáveis do assentamento em 2005. Como resultado, as famílias assentadas passaram a ter, além do meio hectare coletivo, mais 3,5 ha de terras disponíveis para irrigação em seus lotes.

É importante destacar que, segundo relatos, a concessão de uso da água destinada à antiga fazenda Mapel era proporcional a 200 ha, quase metade da área total do assentamento. No entanto, após a formalização do assentamento pelo INCRA, tal licença fora revogada. Somente depois da abertura de um processo judicial junto ao Ministério Público Federal, os produtores tiveram o direito de concessão readquirido. A gravidade em torno das limitações do acesso à água também foi abordada por Aubin, Cavalcanti e Butto (2022):

A conquista da terra não garantiu acesso integral ao perímetro irrigado (apenas 1 ou ½ hectare por família) no ano 2000, uma limitação gerada pelas dívidas do antigo proprietário da terra junto à Codevasf. Inicialmente contavam com uma barragem que na época estava cheia de água. A área foi preparada para o cultivo. Sr. Vicente Joaquim Cruz, integrante da horta orgânica comunitária relata que, na época, houve muita produção e comercialização, mas a estiagem secou o barreiro. Diferente de outras famílias de agricultores(as), os assentados dispõem de terra, mas falta a água. Conquistar a terra e conseguir sobreviver a partir do trabalho do assentamento e de forma sustentável representa o sonho de muitos (AUBIN; CAVALCANTI; BUTTO, 2022, p. 386).

Ainda assim, depois de mais uma análise pedológica realizada pela CODEVASF, a autorização para iniciar os projetos de irrigação foi outra uma vez inviabilizada, agora em função da condenação total da área do assentamento. Várias outras tentativas de estudo foram feitas, inclusive uma delas em parceria com o colegiado das Ciências Agrárias da UNIVASF, que, em função do falecimento de um professor que estava na liderança do projeto, não pôde ser sequer iniciado. A situação só foi parcialmente remediada após uma terceira análise pedológica, outra vez realizada pela CODEVASF, em 2012. Neste último exame, 63 ha foram

autorizados para irrigação, posteriormente estendidos para 70 ha (um por família), permitindo aos produtores iniciarem o tão sonhado projeto de irrigação para a produção de frutas e leguminosas nos seus loteamentos individuais de 3,5 hectares, como explicado pela então presidente da associação:

E a gente teve uma dificuldade, porque quando a gente foi ao distrito, que é ligado à Codevasf, e nos deparamos com a conversa de que aqui não poderia ser [...] E aí teve uma análise pedológica, que a própria Codevasf fez, condenando toda área e dizendo que a área não servia para irrigação, sendo que o antigo proprietário já tinha a concessão de 200 ha, mas para o assentamento ela deixou de existir... Em 2006, a gente conseguiu uma parceria com a Univasf, que era justamente para refazer esse estudo pedológico, porque nenhum outro pedólogo profissional queria fazer o estudo para contradizer a Codevasf, mas tinha um professor na Univasf chamado Ronaldo, que disse pra gente que ia com o colegiado de Ciências Agrárias... Tudo estava preparado: a gente abriu trincheira, fez tudo que tinha que ser feito e quando foi na quarta-feira que ele vinha para fazer o estudo, conjuntamente com os filhos e alunos, ele teve um infarto fulminante e morreu. E aí a gente voltou para a estaca zero de novo. Aí depois de muita confusão, a gente entrou com recurso e conseguiu uma pessoa que fez o estudo... E aí, quando ele estava quase pronto, a pessoa sumiu. Mas, mesmo assim, a gente batendo e batendo, o próprio pedólogo que tinha condenado todo o solo daqui fez um novo estudo, feito em 2012, aí apareceu 63 hectares que servia para irrigação. Dos 482, que é a área total, apareceram 63 hectares que serviam para irrigação.... É essa área que nós estamos trabalhando o projeto.... Aí a gente esticou para chegar nos 70 hectares – 1 por família. E aí, já depois disso, tudo a gente foi buscar outras opções de sobreviver aqui dentro do assentamento (*Dona O*).

Durante as pesquisas de campo, também foi possível consultar alguns técnicos da CODEVASF que acompanharam o processo de luta do assentamento para aquisição de água, que reconhecem as suas conquistas, mas que acenam para uma preocupação: a necessidade do uso racional da água.

Foram mais de 20 anos de luta.... Esses meninos nem eram nascidos. Realmente, houve um entrave muito grande da CODEVASF em liberar essa água porque o assentamento ainda passou muito tempo como sendo uma área do INCRA. O INCRA era mais moroso, mas deu certo. Eles hoje já estão com a autorização de plantar e vão pagar a conta d'água para o distrito. Eu sei que eles conseguiram a adutora com o INCRA e a CODEVASF deu parte do sistema de irrigação. Agora eles estão cavando o reservatório com a prefeitura. Esse reservatório foi dimensionado para irrigar os 80 hectares que foram aprovadas e desses 80 eu já sei que 40 vai ser orgânico. Mas ainda é preciso saber como eles vão racionar essa água. Se você compra uma casa, a sua casa não tem um limite de água? Tem! A caixa d'água dá para cinco pessoas, mas se morar dez vai faltar água. Então, aquela água que foi liberada vai ter que render para todos. Será preciso fazer um grande mutirão de racionamento, porque eles têm um limite de capacitação que é de 80 hectares, eles não podem ampliar para além disso. Se eles não fizerem isso com calma e organização, lá na frente pode faltar água.... No caso, se ultrapassa o que foi concedido, a água pode ser cortada (*Sr. OSF – Gerente Agrônomo da CODEVASF*).

Quando perguntada sobre os acontecimentos que culminaram na concessão da água por meio da CODEVASF, uma produtora e também liderança local, detalhou como os produtores se organizaram para captar os recursos iniciais necessários para a instalação das tubulações que levam água até os lotes individuais. Como relatado, tais recursos foram viabilizados através de financiamento no valor de R\$ 70.000,00, em nome da associação do assentamento:

Quando a gente ocupou a área disseram que a área não era irrigada. Então a gente botou na justiça e ganhou a causa.... Aí foi quando a gente fez um empréstimo de R\$ 70.000,00 em nome da nossa associação para complementar um outro dinheiro que havia sido liberado pelo crédito semiárido para a viabilização das obras infraestruturais do assentamento. Só dinheiro do crédito não era suficiente para concluir o projeto de irrigação, daí nos reunimos em assembleia e resolvemos, com o restante do dinheiro do empréstimo, irrigar um hectare para cada um (cada família). Mas isso não foi a Codevasf, foi a gente que colocou os recursos da gente. Ela só liberou a área. (*Dona ML*).

Com o valor do empréstimo realizado em 2020, a maior parte das famílias conseguiu finalmente dar início ao projeto de fruticultura irrigada:

O meio hectare já havia sido irrigado antes, porque quando a gente recebeu o dinheiro do fomento, a gente tirou um pouco para comprar umas bombas e umas encanações e o pessoal começou a trabalhar. Só que era uma água voluntária... A Codevasf ainda não tinha liberado. Aí a gente lutou na justiça e aí nós ganhamos a água dos lotes grandes, que são os lotes (por família) de 3.5ha. Aí, hoje, é com esse dinheiro que a gente tirou desse empréstimo... Como eu falei para você, a gente teve um crédito do semiárido que era R\$ 5.000,00 para cada assentado (família) Aí não deu para gente fazer a irrigação dos lotes grandes.... Aí a gente foi e fez um empréstimo de R\$ 70.000,00 para as 70 famílias para botar água nos lotes grandes. Antes era para irrigar só 1 hectare, mas a gente viu que a água dava para molhar o lote todinho.... *Dona ML*).

FIGURA 25 - OBRAS DO RESERVATÓRIO



Fonte: Própria. Pesquisa de Campo Jan./2020⁷¹ e Out./2021⁷²

A situação atual do assentamento tem animado os produtores e estimulado a criação de novos arranjos produtivos, sobretudo de natureza orgânica. A liberação de uma grande parcela de terras agricultáveis (3,5 hectares por família) e a concessão da água para os loteamentos familiares (licença para irrigação de um hectare dos loteamentos por família) representam, a partir dos depoimentos, a culminância de um processo de luta de décadas. Em face dessa nova situação, os assentados estão melhorando suas condições de renda, empregando outros trabalhadores e recebendo, cada vez mais, maiores demandas de produção. Em entrevista, uma produtora declara como a concessão de água tem sido importante para a melhoria das condições de vida dos agricultores, sobretudo em termos de autonomia financeira. Esse trecho pontua as discussões realizadas ao longo desse capítulo empírico em relação à qualidade de vida e o desenvolvimento socioeconômico do assentamento.

As coisas começaram a melhorar um pouco mais. Hoje, a gente não tem mais muita gente vendendo a mão de obra, aqui no assentamento as pessoas trabalham para si próprias... O pessoal já tá começando a produzir mais e melhorar a questão da renda financeira... Isso porque ainda faz 1 ano e 3 meses (que conseguiram acessar a água e receber o reconhecimento das terras cultiváveis, através do ganho da causa na justiça)... Algumas culturas ainda nem tiveram a primeira safra, só as de ciclo curto... Então, isso tudo mudou totalmente a cara do assentamento. Hoje, você já consegue empregar as pessoas aqui dentro.... Assim, deu uma reviravolta no assentamento. A gente pretende expandir a área produtiva e captar outros produtores que queiram trabalhar com orgânicos, já que estamos com um mercado demandando e a gente não está tendo condição de atendê-lo (*Dona O*).

A questão da água como um componente indispensável para o desenvolvimento produtivo e comercial dos produtores também se estende à maioria dos pequenos agricultores do Vale do São Francisco, que, em grande medida, são marginalizados em função da priorização das grandes fazendas de fruticultura da região.-

O processo desigual de acesso aos lotes dos projetos de irrigação, inviabilizou o acesso à terra para a maioria das famílias camponesas. As precárias condições econômicas, a baixa escolaridade e a falta de conhecimento técnico foram determinantes para que essas famílias fossem excluídas dos processos de seleção, pois a Codevasf priorizou produtores considerados econômica e tecnicamente mais qualificados para lidar com a nova matriz produtiva (KRONE, 2018, p. 60).

Como sublinha Krone (2018, p. 197), “no contexto nordestino, as forças hegemônicas da globalização se aproveitaram das oportunidades criadas pelo Estado, e hoje são elas que, em grande medida, realizam a governança da produção agrícola deste território”. Esse

⁷¹ Foto retirada no início das obras do reservatório, em 2020.

⁷² Foto retirada após a finalização da obra do reservatório em 2021.

processo de “seleção natural” dos mais fortes passou a se tornar mais intenso, a partir do momento em que o Estado adotou políticas de emancipação, “onde apenas os produtores mais competentes, capacitados ou dedicados permanecerão nas áreas irrigadas” (AUBIN; CAVALCANTI; BUTTO, 2022, p. 205).

De acordo com Scott (2013), os benefícios relacionados às políticas de desenvolvimento no Vale do São Francisco foram implementados segundo um processo de “seleção natural”, visto que se dirigiram basicamente, àqueles produtores capazes de adotar as mais sofisticadas tecnologias. Dito de outra forma, os projetos destinados à região estão muito mais articulados a interesses políticos e econômicos do que à inclusão dos segmentos sociais menos abastados. Essa questão permite com que alguns pesquisadores considerem o Vale como um polo produtivo dinâmico voltado à exportação, e não um Arranjo Produtivo Local (APL) voltado para articulação de políticas de desenvolvimento sociais (SOUZA SOBRINHO, 2018). Ainda sobre a questão da “seleção natural”; Aubin, Cavalcanti e Butto (2022, p. 205) registram:

A forma de seleção dos agricultores para os lotes destinados à agricultura familiar nos perímetros irrigados, em geral, não seguiu critérios que favorecessem aqueles que possuíam alguma relação anterior com a terra ou com a agricultura. Além disso, a pesquisa de campo nos últimos anos nesta região tem demonstrado como as empresas fruticultoras têm avançado suas áreas sobre aquelas inicialmente destinadas à agricultura familiar.

Germينو, Freitas e Marinho (2017) ressaltam o papel relevante dos produtores no Mandacaru no contexto da exploração racional dos recursos naturais em termos de sustentabilidade e emancipação social, econômica e ambiental. Faz-se necessário também destacar a força organizativa dos produtores em relação à pressão dirigida à CODEVASF, via acionamento do Ministério Público, tão bem descrita nos seus relatos. E, nesse contexto dos embates relativos ao uso da água nos comitês de bacias do rio São Francisco, as mulheres têm exercido um papel primordial, como atestam Fischer, Melo e Costa (2022). Para essas autoras, a participação feminina no âmbito da implementação de políticas de recursos hídricos tem contribuído para uma democratização dos acessos aos serviços coletivos e uma maior preocupação ambiental, coibindo, ao mesmo tempo, o caráter conservador e patrimonialista ainda muito presente nesses fóruns de discussão.

A questão da irrigação dos perímetros do Mandacaru foi, por repetidas vezes, mencionada nos depoimentos coletados em campo. Como observado no depoimento anterior, a importância do avanço deste projeto está diretamente associada à expansão da capacidade de

produção e ampliação do raio de alcance das mercadorias do assentamento a outros centros de consumo, sobretudo no Nordeste e no Sul do país, como também admitiu um dos gestores da CODEVASF:

Nós temos condições de produzir fruta orgânica o ano todo e atender os mercados do Sul e algumas das capitais do Nordeste. Essa é a proposta que o Mandacaru quer responder, e a irrigação é quem vai proporcionar isso, porque, com ela, você consegue ter fruta o ano todo. Por enquanto, a turma do sequeiro não tem irrigação, não tem sistema que possibilite isso. E o trabalho nosso é esse! Eu tenho um carinho especial pelo Mandacaru porque ele foi o primeiro que trabalhou junto com a gente (CODEVASF) nesses novos desafios. Com a irrigação desses 40 hectares liberados, a produção vai bombar! Com a experiência, a expertise e as novas conquistas do assentamento, com água e certificação, o desafio de produção em escala pode ser vencido. Não tenho dúvida que vai dar certo. Além disso, eles estão dispostos a fazer tudo direitinho. Eles até vieram pedir para gente um hidrômetro para poder pagar a água que consomem. Isso é muito raro e honesto, que é uma coisa muito difícil no Brasil. O produtor tem que pagar água porque quando ele paga água ele vai dar oportunidades para outros surgirem lá na frente. Então o Mandacaru tem essa visão. É mais um acréscimo no seu diferencial (Sr. OSF – Gerente Agrônomo da CODEVASF).

De acordo com relatos apresentados ao longo deste trabalho, as atuais condições de atendimento às crescentes demandas de mercado só não foram ainda concretizadas em função das limitações de caráter hídrico que acompanham o assentamento desde a sua criação. Apesar de gozarem de um considerável *know how*, de qualificação atestada e de reconhecimento local, no que concerne à agricultura orgânica, a falta d'água e os problemas associados à materialização de um projeto de irrigação continuam sendo os principais entraves às intenções de desenvolvimento almejadas pelos agricultores.

7.2.3 A participação do poder público e a predominância de uma cultura produtiva convencional

O acesso a políticas públicas de distribuição de alimentos, a organização de canais de comercialização alternativos e o apoio de um crescente número de consumidores vêm demonstrado como a construção social de um mercado especializado em produtos orgânicos credenciados tem contribuído para as condições de reconhecimento do assentamento, tornando-lhe um espaço de referência na esfera local, como atesta um produtor:

Eu acho que o selo é uma forma de você reconhecer seus produtos e se fazer reconhecido [...]. Quando o consumidor exige o selo e ele está certo, porque não é certo a pessoa comprar uma mercadoria na minha mão e não saber de onde veio. Hoje você passa aqui e o pessoal está vendo: aquele selo ali é do Terra da Liberdade, aquele selo é do Mandacaru! Mesmo que a pessoa nunca

tenha vindo aqui ou lá, já pode saber que nosso trabalho é confiável e seguro. E foi assim que a gente foi atraindo mais e mais pessoas. Por exemplo, se você divulga um produto seu nas feiras a partir do selo, a tendência é que isso faça com que o consumidor se pergunte o que mais ele pode comprar aqui conosco. A partir de uma cebola, a pessoa pode depois saber que o mesmo produtor vende um tomate-cereja com a mesma qualidade. Então o selo aumenta as possibilidades de venda, ele executa um papel que vai muito além da nossa palavra, entendeu? (Seu J).

Apesar da participação do poder público na construção de espaços de comercialização de produtos orgânicos nas cidades de Petrolina e Juazeiro, além da prioridade dada àqueles agricultores que produzem mercadorias desta natureza para os programas governamentais, muitos agricultores e funcionários de órgãos locais queixaram-se em relação à ausência de políticas públicas mais efetivas para o setor. De acordo com os relatos coletados em campo, o principal motivo de reclamação dos entrevistados recaiu sobre a falta de interesse do governo em realizar uma campanha de conscientização dos consumidores do Vale do São Francisco sobre a importância da agricultura orgânica e agroecológica como alternativa à agricultura convencional largamente praticada na região. Nesse quesito, alguns entrevistados associaram tal desinteresse institucional à forte presença do modelo convencional de produção na região:

Falta muito do poder público: uma campanha de conscientização e esclarecimento deste tipo de coisa, por quê? Porque se você produz um produto sem agrotóxico, você está tirando da mesa do consumidor doenças. Agora, se eu digo para um produtor: - “deixe de usar o MPK e utilize o pó de rocha” eu estou tirando um potencial consumidor de produtos agrotóxicos daquele mercado.... É claro que o convencional vai dizer que o orgânico não presta, pois ele se sente ameaçado com isso. É preciso atentar também para a questão da sustentabilidade. O convencional está explorando uma tonelada por hectare, ano que vem uma tonelada e meia.... Chega a um ponto que esse processo não é mais viável.... O que você vai fazer? Abandonar aquela área, deixar aquele pedaço de terra assoreada e partir para uma nova área. Aí você vai desmatar e começar todo o ciclo de novo. Aí vem chuva ácida, inundações, terremotos.... Isso já é cientificamente comprovado. Mas por que não tem jeito? Porque entra em conflito com os interesses geopolíticos, com os interesses do capitalismo. Interesses que são abraçados pelo próprio poder público. Então, não é produzir por produzir; é saber que você está fazendo a coisa de maneira correta. Esse é o compromisso que a agricultura orgânica tem.... Na minha opinião, o governo deve ter esse compromisso, acima de tudo com a população! Devia estar tratando de alertá-la e impulsionar, cada vez mais, um projeto de produção e consumo de produtos agrícolas mais saudáveis, e não estar em conluio com um modelo de produção arcaico, destrutivo e contraproducente do ponto de vista ecológico (SS - *Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

Uma das questões que têm corroborado para o tímido crescimento do nicho orgânico de produção, não só do Vale do São Francisco, como em todo o território nacional, é a forte

atuação do mercado de agrotóxicos (AUBIN; CAVALCANTI; BUTTO, 2022). Esse assunto tem provocado tensões de ordem política, econômica e ambiental entre representantes do modo de produção convencional e os simpatizantes dos modelos alternativos de agricultura. Para o gerente de avaliação da conformidade da empresa Chão Vivo, esse conflito pode ser explicado pela disputa concorrencial entre os fornecedores de insumos químicos e os defensores da dita agricultura limpa:

A grande maioria das pessoas que se formaram comigo hoje são representantes de produtos agrotóxicos. Eles não acreditam em agricultura orgânica e em agroecologia, mas, na verdade, eles se sentem ameaçados. Por quê? Se eu convenço um produtor deles a largar o convencional e ingressar no orgânico, ele vai perder um cliente. Então isso é uma forma de defesa que esses caras têm. Por isso que eu falo que a gente (que lida com orgânicos) não pode errar ou cometer um erro grave. Nossa preocupação enquanto certificadora vai muito além do eu-certificadora, eu, o gerente da empresa Chão Vivo, o meu auditor.... A gente tem uma preocupação com toda a cadeia, porque se eu erro aqui eu posso colocar o seu trabalho, aí em Petrolina, em xeque também (SS - *Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

Em seguida, esse mesmo gestor chama a atenção para a falta de informação e de interesse de alguns produtores em investir em tecnologias de produção menos onerosas e mais sustentáveis, a exemplo do uso de “inimigos naturais. Segundo o entrevistado, esse desinteresse por parte de muitos tem corroborado para a estagnação do crescimento do mercado orgânico de uma forma geral:

Existe hoje uma tecnologia de tecnificação que permite muitas possibilidades de desenvolvimento. Isso não significa usar produtos industrializados. Por exemplo, a questão de combate de microvespas. Você não precisa usar insumos químicos. Você já tem uma tecnologia de inimigos naturais, que são reproduzidos em laboratórios. Tem gente que acha que isso é um absurdo de caro, quando na verdade não é. É mais barato investir numa tecnologia como essa do que utilizar agrotóxicos, por exemplo. Então eu ainda acho a agricultura orgânica muito fechada à evolução e desenvolvimento de produtos (SS - *Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

Ainda sobre esse assunto, o gestor cita a questão da indisponibilidade de sementes orgânicas no mercado, comentado, inclusive, sobre as lacunas da legislação de orgânicos que inviabilizam o crescimento da oferta. Essas situações-limite, segundo ele, acabam por determinar o encarecimento dos processos de produção e a limitação das condições de acesso à matérias-primas, desestimulando a ampliação da produção de produtos orgânicos nos mercados:

A gente também tem um problema sério com a questão das sementes. A legislação diz que você não pode usar semente convencional, desde que não tenha disponibilidade (de sementes orgânicas) na sua região. Então é aquela

coisa: o cara aqui não compra semente orgânica porque não tem ou porque ele não procura? Eu acho que deveria ter uma chamada que obrigasse o produtor a comprar a semente orgânica, mesmo que ela seja mais cara, porque enquanto a legislação permitir que se compre a convencional, que é mais barata, não haverá uma evolução nesse sentido. A mesma coisa é o pó de rocha. O pó de rocha sai três, quatro vezes mais caro, só porque eu vou pagar o frete. Falta realmente essa questão de acesso, como também falta um volume maior de compras. Porque se juntasse todo mundo, se comprava um volume maior com concessão de desconto (*SS - Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

O gestor ainda chamou atenção para a dificuldade de implementação do modelo agroecológico, por conta do baixo número de hectares de produção orgânica no Vale do São Francisco, como explicado a seguir:—

O modelo orgânico queria uma coisa mais agroecológica, produzido na própria área, mas como produzir insumos numa área de três hectares. Não consegue, não tem terra nem água suficiente à disposição. A média dos nossos produtores não passa de dois hectares.... Você viu no Mandacaru que muitos produtores não têm nem sequer um hectare, mas o trabalho deles, em conjunto, tem um grande impacto local, não se pode negar. Esse trabalho conjunto não só tem sido importante para a economia local, mas tem feito com que muitos consumidores revejam seus hábitos alimentares e pesem as vantagens de consumir produtos mais saudáveis no lugar de produtos convencionais. Até mesmo os produtores convencionais, inclusive os grandes, estão percebendo isso (*Sr. OSF – Gerente Agrônomo da CODEVASF*).

O depoimento acima pondera que as novas tendências de consumo do mercado têm pressionado a agricultura convencional a rever seus princípios e considerar outras possibilidades de fazer negócios. Nesse quesito, torna-se importante observar a opinião de alguns agricultores em relação a essas tensões. O relato de um dos produtores entrevistados na pesquisa de campo no Assentamento Mandacaru é representativo para mostrar como a adesão à agricultura orgânica se constitui como um caminho sem volta:

Eu acho assim que o convencional tem a posição dele e o orgânico tem a sua. O convencional vende mais porque é maior, mas a concorrência do convencional para o orgânico é porque a gente não tem como produzir muito, principalmente por falta de apoio e também porque a condição de mercado do convencional é muito mais estável. Eu percebo que o convencional já está procurando produzir de outra forma e as pessoas também querem consumir de outra forma, e uma coisa leva a outra. Do nosso lado, o lado do mais fraco, o que precisa é mais opção e incentivo. Se a gente tivesse o tanto de incentivo que esses fazendeiros têm, a gente seria maior. O que é certo é que é muito mais fácil o convencional ser mais orgânico do que o orgânico voltar atrás e deixar de ser o que é hoje (*Seu J*).

Embora o apoio do Estado ainda não seja suficiente para promover uma expansão do nicho orgânico capaz de suprir as necessidades de consumo do mercado, não se pode

negligenciar os incentivos públicos voltados para a implementação desse tipo de produção alternativa na região. Também concorreram para esse estímulo, as ações da comunidade católica local junto a Horta João Paulo II. No caso do Mandacaru, as ações governamentais se fizeram presentes na instituição da horta comunitária, no acesso à certificação e na criação de espaços para a realização das feiras locais. Outros trabalhos sobre agricultura orgânica no Vale do São Francisco destacam a importância do apoio público e privado para implementação de uma agricultura alternativa na região:

Algumas dessas comunidades produtivas já surgiram com a iniciativa de produção orgânica, como a Horta João Paulo II, que já na sua concepção, fundamentada no apoio de uma entidade religiosa, definia como condição de investimentos esse modo de produção. Outras foram incorporando esse processo de produção a partir de incentivos públicos, o caso do assentamento Mandacaru, com o apoio do governo estadual. No caso dos perímetros irrigados a estrutura de apoio se deu no contexto federal, através da CODEVASF com os serviços de ATER e as articulações com outras instituições para viabilizar a certificação dessas estruturas socioprodutivas (GERMINO; FREITAS; MARINHO, 2017, p. 45).

Todavia, apesar dos incentivos, muitos produtores negam-se a investir na agricultura orgânica por preconceito e incredulidade. Essas questões, como já sublinhado anteriormente, guardam profunda relação com o *ethos* produtivo do Vale do São Francisco, onde a tônica das práticas agrícolas de produção é fortemente baseada na “artificialização da natureza”.

A agricultura orgânica é um nicho de mercado estagnado que não pode evoluir, pois tem muita gente, inclusive técnicos, que acreditam que agricultura orgânica só pode ser feita com urina de vaca e fezes de boi, e isso não é verdade. Por outro lado, a gente sabe muito bem que a história do Vale do São Francisco é fortemente baseada na cultura do agrotóxico (SS - *Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

Quando o entrevistado também comenta sobre a postura dos técnicos agrícolas em relação à produção orgânica também se observa o reflexo de uma cultura histórica de produção que remete à introjeção dos pacotes tecnológicos na Revolução Verde no Vale, a partir da década de 1960. Como revelado em outro depoimento do Engenheiro Agrônomo e Gerente de Avaliação da Conformidade da Chão Vivo, “para cada produtor que se afilia à agricultura orgânica um técnico convencional perde mais um cliente em potencial”. O conjunto dessas questões explica alguns dos principais fatores que impedem um crescimento mais acelerado da produção orgânica no Vale. Outra condição que merece uma reflexão diz respeito às dificuldades da aquisição de matérias-primas e produção em escala.

7.2.4 O problema da aquisição de matérias-primas e a necessidade de uma produção

em escala

O baixo número de pontos comerciais de matérias primas para a produção de orgânicos no Vale do São Francisco foi assunto discutido por alguns dos gestores entrevistados ao longo da pesquisa empírica. Tal questão torna-se extremamente importante do ponto de vista analítico, por revelar os limites do sistema orgânico de produção na região, apontando, ao mesmo tempo, para a necessidade de exploração e evolução desse mercado no cômputo geral. Ao também concordar com os depoimentos anteriores acerca da falta de apoio do poder público e da cultura produtiva da artificialização, um gerente agrônomo da Codevasf ainda comentou sobre outros limites inerentes ao nicho de orgânicos no Vale. No depoimento abaixo, o entrevistado reflete sobre a “falta de profissionalismo” de muitos produtores da região, como impedimento para a ampliação do potencial mercadológico e maior visibilidade dos orgânicos, apesar de uma notória “virada de qualidade” vetorizada pelas novas tendências alimentares, como tratado nos capítulos teóricos deste trabalho.

Se você observar, aqui tem 33 lojas de produtos agrotóxicos e apenas uma loja de produtos orgânicos. Isso reflete bem a falta de acreditação nesse mercado, embora saibamos que ele não para de crescer ano a ano. Falta interesse público, falta informação, falta profissionalismo dos produtores. É uma junção de fatores que impede que esse mercado ganhe mais visibilidade, apesar do público consumidor ter aberto os olhos nos últimos anos. Até porque a gente sabe muito bem que o Vale é um dos maiores produtores de alimentos com agrotóxicos desse país. Veja bem, a loja de produtos agrotóxicos vai à roça e oferece o produto ao cara. No orgânico, eu nunca vi isso. Então é um trabalho muito difícil de contornar. (Sr. OSF – Gerente Agrônomo da CODEVASF).

O mesmo informante expõe, não apenas as dificuldades para a supremacia da agricultura comercial, como aponta também para possíveis alternativas capazes de garantir uma maior adesão à produção agroecológica:

É preciso mudar essa situação urgentemente e o orgânico pode ser uma saída. Mas, como isso seria possível? Por outro lado, o mercado vem dizendo: eu quero me alimentar melhor! Então, qual é o próximo trabalho? Fazer escala! Não justifica pegar uma alface que você gastou R\$ 0,30 para produzir e vender por R\$ 2,00, enquanto o convencional consegue vender mais barato. Tem que igualar o preço para vender mais o produto. Tem que ter escala, incentivo, apelo à conscientização, abertura.... Já chegou a hora de encarar esse profissionalismo.... Vamos para o Pão de Açúcar; vamos produzir manga para você. Está bem, “mande cinco caminhões por semana” (Sr. OSF – Gerente Agrônomo da CODEVASF).

Todavia, como mencionado neste depoimento, é preciso investir em escala, fazer parcerias e provocar o público consumidor a compreender os benefícios da agricultura

alternativa. Ao destacar, mais uma vez, a importância da escala, o entrevistado faz uma interessante comparação entre a produção orgânica e a Agroecologia.

O orgânico é muito viável economicamente, mas, como eu falei, está na hora de apostar em escala. Como é que você paga os custos de um salário com essa agricultura primitiva de substância? Então, por mais que você faça integração, existem os custos, daí você tem que ter volume.... A agroecologia, por exemplo, tem um conceito de diversidade, tudo bem.... Tenho um sítio, quero fazer uma mandala, quero viver feliz ali, paz e amor.... Tudo bem, não tem problema, é um estilo legal. A janela do orgânico, a possibilidade do orgânico é enorme, e requer mais profissionalismo [...]. Um colega meu queria vender composto orgânico e hoje tem uma empresa que vende milhões de reais por ano de composto orgânico, mas a quem? Aos convencionais. Porque o cara da uva diz: - “se eu usar esses compostos orgânicos aqui, eu evito usar esses venenos, e é mais barato e produz igual”. Então ele descobriu uma cadeia. É a agricultura familiar? Lógico que não! Mas ele viu uma janela, viu uma oportunidade no mercado. Coisas como essas vão surgir naturalmente, mas é preciso de mais apoio, é preciso desafiar a cultura local, é preciso investir em parcerias e correr riscos, pois todo mundo sabe que o convencional não é bom, tanto é que o próprio convencional já está migrando para o orgânico, seja parcialmente ou totalmente (*Sr. OSF – Gerente Agrônomo da CODEVASF*).

Grandes empresas de exportação locais têm migrado para o mercado de orgânicos, atentando para a crescente demanda por alimentos mais saudáveis, realidade que não pode ser negligenciada apesar dos limites do nicho orgânico de produção do Vale do São Francisco. De um ponto de vista mais analítico, a fala abaixo revela que o problema da escala vem sendo desafiado por parte de alguns produtores da região, sobretudo aqueles com forte poder aquisitivo e desejo de se adequar, de maneira mais efetiva, às novas tendências de consumo. Por outro lado, tal realidade também traz à tona a existência de um enorme fosso entre os pequenos e grandes produtores agrícolas:

A empresa NIAGRO aqui do Vale, por exemplo, ela trabalha com acerola verde e vermelha para exportação. Então, tem um grupo significativo de pequenos produtores que fornecem esse produto pra NIAGRO. Nos últimos cinco anos, ela disse: - ‘olhe, esse veneno não pode, esse não pode e esse não pode, tem que ser esses mais naturais assim, assim’... E, de um tempo para cá, ela estipulou um prazo para que todos os seus fornecedores virem orgânicos. Por quê? Porque o mercado está pedindo! Isso é porque ela está sendo boazinha com o meio ambiente? É não, meu amigo, é porque o mercado está empurrando ela! Se o mercado diz: ‘olhe, não quero mais um produto assim não. Mande seus fornecedores todos virarem orgânico!’ Então tudo isso aí é impulsionado pela força do mercado. Quem é soberano é o mercado, a adequação vem junto, mas o pequeno produtor aqui tem que ter escala, qualidade e preço, como o convencional faz (*Sr. OSF – Gerente Agrônomo da CODEVASF*).

O caso da NIAGRO exemplifica bem a necessidade de respeitar os protocolos de exportação. Isso se deve, sobretudo, a reestruturação das cadeias globais de alimentos e intensificação do controle dos territórios de produção, fortemente controlados pelas empresas transnacionais, como já discutido no final do primeiro capítulo deste trabalho.

Nas últimas décadas, as novas demandas por alimentos de qualidade têm se materializado em estratégias do capital para atrair diferentes perfis de consumidores e aumentar a sua capacidade de atuação nos mercados. Ao buscarem enfatizar valores alternativos aos alimentos da indústria agroalimentar, os selos e certificações de qualidade têm servido de trampolim para muitas empresas convencionais que desejam expandir seus negócios. De acordo com Krone (2018), essas ferramentas de acreditação têm sido desenvolvidas pelo capital, por meio de elementos visuais e simbólicos que podem ser consideradas como “formas abstratas de confiança”⁷³. Acontece que “a capacidade de compreensão e funcionamento dos sistemas abstratos escapa ao alcance do sujeito leigo, em virtude de que os conhecimentos dos peritos que o embasam são desconhecidos para a maioria dos indivíduos” (KRONE, 2018, p. 181).

Como testemunha Giddens (1991), as ações do capital têm se valido do conhecimento de especialistas para executar seu *modus operandi*, com o objetivo de ampliar seu raio de alcance nos mercados, deslegitimando, inclusive, os saberes locais através da autoridade técnica. Por meio dessa dinâmica estratégica, hábitos, costumes e crenças acabam cedendo espaço a um conjunto de normas e prescrições fortemente ensejadas pela comunidade científica.

Sobre esse mesmo aspecto, Van der Gripp, Marsden e Cavalcanti (2005), ao analisarem o programa de certificações do Vale do São Francisco, argumentam que essas novas ferramentas de qualificação, mais do que conferirem confiança aos alimentos, têm sido utilizados como meios de ampliação do domínio das grandes corporações sobre os produtores rurais. Isso significa dizer que as certificações não mais envolvem atos voluntários de valorização e proteção intelectual de determinados produtos (RADOMSKY, 2018), mas imposições que cerceiam as possibilidades de ingresso dos pequenos produtores nos mercados, pelas dificuldades financeiras de assumir sistemas de acreditação auditados, como foi visto no tópico anterior.

⁷³ Nas sociedades tradicionais a confiança é permeada por “compromissos com rosto”, isto é, a partir de relações sociais mantidas e expressas em situações de copresença, enquanto nas sociedades industriais contemporâneas ela é mediada por “compromissos sem rosto”, em razão de a confiança estar baseada em sistemas abstratos de conhecimento (GIDDENS, 1990).

Embora a produção orgânica seja uma nova tendência no mercado alimentício e, por isso, já se faz presente dentro dos grandes supermercados do Brasil, mas ainda se encontra longe da possibilidade de “alimentar o mundo”; daí a impossibilidade de convencionalização desse sistema, como declara o entrevistado:-

Não, não tem como o orgânico se convencionalizar porque as próprias práticas ecológicas, o próprio manuseio dos insumos, são duas linhas distintas. Eu só acho que, cada vez mais, o orgânico vai comer um pedaço mais dessa partilha, que ainda é muito pequena. Nós temos hoje aqui 2.300 produtores no total, com uma média de 50 orgânicos, ou seja: é menos de 1%. Por outro lado, o convencional sempre vai existir, no Brasil e no mundo, porque o orgânico ainda não consegue alimentar o mundo. Hoje o convencional é um mal necessário, tem que existir, pois a população mundial cresce a cada dia, mas a cada dia, a pressão do consumidor cresce mais e mais, além do conhecimento, das informações e do bem-estar que o orgânico proporciona (*Sr. OSF – Gerente Agrônomo da CODEVASF*).

Apesar dos problemas apontados anteriormente, não se pode desconsiderar que a produção orgânica tem grandes expectativas de crescimento no Brasil e no Mundo. Segundo um dos gestores do Instituto Chão Vivo, as potencialidades desse setor têm relação direta com a aquisição dos novos valores perseguidos por um público de consumidores cada vez mais interessados em uma dieta livre de insumos agrotóxicos.

Coisas que não aconteciam há seis, cinco.... Hoje você vê pessoas paradas no supermercado olhando os rótulos dos produtos. Hoje você vê as pessoas preocupadas em como aquele produto foi produzido. Se é área de desmatamento, se é área de assentamento.... Qual foi o desgaste para que aquele produto chegasse à sua mesa. A gente ainda tem muito o que evoluir, mas grandes lojas de produtos agropecuários têm em suas lojas espaços para produtos orgânicos. Então a gente vê que isso está crescendo. Ou você se adequa ou você vai sair do mercado. Para grande maioria das pessoas, ser orgânico não é apenas não usar veneno. O orgânico, na verdade, abrange vários fatores: a não utilização de produtos que não agredam o meio ambiente, a preservação do meio ambiente em si, o respeito à legislação trabalhista, o pagamento a preço justo aos colaboradores, utilizar produtos e compostos que podem ser gerados naturalmente dentro do seu próprio meio de produção (*SS - Engenheiro Agrônomo e Gerente de avaliação da conformidade da Chão Vivo*).

O depoimento acima revela que as grandes corporações demonstram se adequar às demandas de consumo global, procurando atender a um público cada vez mais preocupado com a origem e composição dos alimentos, assim como as condições sociais e ambientais que envolvem sua produção e comercialização. Para Bonnano e Cavalcanti (2011), o conjunto das preocupações que vem mobilizando as forças do capital nos últimos anos acabou por sedimentar novas formas de competitividade no mercado globalizado de alimentos. Apesar de visarem, em última instância, o lucro, as grandes corporações vêm se valendo de um processo

de “endogeneização parcial dos discursos de sustentabilidade” (NIEDERLE, 2014, p. 95), utilizando em seu favor não só a garantia de segurança dos alimentos seguros por meio da certificação, mas outros fatores poucos comuns ao seu histórico de produção, como por exemplo os princípios da proteção do meio ambiente e o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores. No tópico seguinte, outras questões em torno dos sistemas de certificação serão retomadas e aprofundadas.

7.2.5 Antigos desafios e novas expectativas de mercado: o Assentamento Mandacaru e seus projetos futuros

As condições de produção e comercialização desenvolvidas pelo Mandacaru, a partir da criação do projeto agrícola alternativo da horta comunitária, proporcionaram aos produtores-assentados o acesso à múltiplas fontes de conhecimento, a constituição de novos valores morais e o ingresso a um nicho diferenciado de mercado. A literatura mais recente sobre certificações de qualidade tem indicado que o “poder dos selos” de acreditação alimentar possibilita uma miríade de oportunidades de desenvolvimento econômico e autonomia social (RADOMSKY, 2015), sobretudo para a agricultura familiar. Muito embora os selos e as certificações de qualidade não prescindam das relações de proximidade social entre agricultores e consumidores, são notoriamente capazes de elevar o *status* dos bens alimentares, através de um potente sistema de formalização assegurada, permitindo que tais produtos ultrapassem as fronteiras da contiguidade e criem uma ampla rede de fidelização por si mesmos. Como resultado, novas possibilidades de reconhecimento àqueles que se encontram envolvidos com os processos de acreditação, como foi tratado no segundo capítulo deste trabalho.

No caso específico do Mandacaru, o acesso à certificação orgânica, mesmo admitindo as dificuldades das idas e vindas entre as modalidades participativa e auditada, vem gerando aos produtores-assentados uma série de benefícios econômicos e sociais. Ao reconhecer o pioneirismo do assentamento em relação à produção orgânica no Vale do São Francisco, um dos gestores da CODEVASF considerou:

O assentamento Mandacaru tem uma característica muito específica. Por ser o pioneiro, o grupo é muito unido, e teve essa visão de trabalhar com orgânicos há mais de 20 anos. O grupo hoje está coerente e quer se expandir cada vez mais, a partir da adoção das certificações, que foi um grande marco na história da agricultura orgânica na região e mudou consideravelmente a vida dos produtores e a relevância do assentamento no circuito local. Isso não é só importante para o meio ambiente e para a economia regional, mas para a própria valorização da agricultura familiar (Sr. OSF – Gerente Agrônomo da CODEVASF).

O relato acima retoma algumas considerações feitas ao longo deste trabalho, reiterando o poder de atração dos selos enquanto ferramentas capazes de transferir propriedades imateriais aos produtos, por meio da ação coletiva (RADOMSKY, 2015). Nesse quesito, os produtores do Mandacaru acabam por imprimir uma marca distintiva aos alimentos que comercializam no mercado, imprimindo, dessa forma, a sua identidade e modos de vida àquilo que entregam aos seus clientes no âmbito das feiras locais. Além disso, no que diz respeito às subjetividades, também é possível considerar que a ação desses dispositivos de qualidade reproduz mais que a materialidade dos produtos, fazendo com que os agricultores que os comercializam transubstanciem naturalidade, sabor, durabilidade, textura e artesanidade e saúde, preservação ambiental, responsabilidade ecológica, identidade cultural e reconhecimento social.

A fala do técnico também busca levar em conta os benefícios sociais e econômicos resultantes da adesão dos sistemas de certificação. Com a criação da horta orgânica, os produtores tiveram a oportunidade de se dedicar a um projeto autônomo capaz de inseri-los de forma mais independente ao mercado. Como exposto em depoimentos anteriores, ao se afastarem do trabalho sazonal nas empresas de fruticultura locais, aqueles que estavam doentes conseguiram restaurar a saúde; os que não conseguiam manter-se financeiramente, começaram a investir em seus cultivos individuais; os que não tinham mais esperança de se inserirem no mercado, passaram a frequentar as feiras orgânicas locais, vendendo seus produtos e conquistando a fidelidade de novos clientes. Essas questões também foram importantes para reverter a situação de estigma em que viviam os produtores-assentados, desde o processo de invasão da terra.

Entre os produtores assentados, crescem as expectativas em torno das novas possibilidades de escoamento da produção orgânica do Mandacaru, em virtude da consolidação do projeto de irrigação. Sobre esse assunto, uma produtora destacou:

A expectativa da gente é muito boa, porque quando a gente irrigar esse lote, a gente vai entrar com tudo no mercado.... Vai aumentar nossa produção, vai aumentar a renda dos produtores e vai trazer mais reconhecimento para o nosso assentamento. Se Deus quiser, no segundo semestre desse ano (2022), a gente vai finalmente irrigar nossos lotes e avançar ainda mais. Isso é uma expectativa geral entre os produtores daqui. Todos estão muito animados, principalmente com a melhoria de vida que todo mundo vai ter (*Dona ML*).

Em complementação à fala da agricultora, um dos produtores mais antigos do assentamento também externa seu entusiasmo e suas expectativas em relação à chegada da

irrigação:

Bem, as expectativas são grandes para esse assentamento, porque a gente tem orgulho de ser uma referência aqui por causa desses produtos orgânicos que a gente produz. Quando a gente começar a plantar nessa outra área de fruticultura, de legumes e de muitas coisas que a gente vai poder produzir, a tendência é de a gente crescer tanto no nome como financeiramente. Eu estou muito animado, animado como nunca! Porque já era para gente estar irrigando há muito tempo, mas agora eu sei que isso é uma realidade. Onde antes era o reservatório tinha só um chão muito duro, mas agora tem uma máquina lá trabalhando todo dia para terminar a obra e colocar água irrigada nos nossos lotes. A encanação já está toda acabada, já está na boca de todos os lotes, só falta mesmo puxar a água do canal [...] E nós que vamos trabalhar com orgânico! A gente já tem propostas para mandar para São Paulo e para vários lugares. Nós agora vamos ter muita condição de crescer. Se nós produzirmos, nós temos como mandar para o Piauí, Maranhão, Bahia e até sonhar em fazer exportação (*Seu V*).

No que diz respeito às limitações enfrentadas ao longo da trajetória do assentamento, sobretudo em relação a questões de ampliação da produção e escoamento, a líder do Mandacaru reitera o espírito de resistência dos assentados, salientando os esforços de ampliação da produção do assentamento nos mercados:

Nós resistimos até o momento, isso levando em conta a questão orgânica.... Se você for observar o tanto de coisas que são controversas.... Aqueles que mais contribuem para a escassez da terra, da água e do ecossistema sempre são os mais contemplados.... A própria história do Vale do São Francisco conta isso. A gente, independentemente disso, ainda tem feito muita coisa e vimos resistindo há 10 anos. Hoje nós temos janela para São Paulo. A gente já começou a mandar uva, mesmo ainda sendo pouco, mas a gente pretende ampliar. Inclusive, se a gente tivesse hoje mais condições, já tinha mercado para vender direto para o Sul do país [...] Apesar das dificuldades, estamos ampliando cada vez mais, porque eu entendo que é assim que se pode resistir. A gente está resistindo e fazendo jus à agricultura familiar, de vir de um contexto de rejeição, desamparo e esquecimento sem dar o braço a torcer. Mas a gente está virando o jogo dia a dia.... E eu vejo essa resistência como exemplo para outras pessoas (*Dona O*).

No depoimento acima, a agricultura resume os principais desafios do assentamento. Revela também que, mais do que o simples interesse de tornar o assentamento um grande distribuidor de produtos orgânicos para os mercados do país, faz-se mister disseminar as práticas e o modo de vida ecológico, adensando os discursos em prol do meio ambiente e da preservação da agricultura familiar.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese analisou o processo de reconversão produtiva e de adoção de instrumentos de certificação alimentar na sua relação com o desenvolvimento das dinâmicas produtivas e comerciais dos agricultores orgânicos do Assentamento Mandacaru de agricultores familiares, em Petrolina, no estado de Pernambuco. De modo particular, buscou-se observar em que medida a adoção das ferramentas de avaliação da conformidade (selos e certificados) corroboraram para a reprodução socioeconômica dos produtores e promoção do reconhecimento social do assentamento nos mercados locais do Vale do São Francisco.

Os primeiros assentamentos dessa região foram criados através de um conjunto de mobilizações sob a liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores do Estado de Pernambuco (FETAPE), em meados dos anos 1980, provocando a desapropriação de áreas empresariais falidas, endividadas e/ou improdutivas da região para fins de reforma agrária. Muito embora essas iniciativas tivessem promovido o acesso à terra a uma série de agricultores familiares, os assentamentos rurais do Vale do São Francisco, como mostrado por Moraes (2016), permaneceram desamparados em relação aos investimentos públicos do Estado, especialmente quando comparados às grandes fazendas agrícolas dos Perímetros Irrigados Nilo Coelho (PISNC).

À semelhança de Leite et al. (2004), o curso da pesquisa nos permitiu constatar que a conquista da terra está longe de expressar uma etapa final de um longo processo de luta, constituindo-se apenas como um “ponto de partida” para a concretização das demandas por inclusão social, participação política e progresso econômico, que integram os projetos de vida dos assentados. E, também, que os impactos relacionados à criação dos assentamentos rurais no Brasil exigem um olhar atendo a uma multiplicidade de atores sociais e de estratégias de superação à rejeição e exclusão que se fazem presentes em meio aos processos de ocupação.

Assim, partilhando desses princípios, pudemos identificar, na trajetória de lutas concebidas pelos assentados em torno do processo de ocupação da terra, um esteio para amparar as lutas que se seguiram em torno da implementação dos processos de transição produtiva, do projeto da horta orgânica e de criação de dispositivos de certificação orgânica. Lutas que permitiram conquistas acumuladas ao longo dos últimos 24 anos e que, de forma gradual e contínua, vêm se caracterizando como “lutas por reconhecimento”.

Entretanto, como demonstraram os vários relatos, as conquistas não se deram sem a vivência de situações de constrangimento e de marginalização do grupo de assentados.

Situações que se manifestaram como uma forma de denegação de direitos e injustiça social, dentro de uma perspectiva de Honneth (2003). Esse “reconhecimento recusado”, tal como sustentado por esse autor, foi observado entre os produtores familiares do Assentamento Mandacaru, em face dos inúmeros relatos de ofensa, desprestígio e rebaixamento moral, especialmente em relação às dificuldades de acesso às novas tecnologias e aos processos de integração logística e comercial e aos conflitos judiciais em torno do acesso à água.-

Assim, foi à luz dessa teoria que identificamos, nas dificuldades estruturais e nos inúmeros obstáculos impostos desde a “fase dos barracos”, uma situação marcada por desrespeito e rebaixamento social; o que revela os “sujeitos desprestigiados”, no âmbito dos projetos de desenvolvimento implementados no Vale do São Francisco. Uma situação, entretanto, que, longe de representar uma inércia dos assentados, revelou-se como uma importante fonte de resistência e de mitigação das adversidades que constantemente lhes ameaçam.

A escolha do lema do acampamento é reveladora da força motriz do grupo, desde os primórdios de sua formação: “Ocupar, plantar e resistir”. As práticas relacionadas às campanhas de mutirão, por seu turno, foram consideradas como o esteio de importantes ações coletivas de ajuda mútua, solidariedade e de fortalecimento dos laços sociais. Tais práticas puderam ser tratadas como um conjunto de ações interativas, nas quais os sujeitos analisados coadunaram interesses recíprocos, alinhando modos de vida e preceitos morais de forma simétrica e politicamente consciente; o que só se torna possível quando os agricultores, diante da submissão e repressão social, encontram amparo e força, a partir da capacidade intersubjetiva das suas ações. Condições essas que também puderam ser associadas às dimensões de reconhecimento social trabalhadas por Axel Honneth (2003), especialmente por cumprirem o papel de dirimir as circunstâncias de estigma social, mediante intencões e objetivos em comum.

Assim, ao elegermos a dimensão honnethiana de análise, as situações de injúria sofridas pelos agricultores do Mandacaru foram consideradas como um conjunto de vetores fundamentais ao desencadeamento das suas lutas por reconhecimento. Tais lutas por reconhecimento estiveram presentes em vários momentos: quando contestaram a ordem produtiva dominante, quando, a partir de discursos morais e práticas produtivas, introduziram um sistema produtivo orgânico e, e especialmente, quando adotaram ferramentas de avaliação da conformidade para sedimentar as suas práticas produtivas. Os dados colhidos em campo iam corroborando, passo a passo, as reflexões de Honneth (2003, p. 198), ao afirmar que “as

condições de subprivilégio dos grupos subalternos sempre os conduzem a um sentimento paralisante de vergonha social do qual só o protesto ativo e a resistência podem os libertar”.

Tal como evidenciado no caso do Assentamento Mandacaru, não se pode alcançar o reconhecimento através de situações de desrespeitos isolados, mas somente por meio de uma conjunção de sentimentos reunindo sujeitos sociais em torno de um mesmo espírito de indignação e propósito de resistência; o que também nos faz retomar a ideia trabalhada por Sobottka (2015), já comentada nesta tese.

Como foi possível demonstrar nessa pesquisa, os projetos empreendidos pelo grupo de assentados exigiram a apreensão de técnicas voltadas ao manejo ecológico, a resolução de conflitos travados em torno da adoção de modelo alternativo de produção de caráter orgânico, a expressiva participação das mulheres assentadas em diferentes projetos de beneficiamento de frutas e artesanato e, especialmente, o incremento de uma atividade comercial, via inserção nas feiras locais e nos programas de abastecimento do governo. Iniciativas, por sua vez, que condicionaram uma série de parcerias junto a vários órgãos locais, ampliando a rede de relações entre os produtores para além do assentamento e alargando as vias de produção e comercialização dos assentados, em torno da agricultura orgânica. O conjunto dessas conquistas tem feito com que o Mandacaru seja reconhecido como espaço de experiências inovadoras no Vale do São Francisco, atraindo não apenas novas janelas de comércio no âmbito regional e nacional, mas a atenção de emissoras de TV, inspirando outros grupos de agricultores da região.

As iniciativas estabelecidas no Mandacaru, por meio do associativismo, possibilitaram que os assentados galgassem melhores condições de vida em múltiplos sentidos: na estabilidade financeira, na saúde, na autonomia do trabalho, no emponderamento feminino e no fortalecimento das lideranças, no acesso ao mercado e no reconhecimento social. Eis a razão pela qual o processo de transição orgânica/agroecológica e, mais tarde, o processo de certificação orgânica, podem ser compreendidos não apenas como instâncias de superação das condições de preconceito e exclusão sofridas pelos assentados, mas, especialmente, como a instituição de espaços e discursos de resistências ao modelo da fruticultura irrigada do Vale do São Francisco.

Via de regra, somadas à utilização dos selos e certificações, os modos de produção alternativos ressignificam as práticas tradicionais, reforçando a qualidade dos produtos da agricultura familiar e a busca por independência na produção de alimentos. Essa constatação reitera as discussões teóricas de autonomia relativa trabalhadas por Mendras (1987) e as

discussões de Shanin (2005) sobre as formas de resistência que iluminam as particularidades da agricultura familiar frente as imposições externas que insistem em querer lhes subordinar._

Assim, ao contestar os esquemas de regulação do mercado e ao propor a substituição dos modelos produtivos convencionais, por práticas internas orientadas a partir dos conhecimentos e habilidades vinculados ao seu contexto social familiar, o campesinato lança mão de formas relativas de insubordinação, que reiteram sua capacidade de resistência e de autonomia e engatilham lutas por reconhecimento no campo da justiça social. Essas questões vêm sendo também adensadas pelas novas tendências de consumo da sociedade, que pressionam pela revisão dos princípios que perfazem as lógicas de produção. Não sem razão, portanto, agricultores e técnicos entrevistados consideraram que o orgânico se constitui, hoje, como “um caminho sem volta” e que “o que é certo é que é muito mais fácil o convencional ser mais orgânico, do que o orgânico voltar atrás e deixar de ser o que é hoje”.

Ainda de acordo com relatos coletados em campo, os selos, registros e certificações orgânicas, além de proporcionarem, aos agricultores-assentados, melhores condições de inserção no mercado, têm atuado como vetores de aperfeiçoamento dos seus estilos de vida, especialmente no que se refere à saúde, ao trabalho e à reprodução familiar. Tal como considera Bourdieu (1989), este conceito, assim como a noção de gosto, permite o acesso às ordens sociais que extrapolam a dimensão física das mercadorias, agenciando os elementos simbólicos de um determinado grupo social.

Apesar de sabermos que os agricultores não criam mercados propriamente ditos, entendemos, de um ponto de vista prático, que o mercado de produtos orgânicos certificados, através dos seus poderes e vitalidades, condensam os atributos da agricultura familiar ecológica, agregando-lhes aditivos alegóricos que extrapolam a simples função burocrática e mercantilizadora dos produtos orgânicos, servindo de lastro transubstanciador de valores, identidades e representações. Isso, contudo, não significa dizer que o sistema de certificações, em determinadas circunstâncias, pode atuar de forma impositora, utilizando os pequenos produtores rurais como uma vitrine dos interesses institucionais.

Embora, sem discordar do caráter impositivo, restritivo e excludente das formas de controle advindas das cadeias globais de alimentos, bem como a sua influência em “espaços e práticas cotidianas” (SÁNCHEZ, 2022) – entendemos que os agricultores vinculados ao mercado de produtos orgânicos certificados, através dos seus poderes e vitalidades, condensam os atributos da agricultura familiar ecológica, agregando-lhes aditivos alegóricos que extrapolam a simples função burocrática e mercantilizadora dos produtos orgânicos,

servindo de lastro transubstanciador de valores, identidades e representações da agricultura familiar.

Tal perspectiva nos aproxima da tese de Sánchez (2022, p. 91), ao afirmar, referindo-se especialmente à produção agroecológica, que “Homens e mulheres camponesas reinventam, fazem e refazem práticas agropecuárias para manter seus núcleos familiares e de vizinhança”, cabendo às mulheres, mais do que aos homens esse papel, por estarem vinculadas à reprodução da vida, dentro de uma ética feminina do cuidado, onde se entrelaçam dimensões ecológicas, econômicas e políticas. Insistimos, assim, no caráter de resistência, de reprodução da vida e das tradições camponesas, como contrapeso ao caráter homogeneizador das políticas globais de alimentos.

Do mesmo modo, sustentamos que a polissemia do conceito de qualidade está imbricada em condições locais nas quais os alimentos são produzidos, o que inclui um diálogo permanente as exigências típicas de um mercado globalizado na produção de um dado produto e os conhecimentos artesanais e modos de vida tradicionais locais congregados nessa produção. Nessas circunstâncias, o uso desses aparatos técnicos sugere, mais do que um simples cumprimento às normatizações do mercado, uma forma de legitimação das “gramáticas sociais” e “justificações críticas” da agricultura familiar em relação aos modelos de produção convencionais.

Ao decorrer do trabalho, os depoimentos comprovam a importância dos dispositivos de segurança alimentar (certificações, selos e registros) para a ampliação das dinâmicas produtivas e comerciais dos agricultores assentados, concorrendo para a melhoria das suas condições socioeconômicas, garantindo-lhes maior autonomia. Para um dos entrevistados, o afastamento das fazendas convencionais de frutas e a adoção de práticas produtivas agroecológicas estiveram associadas à cura de um câncer do qual era portador. Para outros, significavam a possibilidade de financiamento da casa própria, de automóveis e de outros bens, permitindo-lhes, em algumas situações, o financiamento dos estudos dos filhos. Em todos os casos, representavam desejos realizados e a possibilidade de realização novos projetos.

Tais depoimentos reafirmam a perspectiva de Radomsky (2015) que mostra como, na vida prática, a adoção de selos e certificados torna-se investido de poderes que refletem e representam os atributos da agricultura familiar, enquanto um modo de vida. Nesse sentido, concorda-se que os dispositivos de certificação se transubstancializam como “ato mágico”, através do qual os agricultores atuam como os verdadeiros protagonistas na concepção dos alimentos livres de insumos agrícolas danosos ao meio ambiente e à saúde humana. Eis a

razão pela qual deixam de ser uma mera ferramenta de proteção, controle e agenciamento da mercantilização, mas um veículo que transubstancia os valores de um segmento social determinado e os seus modos de vida; o que, por sua vez, dentro de um sistema de mão dupla, também reorienta todo um sistema de produção.

A utilização desses dispositivos nos permitiu compreender que esses mecanismos ampliam as possibilidades de confiança, reforçam convicções morais e permitem melhores condições de reconhecimento. Não por acaso, o Mandacaru tem sido identificado, por vários produtores e técnicos locais, como um espaço de pioneirismo em agricultura orgânica e uso de certificações, servindo de referência a outros assentamentos da região.

A análise aqui presente também se demonstrou sensível aos esforços dos produtores-assentados para driblar as condições adversas geradas pelo isolamento social durante a crise sanitária global. Muito embora nem todos produtores tenham sido integralmente afetados pela pandemia da COVID-19, as vendas diretas realizadas por meio das feiras semanais foram suspensas, exigindo novos estratagemas de aproximação com os clientes para a efetuação das vendas e a concomitante continuidade dos negócios. Nessas condições, chama-se a atenção para a entrega de cestas de hortaliças e frutas por *delivery*. De acordo com os relatos, mesmo afastados dos clientes, as relações de fidelidade conquistadas ao longo deste tempo mantiveram produtores e consumidores em contato permanente. Essa capacidade de reinvenção nos permitiu, mais uma vez, constatar que os obstáculos que insistem em cercear os modos de vida da agricultura familiar, seja em face de acontecimentos contingentes, como foi o caso da COVID-19, seja em virtude de condições estruturais e pelo mercado, convertem-se em fatores fundamentais de vetorização das lutas por reconhecimento. Isso nos leva a admitir que, diante dos mais diversos contextos, as práticas adotadas pelos agricultores podem ser reconhecidas enquanto um conjunto de estratégias que integra não apenas a ideia de inovação e inserção, mas também ressalta ideais de preservação e revalorização das suas origens, isto é, uma resistência duplamente qualificada.

Finalmente, a realidade do Assentamento Mandacaru nos permitiu refletir acerca da importância da adoção do uso de dispositivos de qualidade como uma instância capaz de reafirmar a autonomia política de um grupo frente ao Estado e à sociedade, estimulando a revalorização da agricultura familiar em um contexto de competitividade marcado por desigualdades e desfavorecimentos. Por conta da adoção dos mecanismos de certificação, esses produtores puderam mais facilmente atender as exigências para a participação nos programas de governo como PAA e PNAE, quando comparados a outros assentamentos ainda em estágio inicial de transição agroecológica. É importante destacar que tais políticas

alimentares foram consideradas pelos agricultores do Mandacaru como a principal fonte de renda e reconhecimento social do assentamento no mercado local.—

A possibilidade futura de implementação do projeto de irrigação vem sendo sinalizado como um grande divisor de águas na história do assentamento, como visto nos depoimentos dos produtores assentados e dos técnicos das entidades públicas locais. Esse novo tempo encontra-se articulado a três questões importantes: 1) a concessão da água para os loteamentos familiares; 2) a liberação de uma grande parcela de terras agricultáveis; 3) a ampliação dos níveis de produção e de comercialização do assentamento. Questões essas diretamente ligadas à vitória judicial contra a Codevasf.

Muito possivelmente, as crescentes preocupações ambientais em torno das práticas produtivas da agricultura convencional e o sucesso das políticas alimentares articuladas pelo Governo Lula em prol da agricultura familiar possam dar ainda mais visibilidade aos produtores assentados do Mandacaru, mitigando as fontes de desfavorecimentos que insistem em prevalecer como obstáculos à agricultura familiar.

Em que medida esse novo cenário político, que se associa ao projeto de irrigação, poderá contribuir para a ampliação do reconhecimento social do assentamento, garantindo-lhe a realização de novos contratos de certificação orgânica e ampliação de novas inserções econômico-produtivas dos assentados? Em que medida também a ampliação de um sistema de irrigação demandará uma produção artesanal de maiores quantidades de adubos e fertilizantes naturais – nicho de mercado ainda muito tímido na região? Que lugar as novas perspectivas produtivas reservam aos jovens no campo da reprodução social e das lutas por reconhecimento? Como quer que seja, a produção e a comercialização de orgânicos como um ato de resistência, de identidade e de reconhecimento social continuarão a alimentar a possibilidade de continuidade das investigações, como um objeto de curiosidade permanente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro. Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.

_____. **A rede, os nós, as teias: tecnologias alternativas na agricultura**. RAP, vol. 34, n. 6. Rio de Janeiro, Nov./Dez., 2000. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6354> Acesso em: 28/03/2023.

ABREU, C. **A lógica da distinção em Pierre Bourdieu, vista através de uma obra excepcional**. Mulemba, Vol. 5 n. 10, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/2195>

AGLIETA, M. A. **Theory of Capitalist Regulation**. Londres: New Left Books, 1979.

ALBORNOZ, Suzana G. **As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. Vol. 14, n. 2011, pp. 127-143. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172011000100010 Acesso em: 16/12/2019.

ALMEIDA, Jacione. **A Agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. Ensaios FEE, Vol. 24, n. 2. Porto Alegre, p. 499-520, 2003. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/734> Acesso em: 28/03/2023.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALVES, C. R. A. **Reconstrução do estilo de vida das classes populares em A distinção de Pierre Bourdieu: reflexões teóricas para pensar o Brasil contemporâneo**. 38º Encontro Anual da ANPOCS, GT 03 – As classes sociais no Brasil contemporâneo, 2015. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt03-1/8839-reconstrucao-do-estilo-de-vida-das-classes-populares-em-a-distincao-de-pierre-bourdieu-reflexoes-teoricas-para-pensar-o-brasil-contemporaneo/file>

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. **Produção de energia e modernização do Vale do São Francisco**. Revista de Economia Política, Vol. 4, n. 1, 1984.

_____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: IPESP/ Hucitec, 1995.

_____. **O Brasil e a questão agrária**. Recife: Ed. Universitária. UFPE, 2002.

_____. **A Questão Agrária no Brasil**. UFP, 2003.

ANGROSINO, M. **Etnografia e Observação Participante**. Trad. José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

APROVASF. **Histórico da Produção de Orgânicos no Vale do São Francisco**. Petrolina, 04 dez. 2018. Facebook: Aprovasf. Disponível em: <https://www.facebook.com/aprovasfororganicos/posts/467833213621282> Acesso em: 18/12/2021.

AUBIN, L.; CAVALCANTI, J. S. B.; BUTTO, A. et al. A questão dos bens comuns nos territórios do sertão e do agreste meridional de Pernambuco: a perspectiva da agroecologia. In: **Globalização, segurança alimentar, feminismo e agroecologia**. Organizadores: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Andrea Butto, Ludovic Aubin. Brasília CNPq; – São Paulo: Annablume, 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER M. W, GASKELL; G. ALLUM, N.C. **Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento - Evitando confusões** In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BECK, Ulrich. **Risk Society**: towards a new modernity. London: Sage, 1992.

BENDINI, M. I.; CAVALCANTI, J. S. B LARA FLORES, S. **Una mirada sobre el campo de la Sociología Rural en América Latina**. In: Enrique de la Garza Toledo: Tratado Latinoamericano de Sociología, Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana - Iztapalapa, 2006. p. 247-263.

BERGAMASCO, S. M. P. P. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. Estudos Avançados, Vol. 11, nº 31. 1997.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Éditions Gallimard, 1991.

BONANNO, Alessandro. **The Legitimation Crisis of Neoliberalism**. New York: Palgrave-Macmillan, 2017.

BONNANO, Alessandro. **Globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar**. Org: Salete B. Cavalcanti. Ed. Universitária. Recife: UFPE, 1999.

_____.; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalization, food quality and labor: the case of grape production in North-Eastern Brazil. **International Journal Sociology of Agriculture and Food**, v. 19, n. 1, p. 37-55, 2011.

BOURDIEU, P. “Gosto de classe e Estilo de Vida”. In: ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo, Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1983. v. 39.

BOURDIEU, P.; DELSAUT, I. O costureiro e sua grife: contribuição para uma teoria da

magia. In: BOURDIEU, P. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. São Paulo: Zouk, 2008. P.113-190.

BRASIL. Poder Executivo. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 24 de dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>. Acesso em: 18/05/2021.

BUAUNAIN, A. M.; BATALHA, M. O. **Cadeia produtiva de produtos orgânicos**. Brasília: IICA : MAPA/SPA/IICA, 2007, 110 p.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n. 64, de 18 de dezembro de 2008. Brasília: MAPA, 2008. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: 18 de maio de 2009.

BUTTO, A; CAVALCANTI, J. S. B. AUBIN, L. et al. As mulheres e as transformações agroalimentares. In: **Globalização, segurança alimentar, feminismo e agroecologia**. Organizadores: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Andrea Butto, Ludovic Aubin. Brasília CNPq; – São Paulo: Annablume, 2022.

Codevasf amplia mercado de produtos orgânicos no Vale do São Francisco. **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF)**, 2015. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/noticias/2015/codevasf-amplia-mercado-de-produtos-organicos-no-vale-do-sao-francisco> Acesso em: 17/12/2021.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Programa Chapéu de Palha**. (Cartilha). Brasília, 2021.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; SANTOS, Maria Salett Tauk. **Associativismo e Desenvolvimento Local**. Organizadores: Maria Salett Tauk Santos e Angelo Brás Fernandes Callou. Recife, PE: Bagaço, 2006.

CASSOL, A; SCHNEIDER, S. A imersão social da economia em mercados alimentares brasileiros: uma abordagem institucionalista. **RESR**, v. 60, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rTMMYgNqtrXmdYfDJWxXztQ/> Acesso em: 25/05/2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

CAPORAL, Francisco. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

_____. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico**. Rev. Opinião. Agroecologia e Desenv. Rural Sustentável. Vol. 3, nº 2, abril/jun. Porto Alegre, 2002.

CAPORAL, F. e COSTABEBER, A. **Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.3, p. 70-85, jul/set 2002. Disponível em: https://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/analise_multidimensional_da_sustentabilidade.pdf Acesso em: 27/03/2023.

_____.; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF: [s.n.], 2006. 25 p.

CARNEIRO, M. J. **Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Estudos, Sociedade e Agricultura, vol. 12, nº 19. Rio de Janeiro, 2002. pp. 176-85.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. **A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019)**. Revista NERA, v. 23, n.55, p.138-164, set./dez., 2020.

CAVALCANTI, J. S. B. **Frutas para o mercado global**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 29, 1997, pp. 79-93.

_____. **Globalização e agricultura: processos sociais e perspectivas teóricas**. Estudo de Sociologia, Rev. do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, vol. 1, n. 2, p.105-118, 1995.

_____. Globalização e Processos Sociais na Fruticultura de Exportação do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, J. S. B. **Globalização, Trabalho, Meio Ambiente. Mudanças Socioeconômicas em Regiões Frutícolas para Exportação**. 1ª ed. Recife: Pernambuco, 1999.

_____. **Desigualdades sociais e identidades em construção na agricultura irrigada de exportação**. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo. Año 5, n. 9, p. 155-171, 1999.

_____. Globalização e ruralidade. In: WANDERLEY, M. de N. B. (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis, 2004. p. 17-32.

_____. Ressignificação dos territórios em um contexto de globalização. In: **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil** / organizadores: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Paulo André Niederle. – Recife, 2014.

_____.; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva *et al.* **Tramas productivas y agente sociales em La fruticultura globalizada**. (Org.). Clara Craviotti. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2012, p. 223-246.

_____.; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIERDELE, Paulo André. **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife-PE: Editora UFPE, 2014.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CONTRERAS, J. **Antropología de la alimentación**. Madrid: Eudema. 1993.

CORREIO DO POVO. **Bolsonaro quer tipificar invasão de terra como terrorismo**. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/noticias/politica/bolsonaro-quer-tipificar-invasao-de-terra-como-terrorismo-1.333820> Acesso em: 19 abr. 2023.

COSTA, F. A. de. Chayanov e a especificidade camponesa. In: **Chayanov e o campesinato**. Horácio Martins de Carvalho (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2014.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Tesis Doctoral, ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998. 422 p.

CORREIA, R. C; ARAÚJO, J.L.P. **A fruticultura como vetor de desenvolvimento: o caso dos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA)**, 2000.

CUNHA, Andrews. R. B. A. de. **“Para não deixar morrer a agricultura [familiar]”: projetos, estratégias e práticas de uma história de resistência no Semiárido pernambucano**. (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Pernambuco – UFPE: Recife, 2018.

DALGAARD, T. Hutchings, N. J., and Porter, J. R. **Agroecology, scaling and interdisciplinarity**. *Agricultural Ecosystems & Environment*, vol. 100, p. 39–51, 2003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S016788090300152X> Acesso em: 27/03/2023.

DALL’AGNOL, C. M.; TRENCH, M. H. **Grupos Focais como Estratégia Metodológica em Pesquisas na Enfermagem**. *R. Gaúcha Enferm.*, Porto Alegre, v.20, n.1, p.5-25, jan. 1999.

DELGADO, C. Guilherme; CONCEIÇÃO, P. R. Júnia Cristina; OLIVEIRA, Jader José de. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2005.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. **A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais**. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/10985/a-gaiola-de-ferro-revisitada--isomorfismo-institucional-e-razionalidade-coletiva-nos-campos-organizacionais/i/pt-br>. Acesso em: 17/05/2019.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens: Para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

EMATER, **Agroecologia Aplicada: práticas e métodos para uma agricultura de base ecológica**. Porto Alegre: Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul), 2000.

EMBRAPA, **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília: Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), 2006, 70 p.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. *Revista NERA*, ano 9, nº 8: Presidente Prudente, 2006.

FABREAU, Martín. **Entre o sakura e as uvas: transformações e continuidades familiares, organizacionais e identitárias entre os nikkeis do Vale do São Francisco – uma**

etnografia sobre trajetórias na agricultura irrigada. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, 2016.

FELÍCIO, Jorge M. Paradigma da questão agrária e paradigma do capitalismo agrário. In: **DALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento.** Estevão Leopoldo de Freitas Coca e Bernardo Mançano Fernandes (Organizadores). 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FERNANDES, B. M. **O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil.** Revista Osal, Vol. 1, n. 3, Jan./jul., 2000.

_____. **O MST e as reformas agrárias do Brasil.** Revista OSAL, ano, v. 9, p. 73-85, 2008.

_____. A questão agrária no limiar do século XXI. In: **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** Tese (livre docência) – Universidade Estadual Paulista: Presidente Prudente, 2013.

FERNANDES, M. B.; JUNIOR, J. C.; FILHO, J. S. **A questão agrária no governo de Bolsonaro: pós-fascismo e resistência.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 333-362, dez, 2020.

FERNANDES, M. B.; COCA, L de F. E.; VINHA S. C. A. J. F. Questão Agrária na segunda fase neoliberal no Brasil. In: MEDEIROS, V. Rosa Maria; LINDNER, Michele (Orgs.). **Dinâmica do espaço agrário: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos.** Porto Alegre: Evagraf, 2017.

FIRMIANO, F. D.; MAFORT, K. C de O. **A reforma da contrarreforma agrária no Brasil.** Libertas, v. 18, n. 2, 2018.

FISCHER, Izaura Rufino. **A relação de gênero na política de recursos hídricos : o contraditório em discussão/Izaura Rufino Fischer, Lígia Albuquerque de Melo e Anita Aline Albuquerque Costas (in memoriam).** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2022.

FLIGSTEIN, N. **The architecture of markets: an economic sociology of twenty-first-century capitalist societies.** Princeton/NJ: Princeton University Press, 2001.

_____.; DAUTER, L. **A Sociologia dos Mercados.** Revista caderno CRH, vol. 23. 2012, pp. 481-504 Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/19426> Acesso em: 10/05/19.

FLORES, Murilo. Assistência Técnica e Agricultura Familiar. In. **Inovações nas Tradições da Agricultura Familiar.** Organizadores: Dalmo M. Lima e John Wilkinson. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

FONSECA, M. F. de A. C. **A institucionalização dos mercados de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação.** Tese (doutorado em sociologia), CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FONTE, Maria. **Tradiciones y nuevos modelos de ruralidad em las regiones del mediterráneo**. Rev. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 15, out./dez. Rio de Janeiro, 2000. p. 147-157. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/179>. Acesso em: 04/05/2019.

FRANCIS, C. A, et al. **Innovative education in Agroecology: experiential learning for a sustainable agriculture**. Critical Reviews in Plant Science, vol. 30, n. 1/2, p. 1–12, 2011. Disponível em: https://digitalcollections.dordt.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1136&context=faculty_work Acesso em: 27/03/2023.

FREITAS, Helder Ribeiro; GERVÁSIO, Rita de Cássia R. G.; LIMA NETO, Izaias da Silva; CARVALHO NETO, Moisés Félix de; MARINHO, Cristiane Moraes. **Análise da Transição Agroecológica a partir da Experiência da Horta Orgânica Comunitária do Assentamento Mandacaru, Petrolina-PE, Semiárido Brasileiro**. Extramuros, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 65-84, edição especial, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/768/530> Acesso em: 21/05/2023.

FRETTA, C. F. **Logística de suprimentos: um estudo de caso na rede de supermercados Imperatriz**. Monografia (Bacharelado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FRIEDMANN, H. Scaling up: Bringing Public Institutions and Food Service Corporation into the Project for a Local, Sustainable Food System in Ontario: In: BLAY-PALMER, A. (Ed.) **Imagining Sustainable Food Systems: Theory and Practice**. Aldershot: Ashgate, 2010.

_____.; P. MCMICHAEL. **Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present**. Sociologia Ruralis, Vol. 29, n.2, p. 93–117, 1989.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar**. 2.ed. atual. Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2015.

GERARDI, L.H.O.; SALAMONI, G. Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chayanov. In: **Chayanov e o campesinato**. Horácio Martins de Carvalho (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GERMANI, G. I., OLIVEIRA, G. G., OLALDE, A. R. **Acesso à terra e desenvolvimento territorial no Médio São Francisco (MSF)**. Salvador: UFBA, 2006. (Relatório de Pesquisa, Projeto GeografAR).

GERMINO, José Francisco de Souza; FREITAS, Helder Ribeiro; MARINHO, Cristiane Moraes. **Certificação orgânica: a experiência da Associação dos Produtores e Produtoras Orgânicos do Vale do São Francisco - APROVASF - PE/BA**. Extramuros, Petrolina-PE, v. 5, n. 2, p. 39-63, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/805/568> Acesso em: 28/05/2023.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Antony e LASH, Scott (Org.). **Modernização reflexiva**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 18 de setembro de 2008. 347 p. Tese de Doutorado em Geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2008.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2000.

_____. Editorial. In: **Agroecology and Sustainable Food Systems**, n. 37, p. 1-2, 2013.

GOODMAN, David. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2003.

GOODMAN, D.; DUPUIS, M.; GOODMAN, M. **Alternative Food Networks: Knowledge, Practice, and Politics**. New York: Routledge, 2012.

GOLLO, S. S.; CASTRO, A. W. de. **Indicações Geográficas no Brasil: as indicações de procedência já outorgadas e as áreas e produtos com potencial de certificação**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

GRYNSZPAN, Mário. **Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da terra das elites**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 255 p.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: **Dicionário de Educação no Campo**. Roseli Salete Caldart (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GUIVANT, S. J. **Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip**. Revista Ambiente & Sociedade, vol. VI, n. 2 Jul./Dez., 2003.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO. **Apresentação geral**. São Paulo, UNESP, Brasília MDA, 2009. 9 volumes.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. **Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição**. Revista Civitas de Ciências Sociais. Vol. 8, n. 1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4321> Acesso em: 13/04/2018.

_____. **Barbarizações do conflito social: Lutas por reconhecimento no início do século 21.** Revista Civitas de Ciências Sociais. Vol. 14, n. 1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16941> Acesso em: 13/04/2018.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Reforma Agrária e a luta pela terra no Brasil.** Dossiê nº 27, 2020.

JOLIVET, Marcel. **A vocação atual da Sociologia.** Rev. Estudos Sociedade e Agricultura. Vol. 1., nº 11, out/dez. 1998. p. 5-25.

JOVCHELOVITCH, S. E BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** UFMG, 1999.

Juazeiro conta agora com feira semanal de orgânicos no centro da cidade. **Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA)**, 2017. Disponível em: <https://irpaa.org/noticias/1716/juazeiro-counta-agora-com-feira-semanal-de-organicos-no-centro-da-cidade> Acesso em: 20/12/2021.

JÚNIOR, J. C. **Descaminhos da reforma agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise político-institucional no Brasil.** OKARA: Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 649-663, 2018.

KHALIL, Bárbara. Questão agrária, campesinato e conflito: materialização da conflitualidade gerada por um modelo de desenvolvimento rural. In: **ANAIS do XIII Semana de Ciências Sociais da UFSCar**, v. 3, n. 2., 2015.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Tradução de Otto Erich Walter Maas – São Paulo: Nova Cultura, 1986.

KILIAN, J. **Property effects. Social networks and compensation claims in Melanesia.** Social Anthropology, v. 9, n. 2, p. 147-163, 2001.

KRONE, E. **Da colônia ao sertão. Um estudo antropológico sobre conflitos na construção da qualidade dos alimentos entre famílias rurais do nordeste e do rio grande do sul.** Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

LADISLAU, D. E. O. **Produtos orgânicos conquistam consumidores, ganham espaço nos supermercados e se transformam em soluções completas,** 2009. Disponível em: <https://www.mundoorgnico.blogspot.com/2009/06/produtos-organicos-conquistam.html> Acesso: 15/01/2022.

LAMARCHE, Hugues. (coord.). **A agricultura familiar: uma realidade multiforme.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. (coord.). **A agricultura familiar: do mito à realidade.** Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LAMINE, C. **‘Changer de système’: une analyse des transitions vers l’agriculture biologique à l’échelle des systèmes agri-alimentaires territoriaux**. *Terrains et Travaux*, vol. 20, n.1, p. 139-156, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337375993_Changer_de_systeme_une_analyse_des_transitions_vers_l'agriculture_biologique_a_l'echelle_des_systemes_agri-alimentaires_territoriaux Acesso em: 27/03/2023.

LE GOFF, J. A **História Nova**. A história nova. 4 ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998. 318p.

LEITE, Ângelo Antônio Macêdo. **O desenvolvimento da viticultura irrigada na região de Juazeiro-BA e Petrolina-PE: o trabalho na contramão do discurso dominante**. 2013. 273 f. Tese (Doutorado em Ciências Exatas e da Terra) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. (Coord.). **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LENIN, V. I. U. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultura, (1899) 1985.

LIMA FILHO, D. de O *et al.* **O consumo de alimentos e a percepção de risco**. Em: Anais do XXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP), Fortaleza-CE, 9-11, Out., 2006.

LIMA, João Policarpo, MIRANDA, Érico. **A Fruticultura Irrigada no Vale do São Francisco: Incorporação Tecnológica, Competitividade e Sustentabilidade**. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 32, n. Especial p. 611-632, 2001.

MAILLAT, Denis. **Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção**. *Rev. Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 3, n. 4. p. 9-16, mar./jul., 2002.

MAIORKI, G. J.; DALLABRIDA, V. R. **A Indicação Geográfica de produtos: um estudo sobre a sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial**. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 13-25, jan./jun. 2015.

MALUF, S. R. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. *Revista Ensaios FEE*, Vol. 25, n. 1. Porto Alegre, 2004, p. 299-322.

MARSDEN, Terry K.; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; FERREIRA IRMÃO, José. **Globalisation, Regionalisation and Quality: The socio-economic reconstitution of food in the San Francisco Valley-Brazil**. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*. Pullman, U.S.A, v. 5, n. 1, 1996. p. 85-114.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. 1º ed., São Paulo, EDUSP, 2004. 173 p.

_____. **O sujeito da reforma agrária: estudo comparativo de cinco**

assentamentos. In: **Travessias: vivências da reforma agrária nos assentamentos**. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MATTEI, Lauro Francisco. **A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país**. Estudos Sociedade e Agricultura, abril de 2012, vol. 20, n. 1, pp. 301-325.

MAUSS, M. "Essai sur le Don". In: _____. **Sociologie et Anthropologie**. Paris: PUF, 1989. p.140-268.

MCMICHAEL, Philip. **A Food Regime Genealogy**. The Journal of Peasant Studies. Vol. 36, n. 1. 2009. Acesso em: 29/06/2021 Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150902820354>

_____. **Regimes Alimentares e questões agrárias**. 1ª Edição. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGE, 2016.

_____. Feeding the World: Agriculture, Development and Ecology. In: PANITCH, L.; LEYS, C (Eds.). **Coming to Terms with Nature, Socialist Register**. Londres: Merlin, 2007, p. 94-170.

MDA. Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2017. Disponível em: <https://www.mda.gov.br/sistema/> Acesso em: 17/01/2022.

MEDEIROS, L. S. de. Una Nueva ruralidade en America Latina? In: **Sem Terra, 'Assentados', 'Agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros**. CLACSO, Buenos Aires, 2001.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

MICELI, S. A força dos sentidos. In: BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, 1987.

MIRANDA, Edna L.; FIÚZA Ana Louise C. **Movimentos sociais rurais no Brasil: o estado de arte**. RESR, Vol. 55, nº 01. São Paulo, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032017000100123&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 09/09/2019.

MOE, T. **Perspectives on traceability in food manufacture**. Trends in Food Science & Technology, Vol.9, n. 5, p. 211-214, 1998.

MORAES, J, G. **Mercados, Instituições e Agricultura Familiar: o caso dos agricultores da CECAP e da Feira de Orgânicos no CEASA-PE**. 2023. 249f. (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

MORAES, Alberto Dias de. **Entre a incerteza e a confiança: mercados e relações sociais de troca comercial dos fruticultores no Polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA**. Tese (Doutorado

em Sociologia) Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, 2016.

MOREIRA NETO, Mariana. **Outro Sertão: Fronteiras da convivência com o Semiárido**. Fundação Joaquim Nabuco - Editorial Massangana: Recife. 2013.

MOREIRA, Roberto José. **Cultura, política e o mundo rural contemporâneo**. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n. 20, p. 20-118, out. 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/Alexandre/Downloads/232-Texto%20do%20artigo-595-1-10-20131208.pdf>. Acesso em: 05/08/2019.

MOORE, W. J. **El capitalism en la trama da la vida: ecologia y acumulación de capital**. Tradução – María José Castro Lage. Editora Traficantes Sueños, 2020.

MST, **Programa Agrário do MST: Texto em Construção para o VI congresso Nacional**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, 2013.

MUTERSBAUGH, T. et al. Editorial. **Centifying rural spaces: quality-certified products and rural governance**. Journal of Rural Studies, v. 21, n. 4, p. 381-388, 2005.

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo – história e horizontes**. Oficina CES nº278, 2007.

NAVARRO, Zander. **Agroecologia: as coisas em seu lugar: a agronomia brasileira visita a terra dos duendes**. Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat – Vol. 10, n. 1, Jan./Jun., 2013. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/23> Acesso em: 28/03/2023.

NIEDERLE, Paulo André. **Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a agricultura familiar**. Revista de Extensão Rural, Ano XVI, n. 18. Santa Maria, 2009. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/extensaorural/artled18.pdf> Acesso em: 01/04/19.

_____. **Política de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos**. Revista de Ciências Sociais, Vol. 4, n.1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/viewFile/15648/9420> Acesso em: 02/04/19.

_____. **Política de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos**. Revista de Ciências Sociais, vol. 4, nº1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/viewFile/15648/9420> Acesso em: 02/04/19.

_____. **Mercados como ordens Sociais: uma alternativa pluralista aos dualismos da sociologia da agricultura**. Revista Raízes, vol. 37, nº2. 2017. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_419.pdf Acesso em: 10/04/19.

NIERDELE, P. A; MASCARENHAS, G. C. C; WILKINSON, J. **Governança e Institucionalização das Indicações Geográficas no Brasil**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 55, Nº 01, p. 085-102, jan./mar. 2017 – Impressa em Junho de 2017.

NEITZEL, O.; PELEGRINI, C. **A política educacional a partir da teoria do campo de**

Bourdieu. Revista Eletrônica de Educação, v.16, 1-18, Jan./Dez., 2022. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4486> Acesso em: 28/02/2023.

NETO, J. A. C. A. de. **A filosofia do reconhecimento: as contribuições de Axel Honneth a essa categoria.** Kínesis, Vol. V, nº 09 Jul., 2013, p. 52-69. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/joseneto.pdf> Acesso em: 13/12/2019.

NORDER, Luiz Antonio C. **Desenvolvimento Rural, Estado e Sociedade: as políticas de modernização, colonização e reforma agrária no Brasil.** Rev. Mediações, v. 5, n. 1, jan./jun., 2000, p. 95-107. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9200> Acesso em: 15/03/2021.

_____.; LAMINE, C.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A. **Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias.** Ambiente & Sociedade. Vol. XIX, n.3. São Paulo, p.1-20 jul./set., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/GT6NdZtCChxBmQTXccc8H6y/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 27/03/2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura e indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 58, setembro de 1981, AGB, p. 5-64.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, A. N. de. As Indicações Geográficas como forma de valorização dos atributos territoriais de produtos alimentares.

OLIVEIRA, R.S de.; SANTOS, J.L de. **As políticas de desenvolvimento para a região Nordeste: os distritos irrigados bebedouro e senador Nilo Coelho, no município de Petrolina no Estado de Pernambuco.** 2010. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/RENATA%20SIBERIA%20DE%20OLIVEIRA.pdf>.

OPARA, L. U. **Traceability in agriculture and food supply chain: A review of basic concepts, technological implications, and future prospects.** Food, Agriculture & Environment. Vol.1, p. 101-106, 2003.

ORTEGA, Antônio César; SOBEL, Tiago Farias. **Desenvolvimento territorial e perímetros irrigados: avaliação das políticas governamentais implantadas nos perímetros irrigados Bebedouro e Nilo Coelho em Petrolina (PE).** Rev. Planejamento e Políticas Públicas (PPP), nº 35, jul/dez. 2010.

_____. **Cooperativismo e globalização: artificialização da natureza e sofisticação dos alimentos.** Tese (Concurso de Professor Titular). UFRPE, 2016.

PACHECO, M. S. S. O hábito Alimentar enquanto um comportamento culturalmente produzido. In: FREITAS, M. C. S.; FONTES, G. A. V.; OLIVEIRA, N. (Orgs.). **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura.** Salvador: EDUFBA, 2008. 422 p.

PARSONS, Talcott. **O sistema das sociedades modernas**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Pioneira, 1974.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L. de.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). Curitiba: Kairós, 2013.

PICCIN, Marcos Botton. **Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados**. Revista Economia e Sociedade. Vol. 21, nº 1. Campinas, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21n1/05.pdf>. Acesso em: 16/07/2019.

PICOLOTTO, E.L. **Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo**. Otra Economía, v. 2, 2008, pp. 74-92. Disponível em: <http://revistas.unisinus.br/index.php/otraeconomia/article/view/1106> Acesso em: 17/04/19.

PINHEIRO, K, H.; BITTENCOURT, J. V. M. Rastreabilidade para produtos orgânicos oriundos da pequena propriedade: um modelo de referência. **XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção** Maturidade e desafios da Engenharia de Produção: competitividade das empresas, condições de trabalho, meio ambiente. São Carlos, São Paulo, 2010.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **O cooperativismo em questão**. Recife: Massangama, 2004. 318p.

_____. **Cooperativismo e globalização: artificialização da natureza e sofisticação dos alimentos**. Tese (Concurso de Professor Titular). UFRPE, 2016.

_____. **Cooperativismo e globalização: artificialização da natureza e sofisticação dos alimentos**. Recife, UFRPE, 2018.

_____. **Velhas Alianças e Novos Compromissos: Extensão Rural e Cooperativismo Agrícola no Brasil**. Revista de Extensão e Estudos Rurais REVER, Recife, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, 2018, pp. 119-140.

_____. **Cooperativismo y políticas de extensionismo rural en Brasil**. Revista Temas, Ciudad de La Habana – Cuba, 2019, pp. 28-35.

PORTILHO, F. **Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados**. Revista Política e Sociedade. Vol. 8, n. 15. Curitiba, 2009.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre, UFRGS, 2008.

PRADO JR., Caio. A questão agrária. 4. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

RADOMSKY, G. F. W. **O poder do selo: imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedade intelectual no sistema agroalimentar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

RAUPP, André K. **Transformações no sistema agroalimentar: novas e velhas possibilidades**. IV Encontro de Rede de Estudos Rurais: Curitiba, 2010.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. **Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development**. *Environment and Planning*, v 35, p. 393-411, 2003.

SABOURIN, Eric. **A construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil**. *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*. Vol. 4, n. 2, jan./jul., 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/5178> Acesso em: 20/05/2023.

SÁNCHEZ, Gloria Patricia Zuluaga. *Campesinas y sistemas agroalimentarios en contexto de globalización*. In: **Globalização, segurança alimentar, feminismo e agroecologia**. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Andrea Butto e Ludovic Aubin (Orgs). Brasília CANPq; - São Paulo: Annablume, 2022.

SANTANA, L. Luiz Sérgio; LIMA, X. Felipe Augusto. **Os programas PAA e PNAE e seus efeitos sobre um grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II**. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, Vol. 7, nº 1, Jan./Jul., 2018.

SANTOS, A. S.; SILVA, D. R. da. *História Oral e História de Vida: aspectos conceituais e históricos*. In: **Revisão Bibliográfica: o uso da metodologia para a produção de textos**. Leonardo Augusto Couto Finelli e Wellington Danilo Soares (Orgs.). Ed. 1, Vol 2. Editora Científica Digital eBooks, 2022.

SANTOS, Ludiara Fernanda Borba dos; OLIVEIRA, Gilca Garcia de **Política de Desenvolvimento Territorial: uma análise da escolha dos Territórios da Cidadania na Bahia**. iN: 49o Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural - SOBER. Belo Horizonte (MG), 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, R. O. C. **Estudo das políticas de obtenção dos assentamentos de reforma agrária no Brasil entre 1985 e 2009**. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio. *Mercados e Agricultura Familiar*. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, Sérgio (Organizadores). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2016. p. 93-142.

_____.; SHUBERT, M. N.; ESCHER, F. **Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar: uma apresentação ao debate**. *Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias*. Vol. 1, n. 1. Curitiba, 2016. Acesso em: 29/06/2021. Disponível em: <https://periodicos.ifpr.edu.br/index.php?journal=MundiMAA&page=article&op=view&path%5B%5D=134>

SCHUTTER, O. D. **Agroecology and the right to food**. Report submitted by the Special Rapporteur on the right to food, Olivier De Schutter. New York: United Nations Human Rights Council, 2011. Traduzido para o português pela Câmara Interministerial de Segurança

Alimentar e Nutricional: SCHUTTER, O. D., **Relatório apresentado pelo Relator Especial sobre Direito à Alimentação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social: Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

SCOTT, J. C. **Formas de resistência camponesa**. Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Vol. 21, nº 1, jan./jun. Campina Grande, 2002. p. 10-31.

SCOTT, Russel Parry. **Negociações e Resistências Persistentes: Agricultores e a Barragem de Itaparica num Contexto de Descaso Institucional**. EDUFPE - UFPE. Recife. 2009.

_____. Projetos de desenvolvimento no rio São Francisco: administrando vocações e desigualdades. In: CAMPOS – **Revista de Antropologia Social**. Curitiba. UFRPE, Vol. 14, n. 1-2, 2013, p. 15-36.

_____. **Moralidade técnica: reflexões sobre práticas excludentes e administração de água**. O Público e o Privado. n. 42, Mai./Ago., 2022.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e descontinuidades – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Revista Nera, Vol. 8, n. 7, Jul./Dez. Presidente Prudente, 2005. p. 1-21.

SEPLAG. Secretaria de Gestão e Planejamento de Pernambuco. **Programa Chapéu de Palha**. Disponível em: <https://www.seplag.pe.gov.br/49-projetos-especiais/51-chapeu-de-palha> Acesso em: 15/01/2022.

SILVA, A. de A.; SILVA, J. M. G. "Quando chove no sertão": Agricultura familiar e agronegócio no Vale do São Francisco. In: **Globalização, segurança alimentar, feminismo e agroecologia** / Organizadores: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Andrea Butto, Ludovic Aubin. Brasília CNPq; – São Paulo: Annablume, 2022.

SILVA, D. P. Sheila. **Agricultura Urbana e Periurbana: um estudo de caso de duas hortas comunitárias no município de Petrolina-PE**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia Agrônoma) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina, 2015.

SILVA, Guilherme José Mota da. **Os frutos da resistência: sindicalismo e luta dos assalariados da fruticultura irrigada no Submédio São Francisco**. 2016. 221f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

_____. State Intervention and Irrigated Agriculture in the San Francisco Valley, Brazil. In: BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (org.). **State Capitalism under Neoliberalism: the case of agriculture and food in Brazil**. 1. ed. Lanham, New York, London: Lexington Books, 2019. p. 113-132.

SILVA, L. M de L.; MOTA, M. J. V. da.; SILVA, R. M. R. da. A ação coletiva das mulheres rurais no agreste e no sertão de Pernambuco: diálogos entrelaçados sobre saberes e temas da pesquisa. In: **Globalização, segurança alimentar, feminismo e agroecologia**. Organizadores: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Andrea Butto, Ludovic Aubin. Brasília CNPq; – São Paulo: Annablume, 2022.

SILVA, M. M. A.; PEREIRA, E. S. **Assentamentos rurais como ferramenta didática para o conhecimento geográfico: relato de experiência no assentamento Mandacaru, Petrolina-PE**. II Congresso Nacional de Educação, 2015.

SILVA, Pedro Gama da. **Articulação dos interesses públicos e privados no polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: em busca de espaço no mercado globalizados de frutas frescas**. Tese de Doutorado da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.

SILVA, Maria Aparecida de M. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, Maria Lúcia de L e. MOTA, Maria Joseane V da *et al.* A ação coletiva das mulheres rurais no agreste e no sertão de Pernambuco: diálogos entrelaçados sobre saberes e temas da pesquisa. In: **Globalização, segurança alimentar, feminismo e agroecologia**. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Andrea Butto e Ludovic Aubin (Orgs). Brasília CANPq; - São Paulo: Annablume, 2022.

SOBOTTKA, E. A. **Desrespeito e luta por reconhecimento**. Revista Civitas de Ciências Sociais, vol. 15, n. 4. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/23249> Acesso em: 13/04/2018.

_____.; SAAVEDRA, G. A. **Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 8, n. 1, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4319> Acesso em: 13/04/2018.

SOARES, L. A. S.; PIRES, M. L. L. S. **Análise dos processos de crise das cooperativas agrícolas do Nordeste do Brasil**. Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE. Vol. 1, n. 12, jan./jul., 2018. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/1847> Acesso em: 21/04/2022.

SONINO, R.; MARSDEN. T. **Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe**. Journal of Economic Geography, v. 6, p. 181-199, 2006.

SOUZA, Ricardo Luciano Silva Pereira de; SOUZA, Laumar Neves de. **Território de identidade do Sertão do São Francisco: ponto luminoso de desenvolvimento no Nordeste**. XII Semana de Economia UESB. Salvador, 2013.

SOUZA SOBRINHO, A. M. M. de. **O cooperativismo agrícola e o mercado de uva no Vale do São Francisco: a experiência da COPEXFRUIT**. Monografia – UFRPE, Jan/2015.

_____. **O complexo Frutícola do Submédio do São Francisco: polo produtivo dinâmico ou arranjo produtivo local?** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE: Recife, 2017.

STEDILE, J. P. Introdução. In: **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional (1500 –**

1960). São Paulo: Expressão Popular, 2005. pp. 15-31.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

TARDIEU, V. **Vive l'agro-révolution française!** Paris: Editions Belin, 2012.

TEMPLE, D. **Teoría de la reciprocidad**. La Paz: PADEP/ GTZ, 2003. 3 v.

VAN DER GRIPP, Nicolien M.; MARSDEN, Terry; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. European retailers as agents of change towards sustainability: the case of fruit production in Brazil. **Environmental Sciences**, v. 2, n. 4, p. 443-443, 2005.

VERDI, A.R.; PIRES, E.L.S. **As dinâmicas territoriais na globalização: aspectos conceituais e metodológicos**. Geosul, Florianópolis, v. 23, n. 46, jul./dez. 2008, p. 33-53.

VITTI, Aline. BOTEON, Margarete. **Análise da competitividade da fruticultura brasileira frente ao mercado mundial**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, 2008.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. Nova York: Academic Press, 1974.

WANDERLEY, M. de. N. B. **Trajetoira social e projeto de autonomia: os produtores de algodão na região de Campinas**. São Paulo. (Dissertação de Mestrado). Unicamp, 1988.

_____. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social e pelo desenvolvimento rural. In: **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Eric Sabourin e Orlando Teixeira. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002, p. 41-52.

_____. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. CPDA/UFRRJ, 2004.

_____. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. O Agricultor Familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In. PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009b. p. 33-46.

_____. Gênese da abordagem territorial no Brasil. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo André. **Participação, território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife-PE: Editora UFPE, 2014. p. 79-102.

_____.; FAVARETTO, Arilson. A Singularidade do Rural Brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: **Concepções**

da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília: Editora do IICA, 2013. p. 413-472. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 21.

WEZEL, A. et al. **Agroecology as a science, a movement and a practice.** A review. *Agronomy for Sustainable Development*, vol. 29, p. 503–515, 2009.

WILKINSON, J. **Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante.** *Estudos, Sociedade e Agricultura*, v. 18, p. 147-174, 2002. Disponível: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/211>. Acesso em: 12/05/2019.

_____. **Mercados, Redes e Valores.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

WODAK, R.; KRZYŻANOWSKI, M. **Qualitative Discourse Analysis in the Social Sciences.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres.** São Paulo-Brasília: Hucitec - Editora Universidade de Brasília, 1995. 336 pgs.

WOORTMANN, K. **“Com parentes não se neguceia”: o campesinato como ordem moral.** *Anuário Antropológico*, 87. Brasília, UnB, 1990.

ZELIZER, V. **Dualidades perigosas.** *Mana*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/HSJdWkcT6w5CPjR8mDMCgpb/?lang=pt> Acesso em: 12/05/2019.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRIMEIRA VIAGEM DE CAMPO (01\2020)

Data: ____/____/____

Nome e/ou apelido: _____

BLOCO 1

1. Como se deu o processo de luta e ocupação das terras pelas famílias que hoje compõem o Mandacaru?
2. Como se deu o processo de adaptação dos Assentados após a oficialização do Assentamento pelo INCRA a partir de 2001?
3. Qual a origem das famílias assentadas?
4. Quais foram as primeiras culturas cultivadas, como este cultivo era feito e quais eram as possibilidades de comercialização no início?
5. Como foi instituída a Associação dos produtores do Mandacaru?
6. Como se dão as dinâmicas de produção e comercialização do Assentamento a partir do trabalho das famílias assentadas?
7. Quando surgiu o interesse pela produção orgânica e agroecológica no Assentamento?
8. Como os produtores do Assentamento veem o sistema convencional de produção hoje?
9. Como se deram as primeiras parcerias com organizações e grupos de apoio à agricultura familiar?
10. Fale um pouco sobre cada uma das organizações que apoiam o Assentamento.
11. Como surgiu o projeto do mutirão de coleta coletiva dos resíduos produtivos e a criação da horta orgânica?
12. A produção do Mandacaru pode ser considerada como “alternativa” combativa ao sistema convencional de produção ainda bastante acentuada na região? Por quê?

BLOCO 2

1. De que forma se deu o interesse pela certificação orgânica e qual foi o papel do Instituto Chão Vivo neste processo?
2. Quais os produtos que contam o selo de qualidade hoje e que outros produtos deverão ser certificados futuramente?
3. O selo de qualidade pode ser considerado um diferencial de mercado nos circuitos comerciais da região?
4. Como o uso do selo de qualidade se repercutiu dentro das janelas de comércio nas quais o Assentamento atua e quais os seus principais clientes?
5. Em termos de concorrência, quais são os maiores desafios para o Assentamento?
6. A ideia de introduzir selos de qualidade dentro da produção tem como objetivo alargar as janelas de comércio do Assentamento em escala local?
7. Há pretensões de superar os limites regionais de escoamento da produção?
8. O uso de selos e certificados é uma forma de aproximar as formas produtivas do Assentamento às formas de produção convencionais, especialmente em termos de um mercado de qualidade, ou pode ser encarado como uma estratégia de resistência frente às imposições do mercado hegemônico?
9. Qual o grande diferencial dos produtos do Assentamento em relação ao contexto produtivo do Vale do São Francisco?

10. O Assentamento Mandacaru pode ser considerado como uma vanguarda quando se fala em certificação orgânica de origem familiar da Região do São Francisco?
11. Qual o diferencial do Mandacaru em relação aos outros Assentamentos da região em termos de mercado e estrutura?
12. Como o uso dos selos de qualidade tem se repercutido na reprodução econômico-produtiva das famílias assentadas?

BLOCO 3

1. Como se deu a criação do Instituto e qual a sua missão?
2. Qual importância dos selos e certificados de qualidade no mercado agrícola hoje?
3. Como é feita a concessão dos selos?
4. Em que aspecto o Instituto Chão Vivo se diferencia de outras empresas certificadoras?
5. Fale um pouco dos projetos do Instituto, a quem eles atendem?
6. Explique um pouco sobre a concessão de certificação participativa.
7. Como a concessão de selos de qualidade pode proporcionar ganhos econômicos e sociais para a agricultura familiar?
8. Como o uso dos selos de qualidade tem se repercutido na reprodução econômico-produtiva das famílias agrícolas atestadas pelo Instituto?
9. Como se deu a relação do Instituto com o Assentamento de Agricultores Familiares Mandacaru?
10. O uso de selos pode ser considerado como uma estratégia de inserção nos mercados ou se constitui como uma alternativa de resistência à expansão do mercado convencional?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA – SEGUNDA VIAGEM DE CAMPO (10/2021)

Data: ____/____/____

Nome e/ou apelido: _____

BLOCO ÚNICO

1. Que informações vocês têm sobre a antiga fazenda desapropriada pelo Incra (MAPEL)?
2. Como se deu o processo judicial para a liberação das áreas irrigáveis em 2019?
3. O que mudou depois que o assentamento ganhou a causa?
4. Como se deu a construção do reservatório de água e a instalação do projeto de irrigação. O que mudará a partir desse novo estágio?
5. Quantos hectares de terra estão disponíveis para irrigação hoje e quantos foram classificados como área de sequeiro?
6. Quais as culturas que estão sendo desenvolvidas hoje no assentamento?
7. Como vocês utilizam a área de sequeiro?
8. Como a pandemia impactou o assentamento?
9. Com as restrições impostas pela pandemia como ficaram os projetos de abastecimento alimentar, as formas de produção e os canais de comercialização dos assentados?
10. Em relação às inspeções das empresas de certificação, como ficou esse acompanhamento a partir da pandemia?
11. Quais são as expectativas com a retomada da normalidade pós-pandemia?
12. Quais as vantagens proporcionadas pela comercialização dos orgânicos hoje?
13. Como a produção e venda de produtos orgânicos impacta na reprodução social e econômica dos assentados hoje?
14. Em termos de sustentabilidade, responsabilidade social e princípios morais, como você vê o trabalho com a produção orgânica?
15. Quais os novos projetos do assentamento no momento?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA ONLINE (07/2022)

Data: ____/____/____

Nome e/ou apelido: _____

BLOCO 1

1. Primeiro, gostaria de saber quais são suas atribuições profissionais fora e dentro do Assentamento.
2. Gostaria que a senhora detalhasse aquele projeto de exploração turística da Caatinga com a juventude do Assentamento.
3. Quais são os outros projetos para o futuro?

BLOCO 2

1. A iniciativa da horta comunitária partiu da comunidade?
2. Houve um projeto devidamente formulado? Se sim, onde está? Eu poderia ter acesso?
3. O que representou a aprovação desse projeto pelo CDR? Esse conselho faz parte do PRORURAL?
4. E os projetos dos outros concorrentes, versavam exatamente sobre o que?
5. Também gostaria de ter acesso à decisão judicial sobre a questão da água, como poderia acessar?

BLOCO 3

1. Quais foram e quais são as lideranças femininas do Assentamento?
2. Qual a importância das mulheres no Assentamento?
3. Por que as mulheres aderem melhor aos projetos do Assentamento?

BLOCO 4

1. A certificação está sendo viável para o Assentamento. Se sim, como? Se não por quê?
2. Quais os limites e desafios em trabalhar atualmente com certificações?
3. O que mudou depois da certificação? Como era o Assentamento antes e como ficou depois?
4. Quais as principais janelas abertas depois da certificação?
5. E em termos de reconhecimento social/melhoria de vida/visibilidade/crescimento/saúde/sustentabilidade, quais foram os ganhos?
6. Por que o Assentamento Mandacaru pode ser considerado como agroecológico?
7. A expansão dos produtos orgânicos no mercado não seria contrária à lógica do modelo agroecológicos?